

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS - DOUTORADO

DESJUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS: NOVO PARADIGMA PARA UMA EDUCAÇÃO JURÍDICA VOLTADA À PRÁTICA DA ATIVIDADE ADVOCATÍCIA NEGOCIAL

Fernanda Holanda de Vasconcelos Brandão

João Pessoa
2014

FERNANDA HOLANDA DE VASCONCELOS BRANDÃO

DESJUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS: NOVO PARADIGMA PARA UMA EDUCAÇÃO JURÍDICA VOLTADA À PRÁTICA DA ATIVIDADE ADVOCATÍCIA NEGOCIAL

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, da Universidade Federal da Paraíba, desenvolvida como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências Jurídicas.

Área de concentração:
Direitos Humanos e Desenvolvimento

Orientador:
Prof. Dr. Gustavo Rabay Guerra

JOÃO PESSOA

2014

B817d Brandão, Fernanda Holanda de Vasconcelos.
Desjudicialização dos conflitos: novo paradigma para uma educação jurídica voltada à prática da atividade advocatícia negocial / Fernanda Holanda de Vasconcelos Brandão.-- João Pessoa, 2014.
263f.
Orientador: Gustavo Rabay Guerra
Tese (Doutorado) - UFPB/CCJ
1. Direitos humanos - desenvolvimento. 2. Educação jurídica. 3. Desjudicialização. 4. Advocacia negocial. 5. Teoria dos jogos.

UFPB/BC CDU: 342.7(043)

FERNANDA HOLANDA DE VASCONCELOS BRANDÃO

DESJUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS: NOVO PARADIGMA PARA UMA EDUCAÇÃO JURÍDICA VOLTADA À PRÁTICA DA ATIVIDADE ADVOCATÍCIA NEGOCIAL

João Pessoa, 11 de abril de 2014

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Gustavo Rabay Guerra
PPGCJ/CCJ/UFPB
Orientador/Presidente

_____
Profa. Dra. Lorena de Melo Freitas
PPGCJ/CCJ/UFPB
Examinador Interno

_____
Prof. Dr. Delosmar Mendonça Júnior
PPGCJ/CCJ/UFPB
Examinador Interno

_____
Profa. Dra. Ana Paula Basso
PPGCJ/CCJ/UFCG
Examinador Externo

_____
Profa. Dra. Larissa Maria de Moraes Leal
PPGCJ/CCJ/UFPE
Examinador Externo

Dedico este trabalho à minha família, que compartilhou comigo todos os momentos bons e ruins vividos para que eu pudesse chegar a concluir o doutoramento.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, por ter me dado força e confiança para seguir no caminho que me foi destinado.

Aos meus pais, Fernando e Valdiria, agradeço de forma muito especial e carinhosa, pois, sem eles e sem o tempo dispendido por eles para cuidar dos meus filhos, eu não poderia ter concluído este trabalho.

Ao meu esposo Magno agradeço por estar sempre ao meu lado nas decisões importantes da minha vida, por cuidar dos nossos filhos e por abdicar de algumas horas e dias da minha companhia.

Ao meu orientador, professor Dr. Gustavo Rabay Guerra, que desde o início acreditou no que eu queria defender e não mediu esforços para me acompanhar nesse processo, dando valiosas contribuições para o andamento da tese.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba e a todos os professores agradeço pelos conhecimentos e pelo empenho em me proporcionar uma educação de qualidade.

Às minhas amigas professoras, que labutam comigo nessa jornada de ensinar e aprender, meu muito obrigada pela força e incentivo.

Enfim, agradeço a todos os familiares, amigos, colegas professores e funcionários da UFPB e do UNIPÊ pelo carinho de sempre.

“A única coisa que interfere com meu aprendizado é a minha educação”.

Albert Einstein

RESUMO

A experiência prática de disciplinas oferecidas nos cursos de direito das universidades federais brasileiras mostra que o ensino jurídico não está acompanhando as transformações sociais contemporâneas. Por sua vez, a sociedade vem buscando cada vez mais um acesso à justiça que seja célere, eficiente e desburocratizado. Todavia, esse acesso não tem sido possível através do meio tradicional de solução de conflitos, que é a prestação da tutela jurisdicional pelo Estado-juiz. Na verdade, o que se verifica é a insuficiência do Poder Judiciário para atender um número sempre crescente de demandas processuais e a falta de consciência dos operadores do direito de que é preciso privilegiar a cultura da pacificação, em detrimento da cultura da litigância. Assim, diante de tantas crises, seja do Poder Judiciário, seja do Estado, seja da educação jurídica universitária, faz-se necessário encontrar caminhos para que se dê efetividade prática e real de acesso à justiça como direito fundamental do cidadão, contribuindo, assim, para promover o desenvolvimento econômico, social e humano no Estado democrático de direito. Para que isso ocorra, é necessário um esforço conjunto da sociedade, dos legisladores, dos estudiosos do direito, dos docentes e discentes, no sentido de mudar um paradigma de educação jurídica dogmática e arcaica que tem suas origens na história de um direito centralizado e absoluto, disciplinado pela utilização e aplicação do que ditam as leis. Essa forma superada de educação, combatida atualmente por vários juristas, sempre tirou das pessoas o poder de interpretação e de crítica, consoante se evidencia nos estudos sobre o senso comum teórico do jurista. Levando em consideração esses aspectos, o presente trabalho tem por objetivo difundir o fenômeno da desjudicialização dos conflitos como um novo paradigma a ser adotado para uma educação jurídica que se volte para a prática da atividade advocatícia negocial, fundamentada por técnicas de negociação e pela teoria dos jogos.

Palavras-chave: Educação jurídica. Acesso à justiça. Solução de conflitos. Desjudicialização. Advocacia negocial. Teoria dos jogos.

ABSTRACT

The practical experience of courses provided by Law Schools in Brazil shows that the legal education is not following the contemporary social transformations. On the other hand, the society is increasingly seeking for a more efficient, non-bureaucratical and speedier access to justice. However, this access is not being possible through traditional means of conflict resolution, what means lawsuits. Actually, the Judiciary seems inadequate in order to attend a constantly growing number of procedures and law professionals do not have awareness that we must privilege the pacification culture over the litigation culture. Therefore, due to so many crisis, either in Judiciary, in State, in the university legal education, it is necessary to find ways to provide practical and real effectiveness to make the access to justice as a citizen fundamental right, consequently, contributing to promote social, human and economic development in the democratic rule-of-law State. To achieve this objective, it must exist a join effort of society, legislators, legal scholars and students, in order to change the paradigm of a dogmatic and archaic legal education, which has its foundations in the history of a centralized and absolute Law, guided by utilization and application of what the laws dictate. This overpassed educational method, nowadays countered by several jurists, always withdrew the critical and interpretational power of the people, as it is evident in studies of the jurist theoretical common sense. Considering those aspects, this work aims to disseminate the phenomenon of extrajudicial conflict resolution as a new paradigm to be adopted for a legal education dedicated to alternative dispute resolution founded in negotiation techniques and game theory.

Key words: Legal education. Access to justice. Dispute resolution. Extrajudicial conflict resolution. ADR Advocacy. Game theory

RESUMEN

La experiencia práctica de disciplinas ofrecidas en los cursos de derecho de las universidades federales brasileñas muestra que la enseñanza jurídica no está acompañando las transformaciones sociales contemporáneas. Por su vez la sociedad ha buscado cada vez más un acceso a la justicia que sea rápido, eficiente y que haya menos burocracia. Todavía ese acceso no ha sido posible a través del medio tradicional de solución de conflictos, que es la prestación de la tutela jurisdiccional por el Estado-juez. En la verdad, lo que se verifica es la insuficiencia del Poder Judiciario para atender un número siempre creciente de demandas procesuales y la falta de conciencia de los operadores del derecho de que es preciso privilegiar la cultura de la pacificación, en detrimento de la cultura de la litigación. Así, delante de tantas crisis, sea del Poder Judiciario, sea del Estado, sea de la educación jurídica universitaria, se hace necesario encontrar caminos para que se dé efectividad práctica y real de acceso a la justicia como derecho fundamental del ciudadano, contribuyendo, así, para promover el desarrollo económico, social y humano en el Estado democrático de derecho. Para que eso ocurra, es necesario un esfuerzo conjunto de la sociedad, de los legisladores, de los estudiosos del derecho, de los docentes y discentes, en el sentido de cambiar un paradigma de educación jurídica y arcaica que tiene sus orígenes en la historia de un derecho centralizado y absoluto, disciplinado por la utilización y aplicación de lo que dictan las leyes. Esa forma superada de educación, combatida actualmente por varios juristas, siempre quitó de las personas el poder de interpretación y de crítica consonante se evidencia en los estudios sobre el censo común teórico del jurista. Llevando en consideración esos aspectos, el presente trabajo tiene por objetivo difundir el fenómeno de la desjudicialización de los conflictos como un nuevo paradigma a ser adoptado para una educación jurídica que se vuelva para la práctica de la actividad del abogadismoen negocios, fundamentada por técnicas de negociación y por la teoría de los juegos.

Palabra-clave: Educación Jurídica. Acceso a la Justicia. Solución de conflictos. Desjudicialización. Abogacía negociable. Teoría de los juegos.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	**A EDUCAÇÃO JURÍDICA E O PAPEL DOS CURSOS DE DIREITO NA DESJUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS**.....	18
1.1	CRISE NO ENSINO JURÍDICO?.....	18
1.2	SENSO COMUM TEÓRICO DOS JURISTAS: CONTRIBUIÇÃO DA OBRA DE LUIS ALBERTO WARAT PARA A DESJUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS.....	28
1.3	PANORAMA DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DOS CURSOS DE DIREITO DO BRASIL NA ATUALIDADE.....	42
2	**ACESSO À JUSTIÇA E DESJUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS**..	55
2.1	FUNÇÃO JURISDICIONAL: CRISE DA JURISDIÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	55
2.2	DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E DA JURISDIÇÃO: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO.....	67
2.3	O PAPEL DO ESTADO-JUIZ NA PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL E A ADOÇÃO DE MECANISMOS DE SOLUÇÃO PARA OS CONFLITOS.....	78
2.4	O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA A EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA.....	86
2.5	JUIZADOS ESPECIAIS: INCENTIVO PRIMORDIAL À DESJUDICIALIZAÇÃO.....	93
2.6	FENÔMENO DA DESJUDICIALIZAÇÃO.....	97
3	**MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**.....	103
3.1	DESMISTIFICAÇÃO DE CONFLITOS: ANÁLISE DOS MÉTODOS DE COMPOSIÇÃO.....	107
3.2	SISTEMA MULTIPORTAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	121
3.3	CONCILIAÇÃO: SUPERAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS COM O AUXÍLIO DE UM TERCEIRO INTERFERENTE.....	130

3.4 ARBITRAGEM: MEIO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E AUTONOMIA DAS PARTES..... 133
3.5 NEGOCIAÇÃO: ACORDO SEM NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS..... 135
3.6 MEDIAÇÃO COMO AMPLIAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO: O PAPEL DO MEDIADOR NA SUPERAÇÃO DO CONFLITO..... 137
3.7 EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DA MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE SOLUÇÃO DE CONFLITO..... 145
4 A ADVOCACIA COMO ATIVIDADE NEGOCIAL..... 151
4.1 O PAPEL DO ADVOGADO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA..... 151
4.2 A ADVOCACIA NEGOCIAL E A NECESSIDADE DO CONHECIMENTO DE TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO..... 160
4.3 APLICAÇÃO DA TEORIA DOS JOGOS NA NEGOCIAÇÃO ADVOCATÍCIA..... 171
CONCLUSÃO..... 186
REFERÊNCIAS..... 190
ANEXOS..... 204

INTRODUÇÃO

A atividade advocatícia integra um campo vasto de defesa do Estado democrático de direito, caminhando para se tornar um instrumento eficaz de consolidação da cidadania. Para tanto, possui ferramentas capazes de interferir, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da sociedade e de fazer cumprir princípios fundamentais do ordenamento jurídico, seja com a prática de seus atos privativos (postulação, consultoria e assessoria), seja como negociador.

Observa-se que o advogado, na sociedade atual, está preocupado em resolver os conflitos antes mesmo que eles sejam levados a julgamento, o que requer dele o conhecimento do direito e de outras disciplinas. É preciso enfatizar que esse advogado, ao se caracterizar como negociador, acaba por contribuir para a concretização de direitos, estando mais preocupado em atender não apenas às partes, mas a um sistema bem mais amplo, em que está inserida a aplicação do direito, objetivando o respeito a um Estado democrático.

É o papel dos cursos de direito no desenvolvimento desse modelo negocial na atividade advocatícia que a presente pesquisa pretende estudar. Tem-se em vista a preocupação com a afirmação da cidadania, a aplicação dos direitos fundamentais dos cidadãos, o acúmulo de processos no Poder Judiciário. O objetivo maior desse novo enfoque é solucionar os conflitos de interesses das pessoas e da sociedade de forma célere, desburocratizada e negociada.

Isso se deve à constatação de que as universidades brasileiras, no caso dos cursos jurídicos, não estão preocupadas com a implementação de meios alternativos para a resolução de conflitos, muito menos com a desjudicialização desses conflitos. Em razão disso, deve-se inserir na matriz curricular dos cursos de direito e na postura dos docentes a utilização desses instrumentos, para que os futuros profissionais da advocacia tenham a consciência do papel de um advogado negociador. Dessa forma, poderão praticar a atividade advocatícia sem o uso exacerbado da capacidade postulatória. Para tanto, esses cursos devem promover uma educação jurídica voltada para a eficaz solução de conflitos e o respeito ao efetivo acesso à justiça.

Diante desse cenário, a presente pesquisa analisará a advocacia, levando em consideração os aspectos teóricos e práticos das normas regulamentadoras da profissão e, principalmente, o papel do advogado como negociador. Indicará, ainda, como os cursos jurídicos devem agir no desenvolvimento desse modelo de educação jurídica (modelo negocial na atividade advocatícia), proporcionando ganhos de natureza econômica, social e

humana às populações mais carentes de justiça. Assim, os cursos jurídicos, através de docentes especializados na prática forense e no direito processual, devem passar a analisar teorias e técnicas negociais, no sentido de mostrar aos discentes a importância da negociação na prática advocatícia e a necessidade de sua aplicação.

Isso se deve ao fato de que não é mais novidade a situação dos tribunais, os quais se encontram abarrotados de processos. Os magistrados, por sua vez, não estão dando conta do serviço, tornando a sociedade insatisfeita com a justiça. Até mesmo depois da instituição da justiça virtual em alguns setores, o Poder Judiciário brasileiro continua, ainda, burocratizado, lento e ineficaz.

Muitos meios de resolução de conflitos já existem e podem ser adotados para tentar modificar esse panorama, a exemplo da conciliação, da mediação e da arbitragem. Mas por que motivo a população continua reclamando da justiça? Quanto tempo um cidadão precisa ficar esperando para ver o seu direito assegurado? Como se pode exigir, nesse contexto, que os direitos fundamentais sejam respeitados? Será que o papel do advogado na sociedade deve ficar restrito ao ajuizamento de uma ação junto aos poderes competentes? Será que ao advogado cabe apenas defender seu cliente em juízo? Será que a advocacia não poderia buscar soluções cada vez mais rápidas para os conflitos? Como evitar que os conflitos sejam levados a julgamento? Como os cursos de direito podem auxiliar os futuros advogados? O presente trabalho buscará responder estas e outras questões.

Efetivamente, não se pode negar que a advocacia tradicional se tornou obsoleta. Assim, não se admite mais que os advogados atuem como se estivessem no século passado, utilizando as mesmas petições, os mesmos chavões e as mesmas estratégias, pois a advocacia deve acompanhar a evolução da sociedade. Nesse sentido, pergunta-se: O advogado deve exercitar apenas a capacidade postulatória? Os cursos de direito estão preparados para proporcionar uma educação jurídica que aplique o modelo negocial na atividade advocatícia? Até que ponto os cursos jurídicos poderão contribuir para o desenvolvimento desse modelo negocial, fomentando a desjudicialização dos conflitos? Estes são os problemas que a pesquisa pretende atacar.

A hipótese que surge, inicialmente, como resposta aos problemas acima formulados é a de que os cursos de direito devem aperfeiçoar a formação do bacharel, demonstrando e ensinando a importância de modelos negociais e alternativos de resolução de conflitos para a prática advocatícia. Essa nova perspectiva contribuirá para a desjudicialização dos litígios, proporcionando, em consequência, o desenvolvimento socioeconômico na sociedade.

Alguns setores da sociedade brasileira já vêm discutindo o papel do advogado como negociador e não apenas como aquele que vai defender os interesses de uma pessoa em juízo. O próprio advogado já percebeu que não é suficiente ter apenas o conhecimento técnico-jurídico para exercer a profissão. Mais do que isto, deve estar consciente de que serão exigidos dele conhecimentos em outras áreas afins. Esse requisito demonstra o caráter multidisciplinar do presente estudo, tendo em vista que a negociação envolverá a atuação de outros profissionais, tais como psicólogos, antropólogos, economistas, dentre outros.

A negociação surge, assim, para evitar o crescimento no número de processos ajuizados e, também, que as ações judiciais sejam solucionadas de forma mais rápida e eficaz. É nesse sentido que se faz primordial a presença do advogado negociador, que deve atuar antes mesmo do surgimento de alguma demanda e, se isso não for possível, após a sua formação, pois não se pode vincular o acesso à justiça à cultura da litigância, por ser aquele muito mais amplo. Todavia, para uma adequada atuação do advogado negociador, fazem-se necessários o conhecimento e a utilização de técnicas de negociação, quer na esfera privada ou pública, quer na prática de suas atividades. Para isso, as instituições de ensino superior devem pôr em prática essas ações, a fim de demonstrar aos acadêmicos de direito a importância desse modelo negocial na prática advocatícia.

É preciso, também, entender que o advogado não pode nem deve exercer apenas a capacidade postulatória, tendo em vista que a atividade advocatícia deve primar pelos meios alternativos de resolução de conflitos, de modo a evitar a judicialização exacerbada. Além do mais, no que diz respeito ao papel dos cursos de direito, verifica-se que eles não estão preparados para proporcionar uma educação jurídica que aplique o modelo negocial na atividade advocatícia, pois o programa curricular ainda não se mostra com essa preocupação, nem mesmo os professores se dedicam a essa tarefa.

Nesse sentido, procurar-se-á demonstrar, também, que o profissional do direito poderá contribuir para o desenvolvimento desse modelo negocial, fomentando a desjudicialização dos conflitos. Dessa forma, proporcionará um melhor planejamento dos tribunais, os quais se encontram abarrotados de processos, além de auxiliar as partes para que seus direitos sejam concretizados sem a dependência de um terceiro para julgá-los.

Como é sabido, em razão do avanço tecnológico, científico e cultural, várias alterações ocorreram nas relações jurídicas. Essas mudanças fizeram com que os juristas passassem a se preocupar não em fundamentar as novas relações, mas sim em proteger o cidadão dessas relações. Em outras palavras, passaram a buscar a segurança necessária para garantir os

direitos fundamentais nesse novo quadro de relações. Nesse aspecto, a cidadania se configura como elemento fundamental da ordem jurídica.

O conceito de cidadania vem sendo consideravelmente ampliado. Deixou de abranger apenas os direitos e deveres políticos, para incorporar também os direitos civis, sociais e econômicos. Hoje, o conceito de cidadania está associado à participação integral dos indivíduos na comunidade. Portanto, como princípio constitucional fundamental, a cidadania deve ser assegurada em favor dos interesses dos cidadãos, com o objetivo de se concretizar um verdadeiro Estado democrático de direito. Com efeito, a cidadania constitui princípio essencial para que se efetive o acesso de todos os cidadãos à justiça.

A essa perspectiva de participação integral de todos na sociedade está ligada a educação como direito fundamental, configurada como necessidade humana básica, ao lado da alimentação, saúde, moradia, liberdade etc., que são requisitos essenciais para o desenvolvimento humano. Em razão disso, não se pode separar direito ao desenvolvimento de direitos humanos e direito econômico, tendo em vista que a falta de atendimento às necessidades básicas da pessoa humana em um Estado democrático corresponde à denegação de direitos humanos.

A presença do advogado negociador surge, assim, como instrumento eficaz para a concretização dessa cidadania e para desafogar os tribunais, dando andamento célere às demandas e contribuindo para que os direitos fundamentais sejam respeitados e para que o desenvolvimento da sociedade seja mais harmônico. Nesse cenário, a presente pesquisa abordará os seguintes temas: desenvolvimento socioeconômico, educação jurídica, atividade advocatícia, modelo negocial de solução de litígios e desjudicialização dos conflitos.

Para analisar os aspectos acima referidos, a tese será dividida em quatro capítulos. O primeiro abordará a educação jurídica como ponto inicial, para indicar qual seria o papel dos cursos de direito na implementação da desjudicialização dos conflitos. Nesse sentido, será discutido se o ensino jurídico está preparado para isso e qual a contribuição de Luis Alberto Warat para essa desjudicialização. Para tanto, apresentar-se-á um panorama dos conteúdos programáticos dos cursos de direito no Brasil, a fim de identificar como as universidades estão se posicionando diante da necessidade de mudança do paradigma educacional, principalmente em razão do surgimento de meios alternativos que reduzam a judicialização dos conflitos.

No segundo capítulo, discorrer-se-á sobre o acesso à justiça e a desjudicialização dos conflitos, com ênfase na função jurisdicional e na possível crise da jurisdição, tendo em vista se considerar o acesso à justiça como direito fundamental de todo cidadão. Diante disso, serão

analisados os seguintes temas: o processo de democratização do acesso à justiça como forma de promoção do desenvolvimento econômico, social e humano; o papel do Estado-juiz na prestação da tutela jurisdicional; a adoção de mecanismos de solução para os conflitos; o papel da Defensoria Pública para a efetivação do acesso à justiça. A análise dos juizados especiais completará o estudo sobre o fenômeno da desjudicialização, já que são instrumentos importantes para o acesso à justiça.

Os meios alternativos de resolução de conflitos serão tratados no terceiro capítulo, buscando-se demonstrar que eles são mecanismos eficazes de acesso à justiça. Assim, a conciliação, a arbitragem, a negociação e a mediação serão analisadas sob esse ponto de vista, uma vez que fazem parte de um sistema multiportas de solução de conflitos, e por virem demonstrando maior eficácia do que o modelo tradicional de jurisdição. Para tanto, será preciso analisar os métodos de composição e desmistificar a necessidade do conflito. Nessa análise, serão apresentados exemplos práticos da mediação como instrumento de solução adequada dos conflitos, já que se apresenta como o meio de maior utilização pelos interessados.

O quarto capítulo discutirá a prática da advocacia como uma atividade negocial, que será capaz de solucionar conflitos dentro dos escritórios advocatícios. Para isso, é preciso entender qual é o papel atual do advogado na sociedade e como ele está se comportando diante de processos evolucionais para a solução de conflitos. Nesse contexto, será necessário o conhecimento de técnicas de negociação e a maneira como elas devem ser aplicadas, buscando-se viabilizar a aplicação da teoria dos jogos, uma técnica matemática que auxiliará os advogados na missão de compor os conflitos.

Como se vê, a advocacia negocial se torna imprescindível como meio de resolução de conflitos, demonstrando a necessidade de transformação do papel dos cursos de direito para a adoção de um modelo negocial capaz de proporcionar a oportunidade de solucionar as demandas sem o uso do modelo antiquado de judicialização.

1 A EDUCAÇÃO JURÍDICA E O PAPEL DOS CURSOS DE DIREITO NA DESJUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS

1.1 CRISE NO ENSINO JURÍDICO?

O ensino jurídico vem sendo alvo de intensos debates na comunidade acadêmica e na sociedade em geral. Muitos doutrinadores, preocupados com essa temática, vêm considerando que a educação jurídica está em crise, seja em razão da ineficácia dos cursos jurídicos ante os objetivos traçados em seus projetos pedagógicos, seja como resultado da própria legislação que regula esses cursos ou do modelo idealizado, além de outros fatores.

Não é difícil observar que a atuação dos profissionais da área jurídica ainda é extremamente conservadora. Portanto, faz-se necessária uma mudança na postura desses profissionais e na estrutura dos respectivos órgãos, no sentido de se implementar uma mudança social capaz de transformar a sociedade e não apenas de manter o que nela existe. Nesse sentido, a mudança deve começar no ensino do direito, tendo em vista que as propostas pedagógicas definidas por diretrizes curriculares demonstram esse conservadorismo, como será visto adiante.

Vários autores apontam problemas, tais como: a crise de identidade do bacharel, com a perda do seu papel político; a crise de legitimidade dos operadores jurídicos; a descaracterização dos paradigmas científicos e políticos da ciência do direito; as distorções culturais e epistemológicas, além de várias outras possíveis causas dessa crise na formação jurídica. Antônio Alberto Machado[1], por exemplo, considera que a crise do ensino jurídico passa pelos aspectos estrutural, operacional e funcional. Enfatiza que ela é fruto da própria crise de seus paradigmas, ou de sua estrutura ideológica, e do paradigma político do liberalismo, ou seja, crise de natureza epistemológica e política respectivamente. Nesse sentido, assinala:

> De modo que o ensino jurídico centrado no paradigma científico do positivismo normativista e no paradigma ideológico do liberalismo nem permite a produção de uma cultura enciclopédica e humanística; portanto, uma cultura jurídica mais ampla e mais consistente que não se resuma apenas ao ensino de normas; nem fornece aos bacharéis em direito a formação adequada para que possam entender os reais

[1]MACHADO, Antônio Alberto. *Ensino jurídico e mudança social*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009. pp. 3/4.

> problemas políticos de seu tempo, ou os problemas específicos da realidade brasileira atual, de maneira que viessem a atuar consequentemente na conjuntura desses problemas.

Por outro lado, alguns autores, a exemplo de Pedro Feitoza[2], não consideram que a educação jurídica esteja em crise. Para eles, trata-se apenas da qualidade dos cursos jurídicos que vêm passando por um processo de queda em relação à evolução histórica na qualidade dos cursos. De acordo com o citado autor, os cursos de direito no Brasil sempre tiveram um padrão de qualidade de "limites estreitos e acanhados", embora apresentem uma evolução linear.

Apesar dessas ponderações, resta evidente que a educação jurídica está em crise. E isso fica claro quando se discute o ensino jurídico ou quando se fala no modelo atual de ensino, no número de cursos de direito existentes no Brasil, no baixo número de bacharéis em direito que são aprovados no exame de ordem, no desempenho dos alunos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, dentre outros indicadores. A maioria dos autores tem ponto de vista convergente nesse aspecto, podendo-se citar Daniela Emmerick de Souza Mossini[3]:

> No que se refere ao ensino jurídico oficial, há entre os estudiosos um consenso no sentido de que o atual modelo se encontra em crise, atribuída à falta de identidade do bacharel em direito; à perda do seu papel político; à perda de legitimidade dos operadores jurídicos, bem como à descaracterização dos paradigmas científicos e políticos da ciência do direito e de muitas outras distorções políticas, culturais e epistemológicas que envolvem a produção e a reprodução do saber jurídico. Defendemos, nesta tese, que a crise do ensino jurídico é um processo cíclico e histórico, que exibe várias faces, desde sua origem em Portugal (1288/90) até sua introdução no Brasil (1827). Além da crise estrutural, pode-se falar de uma crise operacional e educacional, englobando as questões curriculares, didático-pedagógicas e administrativas das faculdades de direito; e de uma crise funcional, econômica e social, que se manifesta na saturação do mercado de trabalho e na perda de identidade do bacharel em direito, atirado em massa a esse mercado para compor uma espécie de exército de bacharéis de segunda classe. O ensino jurídico vive a crise de criatividade e de identidade. Não sabe para que serve, de onde veio e para onde vai, na sua visão maniqueísta do homem e da sociedade.

---

[2]FEITOZA, Pedro. A equivocada "crise" da educação jurídica. In *Revista Crítica do Direito*. n° 1. v. 21. Disponível em http://www.criticadodireito.com.br/. Acesso em 10 out. 2013.

[3]MOSSINI, Daniela Emmerick de Souza. *Ensino jurídico*: história, currículo e interdisciplinaridade. Tese. São Paulo: PUC, 2010. p. 21.

Para Juliana Oliveira[4], as reformas realizadas na educação jurídica, principalmente por meio de alterações legislativas, não provocaram muitas mudanças nem alcançaram os objetivos almejados. No entanto, foram "fundamentais para ensejar novos debates e apontar novas perspectivas". Por seu turno, Pedro Feitoza[5] concorda com esse entendimento, ao concluir que "a questão fundamental da educação jurídica é a de que só se pode pensá-la a partir da correta visão do direito". Assim, ele acredita que nenhuma reforma pode trazer resultados, se estiver vinculada "à ideia positivista que reduz o direito ao direito positivado pelo Estado. Uma reforma válida da educação jurídica só pode ser feita a partir de uma revisão global, sociológica e filosófica do que é direito".

No entendimento de João Maurício Adeodato[6], os cursos jurídicos continuam mantendo um caráter bacharelesco, sem acompanhar as mudanças que vêm ocorrendo em relação às novas práticas jurídicas, "mostrando-se inadequados não apenas para explicar e transmitir conhecimentos sobre a realidade brasileira como também na preparação do aluno para a práxis profissional". O autor aponta várias causas que demonstram a crise por que passa a educação jurídica:

> O baixo nível do corpo docente, amadores recrutados às pressas, muitos sem o menor preparo técnico e pedagógico, tornando o ensino jurídico uma atividade secundária e diletante; o baixo nível do corpo discente, selecionado a partir de um exame vestibular inapropriado e ignorante das necessidades do corpo discente nos diferentes cursos oferecidos pela universidade; como a viabilidade comercial dos cursos secundários se mede pelo sucesso ou insucesso de seus ex-alunos no vestibular, o ensino secundário mergulha em um pragmatismo que de pouco serve ao estudante após seu ingresso em determinadas faculdades, mormente as de direito; a proliferação do mercantilismo no ensino jurídico, tornando faculdades de direito um negócio simples e lucrativo sob a máscara da democratização do ensino superior, processo que foi impulsionado nos governos militares, mas que pode piorar se a sociedade não estiver atenta; os péssimos salários, afastando da universidade os mais cobiçados pelo mercado, processo impulsionado nos últimos governos civis; ou a falta de infraestrutura material adequada para o ensino, para a pesquisa e para a extensão, as três atribuições constitucionais da universidade brasileira.

---

[4]OLIVEIRA, Juliana. Ensino Jurídico: Experiências inovadoras. *Ensino Jurídico:* História que explica a prática docente, pp. 1-8. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 4.
[5]FEITOZA, Pedro. Ibid.
[6]ADEODATO, João Maurício. CNPQ – Diagnóstico 1992 e Plano de Ação 1993. *Revista Sequência*, nº 27, ano 14, dezembro de 1993, pp. 77/91. Disponível em http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/cnpq-diagn%C3%B3stico-1992-e-plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-1993. Acesso em 20 jan. 2014.

Jean-François Lyotard[7] faz uma crítica à manutenção do modelo tradicional de ensino jurídico, mesmo após as reformas curriculares, afirmando:

> A crise do saber científico, cujos sinais se multiplicaram desde o fim do século XIX, não provém de uma proliferação fortuita das ciências, que, por sua vez, seria o efeito do progresso das técnicas e da expansão do capitalismo. Ela advém da erosão interna do princípio de legitimidade do saber. Esta erosão acha-se em ato no jogo especulativo e é ela que, ao desmanchar a trama enciclopédica na qual cada ciência deveria encontrar o seu lugar, as deixa emancipar.

Com efeito, não se pode negar que a crise do ensino jurídico no Brasil é originária da própria história do direito brasileiro e também do conceito do que seria direito. É importante esclarecer, desde já, que os cursos jurídicos começaram a ser criados no Brasil a partir de 1827, como resultado do processo de independência do país, com o objetivo de substituir a geração de juízes formados em Coimbra e de formar as elites brasileiras nos campos intelectual, político e administrativo[8].

Mais do que atender a demanda da sociedade por justiça, a criação dos cursos de direito visava a prover o país de pessoas capacitadas tecnicamente para operar sua burocracia. As primeiras faculdades criadas foram a de Olinda e a de São Paulo. Aquela funcionava como um centro intelectual que preparava novos doutrinadores e formulava novas teorias. Já a Faculdade de Direito de São Paulo estava focada na formação de políticos e burocratas de Estado, direcionando seus esforços mais para a política da nação do que para o aperfeiçoamento do sistema jurídico[9].

Para Rafael Gonçalves Mota[10], o estudo do ensino jurídico no Brasil foi iniciado no século XIX, com o objetivo de resolver o problema de "formação de mentes intelectualmente capazes de suprir a demanda por pessoas aptas a ocupar cargos na corte imperial, que havia se transferido ao Brasil fugindo da ameaça napoleônica". Já Tercio Sampaio Ferraz Jr.[11] vai mais além, afirmando que a situação em que se encontra o ensino jurídico tem suas origens nas transformações sociais ocorridas a partir de 1950:

---

[7]LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989. p. 82.
[8]OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Ensino jurídico: história que explica a prática docente. *Ensino jurídico:* experiências inovadoras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
[9]AGUIAR, Renan; MACIEL, José Fábio Rodrigues (coordenadores). *História do direito*. São Paulo: Saraiva (Coleção Roteiros Jurídicos), 2007.
[10]MOTA, Rafael Gonçalves. A evolução histórica do ensino jurídico no Brasil. *Ensino jurídico*: os desafios da compreensão do direito. Estudos em homenagem aos 10 anos do curso de direito da Faculdade Christus. Fortaleza: Faculdade Christus, 2012. p. 405.
[11] FERRAZ JR, Tércio Sampaio. *A visão crítica do ensino jurídico*. Disponível em http://www.terciosampaioferrazjr.com.br/. Acesso em 21 jan. 2014.

> A situação atual do ensino jurídico, que é de impasse, foi gerada pelas transformações sociais, a partir de 1950. Marcadas pela massificação, essas mudanças determinaram as normas produzidas pelo Estado; o advogado especializado - transformando o caráter e a imagem da profissão - e a instituição de técnicas e perspectivas voltadas para a eficiência, **o que vem imprimindo ao direito uma visão técnico-legal**. (grifo nosso)

Daniela Emmerich de Souza Mossini [12], por sua vez, acredita que a formação acadêmica influenciada por Portugal contribuiu diretamente no modo de atuação do jurista:

> Verificamos que o problema se origina de uma tensão que nasce do contraste de uma cultura jurídica lusitana antiga essencialmente formalista, tecnológica e despolitizada dos profissionais do direito, proporcionada pelo ensino jurídico eminentemente dogmático, em face da nova configuração de um ordenamento jurídico fortemente carregado de fatores políticos e sociais, que exige novas responsabilidades do bacharel. Tal tensão tende a impulsionar os integrantes daquelas carreiras, enquanto operadores do direito, para o questionamento dos modelos antigos de aplicação da lei, impulsionando também a modernização dos padrões de distribuição de justiça no âmbito do Poder Judiciário, ao se considerar que este último sempre foi tido como um poder com funções clássicas de manutenção do status quo político, jurídico, social, econômico e cultural.

Alberto Venâncio Filho [13] acrescenta aos entendimentos esposados acima a profissionalização e a cultura geral como pontos nucleares da discussão sobre a reforma do ensino jurídico:

> Esse tema, que poderia parecer pacífico, não o é, e ainda hoje encontramos pessoas da mais alta autoridade no setor, que ainda se prendem a uma visão de um ensino jurídico como de cultura geral. É evidente que, até a criação das faculdades de filosofia, ciências e letras e das escolas especializadas no campo das ciências sociais, como a de economia, administração pública e de empresas, sociologia, o ensino jurídico, pretensamente, desempenhava essa função de caráter geral, ou melhor dizendo, os jovens interessados nesses estudos ingressavam nas faculdades de direito. Na medida, porém, em que chegamos a ter universidade oferecendo, em escolas especializadas, esta gama variada de conhecimentos, não se justifica pensar que algum jovem deva ingressar na faculdade de direito para especializar-se em qualquer desses assuntos. A

[12]MOSSINI, Daniela Emmerick de Souza. Op. cit., p. 25.
[13]VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Análise histórica do ensino jurídico no Brasil.* In Cadernos da UnB – Ensino Jurídico. Editora Universidade de Brasília, 1978-1979. p. 3.

> profissionalização do curso de direito parece o pressuposto básico do restabelecimento do primado da profissão de advogado e da preparação de profissionais adequados às necessidades do mercado de trabalho. Tal fato implica, a meu ver, inclusive, o início e uma especialização ainda do curso de bacharelado, segundo o esquema previsto pelo professor San Tiago Dantas na aula de 1955.

Mas, a partir de meados do século XIX, algumas reformas começaram a ser feitas visando à modificação desse modelo voltado à perpetuação das estruturas do poder vigente à época. Assim, em 1972, foi proposto um novo currículo mínimo para o curso de direito, pela Resolução nº 3 do Conselho Federal de Educação, com a consequente inclusão da prática forense na estrutura curricular.

Em 1994, o MEC fez uma nova readequação curricular através da Portaria nº 1.886, fixando as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso de direito. Por fim, em 2004, a Resolução nº 9 do Conselho Nacional de Educação (Anexo A) aprovou novas diretrizes destinadas, principalmente, ao desenvolvimento de competências e habilidades para a formação do bacharel[14]. De acordo com Martha Luciana Scholze[15], a Portaria nº 1.886 "buscou dar relativa uniformização aos currículos, estabelecendo, dentre outras exigências, a necessidade de se elaborarem projetos pedagógicos que mostrassem a alunos e professores quais os caminhos a serem percorridos para a execução do curso". Entretanto, mesmo nos cursos de direito que adotaram a proposta político-pedagógica, a situação pouco mudou.

O quadro permaneceu quase inalterado porque os cursos jurídicos dessa época não estavam preocupados em preparar intelectuais críticos do direito, formadores de opinião, mas uma elite política capacitada. O Estado controlava tudo (currículo, programas, livros, professores etc.), o que "contribuiu para que a conscientização crítica dentro das faculdades fosse inviabilizada", conforme anotam Christianny Diógenes Maia e Thanara Rocha Diógenes[16].

Para Juliana Ferrari de Oliveira[17], a instituição de novas diretrizes curriculares para o curso jurídico não modificou muita coisa. Segundo esclarece, "alterações legislativas não necessariamente culminam em mudança de pensamento e do modo de agir", sendo

---

[14]OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Ibid.

[15] SCHOLZE, Martha Luciana. O ensino do direito e a cidadania: o novo perfil profissional. *Diálogo e entendimento*: direito e multiculturalismo & cidadania e novas formas de solução de conflitos. Rio de Janeiro: Gen, 2009. p. 273.

[16]MAIA, Christianny Diógenes Maia; DIÓGENES, Thanara Rocha. Crítica ao ensino jurídico brasileiro. *Ensino jurídico*: os desafios da compreensão do direito. Estudos em homenagem aos 10 anos do curso de direito da Faculdade Christus. Fortaleza: Faculdade Christus, 2012. p. 68.

[17]OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Op. cit., p. 4.

importantes para ensejar debates e apontar novos caminhos. Nesse sentido, ela acredita que a crise do ensino jurídico demanda uma mudança profunda na forma de ensinar.

Na verdade, não é só o modelo de ensino que exige mudança, mesmo porque a crise da educação jurídica é um aspecto da própria crise cultural do país e da própria crise do direito[18]. Essa constatação leva a considerar que o ensino ainda é muito legalista, não se preocupando essencialmente com o raciocínio jurídico e com a capacidade crítica de cada operador do direito. Diante desse quadro, não restam dúvidas de que é preciso modificar sistemas arcaicos e antiquados e criar novos paradigmas, como afirma Pedro Feitoza[19]:

> Assim, concordamos com Roberto Lyra Filho (1980), quando conclui que, superando essa ideia de crise e aceitando que a nossa educação jurídica nunca saiu de patamares medíocres de qualidade, abre-se para nós a perspectiva clara de que o que precisamos não é retomar velhas visões ou insistir em um caminho que sempre deu errado. O paradigma epistemológico do positivismo normativista não é mais opção. Precisamos traçar um novo caminho para a educação jurídica que possibilite revolucionar a forma de enxergar e ensinar o direito. Esse novo caminho deverá ser trilhado, invariavelmente, com pés firmes na realidade concreta do povo brasileiro e, acima disso, do povo latino-americano. **O tempo de importar ideologias terminou. Precisamos construir a nossa própria educação jurídica, o nosso próprio direito.** Para isso, continuo ao lado de Lyra Filho e sua proposição dialética como método de apreensão do fenômeno jurídico como base para constituição de uma nova visão do que é direito. (grifo nosso)

Nessa perspectiva, afirma Martha Luciana Scholze[20]: "É necessário ir além da visão positivista da ciência que, através do método lógico-formal da dogmática, coloca-se numa posição de neutralidade e objetividade no ato de conhecimento do objeto de estudo". Para ela, trata-se de uma visão que transforma o ensino do direito em mera explicitação do que ditam as leis:

> Não haverá mudanças se não repensarmos o direito para livrá-lo das teorias dogmáticas e dos tecnicismos, encarando-o em função da práxis sociopolítica atual e local. A ciência é um processo de produção de conhecimento, na qual, a cada passo, nos deparamos com fatos novos. Querer produzir conhecimentos científicos, no sentido de querer produzir verdades inquestionáveis e imutáveis, foi e continua sendo o grande erro da ciência jurídica.

[18]RODRIGUES, H. W. *Ensino jurídico e direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1993.
[19]FEITOZA, Pedro. A equivocada "crise" da educação jurídica. In *Revista Crítica do Direito.* nº 1. v. 21. Disponível em http://www.criticadodireito.com.br/. Acesso em 20 jan. 2014.
[20]SCHOLZE, Martha Luciana. Op. cit., p. 274.

O entendimento da autora vem corroborar o que se defende na presente tese, cuja base teórica é defendida por Luis Alberto Warat sobre o senso comum teórico do jurista. Essa temática será analisada no próximo item, tendo em vista a crítica que se faz sobre o ensino jurídico brasileiro dominado pela cultura dogmática. Como se sabe, a atuação jurídica tradicional é de cunho dogmático, positivista, formalista, individualista e conservador. Por tais motivos, ela se mostra "incapaz de oferecer soluções satisfatórias e eficientes às atuais necessidades decorrentes dos novos tipos de conflitos sociais e dos novos paradigmas jurídicos que se impõem atualmente" [21].

Infelizmente, a maioria dos cursos de direito do Brasil prepara apenas técnicos jurídicos que têm por objetivo aplicar a lei, privilegiando "o caráter de especialização, limitando a compreensão ampla e humanista de formação dos operadores jurídicos, menosprezando disciplinas de conteúdo histórico ou filosófico, levando-as à condição de mera perfumaria inútil", explicam Christianny Diógenes Maia e Thanara Rocha Diógenes[22]. Para as autoras, desenvolve-se um ensino jurídico baseado na lógica do mercado que não forma intérpretes do direito, mas "exegetas mecânicos", preocupados mais com a clientela e as conquistas profissionais do que com a ética e a justiça.

Conforme entende Alayde Sant'anna[23], é necessário e urgente modificar esse quadro de crise do ensino jurídico, o que exige a construção de uma teoria jurídica nova:

> Surge, assim, a necessidade de uma concepção acerca do direito que forneça os elementos desmistificadores para que se revelem as ideologias e o fenômeno jurídico possa ser percebido em perspectiva não dogmática nem metafísica. Um tal projeto passa, necessariamente, pela discussão do ensino jurídico no Brasil, onde as Faculdades de Direito vêm ocupando um lugar privilegiado: o lugar onde, em especial, a ideologia das classes dominantes se reproduz. Penso, portanto, que só um posicionamento analítico em face do discurso jurídico oficial poderá concorrer no sentido de se operar uma alteração qualitativa no nível das discussões acerca da crise do ensino jurídico e caminhar para a busca de um saber jurídico libertador.

Na verdade, a formação dos operadores do direito sem uma visão crítica já nasceu a partir da instituição dos cursos jurídicos no Brasil, na época do Império. Como se sabe, essa formação era de interesse dos que detinham o poder e que estavam interessados em formar juristas e, portanto, interferiam nessa formação. A esse respeito, afirma João Maurício

[21]MAIA, Christianny Diógenes Maia; DIÓGENES, Thanara Rocha. Op. cit., p. 67.
[22]MAIA, Christianny Diógenes Maia; DIÓGENES, Thanara Rocha. Op. cit., pp. 75/76.
[23]SANT'ANNA, Alayde. Por uma teoria jurídica da libertação. In SOUSA, José Geraldo (org.). *Introdução crítica ao direito*. 4 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. p. 27.

Adeodato[24]: "Não apenas a metodologia de ensino e pesquisa é conservadora e inadequada, mas também a administração dos cursos jurídicos tem-se revelado amadora e incompetente para angariar recursos. Modificar a estrutura curricular dos cursos jurídicos parece-nos um problema menor".

Agostinho Ramalho Marques Neto [25] também acredita que simples reformas curriculares não poderão propor novos objetivos para o ensino do direito, no sentido de se preocupar com a construção de uma sociedade mais justa e solidária, uma sociedade melhor, preocupada não apenas com o individual, mas também com o coletivo. Com efeito, simples reformas curriculares nos cursos de direito podem não resolver o problema da crise na educação jurídica. Todavia, será um passo decisivo e necessário para que mais ações venham a ser desenvolvidas, de modo a serem construídos instrumentos para concretizar um acesso à justiça eficaz, rápido, desburocratizado e de interesse de todos.

Isso acontece porque o problema da atual educação jurídica vem desde a implementação dos cursos jurídicos no Brasil. Tais cursos foram criados para estruturar politicamente os poderes, bem como para suprir as necessidades burocráticas e administrativas. Nesse sentido, asseveram Ana Luiza Rocha Melo Santos e Patrícia Antunes Gonçalves[26]:

> Os cursos jurídicos, desde a sua implementação no Brasil, tiveram como característica principal a transmissão de um ensino jurídico meramente reprodutor, primando em preparar um operador do direito tecnicista, prisioneiro do mundo do "dever-ser". Este ensino era composto por disciplinas altamente positivadas, baseadas em um sistema de codificações, abstrações e formalismo procedimental e técnico. Nesta perspectiva, e apesar do decorrer dos anos, procura-se mostrar que a crise que assola o ensino jurídico persiste até os dias de hoje. Professores mal preparados, alunos despreocupados com o conhecimento transformador e uma sociedade pouco participativa caracterizam o cenário atual da crise. A crise do ensino jurídico é desencadeada por múltiplos fatores e já perdura, a bem da verdade, desde a instituição dos primeiros cursos de direito no país. Esse fato deve-se ao momento histórico e às finalidades para as quais foram criadas as primeiras escolas jurídicas que datam de 1828.

[24]ADEODATO, João Maurício. Op. cit., pp. 77/91.
[25]MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. *A ciência do direito*: conceito, objeto, método. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 216.
[26]SANTOS, Ana Luiza Rocha Melo; GONÇALVES, Patrícia Antunes. *A influência da OAB no ensino jurídico no Brasil.* Rev. Curso Dir. UNIFOR, Formiga, v. 4, nº 2, p. 01-21, jul./dez. 2013. p. 3.

Efetivamente, o problema da educação jurídica é muito maior, não envolvendo apenas reformas curriculares, incentivos maiores aos docentes e discentes, melhor estrutura para o funcionamento dos cursos jurídicos, entre outros fatores. "A consolidação de um modelo inovador de ensino jurídico passa pela própria concepção que se tem do direito. Trata-se de construir, a partir das teorias críticas, uma nova cultura jurídica", afirmam Christianny Diógenes Maia e Thanara Rocha Diógenes[27].

Também o presente trabalho defende um novo paradigma de educação jurídica, uma cultura jurídica da desjudicialização dos conflitos, voltada à prática da pacificação, como será visto no decorrer dos capítulos. Claro que esse é um processo lento. Não é de uma hora para outra que se conseguirá modificar um sistema baseado na cultura da judicialização, cuja prática jurídica e forense vem demonstrando ainda a força dessa cultura. Antes, é preciso mudar a mentalidade das pessoas, no sentido de que possam passar a cultivar esse novo paradigma. E esse processo deve começar nos bancos das faculdades de direito.

Afirma Edgar Morin[28] que "a educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência". Porém, esse processo exige a postura crítica das partes, seja daquele que ensina ou daquele que aplica os conhecimentos recebidos.

No que diz respeito especificamente ao ensino do direito, não se pode mais admitir que os discentes mantenham uma postura de decorador de leis e de que os docentes ou os operadores do direito sejam meros aplicadores do que ditam as leis. Todos têm de ir além e "exercer a sua responsabilidade em constantemente sanar as falhas e lacunas do ordenamento jurídico no qual estão inseridos", completa Denise Lucena Cavalcante[29]. Sobre a temática, leciona João Maurício Adeodato[30]:

> A rubrica sob a qual acontecem as atividades acadêmicas não interessa tanto quanto as próprias atividades. E estas não podem ser obtidas por modificações formais. Sob o ponto "norma jurídica" ou "direitos reais sobre coisas alheias", o professor tanto pode debater questões relevantes quanto recitar teses enfadonhas sobre fatos que jamais aparecerão na futura vida profissional dos alunos. Mesmo assim, diante dessa colocação de caráter mais geral, pensamos que enfatizar disciplinas como

[27]MAIA, Christianny Diógenes Maia; DIÓGENES, Thanara Rocha. Op. cit., p. 80.
[28]MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. Da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000. p. 39.
[29]CAVALCANTE, Denise Lucena. Ensino jurídico contemporâneo: da academia para a sociedade. *Ensino jurídico*: os desafios da compreensão do direito. Estudos em homenagem aos 10 anos do curso de direito da Faculdade Christus. Fortaleza: Faculdade Christus, 2012. p. 110.
[30]ADEODATO, João Maurício. Op. cit., pp. 77/91.

> teoria geral do direito, sociologia jurídica, filosofia do direito, história do direito, direito romano, em suma, privilegiar as disciplinas não dogmáticas só beneficiará a perspectiva crítica, dando ao aluno independência para seguir os estudos que bem entender. Para a parte dogmática, de suma importância e que hoje nada tem de prática, é preciso fazer funcionar obrigatoriamente o estágio profissional e o escritório modelo, o que seria inclusive uma forma de retorno à sociedade através do atendimento a comunidades carentes. As eventuais soluções precisam mais ainda de discussões do que o diagnóstico dos problemas. E é na distribuição dos investimentos para a área que o papel do CNPq é decisivo.

Resta evidente que é preciso modificar a postura dos docentes, de modo a se criar nos alunos a visão crítica do direito e retirar-lhes o vício de decorar as leis, preparando-os para terem mais poder interpretativo do que aplicativo. Além disso, é necessário aperfeiçoar a postura do operador do direito, modificando sua mentalidade no sentido de que possa dar destaque especial ao acesso à justiça e à descentralização da jurisdição. Heliana Maria Coutinho Hess[31] acredita que os cursos jurídicos têm esse papel de integração e formação profissional do operador do direito. Para isso, segundo esclarece, a formação jurídica e a matriz curricular devem ser modificadas para se adaptarem às reais necessidades e aos novos direitos.

Portanto, pode-se dizer que o ensino jurídico está em crise, pelos vários fatores apontados. Isso acontece, principalmente, porque as estruturas curriculares dos cursos de direito encontram-se defasadas, em razão de não acompanharem a transformação natural de fatores sociais, econômicos, políticos e jurídicos por que passa a sociedade. Nesse novo cenário, o cidadão, assumindo sua cidadania, clama por um acesso à justiça baseado na cultura da pacificação.

1.2 SENSO COMUM TEÓRICO DOS JURISTAS: CONTRIBUIÇÃO DA OBRA DE LUIS ALBERTO WARAT PARA A DESJUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS

Não restam dúvidas de que a jurisdição estatal ainda é o meio mais utilizado pelas pessoas na busca para a solução de seus conflitos de interesses. Mesmo assim, a sociedade tem consciência de que o Poder Judiciário se encontra em crise, justamente por não exercer a função jurisdicional de forma célere, eficaz e desburocratizada. O Poder Judiciário não está acompanhando a potencialização do surgimento de demandas, podendo-se apontar os

[31] HESS, Heliana Maria Coutinho. *Acesso à justiça e descentralização da jurisdição no Estado Federal:* comparativo entre o sistema e as reformas judiciais do Brasil e da Alemanha. Tese. São Paulo: 2002. p. 278.

seguintes motivos: não existem servidores suficientes para atender às demandas; sua estrutura funcional precisa ser reformada; a qualidade da prestação jurisdicional está comprometida pela demora na duração do processo e pela insatisfação do jurisdicionado com a máquina judiciária.

Segundo Humberto Lima de Lucena Filho[32], tudo isso é reflexo da interação entre pessoas em uma sociedade, pois "empresas, trabalhadores, consumidores e estados interagem entre si num ritmo assaz célere, potencializando o surgimento de lides". Como resultado, os tribunais estão abarrotados de litígios, muitos dos quais poderiam ser solucionados previamente sem precisar do auxílio do Poder Judiciário, conforme será analisado adiante.

É notória a existência de um excesso de litigância no Brasil, principalmente porque existe uma procura demasiada pela prestação da tutela jurisdicional. Isso nada mais é do que o reconhecimento de que foi instalada no direito brasileiro a cultura da litigância, destoando completamente da cultura do conflito, que é um conjunto de práticas ou regras específicas de uma dada sociedade sobre a conflituosidade. Humberto Lima de Lucena Filho[33] esclarece que é preciso fazer uma distinção entre a cultura do conflito e a cultura da litigância, uma vez que esta última reflete a distorção da tipologia daquela:

> Repercute uma anormalidade funcional do conflito, de forma que a ideia geral inserida no (in) consciente coletivo é a de que todo e qualquer conflito necessita ser judicializado e resolvido sob a forma de uma solução adjudicada, dotada de força imperativa e coercitiva, fundada na lógica vencedor-perdedor.

Marco Antonio Perruso[34], analisando a cultura da litigância e o acesso à justiça do ponto de vista sociológico, considera que o excesso de litigância é um processo de judicialização da política ou, ainda, de judicialização das relações sociais. Esse entendimento é corroborado por Bernardo Sorj[35], que enxerga nesse processo um problema para o funcionamento da democracia política. Mas o problema central está justamente em se priorizar, ainda, o Poder Judiciário como o principal ator na prestação da jurisdição. Muitos operadores do direito ainda resistem à prática da dogmática jurídica e ao senso comum teórico

---

[32]LUCENA FILHO, Humberto Lima de. *A constitucionalização da solução pacífica de conflitos na ordem jurídica de 1988.* Tese. UFRN: Natal, 2012. p. 42.
[33]LUCENA FILHO, Humberto Lima de. Op. cit., p. 44.
[34]PERRUSO, Marco Antonio. Aspectos sociológicos da litigância e do acesso à justiça. *Revista da SJRJ*, Rio de Janeiro. n. 16. v. 24, 2009. Disponível em http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrj/article/viewFile/63/62. Acesso em 28 set. 2013.
[35]SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

dos juristas, engessando o pensamento e a criatividade desses operadores, os quais seguem literalmente o que ditam as regras jurídicas.

Luiz Alberto Warat foi um dos primeiros juristas a introduzir no Brasil, em meados de 1970, a filosofia analítica do direito sob uma perspectiva crítica. Essa nova visão impactou a teoria jurídica positivista dominante na época, especialmente por privilegiar a linguagem, pressuposto epistemológico fundamental para o conhecimento. O pensamento de Warat inaugurou a ruptura que a filosofia da linguagem provocou na compreensão do ato de conhecer, pois buscou elementos para tornar visível a relação entre direito e linguagem. Com isso, construiu uma base teórica que tem por objetivo compreender o papel da ideologia no discurso jurídico[36].

É dele a expressão "senso comum teórico dos juristas", que surgiu na obra *Mitos e teorias na interprestação da lei.* Essa expressão "designa as condições implícitas de produção, circulação e consumo das verdades nas diferentes práticas de enunciação e escritura do Direito" [37], privilegiando a dimensão ideológica de verdades jurídicas. O citado autor aponta Louis Althusser, Émile Durkheim, Gaston Bachelard, Wittgenstein e Nietzsche como importantes antecedentes da noção de senso comum teórico.

Para Paulo Henrique Tavares da Silva[38], o senso comum teórico dos juristas referido por Warat serve para "mencionar a dimensão ideológica das verdades jurídicas disseminadas pelos profissionais da área". São dogmas que provocam uma "dependência generalizada e manipulatória, baseada no caráter culpabilizante da ideologia", reprimindo e padronizando os "desejos individuais, condicionando-os à margem das ameaças da coerção organizada e seus efeitos psicológicos". E assim "o direito assumiria o papel de superego na sociedade, adequando os indivíduos às relações de dominação, especialmente a partir da esfera psicológica".

De acordo com Jaqueline Santa Brígida Sena [39], Warat entende que existe um "conglomerado de pré-compreensões, de instâncias significativas, de significações pré-discursivas, que permeiam e dão contorno ao discurso de verdade nas ciências, bem como regulam a forma de atuação dos produtores e intérpretes desse discurso, impedindo o questionamento das raízes sociais das verdades produzidas". O estudo de Warat é baseado, em

[36] SENA, Jaqueline Santa Brígida. *O dogma da neutralidade na prestação jurisdicional:* uma abordagem jusfilosófica a partir do pensamento de Luis Alberto Warat. Dissertação. São Paulo, 2010. p. 64.
[37] WARAT, Luiz Alberto. *Introdução geral ao direito.* Interpretação da lei. Temas para uma reformulação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994. pp. 13/17.
[38] SILVA, Paulo Henrique Tavares. *A judicialização da política no Brasil e o comportamento decisional dos seus magistrados:* o Judiciário como um ambiente micro-hegemônico e a contenção judicial - uma análise sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético. Tese. João Pessoa, 2013. pp. 113/114.
[39] SENA, Jaqueline Santa Brígida. Op. cit., pp. 77/78.

especial, na constatação de que os juristas e demais operadores do direito são bombardeados todos os dias por imagens, representações, crenças, metáforas, regras morais e éticas, entre outros aspectos. Esses fatores vão disciplinar os seus atos, a partir de "um máximo de convenções linguísticas que encontramos já prontas em nós, quando precisamos falar espontaneamente para reificar o mundo e compensar a ciência jurídica de sua carência". Conclui Luiz Alberto Warat[40]:

> Enfim, podemos dizer que, de um modo geral, os juristas contam com um arsenal de pequenas condensações de saber: fragmentos de teorias vagamente identificáveis, coágulos de sentido surgidos do discurso dos outros, elos rápidos que formam uma minoria do direito a serviço do poder. Produz-se uma linguagem eletrificada e invisível – o "senso comum teórico dos juristas" – no interior da linguagem do direito positivo, que vaga indefinidamente servindo ao poder.

De acordo com Luiz Alberto Warat[41], os juristas têm à sua disposição um "emaranhado de costumes intelectuais que são aceitos como verdades de princípios para ocultar o componente político da investigação de verdades". E isso representa o senso comum teórico, "o conjunto de opiniões comuns dos juristas manifestados como ilusão epistêmica". Maicon Rodrigo Tauchert[42] considera esse senso comum como uma "esquizofrenia pandêmica", na qual o jurista reflete apenas sua condição de reprodutor de conceitos incorporados ao seu subconsciente pela formação e conhecimentos que adquiriu no curso de direito:

> A (de)formação dos juristas brasileiros dá-se de forma alienada, a qual enseja uma operabilidade tautológica, fora do contexto complexo e multicultural da sociedade contemporânea. Adstrito somente ao texto, onde está contida toda a verdade, todas as perguntas e todas as respostas. O enclausuramento lógico da reflexão e dos discursos jurídicos reduz os significados a conceitos. Certamente evidenciando a condição de esquizofrenia da reflexão do jurista e de seu meio, proporcionada pela (des)informação na qual está fundamentado.

[40]WARAT, Luiz Alberto. Op. cit., p. 15.
[41]WARAT, Luiz Alberto. Op. cit., p. 16.
[42]TAUCHERT, Maicon Rodrigo. *A formação do senso comum teórico dos juristas brasileiros*. Disponível em http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=2757. Acesso em 30 set. 2013.

Para Luiz Alberto Warat[43], "é o discurso kelseniano, tornado senso comum, que influi para que o jurista de ofício não seja visto como um operador das relações sociais, mas sim como um operador técnico dos textos legais". Immanuel Kant[44], muito antes, já havia dissertado sobre o senso comum, entendendo que esse princípio não atua conforme o sentimento, mas conforme conceitos.

Com o objetivo de discutir e propor os princípios e métodos à teoria jurídica, ante a necessidade de dar ao direito uma autonomia científica própria, Kelsen disciplinou o princípio da pureza. Seu objetivo era superar as confusões metodológicas da livre interpretação do direito, em face da tendência a um retorno aos parâmetros do direito natural ou mesmo à aplicação de critérios de livre valoração. Para ele, o direito deveria ser encarado como norma e não como fato social ou como valor transcendental[45].

Hans Kelsen apresentou, na obra *Teoria pura do direito*, uma concepção de ciência jurídica com a qual pretendia alcançar, no direito, os ideais de qualquer ciência, quais sejam, a objetividade e a exatidão. Para alcançar esses objetivos, Kelsen propôs uma depuração do objeto da ciência jurídica, para garantir a autonomia científica na disciplina jurídica que, segundo ele, vinha sendo deturpada pelos estudos sociológicos, políticos, psicológicos e filosóficos. Por isso, o seu pensamento escolheu como alvo preferido as teorias críticas do direito.

Em sua obra, procurou definir as condições para a construção de um conhecimento consistente e científico do direito. Preocupou-se com o conhecimento do direito e os meios e métodos que poderiam ser utilizados para assegurar-lhe o estatuto científico, pois o direito, para ele, nunca deixará de ser ciência. Por ser ciência, precisará sempre ser discutido, analisado e interpretado, com o objetivo de criar mecanismos mais eficazes para os que lidam com essa ciência, ou seja, os operadores do direito. Todavia, para Warat, nenhuma teoria do direito, nem mesmo a teoria de Kelsen, deixou de ter caráter ideológico, uma vez que todas buscaram justificar a ordem jurídica e não simplesmente explicá-la. "Em todas elas, o senso comum teórico manifesta-se como uma filosofia espontânea que mascara o verdadeiro papel do direito", afirma Jaqueline Santa Brígida Sena[46].

---

[43]WARAT, Luis Alberto. *Epistemologia e ensino do direito: o sonho acabou.* Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. p. 30.
[44]KANT, Immanuel. *Primeira introdução à crítica do juízo.* Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
[45]BRANDÃO, Fernanda Holanda de Vasconcelos. *Leitura crítica do pensamento de Hans Kelsen:* o direito como ordem normativa de coação. prim@facie – ano 5, n. 9, jul/dez. 2006, pp. 149-163.
[46]SENA, Jaqueline Santa Brígida. Op. cit., p. 86.

Em razão desse e de outros fatores, Warat[47] faz uma crítica à teoria kelseniana, por entender que a epistemologia crítica da ciência ensina que a reivindicação de neutralidade ideológica e a objetividade científica não se apoiam em argumentos sólidos epistemológicos, mas sim em justificações valorativas. "No caso da teoria pura do direito, a tentativa de estudar a ciência jurídica com uma suposta neutralidade ideológica e política encobre o empenho, talvez inconsciente, de ideologizar esse saber, preservando, assim, o seu poder". Partindo-se dessa análise, muitos autores vêm discutindo o tema e entendendo que é preciso proporcionar ao senso comum teórico dos juristas uma visão crítica no sentido de não se tornar o operador do direito apenas um agente técnico, que simplemente repassa o que dizem os textos legais. Nesse sentido, anota Henrique Garbellini Carnio[48]:

> Pois bem, a partir deste elucidamento de que a revelação traz em distinção à inércia de emancipação social ocasionado pelo senso comum, só pode ocorrer a quebra desta inércia pela revelação, desvelamento do ser, concluímos assim, que necessária se faz uma conduta de crítica constante no desenvolvimento do conhecimento, havendo uma reciprocidade e alteridade nas relações entre os homens, ocasionando assim a possibilidade da construção de um pensamento numa constante crítica não passiva e acomodativa.

Luiz Alberto Warat[49] também se posiciona com essa mesma visão, entendendo que os juristas desenvolvem práticas interpretativas, em face do discurso da lei. Dessa forma, "forçam o silêncio sobre suas condições políticas" e facilitam respostas patológicas e desejos de alienar, excluir e omitir. Há, assim, "uma intenção de mostrar um estado de certeza, sem possibilidades de dúvida ou questionamento". Todavia, ele não nega, em nenhum momento, o valor do direito e o próprio valor das leis. O que critica é a existência desse senso comum dos juristas, entendido como legalista-positivista. Não aceita esse senso comum, pois acredita que a "questão do jurídico não passa pela necessidade de simular um Estado absolutamente controlado pela lei, graças à previsão da existência de uma razão com suficiente força para garantir o caráter ético do Estado, e sim pela compreensão de que o homem tem direito a ter direitos" [50].

---

[47] WARAT, Luiz Alberto. *A pureza do poder*. Florianópolis: UFSC, 1982. p. 51.
[48] CARNIO, Henrique Garbellini. *O senso comum e sentido comum teórico dos juristas*. Disponível em http://www.conjur.com.br/2007-abr-09/senso_comum_sentido_comum_teorico_juristas. Acesso em 30 set. 2013.
[49] WARAT, Luiz Alberto. *Introdução geral ao direito.* Interpretação da lei. Temas para uma reformulação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994. p. 20.
[50] WARAT, Luiz Alberto. Op. cit., pp. 24/25.

Para Luiz Alberto Warat, é preciso atribuir ao direito um caráter transformador. Assim, a discursividade e as práticas jurídicas, além dos atos interpretativos da lei, devem servir aos processos de transformação da sociedade, requerendo-se, para tanto, o afastamento do objetivismo que os domina. É preciso, segundo ele, uma obra epistemológica de ruptura para o direito, ou seja, o estabelecimento de uma teoria crítica do direito. Nesse sentido, enfatiza:

> Precisamos para o direito de uma obra epistemológica de ruptura. Esta é a atividade epistemológica que temos diante de nós hoje: o estabelecimento de uma teoria crítica do direito. Um nível epistemológico que transcenda, incorporando aquilo que for resgatável da teoria kelseniana e reformulando e negando alguns de seus pressupostos, assim como a filosofia analítica. Sem dúvida, estamos diante de um trabalho no qual se deve aprender a apagar. Muitas ideias deverão ser consideradas apenas como introdutórias para uma discussão. Mas, é precisamente nesta discussão que se alcançará a consciência crítica almejada. É uma crítica que pretenderá produzir através das teorias existentes, desnudando-as. É, na tentativa da reconstrução crítica dos processos de constituição das teorias prontas, que se poderá pretender construir a teoria crítica do direito[51].

Em suas considerações, o autor faz uma relação direta entre a dogmática jurídica e o sentido comum teórico. Nesse sentido, é acompanhado por Lenio Luiz Streck[52], quando afirma que a dogmática jurídica expressa-se como um conjunto de técnicas de "fazer crer". Com elas, os juristas conseguem produzir a linguagem oficial do direito, servindo de instrumento para a interpretação, sistematização e aplicação do direito. Na verdade, a dogmática jurídica se mostra como tentativa de construção de uma teoria sistemática do direito positivo, sem formulação de juízo de valor, refletindo apenas uma mera ciência formal. Por isso, segundo Warat[53], impõe-se um trabalho de lógica e de técnica jurídica, em que se realizariam operações de análise e síntese, de dedução e indução que produziriam, como resultado, "uma série de conceitos e princípios por meio dos quais se obteria uma interpretação clara das regras legais integrantes do direito positivo".

---

[51]WARAT, Luiz Alberto. *Introdução geral ao direito:* a epistemologia jurídica da modernidade. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995. p. 43.

[52] STRECK, Lenio Luiz. *Dogmática jurídica, senso comum e reforma processual penal:* o problema das mixagens teóricas. Pensar, Fortaleza, v. 16, nº 2, pp. 626/660, jul./dez. 201. Disponível em http://ojs.unifor.br/index.php/rpen/article/view/2165. Acesso em 30 set. 2013.

[53]WARAT, Luiz Alberto. Op. cit., p. 16.

Como se sabe, a dogmática jurídica é destinada ao estudo sistemático de normas, na qual o papel do jurista se evidencia em interpretar textos legais e apresentar as suas conclusões. Portanto, seu papel direciona-se ao campo de investigação, interpretação, aplicação e integração de normas, as quais são baseadas em princípios lógicos. É por isso que a teoria geral do direito se torna o "cume da sistematização da dogmática e chega a seu ponto alto com a elaboração da teoria pura de Kelsen que elimina de seu seio toda noção metajurídica e não só a valoração jurídica (a axiologia), senão também a faticidade (os fatos)" [54], reduzindo-se à demonstração lógica da validade das normas jurídicas.

Para Lenio Luiz Streck[55], a dogmática jurídica é um nítido exemplo de paradigma, porque "define e controla a ciência jurídica, indicando, com o poder que o consenso da comunidade científica lhe confere, não só as soluções para seus problemas tradicionais, mas, principalmente, os tipos de problemas que devem fazer parte de suas investigações". É importante esclarecer que a dogmática jurídica difere da zetética, formulada por Theodor Viehweg e difundida por Tercio Sampaio no direito brasileiro. A dogmática "se vincula às premissas e conceitos que extrai dos textos legais, declara-os indiscutíveis e os legitima; por sua vez, a zetética põe em relevo a problemática das premissas e pontos de partida da dogmática", explica Warat[56].

A crítica maior que se faz ao sistema jurídico brasileiro é a ausência de evolução no sentido de interpretar e aplicar o direito, mantendo paradigmas e teorias de cunho dogmático. Enfim, a principal crítica direciona-se ao fato de resistir a antigas práticas institucionalizadas, em especial, pela dogmática jurídica, cujo objeto de conhecimento é o direito positivo, fazendo com que os juristas pratiquem o senso comum teórico. A esse respeito, enfatiza Lenio Luiz Streck[57]:

> Assim, se a Constituição da República possui os indicadores formais para uma ruptura paradigmática, estes mais de vinte anos deveriam testemunhar uma ampla adaptação do direito aos ditames da Lei Maior. Isso não aconteceu porque há uma nadificação do novo paradigma. A resistência das velhas práticas institucionalizadas na e pela dogmática jurídica se deve a esse magma de significações (lembremo-nos de Castoriadis), que, no plano específico do direito, podemos chamar de senso (sentido) comum teórico dos juristas. Sem qualquer dúvida, foi Warat (1995) quem, além de cunhar a expressão "sentido (ou senso) comum teórico dos juristas", melhor trabalhou essa

[54]WARAT, Luiz Alberto. Ibid. p. 19.
[55]STRECK, Lenio Luiz. Op. cit., pp. 626/660.
[56]WARAT, Luiz Alberto. Ibid. p. 26.
[57]STRECK, Lenio Luiz. Op. cit., pp. 626/660.

> relação dos juristas– inseridos numa espécie de corpus de representações – com suas práticas cotidianas.

O problema, segundo Gilmar Antonio Bedin[58], é que os doutrinadores da dogmática jurídica e os operadores do direito não compreendem as "condições de produção, circulação e consumo do discurso jurídico hegemônico – da dogmática jurídica", as quais, muitas vezes, não são sequer declaradas. "Essas condições são (re)produzidas cotidianamente pelos cursos de direito, que alicerçam suas propostas de ensino em um conjunto de crenças mitificadas como se fossem verdades inatacáveis e em pressupostos teórico-políticos naturalizados por versões pseudocientíficas do direito", que se destinam a legitimar o discurso do poder dominante e a manter o *status quo*, conclui o autor.

Para Luiz Alberto Warat[59], o senso comum teórico "estabelece versões aceitas de um saber com pretensões de estabelecer desenhos naturais do mundo". E assim, impõe ideias que levam a acreditar que "o saber das ciências é uma espécie de cópia fotográfica passiva de suas características externas e internas". Constatando esse aspecto e analisando a obra de Warat, Gilmar Antonio Bedin[60] considera o senso comum teórico dos juristas como um conjunto de crenças sobre o legislador, o intérprete do direito, o ordenamento jurídico, a ciência jurídica e o aplicador do direito, as quais precisam ser reveladas, já que estão relacionadas com o ensino jurídico existente. Seguem as principais crenças apontadas pelo autor:

> – O legislador é um ser mítico e racional e que sua obra, o ordenamento jurídico, é autossuficiente, completo e não contraditório, possibilitando inferir-se, por atos de derivação racional, soluções para todos os tipos de conflitos normativos. Além disso, acredita-se que do ordenamento jurídico é possível extrair uma certeza total sobre as condutas proibidas e permitidas. Por isso o homem comum não deve ter qualquer dúvida nem temor em relação a ser, eventualmente, punido por uma conduta permitida, em tese, pelo ordenamento jurídico.
> – O intérprete do direito, ao efetuar o seu trabalho, realiza um ato de conhecimento e não de vontade, uma atividade mecânica pela qual o intérprete, mediante aplicação das regras do cálculo lógico, obtém certas conclusões logicamente deriváveis das premissas normativas. Assim, entende-se que o raciocínio do intérprete responde às regras do silogismo demonstrativo. É que os códigos, segundo o senso comum teórico dos juristas, não

[58] BEDIN, Gilmar Antonio. Ensino jurídico: do senso comum teórico dos juristas ao reconhecimento da complexidade do mundo. In *Direito em Debate*. Ano XI nº 18, jul./dez. 2002 – nº 19, jan./jun. 2003. Disponível em https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/757. Acesso em 30 set. 2013. p. 177.
[59] WARAT, Luiz Alberto. *A rua grita Dionísio!* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. pp. 27/28.
[60] BEDIN, Gilmar Antonio. Op. cit., pp. 179/180.

> deixam nenhum arbítrio ao intérprete. Por isso, acredita-se que o intérprete não cria direito.
> – A ciência jurídica deve estudar, sem formular juízo valorativo, o direito positivo vigente. A atitude científica dos juristas baseia-se, portanto, na aceitação, sem questionamento, do direito posto, mesmo aquele que não responde a um mínimo de justiça. Assim, a ciência jurídica não deve exercer qualquer função prescritiva, buscando purificar-se de todos os elementos metajurídicos e desvincular-se de toda a preocupação sociológica, axiológica, econômica, política ou antropológica. Assim imagina-se que a ciência jurídica produziria um conhecimento ideologicamente neutro e indiferente à esfera dos valores.
> – O aplicador do direito realiza um trabalho de subsunção lógica, o que o transforma num ser mítico que aplica as normas jurídicas de forma neutra e imparcial. Desqualifica-se, assim, qualquer possibilidade de que, nos atos decisórios do operador jurídico, possam ser apresentados componentes irracionais ou compromissos ideológicos conscientes ou inconscientes e, em consequência, afirma-se dogmaticamente que não há criação judicial do direito, apenas a aplicação lógica das normas abstratas.

Com efeito, esse quadro precisa ser modificado. Sem dúvida, o papel da educação jurídica, em especial, dos cursos de direito é importante para se quebrar essa resistência a antigos pressupostos institucionalizados. São crenças e dogmas que permeiam não só o senso comum teórico dos juristas, mas também a cultura jurídica brasileira como um todo. Esse modelo "reproduz a mesma forma de ordenação jurídica predominante no Ocidente – família romano-germânica de direito ou *civil law* – e, como regra, recepciona passivamente as principais matrizes da teoria jurídica deste campo de racionalidade"[61].

Além do mais, verifica-se que a grande maioria dos cursos de direito no Brasil apresenta os seguintes problemas: baixa qualificação do corpo docente; carência de base no corpo discente; proliferação do mercantilismo do ensino jurídico, tornando a criação de cursos de direito um negócio simples e lucrativo; inexistência de uma cultura jurídica voltada para a pesquisa científica e para a construção de redes de pesquisadores, como adverte João Maurício Adeodato[62]. Há, ainda, as seguintes distorções: o excessivo atrelamento da formação dos juristas, pelo menos, em um primeiro momento, à construção do Estado brasileiro; o formalismo e o bacharelismo da formação jurídica e o distanciamento do mundo profissional; a tradição individualista do direito brasileiro.

---

[61]BEDIN, Gilmar Antonio. Op. cit., p. 180.
[62]ADEODATO, João Maurício. CNPq: Diagnóstico 1992 e plano de ação 1993. In *Revista Sequência*: Estudos Jurídicos e Políticos. Florianópolis: Curso de Pós-Graduação em Direito, nº 27, 1993.

Essa mitificação do senso comum teórico dos juristas e os vários problemas já referidos geraram no Brasil, entre os anos 1970 e 1980, uma crise sem proporções no campo do direito. Essa crise foi impulsionada, segundo Gilmar Antonio Bedin [63] , pelas transformações sociais do período (abertura política e emergência de novos movimentos sociais) e pela sofisticação geral da teoria do direito. Esta última possibilitou a formação de grupos de juristas críticos, principalmente antidogmáticos (Associação Latino-Americana de Ensino do Direito – ALMED) e de viés marxista (Direito Achado na Rua e Movimento de Direito Alternativo). Segundo afirma, esses fatos contribuíram para a "primeira grande crise do direito".

Essa crise foi importante para impulsionar o processo de oxigenação da própria dogmática jurídica, começando com a Constituição Federal de 1988, que trouxe grandes inovações: afirmou o Estado democrático de direito, reconheceu a cidadania e a dignidade humana com fundamentos da República Federativa Brasileira e protegeu direitos e garantias fundamentais. Esse novo contexto motivou a edição da Portaria nº 1.886/94, que fixou novas diretrizes para a formação dos juristas.

Esse processo de oxigenação verificou-se com mais ênfase na proposta de diretrizes nacionais dos cursos jurídicos, formulada por um grupo de consultores (Paulo Luiz Netto Lôbo, Roberto Fragale Filho, Sérgio Luiz Souza Araújo e Loussia Penha Musse Felix), no ano de 2000. Essa proposta consolidou a atualização do discurso jurídico, ao redesenhar o perfil dos formandos, no sentido de adotarem uma postura crítica. Sobre essas novas diretrizes esclarce Gilmar Antonio Bedin[64]:

> A proposta dos consultores *ad hoc* direcionou os objetivos do curso para a formação de um profissional com uma sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valoração dos fenômenos jurídico-sociais, aliada a uma postura reflexiva e uma visão crítica que fomentem a capacidade de trabalho em equipe e favoreçam a aptidão para o desenvolvimento da cidadania.

De acordo com Gilmar Antonio Bedin[65], com base na proposta dos consultores acima referidos, os cursos jurídicos deveriam proporcionar: formação humanística, técnico-jurídica e prática; conduta ética associada à responsabilidade social e profissional; capacidade de

[63]BEDIN, Gilmar Antonio. Op. cit., p. 181.
[64]BEDIN, Gilmar Antonio. Op. cit., p. 182.
[65]BEDIN, Gilmar Antonio. Op. cit., p. 183.

apreensão, transmissão crítica e produção criativa do direito a partir da pesquisa; capacidade de equacionar problemas e buscar soluções harmônicas; capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos; capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional; domínio da gênese, dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente; consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

O Parecer nº 146/02 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, de 03 de abril de 2002, reafirmou essa necessidade, qual seja, a de oferecer aos formandos "uma sólida formação geral e humanística, favorecendo a construção de uma postura reflexiva e visão crítica dos problemas atuais, sem esquecer-se do compromisso com o desenvolvimento da cidadania" [66]. Segundo o autor referido, esses avanços não foram suficientes para resolver os problemas do sistema jurídico brasileiro e as limitações do senso comum teórico dos juristas. No entanto, amenizaram os problemas mais graves da trajetória jurídica brasileira: o da vocação individualista e o da visão positivista do direito pátrio.

Nos anos de 1990 houve a segunda grande crise do direito, originada da emergência do fenômeno do neoliberalismo e da globalização. "O fenômeno do neoliberalismo trouxe consigo a ideia de Estado mínimo e de flexibilização do direito, o que fragilizou um dos pilares do ordenamento jurídico moderno – a existência de normas gerais postas exclusivamente pelo Estado". Sobre a globalização e a necessidade de se libertar de crenças tradicionais, acrescenta Gilmar Antonio Bedin[67]:

> O fenômeno da globalização do mundo merece um destaque especial, pois, ao fragilizar o Estado moderno e o seu monopólio da produção jurídica, rompeu com uma das principais convicções estruturantes do senso comum teórico dos juristas: a ideia de soberania de um ordenamento nacional sobre um determinado território. Esse fato trouxe claramente novos desafios ao ensino jurídico, que tem como pressuposto o reconhecimento da complexidade do mundo e da interdependência global de muitos aspectos da realidade jurídica. Por isso, é preciso ensinar novos temas e novos princípios para os juristas em formação, que devem se libertar das crenças tradicionais do senso comum teórico e reinventar muitos dos pressupostos que organizaram a dogmática jurídica nos últimos 200 anos.

[66]BEDIN, Gilmar Antonio. Op. cit., p. 184.
[67]BEDIN, Gilmar Antonio. Op. cit., p. 185.

Nesse novo cenário, os cursos de direito não podem mais se preocupar em transmitir apenas o que ditam as legislações. Mais do que isso, é preciso criar um sentimento de responsabilidade no bacharel em direito e futuro profissional da área, no sentido de se comprometer com o Estado democrático de direito. Deve, portanto, assumir uma postura ética, autônoma, responsável e crítica, buscando soluções céleres e eficientes para os problemas cotidianos. Nesse aspecto, acrescenta:

> Em síntese, é importante constatar que as sociedades atuais estão passando por grandes transformações e que já estabeleceram novas exigências e novas funções para o ensino do direito. Dessa forma, destaca-se a constatação cada vez mais importante de que o processo de aprendizagem jurídica reivindica maior autonomia e responsabilidade dos estudantes e uma nova postura dos professores. Estes últimos devem convencer-se de que, por mais saber que transmitam em suas aulas, não podem transformar por sua exclusiva vontade os seus alunos em juristas de qualidade, embora possam auxiliá-los a se tornarem profissionais mais qualificados. Na verdade, é apenas pelo exercício da própria razão e da autonomia individual, do pensar por si mesmo, que o aluno torna-se verdadeiramente um jurista no sentido mais pleno da palavra e, consequentemente, um cidadão consciente[68].

Para isso, é fundamental a participação dos cursos jurídicos, através, principalmente, dos seus docentes, para plantar a reflexão sobre os problemas sociais concretos, compreendendo e questionando as estruturas jurídicas solidificadas. Devem deixar de se preocupar apenas com a habilidade prática instrumental que se restringe, principalmente, à elaboração de peças processuais.

Tem razão Luiz Alberto Warat, ao considerar que existe um senso comum teórico na prática dos juristas. Para Jaqueline Santa Brígida Sena[69], a existência desse senso comum teórico mostra que "diversos conceitos veiculados como verdades hermenêuticas não passam de convenções que atendem a determinados interesses". Segundo Warat[70], o discurso crítico deve ser o produto legítimo do senso comum teórico, e não uma alternativa deste. No seu ponto de vista, trata-se de um "contradiscurso para explicitar contradições, para condenar as evocações conotativas não manifestas, para provocar uma unidade de ruptura, o corte

---

[68]BEDIN, Gilmar Antonio. Op. cit., p. 188.
[69]SENA, Jaqueline Santa Brígida. *O dogma da neutralidade na prestação jurisdicional:* uma abordagem jusfilosófica a partir do pensamento de Luis Alberto Warat. Dissertação. São Paulo, 2010. p. 99.
[70]WARAT, Luiz Alberto. *Introdução geral ao direito:* a epistemologia jurídica da modernidade. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995. p. 37.

epistemológico, que abre espaço para um novo campo temático", que é elaborado no interior do sentido comum teórico.

De acordo com Jaqueline Santa Brígida Sena [71], paradoxos e contradições da dogmática jurídica não são percebidos pelos operadores do direito, porque eles não se questionam sobre os condicionantes histórico-sociais da realidade em que vivem e lidam cotidianamente. Sob esse prisma, "os profissionais do direito, cegos pelo senso comum teórico, não conseguem enxergar o texto da norma além de sua literalidade". E arremata:

> Presos a uma cultura jurídica estandardizada, ao formalismo, ao rigor metodológico que exige a conformação das nuances das situações concretas a um silogismo exato, esses profissionais estão mais preocupados em encontrar a técnica interpretativa adequada para garantir a coerência e a coesão do raciocínio hermenêutico do que em pensar a respeito da questão que lhes é apresentada. Agindo de forma rotinizada, como autômatos, não conseguem notar as obviedades dos problemas jurídicos e muito menos os momentos em que o discurso da ciência do direito não é outra coisa senão um discurso de poder. E em face dessa dificuldade de visualizar o senso comum teórico em que estão mergulhados, conscientemente ou não, colaboram para a reprodução dos valores por ele petrificados e para a manutenção do *status quo.*

Para Lenio Luiz Streck[72], vem ocorrendo, na verdade, uma "ficcionalização do mundo jurídico, como se a realidade social pudesse ser procrastinante aprisionada/moldada/explicada através de verbetes e exemplos com pretensões universalizantes". Em sua abordagem, faz várias críticas ao ensino do direito penal, a exemplo da explicação sobre o estado de necessidade previsto no art. 24 do Código Penal, a que denomina de "folclórico".

De acordo com o autor, os professores não deveriam mais utilizar o exemplo clássico do naufrágio em alto-mar, no qual Caio e Ticio sobem em uma tábua e, na disputa por ela, um deles é executado em razão do estado de necessidade, já que a tábua suportava apenas o peso de um dos náufragos. Em seguida, questiona por que os professores não usam o seguinte exemplo: "um menino pobre entra no Supermercado Carrefour e subtrai um pacote de bolacha a mando de sua mãe, que não tem o que comer em casa". Mas, segundo ele, isto seria exigir demais da dogmática jurídica, porque aproximaria ciência jurídica da realidade social.

Esse exemplo vem reforçar a necessidade de mudança de mentalidade não só dos operadores do direito, mas também dos docentes e discentes sobre a função do acesso à

---

[71]SENA, Jaqueline Santa Brígida. Op. cit., p. 100.

[72]STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. p. 85.

justiça e o seu alcance. Tal mudança contribuiria para fomentar uma desjudicialização dos conflitos, seja no âmbito do próprio Poder Judiciário, seja por outros meios, para resolver conflitos antes mesmo de se pensar em litigar. Para que isso ocorra, é preciso também modificar a própria estrutura curricular dos cursos, como será analisado a seguir.

1.3 PANORAMA DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DOS CURSOS DE DIREITO DO BRASIL NA ATUALIDADE

Conforme foi enfatizado, o ensino jurídico brasileiro ainda permanece arraigado à cultura da judicialização. Em consequência, os discentes são condicionados a decorar as leis e, portanto, não desenvolvem a capacidade de interpretação crítica. A própria estrutura curricular dos cursos de direito não contribui para a implementação da desjudicialização dos conflitos e para a cultura da pacificação, segundo anota João Alberto de Almeida[73]:

> Infelizmente os cursos jurídicos não preparam os seus alunos para a solução alternativa de conflitos. São preparados para o exercício profissional usando como único método o processo judicial, ou seja, são preparados para demandar. Em boa hora, a conciliação vem sendo abraçada e difundida pelo próprio Judiciário como política oficial (pública), voltada para a solução dos conflitos já processados. Em decorrência das medidas encetadas pelo Conselho Nacional de Justiça, como é exemplo a Semana da Conciliação, fala-se mesmo em **adotar nas faculdades de direito disciplina que tenha por objeto a solução de conflitos** com ênfase em conciliação e, naturalmente, em mediação e arbitragem. (grifo nosso)

Verifica-se que mudanças gradativas vêm sendo realizadas, principalmente, no âmbito do Poder Judiciário, com vista a implementar meios alternativos de solução de conflitos como prioridade em relação à judicialização, como foi referido pelo autor. Todavia, é preciso fazer mais, é preciso modificar a própria estrutura de ensino. Para isso, devem ser modificados os conteúdos programáticos dos cursos de direito. Infelizmente, no processo de ensino-aprendizagem, nem os alunos nem os professores se deram conta da importância da discussão desses temas, bem como da necessidade da inserção dessas práticas no dia a dia dos operadores do direito. É preciso que haja uma mudança profunda de mentalidade dessas pessoas, no sentido de incentivar a desjudicialização dos conflitos como meta principal a ser seguida.

---

[73]ALMEIDA, João Alberto de. Desjudicialização: a relação entre a arbitragem e os serviços notariais e registrais. In *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte. nº 59. jul.-dez. 2011. p. 110.

Os cursos de direito, em sua maioria, ainda não se engajaram nesse projeto, por não oferecerem disciplinas voltadas para a prática dos meios alternativos de solução de conflitos. Mesmo tendo disciplinas voltadas à prática jurídica, apenas incentivam a feitura de peças processuais, como se a prática forense fosse restrita à litigância. Como será analisado ao longo deste trabalho, a cultura da litigância não pode mais se sobrepor à cultura da pacificação. É preciso modificar essa estrutura e mostrar aos advogados que a sua função não se limita apenas a litigar. Mais do que isso, eles devem prestar um serviço ao seu constituinte, passando, necessariamente, primeiro pela negociação entre as partes envolvidas em um determinado conflito.

De acordo com Heliana Maria Coutinho Hess[74], são poucos os cursos de direito que oferecem aulas voltadas para a formação referente à mediação, conciliação ou arbitragem, a exemplo da USP e da PUC-SP. Além do mais, a formação prática é exigida apenas a partir do quarto ou já no quinto ano, com estágio restrito em escritórios de advocacia, fóruns ou tribunais, Ministério Público, entre outros órgãos. Segundo assinala a autora, nesses estágios, vai "repetindo-se a orientação jurídica de sempre: direcionar a causa para a jurisdição pública, mormente pela falta de meios alternativos eficientes, com exceção dos juizados especiais de pequenas causas, para a solução dos problemas". Por esses e outros motivos, ela considera a formação do bacharel em direito deficiente:

> A formação do bacharel em direito é precária pela falta de estudos de casos durante os anos de faculdade, com discussão sobre a aplicação prática do direito e sem (in)formar sobre métodos de solução de conflitos alternativos às vias judiciais. Talvez até por falta dos órgãos e instrumentos extrajudiciais, de conciliação, mediação e arbitragem, a serem implementados em nosso sistema jurídico.

A preocupação com a educação jurídica vem despertando atualmente o interesse de muitas pessoas em discutir possíveis soluções, principalmente para que os cursos de direito no Brasil tenham uma alta qualidade. Até agora, existem "mais resultados negativos do que positivos no dito processo de modernização do ensino jurídico", segundo afirma Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka[75]:

---

[74] HESS, Heliana Maria Coutinho. *Acesso à justiça e descentralização da jurisdição no Estado Federal:* comparativo entre o sistema e as reformas judiciais do Brasil e da Alemanha. Tese. São Paulo: 2002. p. 279.

[75] HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Ensino jurídico no Brasil: desafios para o conteúdo de formação profissional. In *Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos*. Divisão jurídica. Maio a agosto de 2004. pp. 422/426.

> Afinal, hoje, em lugar de comemorarmos as conquistas da reformulação obrigatória de currículos de graduação e pós-graduação, de seleção de docentes e discentes, da infraestrutura de cada instituição de ensino superior, dos procedimentos e métodos adotados nos nossos cursos, o que temos diante de nós é uma coleção de fracassos.

A autora discute a necessidade de contenção do número de cursos jurídicos no Brasil, a qualidade do ensino jurídico de alguns cursos, a condição do aluno que ingressa nos cursos, a relação entre ensino e aprendizagem. Em seguida, aponta esses problemas como indícios de fracassos da modernização do ensino jurídico, mesmo após a instituição de diretrizes curriculares e do conteúdo mínimo dos cursos jurídicos. Ela acredita que ainda está longe de se conquistar um ambiente acadêmico adequado, porque "ainda não tivemos coragem de encarar essa busca da excelência no ensino jurídico como um desafio de toda a sociedade".

Essas preocupações envolvem o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Conselho Nacional de Justiça, dentre outros órgãos, engajados na melhoria da educação jurídica no país. Os problemas vivenciados são decorrentes, muitas vezes, do próprio desconhecimento histórico e da falta de clareza sobre os fundamentos teóricos para uma boa estruturação curricular. Há, portanto, uma vinculação orgânica entre ensino jurídico e desenvolvimento social e democrático do país", na visão de Daniela Emmerich de Souza Mossini[76].

Como se percebe, mesmo com modificações nas diretrizes curriculares realizadas por legislações específicas, os resultados almejados não estão sendo alcançados. Por tal motivo, acredita-se que devem ser debatidas essas diretrizes curriculares de formação, fazendo-se uma articulação com a realidade e com as demandas sociais atuais. Nesse sentido, é preciso estimular o estudo e a participação de outras áreas do conhecimento, para que se possa ampliar os horizontes de atuação dos discentes e futuros operadores do direito. "Por isso, defendemos que o currículo deve compor interdisciplinarmente diversas áreas que servem de apoio ao funcionamento do direito, alcance da justiça por meio da interdisciplinaridade", conclui a autora citada.

Os cursos de direito oferecem uma gama de opções para quem deseja se dedicar à carreira jurídica e, por isso, vêm atraindo, a cada ano, um número maior de estudantes. Essa corrida, justificada, em parte, pela busca de uma efetividade profissional que algumas carreiras proporcionam, tem multiplicado o número de cursos, comprometendo, em

[76]MOSSINI, Daniela Emmerick de Souza. *Ensino jurídico*: história, currículo e interdisciplinaridade. Tese. São Paulo: PUC, 2010. p. 20.

consequência, a qualidade do ensino. De acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2010[77], o curso de direito é o segundo mais procurado no Brasil, com 694.000 mil estudantes.

Como era de se esperar, foi em decorrência dessa ampla procura e da expansão do número de cursos que os problemas relacionados à qualidade do ensino começaram a tomar proporções sem controle. Nesse novo cenário, MEC e OAB têm um papel fundamental no processo de avaliação. Para tanto, devem propor "discussões sobre a atuação e legitimidade da OAB para opinar e atuar no controle dos cursos jurídicos no país", argumentam Ana Luiza Rocha Melo Santos e Patrícia Antunes Gonçalves[78]:

> Assim, temos o MEC como o órgão estatal responsável pela promoção da educação que vem sendo realizada por meio da regulação viabilizada pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (vigente desde 2004), e a Comissão Nacional de Educação Jurídica da OAB que opina previamente sobre a criação, reconhecimento ou credenciamento de instituições de ensino junto ao MEC. Porém, seus pareceres podem ou não ser acatados pelo Ministério.

A crise também está centrada nos próprios atores do ensino jurídico: professores e alunos. Estes porque não se preocupam em buscar uma formação completa e especializada, fazendo com que muitos fracassem no mercado de trabalho. Já os professores insistem em não reconhecer que o ensino jurídico técnico influenciado pela prática limita-se apenas ao estudo de códigos, com a transmissão do que ditam as leis, sem desenvolverem o ensino crítico do direito.

Asseguram as autoras referidas que essa crise deve ser compreendida pelo "paradigma positivista que possui ainda uma grande abrangência em razão dessa ausência de seres pensantes e críticos empenhados na ideia de superação desse paradigma moderno e sem compromisso com os anseios sociais, tornando-se apenas aplicadores da letra fria da lei" [79]. E acrescentam:

> O dogmatismo, diagnosticado na práxis educacional e jurídica, atrelado ao paradigma positivista, limita a capacidade crítica que surge no momento do contato do estudante com a realidade. E isso acontece porque o dogmatismo impõe como verdade o

[77] http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf. Acesso em 22 jan. 2014.
[78]SANTOS, Ana Luiza Rocha Melo; GONÇALVES, Patrícia Antunes. A influência da OAB no ensino jurídico no Brasil. In *Rev. Curso Dir. UNIFOR*, Formiga, v. 4, nº 2, p. 01-21, jul./dez. 2013. p. 2.
[79]SANTOS, Ana Luiza Rocha Melo; GONÇALVES, Patrícia Antunes. Op. cit., pp. 7/8.

> modelo positivista que tem como características o reducionismo, o qual ocorre com a simplificação do conhecimento, negando um aspecto fundamental deste, que é a sua complexidade; o mecanicismo, tão defendido por Descartes e responsável pela compartimentação do conhecimento, o que impede de visualizar o problema de forma global, abarcando o todo e as partes; a separação do sujeito com o objeto, responsável pela falta de interação entre as relações humanas, e o sujeito. Essas características inibem a capacidade crítica do indivíduo, importante para visualizar as falhas existentes, o que só faz aumentar a possibilidade de assumir compromisso com os anseios da sociedade.

Segundo esclarecem, essa crise do ensino jurídico pode ser amenizada, se houver um esforço conjunto de todos os envolvidos no processo, "com uma perspectiva multidisciplinar, num processo dialético de aprendizado, que é construído, e não dado, voltado para a solução dos problemas que a vida apresenta, o ensino jurídico poderá colaborar com a emancipação da sociedade" [80]. É verdade que o ensino jurídico vem passando por transformações, desde o seu surgimento, tentando acompanhar a evolução da sociedade, seja no campo funcional, operacional ou estrutural. É por isso que a necessidade de reforma do ensino jurídico se torna premente. Não se pode perder de vista que a educação é um direito público subjetivo de qualquer cidadão. É por ela que se aprende a respeitar a dignidade da pessoa humana e a cidadania como direitos fundamentais.

Nesse aspecto, não se pode esquecer os ensinamentos de Paulo Freire sobre a educação como forma de intervenção no mundo. Assim, "a educação ministrada no ensino superior desempenha função primordial de formar opiniões, sendo um agente social de transformação e inclusão de cidadania, ainda mais a educação jurídica", concluem Ana Luiza Rocha Melo Santos e Patrícia Antunes Gonçalves [81]. Considerando que da educação jurídica se deve esperar a responsabilidade social, enfatizam:

> É importante que se tenha visão crítica para reformar o pensamento, que deverá ocorrer de forma simultânea com a reforma do ensino jurídico, ponto de partida da virada do paradigma positivista. E sob o novo paradigma epistemológico, não só o ensino jurídico será reformado, mas também a prática do profissional do direito, com a superação dessas cegueiras e ilusões da dogmática jurídica positivista.
> Dessa forma, mesmo diante da proliferação dos cursos de direito no país, é preciso conscientizar que um curso não deve apenas formar profissionais para atuar no mercado de trabalho e acabar sobrecarregando-o com advogados, juízes, delegados ou

[80]SANTOS, Ana Luiza Rocha Melo; GONÇALVES, Patrícia Antunes. Op. cit., p. 10.
[81]SANTOS, Ana Luiza Rocha Melo; GONÇALVES, Patrícia Antunes. Op. cit., p. 18.

> promotores. O ensino jurídico deve ter outros objetivos, visando à formação de futuros profissionais com o máximo de desenvolvimento sociocultural e humanístico possível. Esta é a responsabilidade social da educação jurídica que se espera.

Portanto, faz-se imprescindível a formação crítica dos bacharéis em direito, o que requer mudanças na própria educação jurídica, e não só no ensino jurídico. Impõe-se adotar uma educação jurídica voltada aos ensinamentos da cultura da pacificação e da desjudicialização dos conflitos, para que, principalmente, os futuros advogados sejam instrumentos de transformação social. Nesse sentido, afirma Boaventura de Sousa Santos[82]:

> À universidade compete organizar esse compromisso, congregando os cidadãos e os universitários em autênticas comunidades interpretativas que superem as usuais interações, em que os cidadãos são sempre forçados a renunciar à interpretação da realidade social que lhes diz respeito. A universidade é talvez a única instituição nas sociedades contemporâneas que pode pensar, até às raízes, as razões por que não pode agir em conformidade com o seu pensamento. É este excesso de lucidez que coloca a universidade numa posição privilegiada para criar e fazer proliferar comunidades interpretativas.

Em razão disso, não há mais como se sustentar a defesa da judicialização nem manter essa estrutura curricular arcaica e antiquada dos cursos de direito, que não privilegia a fomentação dos meios alternativos de resolução de conflitos e da desjudicialização. Infelizmente, a formação jurídica no Brasil está sustentada por uma "concepção formalista do ensino jurídico, pela atitude predominantemente dogmática de professores e estudantes e pela costumeira indiferença em relação à realidade social", como afirmam Marcel Soares de Souza e Marina Corrêa de Almeida[83]. Segundo eles, é "tarefa de urgência histórica" apresentar "alternativas ao perfil contemporâneo da educação jurídica – ao qual, além das mazelas clássicas, soma-se a mercantilização irrefreada do ensino jurídico".

Isso decorre da formação dos cursos jurídicos no Brasil, como já visto, que foram criados "com princípios e orientações pedagógicas que ainda hoje permanecem". Resumem-se a um "produto do estado, não permitindo o desenvolvimento e o reconhecimento de outros direitos que emergem dos mais diversos anseios sociais", concluem Frederico Martins

---

[82]SANTOS, Boaventura de Sousa. Da ideia de universidade à universidade de ideias. *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. pp. 224/225.

[83]SOUZA, Marcel Soares de; ALMEIDA, Marina Corrêa de. *Da contradogmática à práxis*: duas contribuições para uma educação jurídica crítica. Faculdade de Direito de Franca. In Revista Eletrônica. Disponível em http://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/viewFile/150/96. Acesso em 28 jan. 2014. p. 199.

Schmachtenberg e Renata Ovenhausen Albernaz[84]. Para eles, o paradigma dogmático, que é expressão do positivismo, não permite o desenvolvimento do direito, resultando em seus atuais problemas:

> A crise no direito afeta e é responsabilidade direta da educação jurídica. Conforme assinala Bastos (2000), a educação em direito, essencialmente técnica, restrita a formas e fundada no estudo de compêndios, são os elementos que mais se encontram nos cursos jurídicos. Os currículos jurídicos, cerne da presente análise, sofreram diversas modificações ao longo dos anos, não obstante não resolveram os problemas básicos da educação jurídica, principalmente por não definirem o que se deseja dos cursos jurídicos, e que direito deve se ensinar. A crise pela qual passa o direito guarda afinidade com a falta de cultura jurídica dos operadores do direito, já que é com a perspectiva positivista de um direito reduzido à norma que os cursos jurídicos formam bacharéis em massa. Em razão da concepção monista, as disciplinas existentes nos currículos relacionam-se com as compilações legislativas existentes. Assim temos a disciplina de direito civil para estudar o Código Civil, a de direito penal para estudar o Código Penal, a de processo civil para estudar o Código de Processo Civil etc. Para o estudo de tais disciplinas, os docentes, conforme ensina Sanches, geralmente, elegem os manuais, em regra dogmáticos e de baixa qualidade, que repetem e resumem velhas teorias, não permitindo que se pense de forma jurídica. Compreende-se tal panorama, em virtude da influência exercida pela Universidade de Coimbra nos cursos jurídicos brasileiros.

Analisando-se as estruturas curriculares de algumas Universidades Federais do Brasil, escolhidas de forma aleatória e ilustrativa, não é difícil enxergar a situação apontada pelos autores referidos. Por exemplo, a Resolução CNE/CES n° 9/2004, no art. 3º, estabelece que os cursos de direito devem assegurar ao estudante uma formação sólida, geral, humanística e axiológica. Devem também desenvolver nele a capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais. Tudo isso deve estar associado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da ciência do direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

---

[84]SCHMACHTENBERG, Frederico Martins; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. *O direito que se ensina errado*. O ensino jurídico como reprodutor do paradigma dogmático. Disponível em http://imagensdajustica.ufpel.edu.br/anais/trabalhos/GT%206/GT%206%20-%20SCHMACHTENBERG,%20Frederico%20Martins.pdf. Acesso em 28 jan. 2014.

Entretanto, na prática, verifica-se que os cursos jurídicos não vêm atendendo ao disposto na citada resolução. As estruturas curriculares desse cursos mostram isso. A Universidade Federal da Bahia, por exemplo, disponibiliza uma matriz curricular com disciplinas obrigatórias e optativas para o curso de direito (Anexo B), oferecendo como disciplinas do primeiro semestre do curso: introdução ao direito, filosofia geral e do direito, sociologia das organizações, ciência política e fundamentos de economia. No segundo semestre, são oferecidas as seguintes disciplinas: introdução ao estudo do direito II, direito constitucional I, direito penal I, metodologia da pesquisa jurídica e teoria geral do direito civil. A prática jurídica é iniciada a partir do sétimo semestre. Ademais, disciplinas importantes para o alunado são oferecidas como optativas: direito econômico, direito romano, direito ambiental, direito financeiro, direito da criança e do adolescente, antropologia, psicologia, direito educacional, dentre outras.

Já a Universidade Federal de Santa Catarina (Anexo C) oferece as seguintes disciplinas logo no início do curso: teoria do processo, teoria política, teoria constitucional, criminologia, metodologia da pesquisa em direito, teoria do direito, antropologia jurídica, sociologia jurídica etc. Oferece também a disciplina "negociação e mediação", com o objetivo de transmitir as noções básicas sobre os métodos extrajudiciais de resolução de conflitos (mediação, negociação, conciliação e arbitragem). Esses métodos serão analisados no terceiro capítulo. A disciplina "arbitragem" é oferecida como optativa, o que já demonstra um avanço dessa instituição no que se refere à inserção dos meios alternativos de resolução de conflitos no curso de direito.

Na Universidade de Brasília-UNB, no primeiro período, são ofertadas as seguintes disciplinas: introdução à economia, introdução à sociologia, introdução à filosofia, introdução ao direito I, pesquisa jurídica e introdução à ciência política. No segundo período, são oferecidas as disciplinas: ética, sociologia jurídica, introdução ao direito II, história do direito, teoria geral do Estado, ética e direito. Ao oferecer, já no terceiro período, a disciplina "atualização e prática do direito I", a UNB demonstra a preocupação em refletir, logo no início do curso, sobre as práticas forenses no âmbito do Ministério Público, bem como da advocacia negocial, arbitral e jurídico-administrativa. Essas práticas vêm sendo executadas através de estágios simulados e redação de peças processuais, a partir do sétimo período, com a disciplina "estágio I" (Anexo D).

A Universidade Federal do Ceará oferece, no primeiro semestre: antropologia geral e jurídica, ciência política e teoria do Estado, filosofia geral e epistemologia jurídica, história e estudo do direito, psicologia geral e jurídica, sociologia geral e jurídica, teoria econômica e

direito. No segundo semestre, são oferecidas as disciplinas: direito civil I, direito constitucional I, direito penal I, hermenêutica jurídica e aplicação do direito e teoria do direito. Apenas no nono e décimo semestres, os alunos realizam o estágio supervisionado de prática jurídica. Mas é nas disciplinas optativas que se observa a evolução no plano político-pedagógico da referida universidade, ao oferecer as disciplinas: acesso à justiça, direitos humanos e arbitragem, mediação e conciliação (Anexo E). Tais disciplinas deveriam ser inseridas como obrigatórias nas estruturas curriculares de todas as universidades brasileiras, diante do cenário atual que busca privilegiar a resolução de conflitos por meios extrajudiciais.

Seguindo a mesma linha das instituições citadas, a Universidade Federal de Minas Gerais oferece, no primeiro período, as seguintes disciplinas: teoria do Estado I, introdução à ciência do direito, história do direito, antropologia jurídica, economia I e introdução à filosofia ética. As disciplinas "prática jurídica simulada e estágio supervisionado" não aparecem no quadro de disciplinas que devem ser ministradas nos dez períodos do curso. Todavia, são oferecidas como estágio curricular, o que faz diferenciar a UFMG das outras referidas (Anexo F).

A Universidade Federal de Alagoas (Anexo G) também oferece, logo nos primeiros períodos do curso, as disciplinas: introdução ao direito, sociologia do direito, filosofia do direito, ciência política, metodologia da pesquisa do trabalho científico e economia política, introdução à psicologia forense, teoria da constituição e antropologia jurídica. No sétimo período, inicia-se o estágio de prática jurídica, com a prática cível e com a prática especializada em mediação. Esse estágio continua nos períodos subsequentes, com prática penal e trabalhista. Nos dois últimos períodos do curso, os alunos participam do escritório modelo, dentro do estágio de prática jurídica.

Por sua vez, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Anexo H), são oferecidas as seguintes disciplinas nos primeiros períodos: filosofia, direito civil I e II, ciência política e teoria geral do Estado, antropologia e sociologia jurídicas I e II, direitos humanos I e II, introdução ao estudo do direito, linguagem jurídica, história do direito, filosofia jurídica e ética e economia política. O estágio obrigatório de prática jurídica é iniciado no sétimo período e vai até o décimo. São oferecidas as seguintes disciplinas: arbitragem e mediação, direito educacional, juizados especiais e justiça e novos paradigmas, como complementares à matriz obrigatória do curso.

A Universidade Federal de Santa Maria (Anexo I) oferece, como primeiras disciplinas a serem cursadas pelos alunos, as seguintes: ciência política, filosofia aplicada ao direito, introdução ao estudo do direito, metodologia e produção de texto científico, sociologia

aplicada ao direito, teoria crítica do direito, direito civil (parte geral), direito e política, direito penal I, economia aplicada ao direito, hermenêutica, teoria da constituição e teoria geral do processo. Os estágios de prática jurídica são ofertados a partir do sétimo período e continuam até o término do curso. Entretanto, seja nas disciplinas optativas ou complementares, não se encontra referência direta a disciplinas relacionadas a meios alternativos de resolução de conflitos ou ao processo de desjudicialização. Em compensação, a instituição oferece disciplinas importantes que contribuem para esse novo paradigma de educação, destacando-se: teoria e método no direito: Warat e o pensamento epistemológico jurídico e o direito achado na rua.

Na Universidade Federal de Rondônia (Anexo J), são oferecidas, nos dois primeiros períodos, as seguintes disciplinas: introdução à ciência política, introdução ao estudo do direito, filosofia geral, sociologia geral, português instrumental, introdução à economia, métodos e técnicas de pesquisa, sociologia jurídica, teoria geral do Estado, ética, direito civil I e atividades complementares I. As disciplinas "prática cível" e "prática penal" são iniciadas no sétimo período e continuam até o nono. Já a disciplina "prática trabalhista" é oferecida no último período. O currículo do curso não possui nenhuma disciplina relacionada a métodos alternativos de solução de conflitos ou desjudicialização.

Na estrutura curricular do curso de direito da Universidade Federal da Paraíba (Anexo K), as disciplinas são divididas em três blocos: conteúdos básicos profissionais (introdução ao direito, sociologia geral jurídica, ciência política, direito constitucional, direitos humanos, direito civil, direito penal, prática jurídica etc.); conteúdos complementares obrigatórios (direito agrário, direito ambiental, direito do consumidor, direito romano, mediação e arbitragem etc.); conteúdos optativos (bioética e biodireito, sociologia criminal, educação em direitos humanos, teoria da argumentação jurídica, práticas e políticas de proteção e de defesa dos direitos humanos etc.). Essa estrutura demonstra que a universidade está se mobilizando para passar aos alunos a importância dos direitos humanos e dos meios alternativos de resolução de conflitos.

Nessa análise curricular, merece destaque a Universidade de São Paulo-USP. Em seu curso de direito, oferece, no primeiro semestre, as seguintes disciplinas: teoria geral do direito privado, direito romano, economia política, teoria geral do Estado I, direito constitucional I, introdução ao estudo do direito I e teoria geral do direito penal I. O conteúdo dessas disciplinas é continuado no segundo semestre. No último semestre do curso, os alunos podem optar por várias disciplinas elencadas como optativas. Uma delas é teoria dos jogos, demonstrando a preocupação da instituição em fomentar uma advocacia negocial baseada na

resolução de conflitos antes mesmo de se pensar em chamar o Poder Judiciário para resolver o conflito (Anexo L).

Diante da análise da estrutura curricular dos cursos de direito das universidades federais acima selecionadas e da Universidade de São Paulo, observa-se que os currículos apresentam uma pequena preocupação com as disciplinas propedêuticas, que valorizam o senso crítico e social do alunado. Na sua maioria, são as disciplinas técnicas que ganham destaque, principalmente, porque o objetivo dos cursos é focado para a atividade da advocacia e para os concursos de cargos efetivos, como Ministério Público, Magistratura, Defensoria Pública, Procuradorias etc.

Apesar de alguns avanços, a estrutura curricular dos cursos analisados ainda valoriza as disciplinas técnicas, a exemplo de direito civil, direito penal, direito trabalhista e direito tributário. Com isso, as instituições de ensino privilegiam o que ditam a lei e a dogmática positiva, "colaborando para uma formação não humana e reprodutora do paradigma dogmático", na visão de Frederico Martins Schmachtenberg e Renata Ovenhausen Albernaz[85]. Eles entendem que "os cursos de direito não podem ficar restritos a uma exacerbação dogmática que cultua os códigos, as leis específicas, os regulamentos; fechados em uma cultura positivista, normativa, que está voltada para a manutenção do *status quo*, uma vez que a lei também pode ser instrumento para promover mudança".

Analisando a dogmática jurídica, Samyra Haydêe dal Farra Naspolini Sanches[86] afirma que ela apresenta a legislação como objeto único do direito e que vai servir de base ao dogmatismo do ensino jurídico:

> O domínio desse paradigma pode ser claramente vislumbrado no ensino jurídico brasileiro, no qual, por meio de várias reformas curriculares, foram sendo cada vez mais acrescentadas disciplinas profissionalizantes que levam a mesma denominação dos códigos aos quais dizem respeito. Assim temos o direito civil, que irá estudar o Código Civil, o direito penal, que irá estudar o Código Penal, o direito comercial, que irá estudar o Código Comercial, o direito processual civil, que irá estudar o Código de Processo Civil etc. Tudo isto sem qualquer questionamento acerca da política de produção das normas, os efeitos da sua aplicação e principalmente sobre a sua adequação em um dado contexto socioeconômico.

[85]SCHMACHTENBERG, Frederico Martins; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. Ibid.
[86]SANCHES, Samyra Haydêe dal Farra Naspolini. *O ensino jurídico como reprodutor do paradigma dogmático da ciência do direito.* Disponível em http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/ensino_jur_samyra_n_sanches.pdf. Acesso em 29 jan. 2014. p. 6.

Idêntico ponto de vista tem Lenio Luiz Streck[87] sobre a tradição dos cursos de direito em reproduzir o que está codificado:

> O professor fala de códigos, e o aluno aprende (quando aprende) em códigos. Esta razão, somada ao despreparo metodológico dos docentes (o conhecimento jurídico tradicional é um conhecimento dogmático e suas referências de verdade são ideológicas e não metodológicas), explica por que a pesquisa jurídica nas faculdades de direito, na graduação e na pós-graduação, é exclusivamente bibliográfica, como exclusivamente bibliográfica e legalista é a jurisprudência de nossos tribunais. Os juízes mais citam a doutrina consagrada que a própria jurisprudência (existem tribunais que em direito administrativo trabalham com um único doutrinador e em direito comercial, por exemplo, avalizam suas decisões em autores - dois ou três – que, de modo predominante, escreveram seus trabalhos logo após a segunda guerra mundial.

Com efeito, a atual conjuntura do ensino jurídico impõe, necessariamente, uma nova linha pedagógica, um novo paradigma de educação jurídica, capaz de formar pessoas e capacitá-las para transformar a realidade de acordo com o panorama atual demonstrado pela sociedade, com suas modificações políticas, econômicas, culturais, sociais etc. De acordo com Frederico Martins Schmachtenberg e Renata Ovenhausen Albernaz[88], não se deveria valorizar demais as disciplinas técnicas em detrimento das disciplinas propedêuticas (filosofia, sociologia, política, economia, dentre outras), as quais darão a "formação crítica e humano-sociológica ao bacharel".

Além disso, é necessário o desenvolvimento da interdisciplinaridade mencionada nos projetos político-pedagógicos dos cursos jurídicos, "que não se constrói criando disciplinas e soltando nos currículos, e que deve ser desenvolvida valorizando todas as áreas do conhecimento", conforme destacam os citados autores:

> A educação deve permitir a formação de um profissional autônomo e independente, com potencial transformador. A sociedade necessita de emancipação, a qual depende de ferramentas para transformação e o direito, da forma como é ensinado e aplicado, vem sendo um instrumento de dominação e de manutenção da ordem. Impende que o ator jurídico compreenda as demandas sociais, e que elas não são solucionadas pelas leis existentes, de forma que é necessário

[87]STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise:* uma exploração hermenêutica da construção do direito. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2000. p. 70.
[88]SCHMACHTENBERG, Frederico Martins; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. Ibid.

> que se reconheça a existência de vários direitos, os quais não são fenômenos isolados do restante da sociedade.

Tudo isso reflete o que afirmou Roberto Lyra Filho[89] sobre a crítica do ensino jurídico, na obra *O direito que se ensina errado*:

> O direito que se ensina errado pode entender-se, é claro, em, pelo menos, dois sentidos: como o ensino do direito em forma errada e como errada concepção do direito que se ensina. O primeiro se refere a um vício de metodologia; o segundo, à visão incorreta dos conteúdos que se pretende ministrar. No entanto, as duas coisas permanecem vinculadas, uma vez que não se pode ensinar bem o direito errado; e o direito, que se entende mal, determina, com essa distorção, os defeitos da pedagogia.

Na verdade, a educação jurídica já foi concebida com vícios adquiridos com a criação dos cursos jurídicos dependentes, inicialmente, de Portugal e influenciados pela Universidade de Coimbra. Esse conservadorismo continua a vigorar nas instituições jurídicas. É o que foi observado na análise das estruturas curriculares de algumas universidades federais do Brasil. Quase todas valorizam as disciplinas técnicas em detrimento das disciplinas propedêuticas, contribuindo para alimentar o senso comum teórico do jurista, como enfatiza Warat.

Além disso, a maioria dos cursos analisados não adota meios que venham privilegiar a cultura da pacificação e da desjudicialização. Isso também reflete no modelo atual de acesso à justiça como direito fundamental de qualquer cidadão. Como foi visto, os cursos jurídicos continuam enfatizando a importância da judicialização e a utilização da função jurisdicional como essenciais para a resolução de conflitos. Esse tema será analisado no próximo capítulo.

[89]LYRA FILHO, Roberto. *O direito que se ensina errado. Brasília*: Centro Acadêmico da UnB, 1980-A. p.5.

2 ACESSO À JUSTIÇA E DESJUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS

2.1 FUNÇÃO JURISDICIONAL: CRISE DA JURISDIÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

A crise do Estado, da justiça ou da jurisdição não é assunto novo, mas é um dos mais debatidos na atualidade. Essa crise foi iniciada a partir do momento em que o Poder Judiciário se mostrou despreparado para responder a novas demandas sociais, de forma eficiente e satisfatória. Tais demandas foram criadas, principalmente, com o processo de globalização, que repercutiu nos setores político, econômico, jurídico, social, cultural e territorial, consequência inevitável das novas formas de comunicação.

Ao se discorrer sobre essa crise, não se pode deixar de ressaltar o problema da duração dos processos judiciais. Com efeito, a demora na prestação jurisdicional é um dos problemas mais reclamados pelos jurisdicionados (morosidade processual, excessiva judicialização, burocracia processual, entre outros aspectos, permeiam essa discussão). O que os cidadãos querem nada mais é do que ver respeitado esse direito fundamental, através da efetividade na prestação da tutela jurisdicional e também da celeridade processual. Nesse novo contexto, a sociedade passou a exigir do Estado não apenas a normatização de suas demandas, mas, sobretudo, a criação de meios eficazes para a sua concreção[90]. Tudo isso, como será visto mais adiante, desemboca na promoção do acesso à justiça.

Observa-se, claramente, que essa ineficiência do Poder Judiciário, juntamente com sua atuação morosa, muito contribui para que liberdades substantivas sejam tolhidas, "liberdades essas que são tanto razão avaliatória, quanto razão de eficácia do desenvolvimento (…). A privação de uma delas implica a dificuldade de consecução de várias outras, não só afastando o desenvolvimento, como também constituindo em infração a diversos direitos humanos, a começar pela tutela efetiva e o acesso à ordem jurídica justa" [91]. Fere, em especial, o próprio direito humano à liberdade que, para Amartya Sen[92], é o ponto central para o processo de desenvolvimento. Em sua obra, ele faz uma interligação entre a liberdade e o desenvolvimento, afirmando que, embora se viva em um regime democrático e participativo,

[90]BRUNO, Suzana. *Conciliação:* prática interdisciplinar e ferramentas para a satisfação do jurisdicionado. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 27.
[91]ARAÚJO, Mayara de Carvalho; OLIVEIRA, Raisa Lustosa. Da morosidade da justiça como recurso para a manutenção do *status quo*: a chicana processual e os "castelos de fachadas". In *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3. Vol. 4. Jan-abril 2013. pp. 528/529.
[92]SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 18.

este é repleto de privações, sendo marcado por grande desigualdade social, econômica e cultural, pela fome e pela violação de liberdades políticas e sociais.

Para o autor, superar esses problemas é essencial para o processo de desenvolvimento. Nesse sentido, é preciso eliminar as privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades de os indivíduos exercerem sua condição de pessoa humana. A ineficiência do Poder Judiciário fere, em especial, o próprio princípio da dignidade da pessoa humana, o qual deve nortear todas as relações em sociedade, destacando-se como valor ético a ser perseguido, repercutindo sobre todo o ordenamento jurídico.

Assim, a tutela dos direitos de todos os cidadãos pressupõe que seja respeitada, em primeiro lugar, a dignidade da pessoa. Nesse aspecto, é essencial o papel do Estado, o qual precisa tomar providências, de modo que os indivíduos tenham condições mínimas para viver com dignidade, inserindo-se o acesso à justiça. A preocupação do legislador constituinte foi cuidar para que o Estado proporcionasse condições de existência digna aos cidadãos. Dentre os princípios fundamentais e gerais expressos na Constituição Federal de 1988, o princípio da dignidade da pessoa humana vem estabelecido no art. 1.º, III. Para Willis Santiago Guerra Filho[93], de todos os princípios enunciados no referido artigo, o respeito à dignidade da pessoa humana merece destaque especial, enfatizando:

> O princípio mereceu formulação clássica na ética kantiana, precisamente na máxima que determina aos homens, em suas relações interpessoais, não agirem jamais de molde a que o outro seja tratado como objeto, e não como igualmente um sujeito. Esse princípio demarcaria o que a doutrina constitucional alemã, considerando a disposição do art. 19, II, da Lei Fundamental, denomina de núcleo essencial intangível dos direitos fundamentais.

O princípio da dignidade da pessoa humana é considerado pela maioria dos doutrinadores como núcleo essencial que rege os demais princípios. Por isso, o exercício do poder e a ordem estatal só serão legítimos se observarem o respeito e a proteção da dignidade da pessoa humana, que constitui verdadeiro pressuposto da democracia, porquanto referido princípio expressa um valor inerente a todo cidadão. Esse valor deve ser respeitado por qualquer outra pessoa e, principalmente, pela legislação jurídica, a fim de que o indivíduo não seja desrespeitado enquanto ser humano.

---

[93]GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Introdução ao direito processual constitucional***.** Porto Alegre: Síntese, 1999. p. 33.

Sendo o princípio da dignidade da pessoa humana assim considerado, qualquer norma que venha a violá-lo deve ser afastada. Não se pode perder de vista que o objetivo da Constituição Federal é promover um Estado democrático de direito, no qual as pessoas possam viver numa sociedade justa e igualitária. Nesse sentido, afirma Ingo Wolfgang Sarlet[94]:

> A relação entre a dignidade da pessoa humana e as demais normas de direitos fundamentais não pode, portanto, ser corretamente qualificada como sendo, num sentido técnico-jurídico, de cunho subsidiário, mas sim caracterizada por uma substancial fundamentalidade que a dignidade assume em face dos demais direitos fundamentais. É nesse contexto que se poderá afirmar, na esteira de Geddert-Steinacher, que a relação entre a dignidade e os direitos fundamentais é uma relação *sui generis*, visto que a dignidade da pessoa assume simultaneamente a função de elemento e medida dos direitos fundamentais, de tal sorte que, em regra, uma violação de um direito fundamental estará sempre vinculada com uma ofensa à dignidade da pessoa.

No mesmo sentido, Clèmerson Merlin Clève[95] demonstra que o princípio da dignidade da pessoa humana é considerado a base essencial de todo o ordenamento jurídico e de todo o sistema de direitos fundamentais, constituindo-se como valor supremo: "Verifica-se, dessa maneira, que os direitos fundamentais sociais devem ser compreendidos por uma dogmática constitucional singular, emancipatória, marcada pelo compromisso com a dignidade da pessoa humana e, pois, com a plena efetividade dos comandos constitucionais".

O texto constitucional utiliza a noção de dignidade dentro de uma preocupação humanista, ou seja, como aquela que deve ser concedida a toda pessoa humana. José Afonso da Silva[96], interpretando os ensinamentos de Kant, assinala que a dignidade é um valor interno da pessoa humana que não admite substituto equivalente. Para ele, a dignidade se confunde com a própria natureza do ser humano. Do mesmo entendimento partilha Eduardo Ramalho Rabenhorst[97], o qual considera a dignidade uma "categoria moral" relacionada com a própria representação que se faz da condição humana. Segundo ele, a dignidade constitui a

---

[94]SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988***.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. pp. 103/104.
[95]CLÈVE, Clèmerson Merlin. A eficácia dos direitos fundamentais sociais. In *Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da União***.** Brasília: ESMPU, Ano II, nº 8. jul – set. 2003. pp. 152/153.
[96]SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. In *Revista de Direito Administrativo***.** Rio de Janeiro: Renovar, n.º 212, abr./jul. 1998. p. 90.
[97]RABENHORST, Eduardo Ramalho. *Dignidade humana e moralidade democrática***.** Brasília: Brasília Jurídica, 2001. p. 15.

"qualidade ou valor particular que atribuímos aos seres humanos em função da posição que eles ocupam na escala dos seres".

De acordo com Gabriela Schneider[98], o grande objetivo do Estado democrático é oferecer a todas as pessoas uma "justiça confiável, independente, imparcial e dotada de meios que a façam respeitada e acatada pela sociedade". É por esse e por outros motivos que a sociedade, consciente de seus direitos, passou a buscar mais a prestação da tutela jurisdicional, exigindo dos órgãos competentes a sua efetividade. Na verdade, a primeira preocupação que surge ao se buscar essa prestação é a duração do tempo para a solução, em definitivo, do litígio.

Para Mayara de Carvalho Araújo e Raisa Lustosa de Oliveira[99], é a procrastinação injustificada do processo que vem se apresentando como elemento caracterizador do Poder Judiciário brasileiro, o que segundo elas, não vem sendo combatido. Dessa forma, acreditam que "a crise do Judiciário brasileiro, principalmente em razão da morosidade, afeta a legitimidade e macula a imagem da justiça. Simultaneamente, abala o desenvolvimento nacional ao negar liberdades substantivas essenciais, a começar pelo acesso à ordem jurídica justa". Essa morosidade foi agravada, quando a sociedade passou a procurar o Poder Judiciário, tornando-o, ainda mais, oneroso e lento, conforme explica Thiago Nóbrega Tavares[100]:

> O Poder Judiciário, detentor da atribuição constitucional de estabelecer o ponto de equilíbrio na "balança" do ordenamento jurídico pátrio, encontra-se congestionado por ações de uma sociedade acostumada ao litígio. Constata-se, frequentemente, que as tentativas de resolver os mais diversos questionamentos desembocam na justiça. O orbe ocidental sempre privilegiou - e ainda o faz - essa forma de deliberar acerca das altercações cotidianas, diga-se de passagem, demasiadamente sobrecarregada, onerosa e lenta. De repente, a busca por uma sentença favorável assumiu status de desafio, face ao universo econômico impiedoso e extremamente concorrencial do globalizado século XXI, em que as únicas constantes parecem ser as capacidades de mudar, de se adaptar e de reagir a contento.

---

[98]SCHNEIDER, Gabriela. A (incessante) busca pela garantia da celeridade processual: possibilidades e desafios. In *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3. Vol. 4. Jan-abril 2013. pp. 466/467.
[99]ARAÚJO, Mayara de Carvalho; OLIVEIRA, Raisa Lustosa. Op. cit., p. 523.
[100]TAVARES, Thiago Nóbrega. *Transação de interesses como prática legitimadora da aplicação da arbitragem aos litígios tributários*: uma análise sob a perspectiva dos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público. Dissertação. João Pessoa, 2013. p. 12.

O que as pessoas querem, na verdade, é saber quando se dará o fim de uma disputa judicial. Mas, atualmente, essa previsão se torna impossível de calcular, já que o desenvolvimento dos processos em geral demanda várias etapas, desde a elaboração da petição inicial, passando pela citação da parte contrária, pelas audiências, pela decisão do magistrado encarregado de julgar a demanda e até pela possibilidade da interposição de recursos. Para Luiz Eduardo Gunther e Noeli Gonçalves da Silva Gunther[101], essa previsão se torna impossível, porque não existem parâmetros objetivos e concretos para indicar o tempo de duração de um processo.

Todavia, trata-se de um direito fundamental preconizado na Constituição Federal, no art. 5º, LXXVIII, que diz: "A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade na sua tramitação". Assim, essa prerrogativa conferida aos cidadãos deve ser respeitada e efetivada pelo Poder Judiciário, órgão encarregado da apreciação dos conflitos sociais.

Entretanto, não é apenas a duração do processo que preocupa os estudiosos da área. Além desse problema, o excesso de causas repetitivas que incham a máquina judiciária, a ausência de preparo dos profissionais da área, a morosidade dos processos judiciais e a falta de acesso à justiça completam o quadro da crise por que passam a jurisdição e o próprio Estado. Essa crise acaba por impedir que o Poder Judiciário cumpra com o seu papel de realizar o bem comum e efetivar os direitos fundamentais consagrados na Carta Magna, o que, efetivamente, leva a criar novas concepções e alternativas ao direito. É o que afirma Érica Barbosa e Silva[102] sobre a questão do acesso à justiça diante desse cenário de crise:

> Acresça-se ainda que uma nova concepção de acesso à justiça desenvolve-se de forma ampliativa, levando o Judiciário a realizar uma estruturação que enseje não apenas a pacificação decorrente da prolação de sentença, mas ainda uma gama de serviços jurídicos, voltados à construção de consenso – incrementando uma justiça colaborativa – que preste ademais orientações jurídicas de diversas naturezas. O Judiciário deverá oferecer serviços voltados à resolução de problemas jurídicos e não apenas resolução de conflitos de interesses, conforme outrora.

[101] GUNTHER, Luiz Eduardo; GUNTHER, Noeli Gonçalves da Silva. O processo eletrônico e a crise da jurisdição. In GUNTHER, Luiz Eduardo (coord.). *Jurisdição*: crise, efetividade e plenitude institucional. Curitiba: Juruá, 2010. p. 239.

[102] SILVA, Érica Barbosa e. *A efetividade da prestação jurisdicional civil a partir da conciliação*. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Departamento de Direito Processual, 2012. p. 24.

A própria Constituição Federal, no art. 3º, preconiza a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com redução de desigualdades e promoção do bem de todos como objetivos a serem efetivados pela República Federativa do Brasil. E é nesse cenário que surgem alternativas para a solução rápida e eficaz dos conflitos, como será visto nos capítulos seguintes.

Sem dúvida, a importância que exerce o Poder Judiciário na sociedade levou a própria comunidade social e política a criticar o seu desempenho, motivando-a a apontar a crise da instituição, seja como aplicadora da lei ou como garantidora de direitos. O exorbitante número de processos, a falta de efetividade nas decisões dos magistrados, a possibilidade ampla de recursos, a burocracia excessiva e a falta de celeridade contribuíram para a instauração dessa crise. Como se sabe, sua superação é primordial para a concretização do Estado democrático de direito.

Várias tentativas vêm sendo realizadas para modificar esse quadro de crise da jurisdição. Cita-se como exemplo a Emenda Constitucional nº 45, que promoveu mudanças nas atuações da Defensoria Pública, do Ministério Público e do próprio Poder Judiciário, com a criação do Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de reformular a organização judiciária para atingir a eficiência na prestação da tutela jurisdicional e no acesso à justiça. "Nesse contexto reformador, papel de destaque foi dado aos meios consensuais, que passaram a ser vistos definitivamente como formas possíveis de distribuir justiça", declara Érica Barbosa e Silva[103].

É preciso, contudo, enfatizar, como afirma Ada Pellegrini Grinover[104], que a crise atribuída ao Poder Judiciário é externada em vários aspectos: crise estrutural de um dos poderes estatais; crise institucional no jogo de equilíbrio entre os poderes; mentalidade dos operadores da justiça; inadequação dos controles sobre o exercício da função jurisdicional. Não se pode negar que, a partir da referida emenda constitucional, o Estado passou a ser responsável por tornar a tramitação processual mais célere, assegurando uma razoável duração. "O que a Constituição Federal fez foi introduzir a efetividade e celeridade da tutela jurisdicional como direito fundamental", afirma Juvêncio Borges Silva[105]. Portanto, esse direito deve ser respeitado e assegurado a todos sem distinção.

---

[103]SILVA, Érica Barbosa e. Op. cit., p. 32.
[104]GRINOVER, Ada Pellegrini. A crise do Poder Judiciário. *Revista da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo*. nº 34, 1990. p. 12.
[105]SILVA, Juvêncio Borges. O acesso à justiça como direito fundamental e sua efetivação jurisdicional. In *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3. Vol. 4. Jan-abril 2013. p. 486.

Outro fator que acaba por agravar a crise da jurisdição é o custo processual, que envolve não só as custas judiciais, mas também os honorários advocatícios. São aspectos que contribuem para emperrar o efetivo acesso à justiça o que, necessariamente, envolve a questão da instituição da assistência judicial aos indivíduos economicamente desfavorecidos. Esse problema integra, hoje, a realidade dos estudos jurídicos, constituindo-se numa preocupação entre os estudiosos do direito, principalmente, levando-se em consideração a garantia de acesso à justiça.

Como se sabe, a participação igualitária em litígios processuais é quase mínima e, às vezes, impossível, em razão da própria estrutura do Estado, que termina por ser a gênese da exclusão social. Mas isso não deveria acontecer, sendo, até mesmo, condenável num Estado democrático de direito. Esse é o maior problema no que diz respeito à aplicação da justiça, ou seja, assegurar aos necessitados condições para que possam ter êxito em suas pretensões. Foi em razão dessa preocupação com os carentes de recursos financeiros, diante do alto custo da marcha processual, que surgiu a ideia de se promover o patrocínio jurídico gratuito, de forma a proporcionar o acesso efetivo à jurisdição. Esse direito está insculpido no art. 5.º, LXXIV, da Constituição Federal de 1988[106], que assim dispõe:

> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> (...)
> LXXIV – O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

O citado dispositivo trata do instituto da assistência jurídica como direito fundamental do cidadão carente de recursos. Ruy Pereira Barbosa [107] entende que a inserção da obrigatoriedade de o Estado prestar essa assistência teve a intenção de proporcionar o acesso efetivo à justiça da pessoa considerada carente. Segundo o autor, a inserção desse princípio no texto constitucional não teve a intenção de restringir um direito que a lei ordinária já lhe concedia.

Como se pode verificar, a Constituição Federal de 1988 inovou em matéria de direito fundamental, ao estabelecer a obrigatoriedade do Estado em prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, constituindo-se como

---

[106]BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
[107]BARBOSA, Ruy Pereira. *Assistência jurídica.* Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 55.

garantia individual do cidadão e remédio à proteção judicial dos direitos fundamentais. Entretanto, até o mecanismo da justiça gratuita não vem sendo respeitado pelos órgãos competentes, embora a assistência judiciária seja considerada como instrumento de efetivação de acesso à justiça das pessoas carentes de recursos, isto é, das pessoas declaradamente pobres na forma da lei.

Somem-se a isso os seguintes problemas: o alto custo processual, a lentidão dos processos, a burocracia do Poder Judiciário e a questão estrutural em decorrência do número insuficiente de magistrados. Tudo isso dificulta um efetivo acesso dos cidadãos à justiça, fazendo-se necessário "que ocorram mudanças estruturais no Poder Judiciário, de forma a facilitar o acesso à justiça, tornar o processo mais célere, contribuindo, destarte, para a prestação efetiva da justiça", conclui Juvêncio Borges Silva[108]. Até a forma procrastinatória na atuação processual utilizada pelas partes contribui para esse entrave no acesso à justiça. "É comum observar que algumas chicanas e outras atitudes procrastinatórias são habitualmente recebidas e encaradas como legítimo exercício de direitos", esclarece Luciano Athayde Chaves[109], o qual considera a morosidade como o principal bloqueio para uma efetiva prestação jurisdicional.

Além desses entraves à prestação da tutela jurisdicional, outro obstáculo também vem chamando a atenção dos estudiosos da área: o fato de a sentença não alcançar o resultado útil após ser proferida. Isto é consequência da própria "cultura brasileira de inadimplemento", das "reduzidas condenações por má-fé processual" e da "atuação tímida do juiz, baseada em separação estanque entre as fases de cognição e execução" [110], situação que fica mais evidente na fase de execução.

É o que pode ser constatado em relatório escrito pelo Conselho Nacional de Justiça e publicado no periódico *Justiça em Números*. Esse relatório apresenta um panorama global de atuação dos órgãos do Poder Judiciário através de dados disponibilizados pelos tribunais sobre os processos distribuídos e julgados, além do número de juízes em exercício e do número de habitantes atendidos por juiz. "Trata-se de pesquisa que permite a avaliação dos tribunais em relação à quantidade de processos, questão financeira e o acesso à justiça. Analisa ainda o perfil de cada região e Estado, com base nas informações sobre população e

[108]SILVA, Juvêncio Borges. Op. cit., p. 490.
[109] CHAVES, Luciano Athayde. Disponível em http://www.trt21.jus.br/ej/revista/2008/paginas/doutrina/Jurisdicao_trabalhista.html. Acesso em 09 set. 2013.
[110]ARAÚJO, Mayara de Carvalho; OLIVEIRA, Raisa Lustosa. Op. cit., p. 533.

economia" [111]. São essas e outras iniciativas, além de programas e projetos criados pelos órgãos encarregados da prestação da justiça, que ajudam a fortalecer o princípio do acesso à justiça e o Estado democrático de direito, em especial, no que toca à prestação da ordem jurídica justa e do respeito à dignidade da pessoa humana.

De acordo com Ada Pellegrini Grinover[112], o problema do acesso à justiça acaba por isso sendo o "mais caro aos olhos dos processualistas contemporâneos", já que não indica apenas o direito de aceder aos tribunais, mas, principalmente, de alcançar a tutela efetiva dos direitos violados ou ameaçados. A autora lembra os ensinamentos de Kazuo Watanabe, segundo o qual o acesso à justiça resulta no "acesso à ordem jurídica justa".

Para Fernanda Tartuce Silva[113], o objetivo do acesso à justiça não é a possibilidade de todos poderem pedir a prestação da tutela jurisdicional junto ao Poder Judiciário. Na verdade, reside no fato de que "a justiça possa ser realizada no contexto em que se inserem as partes, com a salvaguarda da imparcialidade de decisão e da igualdade efetiva das partes". Em razão disso, a autora considera que a realização da justiça pode ser obtida pela autotutela, autocomposição ou imposição de um terceiro:

> Assim, tanto se pode operar a realização da justiça pela autotutela (nos limites em que esta é permitida), como por força da autocomposição (quando as partes resolvem o impasse com um acordo); finalmente, pode ocorrer pela imposição da decisão por um terceiro, tenha este sido eleito pelas partes (o árbitro) ou escolhido pelo Estado (o magistrado). No processo democrático, o acesso à justiça desempenha um relevante papel ao habilitar o cidadão a tutelar seus interesses e possibilitar à sociedade a composição pacífica dos conflitos.

Com esse mesmo entendimento, Juvêncio Borges Silva[114] anota que o acesso à justiça exige, nos tempos atuais, uma mudança de paradigma por parte daqueles encarregados de operar o direito. Essa mudança deve conceber o processo como um instrumento de realização de justiça.

Com efeito, o uso de recursos no modelo processual brasileiro se mostra inadequado. Além disso, o número de magistrados para julgar os processos é insuficiente, a burocracia é

---

[111] CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em Números*, 2011. Disponível em http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros. Acesso em 09 set. 2013.

[112] GRINOVER, Ada Pellegrini. *Direito processual coletivo e o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 12.

[113] SILVA, Fernanda Tartuce. *Mediação como meio de composição de conflitos civis.* Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2007. p. 74.

[114] SILVA, Juvêncio Borges. Op. cit., p. 496.

extrema e a morosidade é latente. Mas esses não são os únicos problemas que exigem solução urgente. "Modernizar a gestão do Judiciário e implementar um conjunto de alterações gerenciais e administrativas constante dos quadros funcionais conferiria maior celeridade e segurança à prestação jurisdicional", completa Érica Barbosa e Silva[115]. São essas deficiências que resultam claramente na crise estrutural por que passa o Poder Judiciário. Maria Teresa Sadek e Rogério Bastos Arantes[116] acreditam que o sinal mais visível dessa crise está no "espírito excessivamente corporativo, pouco sensível a mudanças nos valores sociais e avesso a mecanismos de controle externo".

É claro que várias iniciativas vêm sendo tomadas no sentido de, ao menos, minimizar essa crise, a exemplo do surgimento dos meios alternativos de resolução de conflitos, como será analisado mais à frente. Destaque-se também a própria iniciativa do Poder Legislativo, ao promulgar a Emenda Constitucional nº 45, estabelecendo, entre outras medidas, que todas as receitas auferidas pelas taxas judiciais devem ser utilizadas pelo Judiciário em sistemas de modernização administrativa e outros programas para seu próprio desenvolvimento. Mas ainda é preciso fazer muito para que, efetivamente, seja superada a crise no Poder Judiciário e no próprio Estado.

Segundo Rodolfo de Camargo Mancuso[117], é o próprio modelo que precisa ser mudado, no sentido de se incentivar a "cultura da auto e heterocomposição". Com isso, a justiça estatal ficaria em um plano residual, "preordenada a recepcionar os conflitos refratários àquelas modalidades e bem assim aqueles que precisam ter uma passagem judiciária (o *fair day in court*, do processo norte-americano)". Em suas considerações, discorre sobre a realidade da prática no Poder Judiciário:

> O Estado avoca a distribuição de justiça, ofertando-a como um direito subjetivo público disponível a quem pague a taxa judiciária e contrate um advogado (ou público disponível a quem pague a taxa judiciária e contrate um advogado (ou nem isso, no caso de justiça gratuita nos juizados especiais, em primeiro grau), mas depois não consegue atender à expectativa assim criada, ou pior, buscando fazê-lo, passa a oferecer justiça de massa, de baixa qualidade, seja quanto à consistência jurídica, seja quanto à duração do processo, seja, enfim, no tocante ao custo financeiro[118].

[115]SILVA, Érica Barbosa e. Op. cit., p. 36.
[116]SADEK, Maria Teresa; ARANTES, Rogério Bastos. A crise do Judiciário e a visão dos juízes. *Revista USP*. nº 21, mar.-mai., 1994, p. 40.
[117]MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de direito*. São Paulo: Revista do Tribunais, 2009. p. 150.
[118]MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Op. cit., p. 150.

É por isso que outros modelos vêm sendo criados e outros instrumentos vêm sendo utilizados no sentido de darem crédito e confiança a um dos poderes mais antigos da história do direito brasileiro, que foi criado com o objetivo de realizar o bem e distribuir justiça. É por esse e por outros motivos que os estudiosos do direito e os profissionais da área devem se preocupar em manter certo equilíbrio na função do Poder Judiciário.

É preciso tratar os problemas que afetam o Poder Judiciário da mesma forma como são tratadas muitas outras questões do Estado. Deve-se atuar sempre na perspectiva da eficiência, principalmente, quebrando-se dogmas e mitos que permeiam a história do direito, a exemplo do senso comum teórico dos juristas tratado por Luis Alberto Warat em várias de suas obras. É preciso despertar nos profissionais da área jurídica o senso crítico, para que possam dar flexibilidade ao dogmatismo jurídico e adotar mecanismos alternativos para o efetivo acesso à justiça.

Conforme lembram Mayara de Carvalho Araújo e Raisa Lustosa Oliveira[119], são comuns os discursos que "hiperdimensionam a necessidade de rapidez da justiça e esquecem um mínimo fundamental de garantias, assim como não são raros os adeptos de crenças simplistas como a de que alterar a redação de dado artigo ou mesmo abolir determinado recurso implicará a solução da crise do Judiciário".

Efetivamente, o Poder Judiciário está passando por uma "crise de credibilidade de poder, porque não tem assumido sua missão de 'poder político do Estado', submetendo-se a exigências financeiras do Executivo e omissão do Legislativo". Todavia, "o Estado democrático e social de direito necessita, para sua estabilidade política e social, de um Judiciário bem estruturado, ativo e firmado como poder político do Estado" [120]. Para Fernanda Tartuce Silva[121], não adianta tentar resolver os referidos problemas de forma individualizada. É preciso um esforço conjunto e simultâneo:

> Assim, todos os problemas devem ser enfrentados simultaneamente, buscando-se o aperfeiçoamento do acesso à justiça aos necessitados, além de um aprimoramento nas regras processuais e na administração da justiça, sem descuidar de proporcionar mecanismos diferenciados para conflitos que possam ser mais eficazmente tratados por técnicas diferenciadas. Nessa medida, devem ser consideradas múltiplas abordagens e diretrizes ao tratarmos do tema da justiça.

[119] ARAÚJO, Mayara de Carvalho; OLIVEIRA, Raisa Lustosa. Op. cit., p. 526.
[120] HESS, Heliana Maria Coutinho. *Acesso à justiça e descentralização da jurisdição no Estado Federal:* comparativo entre o sistema e as reformas judiciais do Brasil e da Alemanha. Tese. São Paulo: 2002. p. 289.
[121] SILVA, Fernanda Tartuce. Op. cit., p. 78.

Na verdade, não existe mágica para se alterar, de uma hora para outra, a situação do Poder Judiciário. No entanto, pequenas iniciativas dão impulso para se chegar a uma possível eliminação dessa crise. É o que será visto mais adiante, ao se tratar de meios alternativos de solução de conflitos, do papel do advogado como negociador e da desjudicialização dos litígios. Por outro lado, não se pode esquecer que o magistrado, na função jurisdicional, é o representante do Estado. "O exercício da jurisdição pressupõe a realização do poder do Estado-juiz de afirmar a vontade da lei ao aplicá-la no caso concreto", afirma Heliana Maria Coutinho Hess[122]. Para a autora "a jurisdição faz parte da soberania e do poder do Estado para a pacificação social dos conflitos". Mas ressalta que "o acesso à justiça está ligado à própria efetividade da jurisdição pública que se manifesta de forma ampla e por meio de instrumentos que assegurem a realização dos direitos fundamentais e da distribuição de justiça social no Estado Federal".

Para Paulo Eduardo Alves da Silva[123], resta evidente que existe uma demanda social que urge por um acesso à justiça direto e imediato, sem interferência de agente estatal e regras formais. Segundo esclarece, "a insatisfação da população com a justiça estatal sugere a carência por mecanismos mais céleres e menos formais de solução de conflitos". Conclui o autor que a sociedade, insatisfeita com os serviços dessa justiça estatal, tem levantado vários questionamentos, tais como: "O processo judicial é sempre o método mais adequado para se produzir justiça? Poderia a própria sociedade promover, de forma autônoma e difusa, uma solução para o conflito mais justa que a provinda da jurisdição estatal?".

De tudo o que foi alegado, depreende-se que a prestação jurisdicional é, inquestionavelmente, uma "função indeclinável do Estado, que deve ser exercida com eficiência e a presteza capazes de atender à demanda social, crescente a cada dia"[124]. E, por assim ser, o Estado deve dispor de meios e instrumentos para que a jurisdição seja prestada e os direitos dos cidadãos sejam respeitados. Só assim poderá se dizer que os preceitos constitucionais foram respeitados e o acesso à ordem jurídica justa foi cumprido e efetivado. Observe-se, por fim, que a sociedade também se torna responsável por buscar alternativas mais céleres e eficazes para a resolução de seus conflitos. Para tanto, deve cobrar dos órgãos

[122]HESS, Heliana Maria Coutinho. Op. cit., pp. 109/112.
[123]SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Solução de controvérsias: métodos adequados para resultados possíveis e métodos possíveis para resultados adequados. *Negociação, mediação e arbitragem:* curso básico para programas de graduação em direito. In SALLES, Carlos Alberto Salles (coord.). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. pp. 2/3.
[124]SOARES FILHO, José. Acesso à justiça no Brasil. In *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3. Vol. 4. Jan-abril 2013. p. 592.

competentes a instituição desses meios, mesmo porque não existe apenas um único caminho para se obter a justiça.

2.2 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E DA JURISDIÇÃO: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO

Como foi visto, o Poder Judiciário vem, constantemente, sendo alvo de críticas no tocante à efetividade da prestação jurisdicional. O acesso à justiça é direito fundamental do cidadão, preconizado no art. 5.º, inciso XXXV, da Constituição Federal, como o dever de apreciação do Poder Judiciário em caso de lesão ou ameaça ao direito. Todavia, não tem apresentado resultados satisfatórios.

Sabe-se que o Judiciário constitui o meio tradicional de solução de conflitos. Entretanto, deve-se ter consciência de que é preciso passar do mero ingresso a esse Poder para um direito social básico, que é o de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa. Sabe-se, também, que a população se acostumou a resolver seus litígios, entendendo, na maioria das vezes, que apenas através da decisão de um juiz é que se pode obter justiça. Isso não é verdade. Os meios alternativos de resolução de conflitos demonstram o contrário, tendo em vista que são instrumentos de acesso à justiça em seu sentido mais amplo. É, pois, dever do Estado e do Poder Judiciário apoiarem a adoção desses instrumentos. Dentre esses meios alternativos, destacam-se negociação, conciliação, arbitragem e mediação, os quais serão analisados no capítulo seguinte.

O acesso à justiça está consagrado dentre os direitos fundamentais do cidadão. Esse direito vem tutelado pela Carta Magna, que trata da apreciação do Poder Judiciário em caso de lesão ou ameaça ao direito. Está também previsto nos incisos LIV e LV do mesmo artigo, que se referem, respectivamente, aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. O preceito estabelecido no inciso XXXV confere a todos o direito subjetivo à prestação jurisdicional, vedando qualquer ato que impeça ou que exclua da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Tal princípio também pode ser afrontado em caso de prestação da tutela jurisdicional morosa, ineficiente e inadequada.

Quis o legislador constituinte proporcionar ao cidadão a garantia contra o abuso aos direitos individuais e aos interesses legítimos tutelados contra possíveis atos danosos praticados, geralmente, pelo Estado e seus agentes públicos. Trata-se, portanto, de uma proteção de direitos, que tem como objetivo assegurar o cumprimento das normas constitucionais. Embora seja considerada como direito individual, constituindo-se em cláusula

pétrea, a garantia de acesso à justiça vem sendo cerceada por diversos fatores. Em razão disso, é preciso lembrar os ensinamentos de Mauro Cappelletti[125]. Com base na teoria das "três ondas do acesso à justiça", ele apresenta as soluções para o efetivo acesso à justiça. Segundo esclarece, o acesso à justiça serve para proporcionar a igualdade de acessibilidade ao sistema para todas as pessoas e, também, para a produção de resultados justos, tanto no campo individual como no âmbito social.

Como se observa, o conceito de acesso à justiça evoluiu para descentralizar a prestação judiciária do Estado, abrindo-se a possibilidade desse acesso por formas auto e heterocompositivas. Rodolfo de Camargo Mancuso[126], confirmando esse processo de evolução, entende que a concepção atual de jurisdição deixa de ser centrada no Poder Judiciário e passa a se tornar aderente à função que o Estado social de direito deve desempenhar para promover a resolução dos conflitos de forma justa e em tempo razoável. Nesse sentido, observa:

> Isso leva a que esse desiderato possa ser exercido não mais em termos de monopólio estatal na distribuição da justiça, mas abrindo para outras modalidades e instâncias decisórias, ao pressuposto de que desempenhem com efetividade suas atribuições, donde o notório crescimento dos chamados *meios alternativos* ou *equivalentes jurisdicionais*. Não por acaso, a *terceira onda* de renovação do processo civil, ao início lembrada, propugna, no espectro da facilitação do acesso à justiça, por um novo tipo de processo e de prestação judicial: um processo de perfil não-adversarial, isto é, não reduzido à dicotomia entre vencedor e vencido, apto a se desenvolver num ambiente menos tenso, que recepciona as divergências e busca harmonizá-las. (grifo no original).

Cássio Scarpinella Bueno[127] acredita que não há nada de errado na identificação e sistematização de "novas ondas" de acesso à justiça para melhor atender às novas necessidades da sociedade, que são resultados da própria evolução política, social e econômica da sociedade. Para Cappelletti[128], o acesso à justiça pode ser considerado como o requisito fundamental de um sistema jurídico moderno e igualitário que vise não só a

---

[125]CAPPELLETTI, Mauro. *Acesso à justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988. p. 8.
[126]MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de direito*. Tese de concurso público. São Paulo: 2008. p. 39.
[127]BUENO, Cássio Scarpinella. *Amicus curae no processo civil brasileiro*: um terceiro enigmático. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 448.
[128]CAPPELLETTI, Mauro. Op. cit., p. 12.

proclamar os direitos de todos, mas, principalmente, a garantir esses direitos. Portanto, o acesso à justiça é tido pelos autores como o mais básico dos direitos humanos.

Como se vê, o conceito de acesso à justiça evoluiu, em razão das transformações verificadas na área de processo civil. Considerava-se, de início, que os direitos naturais não necessitavam de uma ação do Estado para que fossem protegidos. O Estado deveria permanecer passivo em relação aos problemas que envolviam o reconhecimento e a defesa dos direitos do indivíduo. Com isso, a justiça só poderia ser buscada por aqueles que pudessem pagar seus custos. Aqueles que não podiam arcar com as despesas processuais eram discriminados e excluídos desse benefício. Todavia, a partir da Constituição Federal de 1988, o direito de acesso efetivo à justiça vem sendo reconhecido de forma gradativa, destacando-se como de fundamental importância entre os direitos individuais e sociais. De acordo com os citados autores, o acesso à justiça pode ser considerado como o mais básico dos direitos humanos, caracterizando-se como requisito essencial para o sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir.

Para Juvêncio Borges Silva[129], esse conceito de acesso à justiça vem experimentando mudanças significativas ao longo do tempo, justificando: "Se antes (sec. XVIII e XIX) o acesso à justiça era um reflexo da filosofia individualista dos direitos prevalecentes à época, configurando-se em um direito de natureza meramente formal, hoje se considera a existência de um acesso efetivo à justiça". José Mário Gomes Neto[130], analisando os ensinamentos de Cappelletti, enfatiza que a abordagem do acesso à justiça, como método de pensamento, provoca alterações no paradigma da ciência jurídica processual, colocando em posição privilegiada a satisfação dos beneficiários da tutela jurisdicional. Para ele, o acesso à justiça visa a tornar a ciência processual uma fonte de soluções para os entraves políticos, sociais e econômicos, de modo a atender aos valores da efetividade e da justiça social. Tratando da apreciação de lesão ou ameaça de lesão a direito individual ou coletivo, afirma Luiz Antônio Soares Hentz[131]:

> No Brasil, de jurisdição única, não pode em hipótese alguma haver recusa de exame de lesão ou ameaça de lesão a direito individual ou coletivo, sob pena de não exercer o Estado a função que lhe atribui a Constituição Federal. Como corolário

[129] SILVA, Juvêncio Borges. O acesso à justiça como direito fundamental e sua efetivação jurisdicional. In *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3. Vol. 4. jan-abril 2013. pp. 481/482.

[130] GOMES NETO, José Mário Wanderley. *O acesso à justiça em Mauro Cappelletti:* análise teórica desta concepção como "movimento" de transformação das estruturas do processo civil brasileiro. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2005. p. 104.

[131] HENTZ, Luiz Antônio Soares. A proteção aos direitos do cidadão e o acesso à justiça. In *Revista de Informação Legislativa***.** Ano 30. n. 119. Brasília: jul-set. 1993. p. 100.

> de eventual não pronúncia do Poder Judiciário sobre questão levada a seus órgãos, quer sob o título de direitos subjetivos, quer sob o de interesses legítimos, redundará em denegação de justiça. A mesma conclusão aplica-se ao legislador ordinário em hipótese de limitar ou condicionar o ingresso em juízo, senão mediante a disciplina processual necessária à regularidade dos serviços judiciais e à garantia de obediência de princípios tradicionalmente assegurados.

J. E. Carreira Alvim[132] também discorre sobre a questão, assinalando:

> Para mim, o acesso à justiça compreende o acesso aos órgãos encarregados de ministrá-la, instrumentalizados de acordo com a nossa geografia social, e também um sistema processual adequado à veiculação das demandas, com procedimentos compatíveis com a cultura nacional, bem assim com a representação (em juízo) a cargo das próprias partes, nas ações individuais, e de entes exponenciais, nas ações coletivas, com assistência judiciária aos necessitados, e um sistema recursal que não transforme o processo numa busca interminável de justiça, tornando o direito da parte mais um fato virtual do que uma realidade social. Além disso, o acesso só é possível com juízes vocacionados (ou predestinados) a fazer justiça em todas as instâncias, com sensibilidade e consciência de que o processo possui também um lado perverso que precisa ser dominado, para que não faça, além do necessário, mal à alma do jurisdicionado.

É notório que o acesso à justiça constitui o ingresso do conjunto da sociedade na ordem jurídica. Não se esgota apenas com a mera admissão ao processo ou com a possibilidade de ingresso em juízo. É necessário, principalmente, que o maior número de pessoas tenha o direito de demandar e se defender adequadamente diante do Poder Judiciário, buscando obter a solução dos seus conflitos. É importante destacar que a solução dos conflitos sociais se dá pelo devido processo legal, por ser o instrumento que o Estado utiliza para chegar à solução do conflito por meio de um terceiro não interessado, que é o juiz. Esse processo é utilizado para que todos os cidadãos tenham acesso à justiça e obtenham o que lhes é de direito.

O acesso à justiça é consagrado não só no Brasil, como também em outros países da América do Sul, que preveem a aplicação desse princípio como a obtenção de solução justa ao conflito. Na Argentina, por exemplo, o devido processo legal e o juízo arbitral são utilizados como meios de obtenção de solução de controvérsias reguladas por lei. No Paraguai, além do processo legal através do Poder Judiciário, existem a arbitragem e a mediação. Já no Uruguai,

[132]ALVIM, J. E. Carreira. *Justiça: acesso e descesso***.** Disponível em http://www.jus2.uol.com.br. Acesso em 02 set. 2013.

há a regulamentação dos meios de acesso à justiça para o devido acesso aos tribunais, inclusive, pela arbitragem, não havendo a mediação. Analisando todos esses aspectos, Viviane Weingärtner[133] observa:

> A exemplo do Paraguai, os demais países do Mercosul já deveriam estar utilizando todas as vias de acesso à justiça para a solução de controvérsias, pois poderiam importar a experiência e incorporar à sua legislação a mesma linguagem no que diz respeito ao acesso à justiça, o que evitaria barreiras para a solução de controvérsias internacionais.

A arbitragem, a mediação e a conciliação constituem meios alternativos de solução de conflitos, como será visto mais adiante. São instrumentos auxiliares do Poder Judiciário em solucionar conflitos, sem o acionamento do controle estatal. Segundo a referida autora, essas modalidades trazem justiça para a sociedade, sem a necessidade de enfrentar a morosidade e a burocracia do Judiciário. A mediação é a atividade destinada a fazer com que as partes encontrem uma solução para o conflito de interesses existente entre elas, de forma pacífica. Nesse sistema, aparece a figura do mediador, que vai auxiliar as partes na solução do problema. Na conciliação, não existe uma terceira pessoa, mas apenas as partes, às quais compete tomar a decisão que satisfaça os interesses de ambas. Já a arbitragem consiste em entregar a solução do conflito a uma terceira pessoa, grupo ou entidade administrativa ou judicial, com a vontade expressa das partes.

É em razão da morosidade da justiça que determinados países se valem desses instrumentos alternativos, como forma de satisfazer, eficazmente, os interesses das partes conflitantes. Não se pode aceitar que os litigantes fiquem sem solução para os seus conflitos ou que essa solução venha tardiamente. Portanto, se o processo judicial é falho, por não utilizar esses meios facilitadores da solução dos litígios? Porém, é preciso frisar que sua utilização é restrita, seja pela falta de legislação própria ou pela deficiente aplicação desses meios. Na realidade brasileira, o método mais utilizado para a solução dos conflitos ainda é o processo judicial, no qual as partes litigantes procuram o Poder Judiciário para a prestação da tutela jurisdicional. Esse conflito é levado ao juiz, representante do Estado, que tem competência para julgar os litígios. Assim, as partes transferem para o juiz a solução do conflito de interesses, a quem compete distribuir a justiça.

---

[133]WEINGÄRTNER, Viviane. *Acesso à justiça pela pessoa natural nos conflitos internacionais no âmbito do Mercosul*. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico). Universidade Autônoma de Assunção. Assunção – PY, 2005. p. 45.

Para tornar o Poder Judiciário acessível a todos, de forma igualitária, é preciso que os indivíduos tenham a capacidade de reconhecer seus direitos, de poder constituir profissionais aptos a suscitar o controle jurisdicional e de postular em juízo em igualdade de condições com a outra parte. Para Roberto Augusto Castellanos Pfeifer[134], devem ser criados mecanismos que possibilitem à parte mais frágil compensar a sua desigualdade econômica com prerrogativas estatuídas em lei. A esse respeito, esclarece:

> Neste contexto, o efetivo acesso à justiça pressupõe o estabelecimento de instrumentos que possibilitem a consecução da igualdade substancial, o que engloba a já referida paridade de armas para todos os litigantes, procedimentos e políticas públicas que permitam a proteção eficaz dos direitos outorgados (não somente os tradicionais "direitos subjetivos individuais", mas também os direitos de ordem coletiva e difusa), bem como a ênfase em uma tutela preventiva, que iniba, *a priori*, a violação dos direitos outorgados.

A garantia da justiça vem consagrada já no preâmbulo da Constituição Federal de 1988, considerada como um dos valores que a sociedade almeja. Para tanto, é necessário que se estabeleça uma estrutura adequada. É preciso que o Estado aplique as normas de justiça aos conflitos de interesse, através do Poder Judiciário, pois, sem a jurisdição, não há solução segura para os litígios. É preciso, ainda, que a administração da justiça seja contínua, para que haja uma estabilidade nas relações sociais e também na ordem jurídica.

A falta de aplicação da justiça constitui uma das violações dos direitos humanos. Nesse sentido, o art. 8.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem estabelece: "Todo homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei". Por isso, é preciso que se una segurança com celeridade, a fim de proporcionar o efetivo acesso de todos à justiça. É o que enfatiza Lair da Silva Loureiro Filho[135]:

> A solução para garantir o efetivo acesso de todos a uma atividade judiciária adequada e eficiente passa pelo bom equacionamento do binômio segurança/celeridade. A justiça deve ser rápida, evitando a demora excessiva na prestação jurisdicional, que leva à sua ineficácia, devendo, contudo, observar os institutos mantenedores da segurança das relações

[134]PFEIFER, Roberto Augusto Castellanos. Acesso do consumidor à justiça e à advocacia pública. In *Revista de Direito do Consumidor*. n. 30. abr/jun, Revista dos Tribunais: São Paulo, 1999. p. 51.
[135]LOUREIRO FILHO, Lair da Silva. *Responsabilidade pública por atividade judiciária*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 97.

> jurídicas (a observância do *due process of law*, o devido processo legal, o respeito ao contraditório e à ampla defesa).

Efetivamente, para que haja um verdadeiro equacionamento do binômio segurança/celeridade, é preciso que se busque a justiça real, a justiça que prime pela concretização da cidadania e, efetivamente, pelo desenvolvimento humano, como será visto ao longo deste trabalho. Nesse contexto é que se inserem as formas de resolução de conflitos e de acesso à justiça, que se tornam essenciais no processo de desenvolvimento.

As questões referentes ao crescimento e ao desenvolvimento econômico vêm preocupando diversos autores há bastante tempo. Um desses estudiosos, François Perroux, criou a teoria dos polos de crescimento (ou de desenvolvimento), que depois influenciou a elaboração de políticas de desenvolvimento no Brasil. Destacam-se, também, Gunnar Myrdal (entendia que a ideia de equilíbrio não se funda na observação da vida social e, portanto, os processos sociais seriam reações causais em cadeia) e Albert Hirschman (propôs a teoria do crescimento desequilibrado). Mas foi a teoria do subdesenvolvimento da CEPAL que fundamentou a política brasileira de desenvolvimento.

De acordo com Gilberto Bercovici[136], o entendimento da CEPAL é no sentido de que é necessário compreender as estruturas sociais para que se possa entender o comportamento das variáveis econômicas. Não é por outra razão que a citada entidade utiliza a concepção do sistema centro-periferia para demonstrar a desigualdade que é inerente ao sistema econômico de todo o mundo, com a consequente diferenciação dos níveis de renda e de vida. Com essa preocupação, via na industrialização um caminho para que os países da América Latina se desenvolvessem e superassem o subdesenvolvimento. Entretanto, para que isso pudesse ocorrer, seria preciso adotar-se uma política deliberada e de longo prazo, com intervenção planificadora por parte do Estado.

Na verdade, conforme ensina Bercovici, a proposta da CEPAL buscava um certo equilíbrio entre Estado e mercado, como se um complementasse o outro. Segundo esclarece, esse equilíbrio é essencial para o desenvolvimento, sendo este a condição necessária para a promoção do bem-estar social. Mas não se pode esquecer, como já frisado, que o Estado é, nas palavras do autor, o principal promotor do desenvolvimento através do planejamento, não se podendo tirar dele a autonomia que lhe é inerente. Por isso, devem-se promover reformas estruturais, no sentido de superar o subdesenvolvimento, uma vez que elas são necessárias para a política de desenvolvimento. Assim, "o Estado deve atuar de forma muito ampla e

[136]BERCOVICI, Gilberto. *Constituição econômica e desenvolvimento:* uma leitura a partir da Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 2005.

intensa para modificar as estruturas socioeconômicas, bem como distribuir e descentralizar a renda, integrando, social e politicamente, a totalidade da população"[137].

Entretanto, não se pode, nos tempos atuais, falar de desenvolvimento, de direito econômico, de industrialização, de globalização, de igualdades, sem se referir aos direitos humanos. É o que enfatiza Maria Luiza Alencar Mayer Feitosa[138], ao chamar a atenção para a necessidade de discussão de questões que levem a adotar políticas públicas nos países da América Latina, mas que elas sejam "encaradas como representações de direitos humanos". Isso se revela, ante a constatação de que a industrialização tardia e o ciclo de dependência econômica são alguns dos motivos que provocaram a exclusão e as desigualdades sociais, além da pobreza, violência, "vícios políticos e prejuízos identitários e culturais".

Para Gilberto Bercovici[139], é preciso que se institua uma política deliberada de desenvolvimento, que só ocorre se houver transformação das estruturas sociais. A democracia se torna essencial para a consecução desse objetivo, posto que "a participação social, política e cultural dos grupos tradicionalmente considerados como 'objeto' do desenvolvimento, que devem tornar-se 'sujeito' deste processo" se torna necessária. É preciso, portanto, fortalecer o Estado para resistir aos efeitos do processo de globalização e controlar os desequilíbrios ocasionados por ela, na tentativa de elaborar uma política nacional de desenvolvimento. Essa proposta deve garantir a presença ativa e coordenadora do Estado, mas também deve assegurar o desenvolvimento econômico e social. Conclui o citado autor que a conquista e a ampliação da cidadania brasileira dependem desse fortalecimento perante os interesses privados e também da integração igualitária da população. Mas, para que isso ocorra, é necessário que haja a já citada transformação das estruturas sociais.

Começa-se a compreender, então, a existência de uma fase das reformas que passa a se voltar para o social. "A compreensão de desenvolvimento baseado em meros processos de crescimento econômico começa a ser superada pela constatação da necessidade imediata de divisão social dos ganhos, redimensionando o desenvolvimento em perspectiva plural". Maria Luiza Alencar Mayer Feitosa[140] destaca as ideias de Amartya Sen, segundo as quais a discussão do desenvolvimento no campo das liberdades substantivas dos agentes depende,

---

[137]BERCOVICI, Gilberto. Op. cit., p. 52.

[138]FEITOSA, Maria Luiza Alencar Mayer. Desenvolvimento econômico e direitos humanos na América Latina. Revisitando a noção de semiperiferia. *Direitos humanos e integração latino-americana.* Porto Alegre: Entrementes Editorial, 2011. p. 197.

[139]BERCOVICI, Gilberto. Op. cit.,p. 54.

[140] FEITOSA, Maria Luiza Alencar Mayer. Direito econômico da energia e direito econômico do desenvolvimento. Superando a visão tradicional. *Direito econômico da energia e do desenvolvimento.* São Paulo: Conceito Editorial, 2012. p. 35.

efetivamente, da remoção das fontes de sua privação, quais sejam: "pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas e de distribuição social sistemática, negligência dos serviços públicos, ausência de programas epidemiológicos, vulnerabilidade dos sistemas de educação e assistência social, falta de instituições competentes para manterem a paz e a ordem".

Conforme se verifica, apesar de ter havido um certo retrocesso, foi provocado, no âmbito internacional, o surgimento da ideia de desenvolvimento como direito humano de todos os povos. Podem, assim, ser conjugados o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e humano, bem como a sustentabilidade ambiental. Tudo isso engloba a preocupação com a qualidade de vida e o bem-estar das populações presentes e futuras. Sobre essa temática discorre Maria Heliodora Collaço[141]:

> Contudo, é fundamental ter em mente que o desenvolvimento econômico deve garantir, de maneira ampla, um melhor nível de vida, tanto no aspecto material em si, quanto e, principalmente, no sentido de proporcionar condições de vida mais saudáveis. Desenvolvimento, pois, a serviço do homem. Distribuição dos bens produzidos, mediante a possibilidade de aquisição deles por todo o meio social, ao contrário da mera quantidade da produção. Neste sentido é que as disposições do artigo 174 da Constituição da República necessitam ser compreendidas, ou seja, revelam um direito humano fundamental ao desenvolvimento econômico nacional, a ser planejado pelo poder público e, ao mesmo tempo, estabelecem a obrigação do Estado em promovê-lo, observada a qualidade de vida de cada cidadão.

Toda essa discussão sobre desenvolvimento, crescimento econômico, direitos humanos, dentre outros temas correlatos, mostra a consistência das ideias de Amartya Sen, que considera a liberdade como meio e fim do desenvolvimento, conforme já assinalado. Essa liberdade deve estar voltada para dimensões econômicas, humanas e sociais, promovendo a expansão das liberdades de todos os membros da sociedade. Analisando o processo de mediação, Luciane Moessa de Souza[142] acredita que a concepção sobre desenvolvimento formada por Amartya Sen se enquadra no conceito de desenvolvimento na mediação. Segundo afirma, a mediação pode contribuir para o desenvolvimento institucional e para o desenvolvimento em sentido amplo. Nesse sentido arremata:

---

[141]COLLAÇO, Maria Heliodora do Vale Romeiro. Do direito ao desenvolvimento. *Jus Navigandi.* Teresina, ano 9, n. 521, 10 dez. 2004. Disponível em http://jus.com.br/revista/texto/6038. Acesso em 3 set. 2013.

[142]SOUZA, Luciane Moessa de. Mediação, acesso à justiça e desenvolvimento institucional. *Mediação de conflitos*: novo paradigma de acesso à justiça. In CASELLA, Paulo Borba; SOUZA, Luciane Moessa de (coordenadores). Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 81.

> Além de seu potencial para o fortalecimento quantitativo e qualitativo do sistema de resolução de litígios, vimos o quanto a existência de instituições confiáveis para fazer valer as regras do jogo democrático e preservar os direitos prometidos pelo sistema é um dos fatores diretamente ligados ao desenvolvimento de uma sociedade: é o chamado desenvolvimento institucional. Por fim, é evidente também seu potencial educativo, contribuindo, assim, para um maior grau de efetividade da ordem jurídica e para a difusão de valores éticos que criem uma cultura que se caracterize, ao mesmo tempo, por valorizar a responsabilidade individual e pelo seu compromisso com o bem-estar coletivo.

Isso se deve ao fato de que, após os anos de 1960, os economistas passaram a substituir a perspectiva de capital físico e humano pela de capacidade humana. Com isso, as pessoas deixaram de ser meros instrumentos de produção e passaram à condição de sujeitos ativos de liberdade, respeitando-se, principalmente, o princípio da dignidade do cidadão, dentro da perspectiva de desenvolvimento humano. Para Adriana dos Santos Silva[143], "desenvolvimento, numa abordagem humanista do termo, trata-se do comprometimento dos países em promover a liberdade, o bem-estar e a dignidade dos indivíduos".

De acordo com a autora, Amartya Sen, Paul Streeten, Hans Singer e Richard Jolly foram alguns dos responsáveis por essa mudança de entendimento. Eles defenderam a distribuição de renda ao lado da proteção de direitos, a exemplo do direito à alimentação, à liberdade de expressão, à liberdade de escolha, às liberdades cívicas e políticas. Assim, devem-se eliminar as privações que limitam as escolhas e as oportunidades dos indivíduos, para que eles possam exercer a sua condição de agente. Como se sabe, o objetivo do desenvolvimento humano é justamente criar oportunidades sociais que contribuam para a expansão das funções e capacidades humanas e, também, da qualidade de vida[144]. O direito de escolha é fundamental nesse processo. É o que pode ser visto também no processo de mediação, que se expressa como o direito à liberdade, na medida em que dá oportunidade às partes de escolherem o meio alternativo de resolução de conflitos. Esse caminho se mostra célere e eficaz.

Efetivamente, conforme os ensinamentos de Amartya Sen[145], um país só poderá ser considerado desenvolvido se assegurar o poder de escolha das pessoas, permitindo-lhes que pratiquem o seu papel de agente. Considera a expansão da liberdade como o fim primordial e

---

[143] SILVA, Adriana dos Santos. A arbitragem como instrumento de desenvolvimento. *Teoria jurídica e desenvolvimento.* Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.p. 198.
[144]SILVA, Adriana dos Santos. Op. cit., pp. 199/200.
[145]SEN, Amartya. *O desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 18.

o principal meio do desenvolvimento. Mas isso requer a remoção das principais fontes de privação de liberdade, como a pobreza, a tirania e a carência de oportunidades. Acredita que "a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade".

Observa-se, na obra de Sen, que a liberdade se torna o tema central do processo de desenvolvimento, o qual depende da livre condição de agente das pessoas: "O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas" [146]. Ele critica o regime democrático e participativo, que se revela repleto de privações e destituições, marcado por grandes desigualdades sociais, econômicas e culturais, além da fome e da violação de liberdades políticas e sociais. Segundo enfatiza, é essencial que esses problemas sejam superados no processo de desenvolvimento. Assim, direitos básicos como o direito à vida, à dignidade, à liberdade, à segurança, à igualdade e à educação, bem como o acesso à justiça, constituem pilares desse desenvolvimento humano. Tais direitos não podem ser violados, pois a pessoa humana ocupa posição central no processo de desenvolvimento, como já delineado na Declaração das Nações Unidas.

Por tudo isso, é preciso universalizar a ideia de que deve haver solidariedade para se respeitar a cidadania: "Universalizar las libertades exige solidariedad, porque la desigualdad de las personas es innegable, y sin ayuda mutua es imposible que todos gocen de libertad", como anota Adela Cortina[147]. Assim, outro não poderia ser o entendimento a não ser a consideração da liberdade como um pilar da cidadania, essencial para a promoção do desenvolvimento humano e para a efetividade do acesso à justiça. Conforme já foi assinalado, esse acesso à justiça não se manifesta apenas no direito à jurisdição ou à ação, mas abrange um vasto campo que é o do acesso à ordem jurídica justa. Assegurar esse direito é responsabilidade do Estado, exigindo-se, também, a colaboração daqueles que exercem o direito e, ainda, da sociedade, cuja função principal é a de fiscalizar os órgãos que compõem a estrutura do Estado.

---

[146]SEN, Amartya. Op. cit., p. 19.
[147]CORTINA, Adela. *Ciudadanos del mundo*: hacia uma teoria de la ciudadanía. 3. ed. Madrid: Alianza, 2009. p. 197.

2.3 O PAPEL DO ESTADO-JUIZ NA PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL E A ADOÇÃO DE MECANISMOS DE SOLUÇÃO PARA OS CONFLITOS

O poder do Estado está distribuído entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, cada um com a sua função específica. São órgãos independentes e harmônicos entre si, que atuam em seu contexto histórico, de acordo com cada época vivida em cada país, permeados por fatores econômicos, políticos e sociais. Conforme já foi assinalado, o acesso à jurisdição integra o rol dos direitos humanos, os quais são reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e na Convenção Americana de Direitos Humanos, cujas normas têm aplicação imediata no direito brasileiro, posto que o país ratificou os referidos tratados.

Analisando-se o Poder Judiciário brasileiro, observa-se que muitas pessoas estão insatisfeitas com a atuação da justiça. Existem processos em tramitação há vários anos, fato que, em tese, não se poderia admitir, tendo em vista os prazos estabelecidos no Código de Processo Civil. Esses prazos deviam ser respeitados, sob pena de se perder o direito de ação. Outro problema é que, muitas vezes, as sentenças dos magistrados são proferidas quando o interesse da parte já não é mais importante ou, até mesmo, quando o beneficiário já tem falecido. Essa questão da morosidade vem sendo muito debatida e várias soluções já foram propostas para tentar acelerar a prestação jurisdicional. Segundo lembra Ruy Pereira Barbosa[148], "justiça, para o povo, é sinônimo de demora, de morosidade". Porém, o segmento social que mais sofre com o atraso na prestação jurisdicional é integrado pelas classes menos favorecidas. Para essas pessoas, a longa espera pela justiça pode trazer prejuízos irreparáveis.

Não resta dúvida de que o direito ao acesso à jurisdição configura-se como direito fundamental. No entanto, a falta de informação pode obstar a busca pela efetivação desse direito, o que acontece com frequência. Mesmo tendo a informação, o cidadão não pode, sozinho, defender seus direitos, por não ter conhecimento técnico para isso. Necessita do auxílio de um profissional habilitado para pleitear seu direito, ou seja, de um advogado munido de procuração, autorizando a sua intervenção na abertura e anadamento do processo[149]. Sobre esse problema preconizam Michele Faria de Sousa e Kelly Cristine de Campos Gandra[150]:

---

[148]BARBOSA, Ruy Pereira. *Assistência jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 33.
[149]SOUSA, Michele Faria de; GANDRA, Kelly Cristine de Campos. A crise do Judiciário e a mediação como uma forma alternativa para resolução de conflitos familiares. In *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3. Vol. 4. Jan-abril 2013. p. 565.
[150]SOUSA, Michele Faria de; GANDRA, Kelly Cristine de Campos. Op. cit., p. 565.

> O advogado não é essencial somente para o exercício da função jurisdicional, é indispensável, até mesmo, para se permitir o seu acesso, pois é ele que detém o conhecimento técnico necessário para a correta postulação e defesa de direitos frente ao Judiciário. Assim, para que ocorra a efetivação do direito fundamental ao acesso à jurisdição, é necessário que este seja intermediado por quem é constitucionalmente legitimado para tal, ou seja, pelo advogado, pois, sem ele, este acesso seria inócuo, incapaz de produzir qualquer efeito jurídico, não passando de mera reclamação, sem qualquer fundamentação técnica ou amparo legal.

Entretanto, é preciso enfatizar que existem exceções à regra da capacidade postulatória, como será verificado mais adiante no capítulo que trata sobre a advocacia como atividade, no qual será analisado o papel do advogado no contexto atual. Convém, mais uma vez, frisar que o direito fundamental ao acesso à jurisdição não é apenas a possibilidade de ingressar em juízo, mas também de participar de todo o conjunto procedimental que rege a atividade processual.

Assim, não se admite mais considerar que apenas o Estado-juiz possa exercer a jurisdição, "aplicando as normas abstratas aos casos concretos, com a possibilidade de fazer cumprir suas decisões pelo poder coercitivo". Segundo Érica Barbosa e Silva[151], outros meios vêm sendo utilizados para efetivar a justiça. Podem ser chamados de "equivalentes jurisdicionais", por atuarem como meios que permitem a solução de conflitos, sem que haja interferência judicial.

A concepção sobre equivalentes jurisdicionais foi desenvolvida por Francesco Carnelutti[152]. Ainda no início do século XX, já proclamava que alguns procedimentos deveriam ser reconhecidos para compor conflitos, uma vez que possuíam idoneidade para alcançar o mesmo objetivo buscado pela jurisdição, cumprindo, necessariamente, o mesmo papel. De uma forma ou de outra, isto é, com o exercício da jurisdição ou com a utilização dos meios alternativos de resolução de conflitos, o que interessa é a satisfação do direito, é a realização do bem comum, é a obtenção de justiça, é o cumprimento à ordem jurídica justa.

Niceto Alcalá Zamorra y Castillo[153], analisando o papel do processo, considera que se deve restaurar a ordem jurídica alterada por um litígio e evitar, em especial, que se perturbe a

---

[151]SILVA, Érica Barbosa e. *A efetividade da prestação jurisdicional civil a partir da conciliação*. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Departamento de Direito Processual, 2012. p. 65.

[152]CARNELUTTI, Francesco. *Sistema di diritto processuale civile*. Vol. 1.Padova, Cedam, 1936. p. 154.

[153]CASTILLO, Niceto Alcalá Zamorra y. *Proceso, autocomposición e autodefensa*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000. p. 198.

ordem pública: "El proceso sierve a um tempo um interes individual y específico, que se cirsunscribe a cada uno de los litígios que resuelve, y um intere social y genérico, que se extiende a cuantos litígios puedan someterse a la jurisdicción de um Estado".

Várias são as hipóteses de atividade jurisdicional inadequada, podendo-se citar as seguintes: a demora na prestação jurisdicional (atraso indevido), a não aplicação da justiça (ausência ou negação da prestação) e o exercício arbitrário do poder discricionário (abuso no exercício do poder concedido ao magistrado para dizer o direito). Em qualquer dessas hipóteses, o Estado pode causar danos aos administrados, tanto por ação como por omissão. Porém, nos casos de conduta omissiva, há entendimentos no sentido de que esta não constitui fato gerador da responsabilidade civil do Estado. Alega-se que nem toda conduta omissiva significa uma desídia do Estado em cumprir um dever legal.

Apesar dessas ressalvas, o art. 186 do Código Civil estabelece que comete ato ilícito aquele que por ação ou omissão violar direito e causar dano a outrem. Em geral, os danos são causados por ação, resultando, muitas vezes, de comportamento ativo do agente. Mas, em outras situações, os atos ilícitos resultam de comportamento omissivo, que também é relevante para caracterizar o dano. Portanto, não se pode negar que o Estado seja responsável civilmente quando se omite no cumprimento do dever legal, no sentido de obstar a ocorrência de um dano. Sobre a matéria, João Agnaldo Donizeti Gandini e Diana Paola da Silva Salomão[154] esclarecem:

> Para ser apurada a responsabilidade do Estado por conduta omissiva, deve-se indagar qual dos fatos foi decisivo para configurar o evento danoso, isto é, qual fato gerou decisivamente o dano e quem estava obrigado a evitá-lo. Desta forma, o Estado responderá não pelo fato que diretamente gerou o dano, ex. enchente, mas sim por não ter ele praticado conduta suficientemente adequada para evitar o dano ou mitigar seu resultado, quando o fato for notório ou perfeitamente previsível.

De certo, toda ação pode produzir danos. Entretanto, é também de se considerar que, quando o agente público se omite de realizar alguma atividade a que está obrigado, pode causar prejuízos ao administrado e à própria administração, havendo, inclusive, a possibilidade de causar danos a terceiros. De acordo com Carlos Roberto Gonçalves[155], para se configurar a responsabilidade por omissão, é necessário que exista o dever jurídico de

[154]GANDINI, João Agnaldo Donizeti; SALOMÃO, Diana Paola da Silva. *A responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva*. Disponível em http://www.jusnavigandi.com.br. Acesso em 10. set. 2013.
[155]GONÇALVES, Carlos Roberto. *Comentário ao Código Civil* - parte especial: direito das obrigações. In AZEVEDO, Antônio Junqueira de (coord.). São Paulo: Saraiva, 2003. p. 290.

praticar determinado ato. Deve também ser demonstrado que, com a prática do ato, o dano poderia ter sido evitado. Segundo o autor, esse dever jurídico pode ser imposto por lei (dever de prestar socorro a vítimas de acidente, de prestar alimentos) ou resultar de convenção (dever de guarda, de vigilância, de custódia). Pode, ainda, advir do surgimento de alguma situação especial de perigo.

O referido autor cita um exemplo que demonstra essa responsabilidade civil por omissão: "O motorista que atropela alguém pode ser responsabilizado por omissão de socorro, se esta é a causa da morte, ainda que a culpa pelo evento caiba exclusivamente à vítima, porque tem o dever legal de socorrê-la". A omissão dá-se por inércia, exprimindo a ausência de alguma coisa. Significa que o indivíduo não age quando deveria agir, seja por negligência ou imprudência. Rui Stoco[156] entende que a omissão traduz a *faute du service*. Expressa-se quando o poder público devia agir e não agiu, ou agiu mal. Analisando a omissão do agente do Estado como causa de dano, Álvaro Lazzarini[157] afirma:

> Daí a conclusão de que a omissão ou o comportamento omissivo pode ser causa e não condição. Em outros termos, o comportamento omissivo do agente público, desde que deflagrador primário do dano praticado por terceiro, é a causa e não simples condição do evento danoso. Portanto, há que se examinar, em cada caso concreto, se o evento danoso teve como causa a omissão grave de representante do Estado; se teve, a responsabilidade subjetiva do Estado (por culpa *in omitendo*) aparece; se não teve, isto é, se o dano ocorreu por omissão do funcionário, incapaz de ser caracterizado como causa daquele, tal omissão não gerará a responsabilidade civil do Estado. Portanto, verifica-se que o art. 37, § 6º, da CF contempla, além da responsabilidade por atos comissivos, aquela que decorra de atos omissivos.

Em face dessas considerações, pode-se inferir que o agente público, quando se omite, também pode causar prejuízos ao administrado e à própria administração pública. Essa omissão pode motivar a responsabilidade do Estado, por inércia do seu agente. Os casos mais comuns de responsabilidade por omissão ocorrem no âmbito de atuação da administração pública. Esses casos ensejam ação contra o Estado, mesmo que o funcionário causador do dano não seja identificado.

O magistrado, conforme será visto, atua como qualquer outro agente do Estado. Significa que também pode se omitir em determinadas atividades, ocasionando danos a

---

[156]STOCO, Rui. *Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 573.
[157]LAZZARINI, Álvaro. *Estudos de direito administrativo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 429.

terceiros. Nessa hipótese, a responsabilidade do Estado não pode ser afastada, tendo em vista que o magistrado agiu na qualidade de agente público. Segundo Álvaro Lazzarini[158], o magistrado é um agente político do Estado, investido regularmente no Poder Judiciário.

A doutrina identifica a atividade jurisdicional defeituosa nas seguintes hipóteses: quando o juiz recusa ou omite decisões de forma dolosa, causando prejuízos às partes; quando o juiz recusa ou omite o que é de direito; quando o Poder Judiciário é vagaroso, por indolência do juiz ou por lentidão provocada pela insuficiência ou falta de juízes ou funcionários. A demora na prestação jurisdicional envolve o conceito de serviço público imperfeito. Por isso, a doutrina e a jurisprudência têm se posicionado favoravelmente à responsabilidade do Estado pela falta do serviço ou pela não atuação eficiente de seus agentes. A respeito dessa matéria, transcrevem-se os seguintes julgados:

> Por omissão de serviços públicos - culpa *in omittendo* -, causa que determinou moléstia infecciosa grave, responde civilmente o Estado[159].
>
> Provando-se que o poder público omitiu providências a seu alcance para evitar o dano, o Estado é responsável por degradações causadas a particulares em movimentos revolucionários[160].
>
> Responde o Estado por indenização pelo falecimento de colegial atingido pela queda de beiral do grupo escolar onde ele estudava[161].
>
> Responde civilmente o Município por culpa no caso de prejuízos causados por inundações[162].

Como se pode observar, a culpa do serviço público não tem caráter identificador, podendo surgir sem a necessidade de investigar quem foi o causador do dano. Portanto, julga-se o serviço pela sua qualidade: se funcionou mal, se não funcionou ou se funcionou tardiamente. Para Danielle Annoni[163], a demora na prestação jurisdicional caracteriza-se pela

---

[158]LAZZARINI, Álvaro. Op. cit., p. 437.
[159]BRASIL. *TAPELSP*, RF, 89/169. Disponível em http://www.stj.gov.br. Acesso em 03 set. 2013.
[160]BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. RDA, 7/111. Disponível em http://www.stf.gov.br. Acesso em 03 set. 2013.
[161]BRASIL. *Tribunal de Justiça de São Paulo*. RT, 407/6. Disponível em http://www.stj.gov.br. Acesso em 03 set. 2013.
[162]BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. RDA, 122/169. Disponível em http://www.stf.gov.br. Acesso em 03 set. 2013.
[163]ANNONI, Danielle. *A responsabilidade do Estado pela demora na prestação jurisdicional*. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 77.

omissão de agir quando devia, de zelar pela manutenção ou pela execução do serviço essencial ao Estado. Nesse aspecto, esclarece:

> A morosidade da justiça, além de ofensa a direito fundamental do ser humano ao acesso à justiça, aqui entendido como o direito à prestação da justiça de maneira completa e eficiente, pronta e objetiva, e não mais como o simples direito de acesso aos tribunais, é causa de inúmeros outros ônus sociais, como os encargos contratuais, as dificuldades de financiamentos e investimentos e as lesões aos direitos do consumidor.

É dever do Estado exercer uma ampla atividade social, com o intuito de realizar o bem comum. Distribuir justiça, manter a ordem pública, defender o cidadão, buscar o equilíbrio social, promover a educação e a saúde, cuidar da ordem econômica constituem algumas dessas atividades. Por ser uma pessoa jurídica de direito público, atuando através de pessoas físicas, o Estado deve observar o princípio da legalidade, já que suas atribuições são individualizadas pela lei. Caso não sejam respeitadas as normas legais, deve-se apurar a responsabilidade do Estado, de acordo com cada caso concreto.

Dentre suas várias atribuições, o Estado tem o dever de prestar a atividade jurisdicional com eficiência e celeridade, seja administrativamente ou através do Poder Judiciário. Entretanto, a morosidade dessa prestação vem ocasionando o descrédito geral da sociedade quanto ao próprio papel do Estado e de seus agentes. O Estado poderá causar danos aos seus administrados tanto por ação como por omissão. Celso Antônio Bandeira de Mello[164] entende que deve ser aplicada a teoria subjetiva à responsabilidade do Estado por conduta omissiva, enfatizando:

> De fato, na hipótese cogitada, o Estado não é o autor do dano. Em rigor, não se pode dizer que o causou. Sua omissão ou deficiência haveria sido condição do dano, e não causa. Causa é o fato que positivamente gera um resultado. Condição é o evento que não ocorreu, mas que, se houvera ocorrido, teria impedido o resultado.

Todavia, a doutrina e a jurisprudência majoritárias apontam para a responsabilidade objetiva do Estado por conduta omissiva. Portanto, a inércia do Estado configura responsabilidade civil e a consequente obrigação de reparar integralmente o dano causado, na

[164]MELLO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de direito administrativo***.** 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1998. pp. 623/624.

forma do que preconiza o art. 37, § 6.º, da Constituição Federal. Odete Medauar[165] entende que a responsabilidade do Estado, fundamentada na teoria do risco administrativo, apresenta-se, hoje, na maioria dos ordenamentos jurídicos, regida pela teoria da responsabilidade objetiva. Segundo ela, a adoção da responsabilidade objetiva do Estado traz, por conseguinte, o sentido de igualdade de todos ante os ônus e encargos deste e o próprio sentido de justiça. Mas, como nem sempre é possível identificar o agente causador do dano ou demonstrar o dolo ou culpa, protege-se o direito da vítima através da aplicação da responsabilidade objetiva ao Estado.

Existem opiniões divergentes sobre a responsabilidade do Estado por conduta omissiva: se seria objetiva ou subjetiva. Entretanto, o entendimento majoritário é no sentido de responsabilizar, objetivamente, o ente estatal, no caso de dano a seu administrado. Exige-se, no entanto, que se comprovem a existência do dano e o nexo de causalidade entre o dano e o fato. Esse também é o entendimento da jurisprudência pátria, adotado no caso da responsabilidade do Estado diante da assistência jurídica. Senão vejamos:

> Responsabilidade civil do Estado. Morte de detento. O ordenamento constitucional vigente assegura ao preso a integridade física (CF art. 5.º, XLIX), sendo dever do Estado garantir a vida de seus detentos, mantendo, para isso, vigilância constante e eficiente. Assassinado o preso por colega de cela quando cumpria pena por homicídio qualificado, responde o Estado civilmente pelo evento danoso, independentemente da culpa do agente público. Recurso improvido[166].
>
> Responsabilidade civil do Estado. Má execução dos serviços públicos. Risco administrativo. Dano e nexo de causalidade. A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público, responsabilidade objetiva, com base no risco administrativo, que admite pesquisa em torno da culpa do particular, para o fim de abrandar ou mesmo excluir a responsabilidade estatal, ocorre, em síntese, diante dos seguintes requisitos: a) do dano; b) da ação administrativa (comissiva ou omissiva); c) do nexo causal entre o dano e a ação administrativa. O Município tem, por obrigação, manter em condições de regular o uso e sem oferecer riscos as vias públicas e logradouros abertos à comunidade[167].
>
> Indenização. Acidente de trânsito. Sinistro ocasionado pela falta de serviço na conservação de estrada. Ausência de prova de culpa do particular, bem como de evento tipificador de força

[165]MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno***.** 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 430.
[166] BRASIL. *Superior Tribunal de Justiça.* RESP 5711, decisão 20.03.1991. Rel. Ministro Garcia Vieira. Disponível em http://www.stj.gov.br. Acesso em 03 set. 2013.
[167]BRASIL. *Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro*. Ap. 7613/94 – 6ª C.Civ. Rel. Des. Pedro Ligiéro. Apud COAD 75286. Disponível em http://www.tj.rj.gov.br. Acesso em 03 set. 2013.

> maior. Comprovação do nexo de causalidade entre a lesão e o ato da administração. Verba devida. Aplicação da teoria do risco administrativo, nos termos do art. 37, § 6º, da CF[168].

Ao Estado cabe zelar pelos interesses dos cidadãos, prestando, de forma efetiva, a tutela jurisdicional necessária à satisfação de suas necessidades. Caso haja omissão ou morosidade nessa prestação, o Estado poderá vir a ser responsabilizado objetivamente. Esse tema ganha importância nos tempos atuais por ter o objetivo de restaurar o equilíbrio moral e patrimonial no seio da sociedade. Acontece que o próprio Estado se torna o responsável pela prática de atos que surpreendem o Poder Judiciário: "o sem-número de casos em que o Estado gera a situação que ocasionou o processo judicial, como o inadimplemento de contratos administrativos ou o não pagamento da remuneração de seus agentes; a não aplicação das diversas multas previstas para evitar ou coibir a duração excessiva do processo; o mau uso das *astreintes* ou mesmo de condenações que atendem à teoria do desestímulo e a participação do Estado como o principal litigante nacional"[169].

Diante desse cenário de crise, não se pode perder de vista a responsabilidade que o Estado tem de prestar a jurisdição de forma a se buscar sempre o ideal de justiça. Mas, para que isso ocorra, dentre outras medidas, "essa prestação deve ser feita num espaço de tempo razoável, assegurando-se os meios que garantam a celeridade do respectivo processo", afirma José Soares Filho[170]. Essa prestação é exercida através do Poder Judiciário e, particularmente, do direito positivo processual, que traz as normas concernentes ao direito de ação e respeita as normas do direito constitucional, o qual legitima as regras disciplinadoras da prestação jurisdicional. É o que enfatiza o autor acima citado, considerando o direito processual como peça importante na aplicação do direito:

> O direito processual, sem dúvida, assume considerável importância na aplicação do direito, porquanto cuida dos meios de que o Estado se utiliza, através dos órgãos que constituem o Poder Judiciário, para a prestação jurisdicional. Esta, no regime da legalidade e no sistema democrático de poder, é regulada por normas de ordem pública de origem legislativa, que prescrevem

[168]BRASIL. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. TJMG, RT 777/365. Disponível em http://www.tj.mg.gov.br. Acesso em 03 set. 2013.
[169]ARAÚJO, Mayara de Carvalho; OLIVEIRA, Raisa Lustosa. Da morosidade da justiça como recurso para a manutenção do *status quo*: a chicana processual e os "castelos de fachadas". In *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3. Vol. 4. Jan-abril 2013. pp. 537/538.
[170]SOARES FILHO, José. Acesso à justiça no Brasil. In *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3. Vol. 4. Jan-abril 2013. p. 593.

> os atos mediante os quais se desenvolve o processo, objetivando a adequação da lei ao caso concreto[171].

Vários pesquisadores, na tentativa de encontrar soluções para a crise da jurisdição, vêm discutindo a questão das causas que levam à morosidade da justiça. Cita-se, por exemplo, o Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça[172], com a pesquisa de Maria Tereza Sadek e Kazuo Watanabe, realizada em 2009. O objetivo foi "elaborar um diagnóstico sobre as várias causas do progressivo aumento do número de demandas, em especial das demandas repetitivas e da crônica morosidade da justiça". O objetivo principal da pesquisa era mostrar os problemas da excessiva judicialização dos conflitos e indicar quais seriam as possíveis soluções para se combater a morosidade da justiça, tanto no campo processual como organizacional e gerencial. Uma das soluções apontada pela pesquisa foi justamente a utilização dos meios alternativos de solução de conflitos.

Verificando a necessidade de se adotarem outros mecanismos para a solução de conflitos, que não apenas a judicialização, o próprio Conselho Nacional de Justiça aprovou a Resolução nº 125, em 2010 (anexa), para instituir a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesses. O objetivo principal da resolução é incentivar a "incorporação dos chamados meios alternativos de resolução dos conflitos, em especial, dos consensuais, que são a mediação e a conciliação, ao instrumental do Judiciário para a solução mais adequada dos conflitos de interesses"[173]. Para Kazuo Watanabe, que prefacia a obra, essa iniciativa, que ele denomina de política pública, poderá reduzir a judicialização excessiva dos conflitos, se for implementada de forma adequada, constituindo-se como um instrumento importante para a redução da litigância excessiva.

2.4 O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA A EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

Como analisado anteriormente, o Estado deve disponibilizar os meios para que seja alcançado o objetivo de prestação da jurisdição por todos os cidadãos, sem distinção de raça, cor, sexo ou condição social e financeira. É por isso que não se pode deixar de assegurar a

---

[171] SOARES FILHO, José. Op. cit., p. 594.
[172] GABBAY, Daniela Monteiro; CUNHA, Luciana Gross (organizadoras). *Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no judiciário*: uma análise empírica. Coleção direito, desenvolvimento e justiça: série produção científica. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 12.
[173] GABBAY, Daniela Monteiro; CUNHA, Luciana Gross (organizadoras). Op. cit., p. 15.

imprescindibilidade da assistência judiciária gratuita aos carentes de recursos como instrumento de defesa para o acesso à justiça. Trata-se da garantia de acesso à justiça, preconizada no art. 5º, XXV, da Constituição Federal. O citado dispositivo disciplina o direito de todos de provocarem a prestação jurisdicional e de terem efetivo acesso à ordem jurídica justa, ao declarar que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". De acordo com Mirna Cianci[174], "não basta ao processo instrumentalizar o acesso à justiça, mas o acesso ao justo, de modo a banir do sistema métodos capazes de retardar a fruição do direito material".

É inegável a importância da Defensoria Pública para a concretização desse acesso à justiça, tendo em vista as funções estabelecidas na Lei Complementar nº 80/1994. Dentre elas, destacam-se: promover, extrajudicialmente, a conciliação entre as partes em um conflito de interesses; patrocinar ação penal privada, subsidiária da pública, ação civil, defesa em ação penal e defesa em ação civil; atuar como curador especial e exercer a defesa da criança e do adolescente.

É sabido, ainda, que o instituto da assistência gratuita abrange não só a isenção de custas processuais e honorários advocatícios, mas, principalmente, a orientação jurídica aos cidadãos que procuram os órgãos encarregados dessa assistência, seja antes, no decorrer ou posteriormente ao ajuizamento de uma ação. Esse direito constitui-se como um instrumento eficaz da cidadania, que deve ser disponibilizado para todos os que comprovarem que não podem arcar com as custas de um processo.

Ainda a partir de 1977, com a publicação de lei complementar pelo Estado do Rio de Janeiro, vários debates surgiram em torno do direito dos pobres ao acesso à justiça. Concluiu-se pela necessidade de se inserir na Constituição Federal, que seria promulgada em 1988, a instituição da Defensoria Pública. Por meio dela, o Estado passaria a garantir aos juridicamente necessitados um defensor público para o patrocínio de suas causas em juízo, bem como para prestar-lhes assistência técnica em pretensões extrajudiciais e também o aconselhamento jurídico.

Efetivamente, a Defensoria Pública da União, unidade vinculada ao Ministério da Justiça, foi criada pela Lei Complementar nº. 80/94, com o objetivo de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados. O órgão vem promovendo a melhoria e a recuperação da condição de cidadania de milhares de brasileiros, contribuindo para a sua inclusão social. É notório, todavia, que o quantitativo de defensores vem se revelando

[174]CIANCI, Mirna. *O acesso à justiça e as reformas do CPC.* In BUENO, Cassio Scarpinella (coord.). Coleção Direito e Processo. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 3.

insuficiente para atender a demanda por assistência jurídica integral e gratuita que cresce em todo o Brasil.

Para desenvolver seu trabalho, a Defensoria Pública elaborou o Programa "Assistência Jurídica Integral e Gratuita"[175], incluído no Plano Plurianual do Governo Federal, objetivando a prestação e orientação jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da justiça. Tem como função, também, garantir a prestação de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos cidadãos necessitados, envolvendo metas relacionadas à manutenção e instalação de núcleos da Defensoria Pública da União e ao atendimento dispensado às pessoas carentes.

O mencionado programa apresenta uma política de expansão das atividades de prestação dos serviços jurídicos aos assistidos, levando em conta o atual quadro de defensores públicos, estando tal diretriz direcionada ao fortalecimento dos núcleos nas capitais. Está prevista, ainda, a interiorização da Defensoria Pública a partir das capitais, operando com uma forte base de apoio e com planejamento que possibilite a expansão nas áreas mais distantes e carentes, por meio da Defensoria Itinerante.

Para que tal desiderato torne-se realidade, necessário se faz que a sociedade organizada apoie os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, com o objetivo de dotar a Defensoria Pública da União com recursos humanos e materiais suficientes e representativos no universo brasileiro. Ademais, é necessário abrir concursos para que esses órgãos sejam dotados de pessoal suficiente para concretizar os trabalhos de assistência à população carente.

A obrigação da efetiva prestação da assistência jurídica está prevista na Constituição Federal, como foi visto, a qual também estabelece quem deve prestar essa assistência. Mas, embora se permita que órgãos não-estatais possam prestar essa assistência, faz-se mister esclarecer que a obrigação de estruturar e conceder a assistência jurídica é do Estado, através da Defensoria Pública. O art. 134 da Carta Magna define a Defensoria Pública como uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5.º, LXXIV. Portanto, cabe-lhe promover a defesa dos interesses individuais dos que não têm condições financeiras para custear a prestação dos serviços de atendimento jurídico.

Porém, muito preocupa os estudiosos do direito a não aplicação integral do preceito constitucional que criou a Defensoria Pública. Sabe-se que, em muitos lugares, essa

[175]BRASIL. *Ministério da Justiça*. Disponível em http://www.mj.gov.br/defensoria. Acesso em 03 set. 2013.

instituição não fornece defensores para que o cidadão possa mover ações contra a administração pública e defender seus interesses. De acordo com Wanderlei Siraque[176], as Defensorias Públicas deveriam ser prioridade de todos aqueles que promovem a cidadania, assegurando-se o princípio da isonomia previsto na Constituição Federal. Elas representam a possibilidade de se garantir a assistência judiciária gratuita às pessoas que dela necessitam para defender seus interesses em juízo. O autor entende que as Defensorias Públicas também poderiam fornecer advogados para os cidadãos fiscalizarem a administração pública, justificando:

> A utilização das Defensorias Públicas para a fiscalização dos atos da administração pública tornaria eficaz, na prática, o direito público subjetivo ao controle social do poder político, uma vez que, por mais espírito cívico que tenha o cidadão, ele não tem a obrigação de gastar dinheiro do próprio bolso para custear uma ação que beneficiará o conjunto da sociedade, mesmo que haja interesse próprio envolvido[177].

Efetivamente, o custeio de uma ação para o benefício da coletividade deve ser arcado pelo Estado. Sendo assim, por meio da Defensoria Pública e da isenção de custas e outras despesas processuais, o cidadão estaria assistido financeiramente, dando eficácia ao direito fundamental ao controle social.

Lembram Aloísio Pires de Castro e Paulo Fernando de Andrade Giostri[178] que, como o Brasil constitui-se em Estado democrático de direito, tem como principais fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Portanto, a Defensoria Pública deve contribuir para consolidar esses fundamentos, conferindo aos hipossuficientes meios de resistência contra a prepotência, o arbítrio e a injustiça. Para isso, a Defensoria Pública deve orientar os necessitados na busca e concretização de seus direitos, como forma de assegurar o efetivo acesso dos cidadãos carentes de recursos à obtenção da tutela jurisdicional. Nesse contexto, enfatiza Silvana Cristina Bonifácio Souza[179]:

> Como já tivemos oportunidade de mencionar, a Defensoria Pública é um órgão público criado pela Constituição Federal de 1988, que garante às pessoas carentes o acesso à justiça. Por ser

[176] SIRAQUE, Wanderlei. *Controle social da função administrativa do Estado*: possibilidades e limites na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 172.
[177] SIRAQUE, Wanderlei. Op. cit., p. 172.
[178] CASTRO, Aloísio Pires de; GIOSTRI, Paulo Fernando de Andrade. Assistência jurídica: direito ao acesso à ampla e efetiva assistência jurídica. In *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*. Porto Alegre: Síntese, mai-jun. 2001. v. 11. pp. 121/134.
[179] SOUZA, Silvana Cristina Bonifácio. *Assistência jurídica integral e gratuita*. São Paulo: Método, 2003. p. 94.

> do Estado a obrigação precípua de prestar a assistência jurídica integral e gratuita, forçoso se fez reconhecer uma instituição autônoma e independente que pudesse prestar fielmente esse serviço público. A Defensoria Pública é, então, o órgão garantidor maior da prestação de assistência, como veiculador da igualdade entre os indivíduos.

A atuação dos defensores públicos não se limita apenas à interposição de ações judiciais. Muitas vezes, inicia-se na fase extrajudicial, no aconselhamento e consultoria aos assistidos, de forma a solucionar seus conflitos de interesses. Mas, quando a ação judicial é proposta, o cidadão tem a garantia da assistência judicial em todos os procedimentos. É importante destacar que a prestação da assistência jurídica, nas causas patrocinadas pela Defensoria Pública, dá-se em todas as áreas de atuação do Poder Judiciário e em todos os graus de jurisdição.

Aqui também se deve fazer menção ao art. 2.º da Lei nº 1.060/50, que considera necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas processuais e os honorários advocatícios, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família. Assim, as pessoas necessitadas financeiramente podem e devem ter acesso aos serviços prestados pela Defensoria Pública. Nesse contexto, também, inserem-se as pessoas jurídicas e as sociedades sem fins lucrativos, desde que provem a insuficiência de recursos, assim como acontece na prestação da assistência jurídica.

Diferentemente da teoria, na prática, observa-se que a atuação das Defensorias Públicas está deixando a desejar. Infelizmente, o poder público não se mostra, na maioria das vezes, solícito em prover o órgão dos meios necessários ao desempenho de sua função e em assegurar aos defensores públicos condições de trabalho compatíveis com suas responsabilidades. É preciso enfatizar também que muitos defensores públicos não querem trabalhar, apesar dos meios que lhes são proporcionados. Nesse aspecto, transcreve-se a afirmação de José Carlos Barbosa Moreira[180]:

> As Defensorias Públicas, notadamente, nem sempre conseguem imprimir a seu trabalho a eficiência desejável, apesar da competência e da dedicação de tantos defensores. Equipá-las bem é tópico que precisaria assumir posição de maior relevo nas escalas de prioridade da administração pública; mas o que se vê, no particular, é a frequente incoerência entre a declarada preocupação social de muitos governos e o descaso na prática voltado ao assunto.

[180]MOREIRA, José Carlos Barbosa. Efetividade do processo: por um processo socialmente efetivo. In *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil***.** Porto Alegre: Síntese, maio-jun. 2001. p. 10.

Como se verifica, a Defensoria Pública aproxima a sociedade civil do Poder Judiciário, pugnando para que o direito de acesso à justiça realmente seja viabilizado. Não se pode admitir que, no Estado democrático de direito, milhares de pessoas não tenham a quem recorrer na busca da solução de seus conflitos de interesses. Silvio Roberto Mello Moraes[181] complementa esse pensamento, afirmando que a Defensoria Pública tem seu papel vocacionado na defesa dos menos favorecidos. Lembra que o seu papel transformador reduz o domínio que se exerce sobre os desinformados e despreparados, que constituem a maior parte da nação brasileira.

Dessa forma, seus serviços jurídicos devem ser prestados de forma ampla, abrangendo tanto a orientação jurídica preventiva como a conciliação entre as partes, podendo propor a competente ação judicial com a defesa dos assistidos. Destaque-se que sua atuação não se limita apenas às questões de direito individual, devendo também atuar coletivamente na defesa dos interesses da cidadania, nas relações consumeristas, na solução dos conflitos de terras e na área criminal.

As principais funções institucionais da Defensoria Pública são as seguintes: promover, extrajudicialmente, a conciliação entre as partes em conflito de interesses; patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública, a ação civil, a defesa em ação penal, a defesa em ação civil e reconvir; atuar como curador especial nos casos previstos em lei e exercer a defesa da criança e do adolescente; atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários; assegurar aos seus assistidos o contraditório e a ampla defesa; atuar junto aos juizados especiais; patrocinar os direitos e interesses do consumidor lesado.

Como se observa, a Defensoria Pública foi concebida como uma instituição imprescindível para a plena atuação do Estado como pacificador dos conflitos surgidos entre os cidadãos. Através desse órgão, as pessoas podem obter a solução para seus litígios junto ao Poder Judiciário. Na verdade, a Defensoria Pública acaba assumindo um papel social, porque permite aos cidadãos o acesso ao direito e à justiça, tendo surgido como alternativa para igualar valores e melhorar a aplicação da justiça.

Para Érica Barbosa e Silva[182], o acesso à justiça não pode mais ser entendido apenas como a admissão do processo pelo ingresso de uma pretensão nas vias legais. Esse acesso abrange a proteção de todos os demais direitos e, por esse motivo, deve ser compreendido sob

---

[181]MORAES, Silvio Roberto Mello. *Princípios institucionais da Defensoria Pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 66.

[182]SILVA, Érica Barbosa e. *A efetividade da prestação jurisdicional civil a partir da conciliação*. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Departamento de Direito Processual, 2012. p. 41.

o prisma da universalização, da celeridade e da adequação. Portanto, se as partes em um conflito de interesses procurassem resolver suas pendências entre elas, não seria necessária nem a atividade da Defensoria Pública, no caso de serem os envolvidos pobres na forma da lei, nem do próprio Judiciário. Sobre a necessidade de estruturação do Poder Judiciário, para que possa atender a complexidade dos conflitos, acrescenta a citada autora:

> A complexidade dos conflitos reclama a estruturação da justiça de forma a corresponder em quantidade e qualidade às suas estreitas exigências, com a máxima aderência possível. Isso significa que o direito de acesso deve ser pautado por uma adequada organização estrutural, embasada em instrumentos aptos à efetiva realização de justiça, com uma composição eficiente do Judiciário, bem como institutos e categorias processuais que denotem técnicas apropriadas à resolução de conflitos.

Na verdade, verifica-se que o modelo tradicional adotado para resolver os conflitos no âmbito do Poder Judiciário, há muito tempo, vem se mostrando ineficiente e insuficiente diante dessa complexidade de conflitos a que se refere a autora. Por isso, ela acredita que o "estímulo à mediação, à conciliação e à desjudicialização de procedimentos é benéfico porque permite uma solução que salvaguarda o núcleo essencial da função jurisdicional: pacificação com justiça"[183]. Além de benéficos, esses instrumento são imprescindíveis na atual realidade em que vive o Poder Judiciário.

Para Luís Francisco Aguilar Cortez[184], é preciso que se amplie a prestação jurisdicional à população que é excluída das esferas da cidadania e também que essa prestação seja feita com a maior eficiência possível e para toda a sociedade. Não pode haver exclusão de ninguém, principalmente, daqueles que não procuram solucionar seus conflitos de interesses porque acham que não têm condições financeiras para fazê-lo, como se a busca da realização do seu direito dependesse de pagamento.

De acordo com o citado autor[185], "no Brasil, a evolução do acesso à justiça não implicou, ainda, o efetivo esforço institucional para alcançar a grande parte da população que não tem acesso aos direitos básicos necessários a uma vida digna". Por esse motivo, lamenta que sequer direito ao acesso à justiça teria essa parte da população. Para ele, não se devem melhorar apenas as condições existentes para aqueles que têm o acesso à justiça. Mais do que

---

[183]SILVA, Érica Barbosa e. Op. cit., p. 53.
[184]CORTEZ, Luís Francisco Aguilar. *Judiciário e democracia:* organização e funcionamento do Judiciário na Constituição Federal de 1988. Tese. São Paulo: abril de 2004. p. 185.
[185]CORTEZ, Luís Francisco Aguilar. Op. cit., p. 190.

isso, é preciso problematizar a questão do acesso à justiça no que diz respeito à extensão da prestação jurisdicional àqueles que dela estão excluídos.

2.5 JUIZADOS ESPECIAIS: INCENTIVO PRIMORDIAL À DESJUDICIALIZAÇÃO

Como visto, o Estado está, cada vez mais, procurando meios alternativos de solução para os conflitos de interesses. Com esse objetivo, vem tornando até mais informal o mecanismo de prestação da tutela jurisdicional, para que o cidadão tenha condições efetivas de buscar a solução de seus litígios. Tudo isso porque o processo tradicional tem se mostrado inadequado para atender algumas pretensões. Os juizados especiais se encaixam perfeitamente nessa perspectiva, uma vez que procuram apresentar aos jurisdicionados um caminho mais célere, informal e desburocratizado, para solucionar as controvérsias surgidas na sociedade, atendendo, mais rapidamente, às suas necessidades.

Os juizados especiais tiveram sua origem nos Conselhos de Conciliação e Arbitragem, instituídos pelo Estado do Rio Grande do Sul, em 1982. Essa inovação influenciou vários Estados, acabando por culminar na edição da Lei Federal nº 7.244/84, que instituiu no Brasil os juizados de pequenas causas[186]. A Constituição Federal de 1988 também recepcionou essa matéria, no art. 98, I, e seu parágrafo único. Posteriormente, foram promulgadas a Lei nº 9.099/95, que criou os juizados especiais cíveis e criminais, e a Lei nº 10.259/2001, que instituiu os juizados especiais federais. Sobre a matéria, dispõe o art. 98, I, da CF:

> Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:
> I – juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.

Estabelece o citado artigo a obrigatoriedade de criação dos juizados especiais pelos Estados e pela União, no Distrito Federal. Mas, mesmo com essa obrigação, a criação desses juizados dependia de uma lei que estabelecesse normas de processo e procedimento para julgamento das causas cíveis de menor complexidade. Essa lei deveria ser federal, já que o

[186]MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Manual do processo de conhecimento*: a tutela jurisdicional através do processo de conhecimento. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 707.

art. 22, I, da Constituição Federal estabelece que a competência para legislar sobre processo é privativa da União.

O juizado especial é um órgão da jurisdição estatal vinculado ao Poder Judiciário. Segundo assinalam os citado autores[187], "privilegiando a conciliação e a arbitragem, certamente os juizados especiais, em função de sua gratuidade, de sua rapidez e de sua informalidade, aproximam-se muito mais da realidade de inúmeros litígios existentes no seio social". Assim, devem se pautar pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, conforme determina o art. 2.º da Lei nº 9.099/95, para que o sistema funcione efetivamente. Tais princípios também devem ser utilizados nos juizados federais, porquanto a lei que os criou não estabelece procedimento próprio.

Para Cláudio Sérgio de Menezes[188], o legislador teve uma preocupação visível em singularizar os princípios norteadores do rito especialíssimo. Para tanto, já no art. 2.º, da Lei nº 9.099/95, fixou os princípios que deverão reger e orientar os processos que estiverem sob sua égide. Nessa direção, esclarece:

> Em síntese interpretativa desse artigo, é válido dizer que se tem ali, como necessidade imediata, a obtenção de soluções jurisdicionais mais próximas da realidade fática, presente na lide, e, como necessidade mediata, mas não menos urgente, o objetivo de levar a todos uma justiça simples, informal, econômica, célere e segura, e, num plano metajurídico, a crença na justiça do terceiro milênio[189].

No entendimento de Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart[190], as causas submetidas aos juizados especiais de menor complexidade exigem solução célere:

> Na verdade, o legislador está obrigado a instituir um procedimento que confira ao cidadão uma resposta tempestiva, já que o direito de acesso à justiça, albergado no art. 5.º, XXXV, da CF decorre do princípio de que todos têm direito a uma resposta tempestiva ao direito de ir ao juiz para buscar a realização de seus direitos. Ora, o procedimento dos juizados especiais de menor complexidade constitui apenas a resposta do legislador a esse direito, que, portanto, deve ser realmente efetiva, e não meramente ilusória.

---

[187]MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Op. cit., p. 707.
[188]MENEZES, Cláudio Sérgio Régis. *Juizados especiais cíveis – Lei nº 9.099/95*: competência absoluta ou relativa? (Monografia). UNIPÊ: João Pessoa, 2005. p. 16.
[189]MENEZES, Cláudio Sérgio Régis. Op. cit., p. 18.
[190]MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Op. cit., p. 712.

Passando-se a analisar as referidas normas, observa-se que a competência cível dos juizados especiais estaduais, disposta no art. 3.º da Lei nº 9.099/95, engloba a conciliação, o processamento e o julgamento das causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo. Já a competência dos juizados especiais federais envolve as causas de competência da justiça federal de valor igual ou inferior a sessenta salários mínimos. Diferentemente da justiça comum, na qual a capacidade postulatória é outorgada exclusivamente a advogados, nos juizados especiais, nas causas de até vinte salários mínimos, dispensa-se a necessidade de que a parte seja representada por advogado, podendo ela própria defender seus interesses. Tal solução é determinada pelos critérios da informalidade, simplicidade e gratuidade, no sentido de proporcionar o acesso efetivo à justiça para todos os cidadãos.

É louvável a iniciativa dos legisladores em criar os juizados especiais, tanto os estaduais como os federais. Certamente, mostraram-se preocupados com o acesso dos cidadãos à justiça, especialmente, daqueles que não podem arcar com as despesas de um processo, que ainda são muito elevadas. No entanto, nas ações que envolvem causas entre vinte e quarenta salários mínimos, é obrigatória a intervenção do advogado, conforme determina o art. 9.º da Lei nº 9.099/95. A esse respeito, advertem Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart[191]:

> Todavia, mesmo quando não haja a obrigatoriedade da participação de advogado, não fica excluída a possibilidade de que a parte se faça acompanhar de procurador judicial. Nesse caso, sempre que uma das partes esteja assistida por advogado – ou ainda quando seja ré pessoa jurídica ou firma individual –, terá a outra, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao juizado especial, na forma da lei local (art. 9.º, § 1.º, Lei 9.099/95).

É importante destacar que o processo perante o juizado especial não exige pagamento de custas, taxas ou emolumento, quando em primeiro grau de jurisdição, somente havendo necessidade de pagar despesas processuais no caso de recurso (art. 54 da Lei nº 9.099/95). Como se pode observar, os juizados especiais surgiram com o objetivo de dar oportunidades iguais de ingressar em juízo àqueles que não detêm recursos suficientes para custear o processo, pois as despesas processuais não são cobradas quando o processo tramita no primeiro grau de jurisdição.

---

[191]MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Op. cit., p. 722.

Para Fernanda Tartuce Silva[192], a Constituição Federal de 1988, no art. 98, I, proclamou o incentivo à realização da transação, nos casos previstos em lei. Como foi visto, a lei que instituiu os juizados especiais preconizou um novo modelo de justiça criminal, quebrando a "inflexibilidade do clássico princípio da obrigatoriedade da ação penal; afinal, em suas previsões, abriu-se um certo espaço para o consenso. Pela noção de transação penal, tem-se que, além do clássico princípio da verdade material, deve ser cotejada também a verdade consensuada".

Conforme elucida Uadi Lammêgo Bulos[193], os juizados especiais consignam o prenúncio de uma nova mentalidade que vem se implantando na justiça brasileira, tendo como meta a simplificação do processo, a ausência de custos e distribuição célere da justiça, através da brevidade na conclusão das causas. Para ele, essa mudança de mentalidade compactua-se com o princípio da instrumentalidade, pelo qual se busca um processo de resultados em nome da efetividade da prestação jurisdicional. É justamente a efetividade do processo que almejam os litigantes. Querem eles que se desempenhe com eficiência o papel que lhe compete na economia do ordenamento jurídico. Essa efetividade deve ser capaz de veicular aspirações da sociedade como um todo e permitir aos cidadãos a satisfação de seus direitos por meio da justiça.

José Carlos Barbosa Moreira[194], analisando a efetividade do processo no âmbito social, entende que não é por falta de instrumentos processuais que a situação da justiça efetiva continua insatisfatória: "Escusado insistir em que nem tudo pode ficar na dependência da atuação dos mecanismos da justiça. Há que contar com uma ação enérgica das instâncias administrativas; e há que contar, sobretudo, com a colaboração constante dos próprios membros da comunidade". Acrescenta que a iniciativa aberta ao Poder Judiciário é a de aproximar a justiça do conjunto da população, com o propósito de eliminar ou reduzir barreiras culturais:

> Menor dose de solenidade e formalismo contribuirá para suavizar o desconforto do ingresso em juízo. É a filosofia em que se embebem, ou deveriam embeber-se, os juizados especiais previstos no art. 98, I, da CF de 1988: nem por outra razão, ao redigir-se o art. 2.º da Lei 9.099/95, reguladora da

[192]SILVA, Fernanda Tartuce. *Mediação como meio de composição de conflitos civis.* Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2007. p. 20.
[193]BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal anotada*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 944.
[194]MOREIRA, José Carlos Barbosa. Efetividade do processo: por um processo socialmente efetivo. In *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil.* Porto Alegre: Síntese, mai-jun. 2001. p. 6.

> matéria, se incluíram entre os critérios a serem observados no processo o da simplicidade e o da informalidade[195].

Ada Pellegrini Grinover[196] entende que a justiça especial adveio de ideias que primam por garantir o acesso à justiça. Isso repercute na questão tão debatida que trata das vias de acesso ao Poder Judiciário pelas classes sociais que são, geralmente, excluídas dessa prestação, por não poderem arcar com o seu processamento. É por se considerar o acesso à justiça como um direito fundamental do cidadão que os órgãos competentes devem se preocupar em fomentar o processo de desjudicialização dos conflitos. Foi justamente com essa preocupação que os legisladores criaram os juizados especiais.

2.6 O FENÔMENO DA DESJUDICIALIZAÇÃO

Como será analisado mais adiante, a formação jurídica deve se voltar à aplicação do modelo negocial na prática advocatícia. Esse sistema está contribuindo para o que se pode chamar de desjudicialização dos litígios, cujo objetivo é oferecer maior celeridade na solução de conflitos. Além disso, a desjudicialização tira do Poder Judiciário a função primeira de resolver conflitos, caracterizando-se a jurisdição como alternativa aos métodos negociais de solução de litígios.

De acordo com João Pedroso[197], a desjudicialização é uma "resposta à incapacidade de resposta dos tribunais à procura (aumento de pendências), ao excesso de formalismo, ao custo, à irrazoável duração dos processos e ao difícil acesso à justiça". Ela consiste na simplificação processual e na transferência de competência da resolução de litígios do tribunal para instâncias não judiciais. Onaldo Queiroga[198] esclarece que a desjudicialização dos litígios foi instituída pela Lei nº 11.441/2007, que estabeleceu aos tabeliães de notas o encargo de consolidar o consenso das partes sobre inventário, partilha, separação e divórcio. "Trata-se de um mecanismo legal que permite que determinadas querelas, diante de requisitos estabelecidos em lei, possam ser resolvidas no âmbito administrativo, evitando-se, assim, que tais questões cheguem à seara do Poder Judiciário".

O legislador brasileiro já vem normatizando o fenômeno da desjudicialização desde o ano de 1994, com a aprovação da Lei nº 8.951, que alterou o art. 890 do Código de Processo

---

[195]MOREIRA, José Carlos Barbosa. Op. cit., p. 8.
[196]GRINOVER, Ada Pellegrini. *Novas tendências do direito processual.* Rio de Janeiro: Forense, 1990. p. 78.
[197]PEDROSO, João. *Percurso da reforma da administração da justiça* – uma nova relação entre o judicial e o não judicial. Artigo. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006. p. 19.
[198]QUEIROGA, Onaldo Rocha de. *Desjudicialização dos litígios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. pp. 5/8.

Civil para estabelecer a possibilidade de o devedor consignar a importância devida com os acréscimos legais diretamente em conta bancária do credor. Dois anos depois, foi promulgada a Lei da Arbitragem (Lei nº 9.307/96) e, logo após, a Lei nº 9.514, de 1997, que instituiu a alienação fiduciária de coisa móvel, cujo procedimento de consolidação da propriedade foi transferido ao oficial do registro de imóveis. Na sequência, foram criadas as Leis nº 10.931, de 2004, e nº 11.101, de 2005. A primeira permitiu que a retificação do registro imobiliário fosse realizada diretamente pelo registrador; a segunda autorizou ao devedor negociar diretamente com os credores o plano de recuperação extrajudicial, levando-o à homologação judicial. Por fim, a Lei nº 11.441, de 2007, veio consolidar essa tendência à desjudicialização.

De acordo com João Alberto de Almeida[199], esta última lei facultou aos interessados a utilização da via extrajudicial para realizarem os atos de inventário e partilha, bem como de separação e divórcio consensuais. "Os atos são realizados mediante escritura pública, independentemente de homologação judicial, constituindo tal documento título hábil a ser apresentado junto ao registro civil e de imóveis, consolidando a transferência de bens e direitos". O citado autor[200] apresenta mais um exemplo do fenômeno da desjudicialização, ao analisar a Lei nº 11.977, de 2009, que dispõe sobre o Programa "Minha Casa, Minha Vida", do governo federal e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Ao criar essa lei, o legislador transferiu ao oficial de registro de imóveis a competência de conversão do título de legitimação de posse em registro de propriedade, tendo em vista ter sido adquirida por usucapião.

A Lei nº 9.099/95, que criou os juizados especiais cíveis e criminais, já se mostrara um instrumento propício à desjudicialização dos conflitos, pois possibilitou a promoção da conciliação no julgamento e execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo. Mas o que se esperava em termos de maior celeridade e efetividade dos juizados especiais não se alcançou. Na verdade, a grande procura por eles acabou congestionando-os também, visto que sua estrutura não suportou o crescente número de demandas e não houve a criação de novos juizados.

Para Onaldo Queiroga[201], analisando a situação dos juizados especiais na Paraíba, é por esse motivo que os advogados estão preferindo ajuizar ações no âmbito da justiça comum, em razão do atraso no andamento dos feitos. Trata-se de uma situação que pode ser melhorada, segundo o autor: "Os juizados tendem assim a fracassar. Mas, ainda, há tempo.

[199] ALMEIDA, João Alberto de. Desjudicialização: a relação entre a arbitragem e os serviços notariais e registrais. In *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte. nº. 59. jul.-dez. 2011. p. 111.
[200] ALMEIDA, João Alberto de. Op. cit., pp. 111/112.
[201] QUEIROGA, Onaldo Rocha de. Op. cit., pp. 4/5.

Cabe às autoridades que comandam o Poder Judiciário promoverem uma reorganização orçamentária, criando condições para expandir os juizados, primordialmente os da área cível".

Com efeito, a desjudicialização dos litígios surge com o objetivo de desafogar os tribunais e proporcionar celeridade na solução de algumas demandas. Esse modelo deve ser estendido para uma gama maior de conflitos, a fim que de se garanta o efetivo acesso à justiça, que não significa, necessariamente, a solução de conflitos pelo Poder Judiciário. O advogado tem papel primordial, enquanto negociador, nessa busca de resolução de conflitos. Assim, o que interessa para a advocacia como atividade não é apenas o dever de postulação, mas também a função de assessoria e consultoria e, acima de tudo, de negociação, como será visto adiante. Com isso, o advogado estará contribuindo para a concretização dos preceitos constitucionais, com destaque para os direitos fundamentais. É, portanto, através da desjudicialização que se concretiza a descentralização de parte das atividades jurisdicionais. Com ela, setores da sociedade praticam atos que antes eram de exclusividade do Poder Judiciário, contribuindo, dessa forma, para a administração da justiça e para o efetivo acesso à ordem jurídica justa.

João Alberto de Almeida[202], analisando a situação da justiça de primeiro grau no Brasil e dos seus respectivos juízes, entende que o encaminhamento para a desjudicialização não é uma tendência ou opção político-ideológica, mas uma necessidade. Nesse sentido, assinala: "Chega-se à conclusão de que há outros setores da sociedade que podem contribuir para a realização de atos jurídicos, com eficiência e responsabilidade, alcançando os mesmos resultados de forma célere e efetiva". Em seguida, destaca a necessidade da realização de determinados atos apenas pelos magistrados:

> Devem ser reservados aos magistrados, sob esta nova ótica, aqueles atos em que há real necessidade de sua participação, ou seja, a apreciação dos litígios em que deverão ocorrer decisões que passem em julgado formal e materialmente. O Judiciário pode ser desafogado naquelas hipóteses que abranjam os procedimentos de jurisdição voluntária, bem como naquelas que envolvam a prática de atos materiais que não possuam conteúdo eminentemente decisório e mesmo pela via arbitral, em que a decisão ocorre e passa em julgado, com excelentes resultados.

Com efeito, a chamada desjudicialização dos litígios pode contribuir sobremaneira para a desobstrução do aparelho judiciário, principalmente porque, até agora, não se adotaram medidas eficazes para resolver os problemas que vem enfrentando o Poder Judiciário. Como

[202]ALMEIDA, João Alberto de. Op. cit., pp. 109/110.

se observa, no âmbito da sociedade, "o desejo de buscar justiça vem acarretando frustração, na medida em que a máquina do Judiciário, em muitos aspectos, arcaica e obsoleta, não vem atendendo aos anseios da cidadania", enfatiza Onaldo Queiroga[203].

De acordo com Rodolfo de Camargo Mancuso[204], a tendência para o crescimento da justiça paraestatal se coaduna com a terceira onda de renovação do processo civil. Esse avanço é preconizado por Mauro Cappelletti, que propõe uma ampliação do acesso à justiça, no sentido da adoção de outros meios de resolução de conflitos. Essa proposta "afina-se, outrossim, com a terceirização/privatização da distribuição da justiça, ou seja, a desjudicialização dos conflitos, de que é exemplo entre nós a Lei nº 11.441/2007", conclui Mancuso. Por sua vez, Rogério Portugal Bacellar [205] acredita que o processo de desjudicialização traz benefícios para todas as partes envolvidas. Essa vantagem está sendo verificada, em especial, nos casos de divórcio e de inventário:

> É fenômeno recente o processo de transferência para os cartórios extrajudiciais de serviços que antes só poderiam ser feitos pela justiça. O objetivo é agilizar as ações que não envolvem litígio e os benefícios são de mão dupla. Além de eliminar demorados processos judiciais para a população, a desjudicialização contribui para reduzir a crescente pressão sobre os tribunais. Com isso, processos como os de inventário e divórcio, sem envolvimento de menores e testamento, que antes demoravam meses e até anos para serem concluídos, hoje podem ser solucionados em poucos dias. Isso só foi possível graças à Emenda Constitucional nº 66/2010, conhecida como PEC do Divórcio, que completou três anos de sua promulgação no dia 13 de julho de 2013, além da Lei nº11.441/2007, que permite a realização de inventários, partilhas e divórcios consensuais nos cartórios.

Com essa nova legislação, a resolução desses problemas deixou de ficar a cargo exclusivamente do Poder Judiciário. Para Onaldo Queiroga[206], a solução não se encontra apenas na reforma estrutural desse Poder, mas, sobretudo, na reforma da legislação processual, ao eliminar uma gama de recursos que procrastinavam o feito e deixavam o cidadão frustrado. Segundo esclarece, com a edição da Lei nº 11.441/2007, tanto ganhou o jurisdicionado como o próprio Poder Judiciário:

---

[203]QUEIROGA, Onaldo Rocha de. Op. cit., p. 3.
[204]MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de direito*. Tese de concurso público. São Paulo: 2008. p. 154.
[205]BACELLAR, Rogério Portugal. *Desjudicialização traz benefícios para todos os envolvidos*. Disponível em http://www.conjur.com.br/2013-jul-28/rogerio-bacellar-desjudicializacao-servicos-traz-beneficios-todos-envolvidos. Acesso em 25 set. 2013.
[206]QUEIROGA, Onaldo Rocha de. Op. cit., p. 3.

> A sociedade passou a ter uma opção a mais para buscar resolver seus litígios relacionados com o inventário, a partilha, a separação e o divórcio. Por outra banda, o Poder Judiciário terá, com o instituto da desjudicialização, um aliado importante para a desobstrução do seu aparelho, podendo, assim, dedicar-se à resolução de questões mais complexas[207].

Trata-se de uma grande iniciativa para se alcançar plenamente a desjudicialização de todos os litígios, não apenas no âmbito do direito de família e do direito sucessório. É uma medida que merece ser ampliada, mesmo porque o fenômeno da desjudicialização se mostra essencial para o acesso à justiça. Com ela, fica mais fácil conferir ao cidadão o direito fundamental de obter justiça e, portanto, de solucionar seus conflitos de forma célere e eficiente.

Boaventura de Souza Santos[208] já destacava a possibilidade de se poder ampliar o conceito de acesso à justiça, descentralizando a administração da justiça, através da utilização de novas técnicas processuais nos tribunais e novos mecanismos informais de solução de conflitos. Para tanto, defendia a mudança de mentalidade e novas atitudes dos operadores do direito, visto que os meios de acesso à justiça e a própria reforma do processo no âmbito do Poder Judiciário estão em constante questionamento.

Para Heliana Maria Coutinho Hess[209], a experiência vivida com a criação dos juizados especiais vem demonstrando a necessidade da descentralização do exercício da jurisdição no âmbito do Poder Judiciário, para que se possa avançar no acesso à justiça:

> A instrumentalidade do processo, a flexibilização e celeridade das regras processuais, a isenção de despesas processuais, a dispensa do patrocínio levaram ao movimento de acesso à justiça e da criação dos juizados especiais de pequenas causas cíveis e penais, com a efetividade da distribuição da justiça para grande parcela da população carente e desafogamento da litigiosidade contida na sociedade e da demanda direcionada à justiça comum.

De acordo com a autora, essa descentralização da jurisdição pode até ser realizada através da utilização de meios alternativos e instrumentais por instituições privadas organizadas pela sociedade civil. Essa medida já vem sendo adotada em alguns locais e por

---

[207]QUEIROGA, Onaldo Rocha de. Op. cit., pp. 5/6.
[208]SANTOS, Boaventura de Souza. A sociologia dos tribunais e a democratização da justiça. *Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999. pp. 166/179.
[209]HESS, Heliana Maria Coutinho. *Acesso à justiça e descentralização da jurisdição no Estado Federal:* comparativo entre o sistema e as reformas judiciais do Brasil e da Alemanha. Tese. São Paulo: 2002. pp. 112/113.

alguns órgãos administrativos municipais, para auxiliar na administração da justiça e na solução de conflitos de interesses extrajudiciais. Cita a autora, por exemplo, o funcionamento de subprefeituras na urbanização e moradia; a atuação do PROCON para resolver litígios entre fornecedores e consumidores; a função da CIRETRAN para solução de conflitos de trânsito; a assistência social a famílias diretamente nos bairros onde residem etc. Sobre essa tendência, acrescenta:

> Além disso, a sociedade civil organizada em associações de bairro, escolas, igrejas, comunidade de base, centros de apoio, na qualidade de educadores da população local, podem auxiliar no acesso à justiça, pela forma da autocomposição, conciliação e mediação de conflitos de interesse, como já tem sido realizado nos sindicatos trabalhistas e na conciliação obrigatória nos conflitos de pequeno valor e de vizinhança, em órgãos distritais, na Alemanha.

Conforme já foi referido, o acesso ao Poder Judiciário e à justiça vem enfrentando muitos problemas, nos aspectos estrutural, econômico e até social. A ideia da necessidade de reforma do aparelho judicial não é novidade. Mas é preciso modificar a estrutura desse Poder no tocante ao próprio direito de acesso à justiça, utilizando-se, para tanto, os meios alternativos para solucionar os conflitos, fomentando a desjudicialização.

É preciso, ainda mais, modificar a mentalidade dos operadores do direito, em especial, dos advogados, que buscam o socorro primeiramente do Poder Judiciário para a solução de um litígio. Eles podem fazer muito mais pelo direito dos seus constituintes, como será analisado mais adiante, tendo em vista que muitos litígios podem ser resolvidos antes de se pensar em buscar o aparato estatal. Na Alemanha, por exemplo, em razão das altas despesas para o patrocínio das causas e da demora no processamento da demanda, tem crescido a utilização de meios alternativos de resolução de conflitos extrajudiciais através da mediação, conciliação e arbitragem. Isso ocorre especialmente nos conflitos entre vizinhos, nos litígios envolvendo os consumidores e nos casos de controvérsias internacionais do comércio [210].

Segundo Heliana Maria Coutinho Hess[211], essa extensão do acesso à justiça deve ser adotada em outros meios alternativos, "os quais cooperem e aliviem a carga excessiva do Poder Judiciário e que tenham o mesmo nível de idoneidade e praticidade na ordenação social e pacificação de conflitos". Deve-se, para tanto, modificar a mentalidade dos operadores do

[210]BÖCKSTIEGEL, Karl-Heinz. *Alternative dispute resolution (ADR) Relevanz und Kriterien,* DIS-Materialien, Bonn, 1999. p. 4.
[211]HESS, Heliana Maria Coutinho. Op. cit., pp. 220/221.

direito e a cultura jurídica, a fim de que se obtenham novas bases de cooperação com a sociedade civil e as instituições voltadas à pesquisa e investigação social, na busca de se apresentarem alternativas viáveis para a solução de conflitos.

Para a autora[212], um primeiro passo para essa mudança de mentalidade já deve começar nos cursos jurídicos, mais especificamente, na prestação da justiça no âmbito das instituição públicas e privadas. Elas devem adotar a descentralização da jurisdição com a utilização de instrumentos alternativos e a cooperação da sociedade civil na prestação dos serviços judiciais. Todavia, essa mudança de mentalidade não é fácil, mesmo porque a maioria dos educadores não está preparada para tal desiderato. É preciso conscientizá-los da importância da desjudicialização dos litígios e mostrar aos futuros operadores do direito que a capacidade postulatória é importante para o advogado, mas não é essencial. É exatamente isso que a presente tese defende.

"Descentralizar o exercício da jurisdição é o ideal do acesso à justiça no contexto do federalismo", conclui Heliana Maria Coutinho Hess[213]. Como se observa, a máquina judiciária está em processo de deterioração, tendo em vista a falta de material e recursos humanos, bem como a carência de investimentos e verbas públicas para sua modernização, resultando no grande volume de ações judiciais e na lentidão no processamento das demandas. Com essa inovação, o Poder Judiciário nada perderá; pelo contrário, ganhará, principalmente, no que tange à confiança do jurisdicionado, que há muito não crê nesse Poder.

Para a autora referida[214], "o fortalecimento do Poder Judiciário será alcançado com a democratização interna e transparência do exercício do poder jurisdicional descentralizado em tribunais e fóruns regionalizados e distritais. (...) Ao mesmo tempo em que o Estado cede parcela do exercício da jurisdição, ela ganha agilidade, transparência e eficiência para solucionar conflitos individuais, coletivos e difusos de maior importância para a sociedade". Luís Francisco Aguilar Cortez[215] acredita que o Poder Judiciário deve, para isso, estabelecer vínculos mais próximos com a sociedade, no sentido de ampliar o espaço público:

> A abertura do sistema judiciário à sociedade consiste, inicialmente, na modificação dos seus canais de acesso e processamento das demandas, direcionando-os ao combate dos reconhecidos males nacionais, ligados à desigualdade e ao déficit de cidadania. De outra parte, consiste na reestruturação

[212]HESS, Heliana Maria Coutinho. Op. cit., p. 275.
[213]HESS, Heliana Maria Coutinho. Op. cit., p. 283.
[214]HESS, Heliana Maria Coutinho. Op. cit., p. 287.
[215]CORTEZ, Luís Francisco Aguilar. *Judiciário e democracia:* organização e funcionamento do Judiciário na Constituição Federal de 1988. Tese. São Paulo: abril de 2004. p. 182.

> dos seus órgãos e da magistratura, para dar efetividade à prestação jurisdicional naquilo que ela é mais exigida no momento, o combate à morosidade processual, à corrupção e à impunidade, evitando o imobilismo corporativista e o conformismo institucional.

Esclarece o citado autor[216] que o próprio sistema judiciário se mostra complexo, principalmente no que se refere à "proliferação legislativa", à "diversidade de procedimentos e sistema recursal" e ao "desconhecimento da estrutura do Judiciário". Tudo isso provoca o retardamento da prestação da tutela jurisdicional. De acordo com Carlos Eduardo de Vasconcelos[217], o acesso à justiça, direito social fundamental, é o ponto central da moderna processualística. Por isso mesmo, um movimento universal deve ser feito em prol da efetividade desse acesso, o que engloba medidas como: instrumentalização da Defensoria Pública; desenvolvimento de ações populares e civis públicas; simplificação do serviço judiciário; adoção da mediação judicial, ampliação das oportunidades da conciliação e estímulo à opção pela arbitragem nos processos judiciais; difusão dos meios extrajudiciais de solução de conflitos; expansão do direito internacional e do direito de integração supranacional.

A sociedade espera essa resposta do poder estatal, seja na prestação jurisdicional ou extrajudicial, que se revele eficaz e sem demora, que não cause frustração ao jurisdicionado, fazendo com que ele volte a acreditar nessa instituição encarregada de administrar a justiça. Com certeza, esse novo modelo irá reduzir a necessidade da edição de novas leis que acabam dificultando o acesso ao direito[218].

Está-se caminhando para se superar a rigidez processual que predomina no Poder Judiciário. Este é ainda baseado em um rigor autoritário que "hipertrofia as polarizações e o valor da coerção, eleva custos, avoluma autos, estufa vaidades e alimenta uma advocacia litigiosa, quase raivosa, voltada à exploração do conflito, em detrimento da sua efetiva transformação", conclui Carlos Eduardo de Vasconcelos[219].

Já vêm sendo adotadas várias iniciativas nesse sentido, objetivando uma reforma mais eficaz da legislação processual, além do aperfeiçoamento da máquina judiciária, do serviço público e dos operadores do direito. Porém, não se percebe o efeito prático dessas iniciativas.

---

[216]CORTEZ, Luís Francisco Aguilar. Op. cit., p. 207.
[217]VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. p. 64.
[218]CORTEZ, Luís Francisco Aguilar. Op. cit., p. 212.
[219]VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Op. cit., p. 67.

Petrônio Calmon Filho[220] entende que essas medidas não revelam qualquer alternativa ou nova abordagem nem se mostram suficientes, justificando:

> Não há consenso ao especificar as causas e muito menos ao indicar soluções para a crise da justiça, mas é unânime a constatação da desproporção entre a oferta de serviços e a quantidade de conflitos a resolver, o que tem levado a conclusões precipitadas, que resumem a "crise" a esse simples aspecto, o que é tão desastroso quanto a própria crise que se analisa. Em realidade, outros fatores devem ser considerados, desde a existência de uma massa de conflitos represada pelos obstáculos econômicos, sociais, políticos e jurídicos ao acesso à justiça, até a baixa qualidade do serviço judicial, sobretudo a necessidade de se oferecer o serviço justiça da forma mais ampla possível, com a utilização dos diversos mecanismos desenvolvidos para essa finalidade.

O entendimento esposado pelo autor mostra a necessidade de oferecer justiça com uma amplitude tal que não venha a ser restringida ao Poder Judiciário. Não se deve deixar apenas nas mãos do magistrado o poder de atuar e interferir na solução de um conflito. É preciso modificar a mentalidade da sociedade em geral, para que seus conflitos não precisem ser levados à função jurisdicional, mas que sejam resolvidos por meios extrajudiciais.

Assim, o fenômeno da desjudicialização vai tirar do Poder Judiciário a responsabilidade única de resolver esses conflitos. É isso que os meios alternativos de resolução de conflitos já vêm fazendo. Durante a discussão de um processo na Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, a ministra Nancy Andrighi[221] fez referência à importância da desjudicialização. Declarou que o Poder Judiciário não pode ser um "mero cartório que incluirá, em documentos submetidos à sua sumária avaliação, um mero selo, que sequer pode ser chamado selo de qualidade, porque não é submetido, do ponto de vista substancial, a seu controle efetivo."

No referido julgamento, a ministra negou homologação de acordo extrajudicial por falta de interesse das partes, por considerar não haver utilidade em homologar judicialmente um acordo extrajudicial em que partes capazes transigem sobre direitos disponíveis, com assistência de seus advogados. "Admitir que acordos extrajudiciais se transformem em títulos executivos judiciais, tal qual pretendido, seria imaginar uma atividade cognitiva judicial que efetivamente não ocorreu", concluiu. Alegou a ministra que acordos como o citado acima

---

[220]CALMON FILHO, Petrônio. *Mecanismos para a obtenção da autocomposição civil e penal*. Tese. São Paulo, 2005. p. 14.

[221] Disponível em http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=107766. Acesso em 25 set. 2013.

devem ser negociados fora do processo, com a participação dos advogados, não se envolvendo o Poder Judiciário. Segundo ela, "há um processo legislativo de democratização do direito, evidenciando uma tendência à desjudicialização dos conflitos e valorização das negociações extrajudiciais, com o afastamento da autoridade judiciária do papel de mera chanceladora".

Daí a importância da mudança de mentalidade dos operadores do direito, no sentido de buscarem implementar formas diversas e variadas de se fazer justiça, reduzindo-se a litigiosidade e permitindo a participação responsável dos cidadãos na resolução de seus litígios. Para tanto, faz-se necessário "superar o paradigma de que, para cada litígio deve corresponder uma ação judicial, porque isso não atende e tampouco satisfaz aos critérios de bem-estar individual e social, quanto menos permite a boa administração da justiça", explica Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini[222]. Para ela, é preciso "democratizar a justiça", ou seja, convocar o cidadão a participar ativamente na resolução de seus conflitos, incentivando-o e criando os meios para isso:

> É preciso, então, que haja uma mudança de mentalidade dos operadores do direito, de forma a não apenas resolver rapidamente o conflito, mas também a envolver as partes ativamente na solução de suas controvérsias, dando-lhes oportunidades de colocarem fim de forma responsável às suas diferenças, de maneira mais participativa e democrática do que ocorreria através de decisão adjudicada, após uma longa tramitação processual. Nessas circunstâncias, os denominados meios alternativos de resolução de conflitos apresentam especial importância na democratização do acesso à justiça, tendo em vista que permitem a efetiva participação do cidadão[223].

É urgente a necessidade da disseminação desses meios que têm por objetivo a realização e a obtenção da paz social, a pacificação da sociedade e o acesso à justiça. Só assim, será possível resolver esses conflitos de maneira mais eficaz e em número maior do que o meio tradicional de solução de conflitos, qual seja, o Poder Judiciário com a prestação da tutela jurisdicional. Esses meios alternativos de resolução de conflitos vêm proporcionar aos cidadãos a possibilidade de escolherem o meio mais adequado para a solução de suas controvérsias, obedecendo-se a um sistema multiportas, seja através da mediação, conciliação, arbitragem ou negociação, como será analisado no próximo capítulo.

---

[222] ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montingelli. *Os meios alternativos de resolução de conflitos e a democratização da justiça.* Faculdade de Direito de Franca. In Revista Eletrônica. Disponível em http://www.direitofranca.br Revista Eletrônica. Acesso em 25 set. 2013. p. 107.

[223] ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montingelli. Op. cit., p. 106.

3 MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

3.1 DESMISTIFICAÇÃO DE CONFLITOS: ANÁLISE DOS MÉTODOS DE COMPOSIÇÃO

Não é difícil compreender que o direito nasceu junto com a civilização, aliado à história da sociedade, sob a forma de costumes que foram se tornando obrigatórios. Isso aconteceu em razão da necessidade de um mínimo de ordem e direção, de regras de conduta, com o objetivo de regular o convívio entre os indivíduos e proporcionar harmonia nas relações humanas.

O surgimento do direito teve por finalidade regular justamente essas relações humanas, a fim de proporcionar paz e prosperidade no seio social. O objetivo foi impedir a desordem, o crime e o caos que seriam perpetrados pela vontade daqueles que detinham o domínio, principalmente, o econômico, ou seja, daqueles que fossem mais fortes. O objetivo último do direito é alcançar o bem comum e obter a justiça. Para tanto, foi estabelecido um conjunto de regras obrigatórias que garante a convivência social, que regula a conduta dos indivíduos na sociedade e que coloca um mínimo de regra a ser seguida por todos.

Flávia Lages de Castro[224], analisando o conceito de direito, considera que a sociedade não existe sem o direito e o direito não sem existe sem a sociedade. Entende o direito como o conjunto de normas criado para a aplicação da justiça e a minimização de conflitos de uma dada sociedade. Com efeito, o direito surgiu para colocar direção, ordem e regras de conduta, no sentido de regular o convívio na sociedade, a fim de conseguir que os indivíduos vivam em harmonia e que resolvam seus conflitos.

O direito também pode ser considerado como um conjunto de princípios do qual derivam todas as normas e obrigações que devem ser cumpridas pelos indivíduos, transformando-se em um sistema de regras ou de leis. Além disso, o direito também abarca uma infinidade de conceitos ligados a outros ramos da ciência. Trata-se de uma matéria multidisciplinar que compreende, por exemplo, a história, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a filosofia, dentre outras áreas do conhecimento.

É importante esclarecer, diante de todos esses aspectos, que o direito surgiu com o objetivo de obter justiça e realizar o bem comum. Busca dar a cada caso a solução merecida

[224]CASTRO, Flávia Lages de Castro. *História do direito geral e Brasil.* 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 2.

ou adequada, em sintonia com o sentimento humanitário ponderado e calcado em interpretação conforme os princípios gerais do direito. Como foi enfatizado pela citada autora, o direito é um conjunto de normas que busca aplicar a justiça e minimizar os conflitos em uma sociedade. Esses conflitos vêm sendo estudados não só pela área jurídica, mas também por muitas outras áreas, as quais têm criado uma variedade de fundamentações e abordagens.

Historicamente, o direito foi criado para resolver os conflitos que surgem em uma dada comunidade a partir do momento em que os indivíduos passaram a socializar-se. "A solução dos conflitos que, em princípio, poderia ser uma atividade da comunidade toda, passa a ser assumida por um grupo de profissionais específicos, os juristas: é a divisão social do trabalho", afirma Ingo Voese[225]. Com isso, a "regulação instintiva" foi substituída pela "regulação social"[226]. Em consequência, as pessoas deixaram de resolver os conflitos espontaneamente e passaram a cumprir regras ou normas de conduta impostas pelo Estado. Esse disciplinamento ocorreu, na maioria das vezes, pela instituição de leis, já que a convivência se tornaria impossível sem o acordo entre as pessoas, levando a sociedade a tornar-se um caos, ante a ausência de normas de conduta.

Estudiosos da teoria do conflito já o definiram como briga, disputa, processo, guerra, litígio, dentre outros significados. Na prática, o conflito ocorre "quando duas ou mais pessoas divergem em razão de metas, interesses ou objetivos individuais percebidos como mutuamente incompatíveis"[227]. De acordo com Humberto Lima de Lucena Filho[228], o conflito é um fator natural presente nas relações humanas, pois faz parte da sociedade. A esse respeito, esclarece:

> O homem é um indivíduo caracterizado pela sua vocação para a socialidade e singularidade de formação e comportamento. Em razão disso, é natural que as relações intersubjetivas e até mesmo intergrupais sejam marcadas por divergências de ordens diversas (emocionais, sociais, políticas, ideológicas, familiares, profissionais), as quais podem ser definidas como a gênese de um dos fenômenos mais comuns e recorrentes de qualquer sociedade: o conflito.

[225]VOESE, Ingo. *Mediação dos conflitos como negociação de sentidos.* Curitiba: Juruá, 2010. p. 32.
[226]CALMON FILHO, Petrônio. *Mecanismos para a obtenção da autocomposição civil e penal*. Tese. São Paulo, 2005. p. 32.
[227]BRASIL. Ministério da Justiça. *Manual de mediação judicial*. 3. ed. Ministério da Justiça, Brasil: 2012. p. 27.
[228]LUCENA FILHO, Humberto Lima de. *A constitucionalização da solução pacífica de conflitos na ordem jurídica de 1988.* Tese. UFRN: Natal, 2012. p. 22.

Carlos Eduardo de Vasconcelos[229] também se posiciona nesse sentido, considerando que o conflito é um fenômeno inerente às relações humanas, "fruto de percepções e posições divergentes quanto a fatos e condutas que envolvem expectativas, valores ou interesses comuns". O conflito é também chamado de combate, discussão, controvérsia, impasse e discórdia. Deriva do latim *conflictu*, originário do verbo *conflictare*, sendo conceituado como "choque entre duas coisas, embate de pessoas, ou grupos opostos, que lutam entre si. É um embate entre duas forças contrárias. É um estado antagônico de ideias, pessoas ou interesses"[230].

Leonardo Barém Leite[231] considera a existência do conflito como essencial e não apenas inevitável, pois, se não há a discórdia, não há o conflito nem o progresso. A esse respeito, esclarece: "Não devemos esquecer que muito do progresso, desenvolvimento e evolução da espécie humana decorrem do inconformismo, da curiosidade, da contestação e da vontade/necessidade de quebrar paradigmas e de fazer diferente".

Várias podem ser as causas determinantes de um conflito, destacando-se: frustrações por uma expectativa não alcançada; fraqueza de uma das partes, aproveitando a outra dessa situação para instigar um conflito; momentos difíceis e complicados vivenciados por pessoas ou grupos; comparações entre pessoas ou grupos; incitação de um terceiro etc. Michel Fustier[232] identifica essas causas como sendo: mudança interna, informações com o exterior, fraqueza de uma das partes, ameaça ou fracasso, saturação psicológica, aparecimento de um incitador e vontade política.

Existem inúmeros outros motivos que podem originar um conflito, havendo também vários mecanismos para administrar esses conflitos. Na verdade, o conflito é a exceção, enquanto que a harmonia é a regra. O direito surgiu para proporcionar essa harmonia social, como também para pacificar o conflito, justamente quando esse equilíbrio social na sociedade não é atingido. Então, o conflito precisa ser resolvido para que se restabeleça a harmonia. É o que Petrônio Calmon Filho[233] enfatiza, ao analisar a cultura dos conflitos. Segundo esclarece, o conflito é resultante da percepção da divergência de interesses entre duas ou mais pessoas sobre valores, posição ou recursos.

---

[229]VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. p. 19.
[230]BERG, Ernesto Artur. *Administração de conflitos*: abordagens práticas para o dia a dia. Curitiba: Juruá, 2012. p. 17.
[231]LEITE, Leonardo Barém. *Gestão de negócios:* estratégias para advogados. Brasília: Consulex, 2010. p. 157.
[232]FUSTIER, Michel. *O conflito na empresa*. Trad. Mônica Stahel Monteiro da Silva. São Paulo: Martins Fontes: 1982. p. 96.
[233]CALMON FILHO, Petrônio. Op. cit., pp. 33/34.

Portanto, quando existem opiniões contrárias e incompatíveis ou quando há situações divergentes entre pessoas ou grupo de pessoas, está instalado o conflito. Mas nem sempre o conflito tem o sentido negativo que lhe é atribuído. Rozane da Rosa Cachapuz[234] explica que o conflito "pode servir para um novo entendimento, como possibilidade de crescimento e mudança, levando as partes a escolherem um método de resolução que se adapte tanto a elas como ao conflito".

Esse também é o entendimento de Priscila Mascarelli Salgado[235], ao afirmar que a ideia de conflito está inserida na própria essência do indivíduo, como fator de evolução natural. A priori, ela não considera o conflito positivo ou negativo. Em seu ponto de vista, o modo como o conflito vai ser sentido pelas pessoas é que determinará se ele será positivo ou negativo, podendo, no primeiro caso, contribuir para o crescimento e o desenvolvimento social.

No entendimento de Leonardo Barém Leite[236], o conflito só será negativo se a mensagem não for compreendida pelas partes, esclarecendo: "Se não se entender o que tal conflito quer dizer, perdas e danos poderão ocorrer, seja de pessoas, seja da energia emocional de todos os envolvidos". Mas se a mensagem for compreendida, "as pessoas do ambiente organizacional têm muito a ganhar, pois terão a oportunidade de entender e aprender, o que resultará em uma evolução de todos os indivíduos e, consequentemente, da própria sociedade ou empresa". Carlos Eduardo de Vasconcelos[237] também entende que os conflitos, sejam de valores, de informação, estruturais ou de interesses, decorrem da própria convivência social dos indivíduos:

> Tradicionalmente, concebia-se o conflito como algo a ser suprimido, eliminado da vida social. E que a paz seria fruto da ausência de conflito. Não é assim que se concebe atualmente, a partir de uma concepção sistêmica. A paz é um bem precariamente conquistado por pessoas ou sociedades que aprendem a lidar com o conflito. O conflito, quando bem conduzido, pode resultar em mudanças positivas e novas oportunidades de ganho mútuo.

O conflito, na verdade, é apenas um fato da vida, que pode ir além do comportamento competitivo e adquirir uma função negativa e prejudicial. Pode também conduzir ao

---

[234]CACHAPUZ, Rozane da Rosa. *Mediação nos conflitos & direito de família*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 107.
[235]SALGADO, Priscila Mascarelli. *Conciliação como forma de solução de conflito no direito:* teoria dos jogos aplicada à conciliação trabalhista. Dissertação. São Paulo: 2009. p. 23.
[236]LEITE, Leonardo Barém. Op. cit., p. 159.
[237]VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Op. cit., p. 21.

crescimento, sendo produtivo para as partes envolvidas. Isso depende da capacidade dessas partes em "criar procedimentos eficientes para a resolução dos problemas de forma cooperativa, de sua capacidade de pôr de lado a desconfiança e a animosidade, enquanto trabalham juntos seu conflito, e a disponibilidade de soluções que possam satisfazer – pelo menos parcialmente – os interesses de todas as partes"[238].

De modo geral, o conflito indica a existência de algum inconformismo ou tensão entre as partes envolvidas. Entretanto, não significa, necessariamente, que essa tensão seja desarmônica, pois, em muitos conflitos verifica-se que a parte quer apenas uma solução para um problema por ela levantado. Mas, de acordo com Christopher W. Moore[239], o problema é que muitas pessoas não sabem lidar com as barreiras psicológicas e os laços afetivos que muitas vezes envolvem a causa. Assim, em razão da incapacidade de desenvolverem um processo efetivo e de tomarem decisões sozinhas, precisam do auxílio de um terceiro.

Quando um conflito está instalado, ele deve ser resolvido, pois não se pode fugir do problema nem deixá-lo sem solução. Como anota Luis Alberto Warat[240], não se pode evitar ou suprimir o conflito, de modo que é preciso encontrar formas de criar condições para estimular um confronto construtivo e vivificante. Para Fernanda Tartuce da Silva[241], nem sempre o conflito será resolvido ou o problema será extinto. Por isso, deve ser estimulada a busca pelo melhor mecanismo para o encaminhamento, a composição e a superação do conflito. "Diante da peculiaridade de cada controvérsia e da situação das partes envolvidas na relação jurídica subjacente, mecanismos diferenciados devem ser disponibilizados para gerar a mais idônea e adequada resposta possível", observa a autora. Para Ernesto Artur Berg[242], é preciso administrar o conflito, no sentido de escolher e aplicar estratégias mais adequadas para lidar com cada conflito instalado de acordo com o caso concreto, mas, sobretudo, obter um acordo satisfatório para as partes envolvidas.

Tratando-se de processo judicial, não há como falar do conflito de interesse que não seja o objeto da lide ou uma pretensão resistida. Niceto Alcalá-Zamora Y Castillo[243] conceitua o litígio como o conflito juridicamente transcendente, sendo o ponto inicial de um

---

[238]MOORE, Christopher W. *O processo de mediação:* estratégias práticas para a resolução de conflitos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 5.
[239]MOORE, Christopher W. Op. cit., p. 5.
[240]WARAT, Luis Alberto. *Mediação, negociação e arbitragem empresarial no Mercosul*. Disponível em http://www.almed. com.br. Acesso em 18 set. 2013.
[241]SILVA, Fernanda Tartuce. *Mediação como meio de composição de conflitos civis.* Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2007. p. 24.
[242]BERG, Ernesto Artur. Op. cit., p. 20.
[243]ALCALÁ-ZAMORA Y CASTILLO, Niceto. *Proceso, autocomposición y autodefensa:* contribuición al estudio de los fines del proceso. 3. ed. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000. p. 18.

processo ou de uma autocomposição. Destaca a autotutela (quando uma das partes sacrifica o interesse da outra), a autocomposição e o processo como as possíveis soluções para um conflito. Na autocomposição, as partes entram em acordo a partir da concessão de ambas. Mas esse método de solução de conflito não é incentivado na esfera cível, como afirma Petrônio Calmon Filho[244]:

> No campo dos conflitos cíveis, é antiga a aplicação dos três resultados possíveis da autocomposição: renúncia, submissão e transação. Todavia, é recente e rara a prática de mecanismos organizados para sua obtenção, com técnicas apropriadas. Enquanto é escassa a prática desses mecanismos na área cível, inexiste uma política pública de incentivo à sua realização. É oportuno, então, desenvolver os mecanismos para a obtenção da autocomposição civil e penal. Assim, dentre outros, devem-se estudar em conjunto a negociação, mediação e conciliação civil e penal, já que esses mecanismos se mostram hábeis a solucionar conflitos de todas as naturezas.

Morton Deutsch[245] assinala que os processos de resolução de disputas podem ser construtivos (a relação processual é concluída fortalecendo-se a relação social preexistente à disputa) ou destrutivos (nesse caso há o enfraquecimento ou rompimento da relação social preexistente à disputa em razão do modo como o processo foi conduzido).

Levando-se em consideração a definição dada pelo autor referido sobre o conflito construtivo, observa-se que foi dado um novo contexto ao conflito. Passou a ser considerado como um elemento da vida que permeia todas as relações humanas e que tem o potencial de contribuir, de forma positiva, nessas relações. Por esse motivo, não se pode admitir que haja apenas um procedimento autocompositivo no direito brasileiro, principalmente, a prestação jurisdicional pelo Estado, conforme consta no Manual de mediação judicial[246]:

> A discussão acerca da introdução de mecanismos que permitam que os processos de resolução de disputas tornem-se progressivamente construtivos necessariamente deve ultrapassar a simplificada e equivocada conclusão de que, abstratamente, um processo de resolução de disputas é melhor do que outro. Devem ser desconsideradas também soluções generalistas como se a mediação ou a conciliação fossem panaceias para um sistema em crise. Dos resultados obtidos no Brasil, conclui-se que não há como impor um único procedimento autocompositivo em todo o território nacional ante relevantes

[244]CALMON FILHO, Petrônio. Op. cit., p. 21.
[245]Apud AZEVEDO, André Gomma de (org.). Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Brasília: Ed. Grupos de Pesquisa, vol. 3, 2004.
[246]BRASIL. Ministério da Justiça. *Manual de mediação judicial*. 3. ed. Ministério da Justiça, Brasil: 2012. p. 35.

> diferenças nas realidades fáticas (*fattis-pecie*) em razão das quais foram elaboradas.

Como se vê, a existência de um conflito se torna inevitável na sociedade, seja entre pessoas, grupos ou com os órgãos do Estado, pois o conflito surge da própria interação entre as pessoas numa sociedade. O aumento no número de processos judiciais reflete o crescimento da litigiosidade, ou seja, da ocorrência de conflitos de interesses. "Desde a consolidação dos Estados modernos, generalizou-se a crença de que o método mais adequado para a solução justa desses conflitos é aquele oferecido pelo próprio Estado por meio da jurisdição e do processo judicial", argumenta Paulo Eduardo Alves da Silva[247].

Todavia, os meios alternativos de solução de conflitos mostram justamente o contrário. Acontece que muitos ainda desconhecem a existência desses instrumentos e poucos os utilizam. Na verdade, "diferentemente do processo judicial, os mecanismos ditos alternativos de solução de controvérsias (os ADR) não possuem um corpo estruturado de regras de manuseio. O que pauta sua operação são regras básicas e princípios gerais de sua natureza"[248].

De acordo com o referido autor, a expressão "meios alternativos de solução de conflitos" foi emprestada da expressão inglesa "alternative dispute resolution - ADR", de Frank Sander, professor da Harvard Law School. A ADR representa uma variedade de métodos de resolução de disputas de interesses, distintos e substitutivos da sentença em um processo judicial. Jacqueline M. Nolan-Haley[249] também afirma que esses meios alternativos surgiram nos Estados Unidos, sendo reconhecidos em 1976 pela *American Bar Association.*

No entendimento de Fernanda Tartuce Silva[250], o surgimento da ADR aconteceu fora da seara jurídica, em decorrência da necessidade de negociações tanto no campo dos negócios comerciais quanto no campo político. A partir dessa necessidade, propagou-se a utilização dessas novas técnicas de resolução de conflitos, em especial, pela ineficiência do Estado na prestação jurisdicional. Isso fez com que a sociedade passasse a preferir soluções negociadas das controvérsias, a partir de sua própria iniciativa.

---

[247]SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Solução de controvérsias: métodos adequados para resultados possíveis e métodos possíveis para resultados adequados. *Negociação, mediação e arbitragem:* curso básico para programas de graduação em direito. In SALLES, Carlos Alberto (coord.). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. p. 2.
[248]SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Op. cit., p. 4.
[249]NOLAN-HALEY, Jacqueline M. *Alternative dispute resolution-in a Nutshell*. 2. ed. Saint Paul: West Group, 2001. p. 5.
[250]SILVA, Fernanda Tartuce. *Mediação como meio de composição de conflitos civis.* Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2007. pp. 145/146.

César Fiúza[251] considera as formas alternativas de solução de conflitos gênero do qual a autocomposição e a heterocomposição são espécies. Na primeira, a resolução de conflitos é realizada pelas próprias partes sem a necessidade de nenhum intermediador. Elas mesmas debatem e encontram uma solução justa e adequada a ambas. Já a heterocomposição abrange a arbitragem, a mediação e a conciliação, matérias que serão detalhadas mais adiante. Suzana Bruno[252] apresenta a diferença entre os dois métodos de composição:

> Uma característica marcante entre as duas formas de composição é que, enquanto a heterocomposição se limita a impor a solução às partes que estão envolvidas na contenda, nos métodos não adversariais de conflito, há a preocupação de capacitar os litigantes a resolver os seus problemas, com a intervenção de terceiro ou não, para que juntos construam uma solução satisfatória para ambos.

De acordo com a autora, a autocomposição de conflitos, entendida como a participação ativa das partes na busca da solução do conflito que lhes aflige, também é chamada de meio não convencional de atividade jurisdicional. É, portanto, um método não adversarial de conflito, meio paraestatal de solução de conflito, método alternativo de solução de conflito, sucedâneo da jurisdição, resolução alternativa de disputas etc.[253].

No Brasil, a instituição da ADR começou a partir da possibilidade que o legislador concedeu às partes para resolverem seus conflitos através de uma arbitragem privada que teria a mesma eficácia de uma sentença judicial. Isso se deu com a criação da Lei nº 9.307, de 1996, a qual foi aceita e difundida rapidamente. Este foi o primeiro passo contra a resistência cultural à utilização dos chamados meios alternativos de solução de conflitos e a favor da instituição dos referidos instrumentos. Afirma Fernanda Tartuce[254] que vem sendo repensada a mudança da palavra *alternative* para *appropriate.* É que os mecanismos de solução de conflitos devem ser adequados para o enfrentamento da controvérsia a partir de fatores como o tipo de litígio, as condições das partes e a evidência de meios não alternativos.

---

[251]FIÚZA, César. *Temas atuais de direito processual civil*. In DIAS, Ronaldo Brêtas C. (coord.). Belo Horizonte: Del Rey, 2001. p. 91.
[252]BRUNO, Suzana. *Conciliação:* prática interdisciplinar e ferramentas para a satisfação do jurisdicionado. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 59.
[253]BRUNO, Suzana. *Conciliação:* prática interdisciplinar e ferramentas para a satisfação do jurisdicionado. Belo Horizonte: Fórum, 2012. pp. 58/59.
[254] SILVA, Fernanda Tartuce. Conciliação em juízo: o que (não) é conciliar? *Negociação, mediação e arbitragem:* curso básico para programas de graduação em direito. In SALLES, Carlos Alberto Salles (coord.). Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2012. pp. 149/150.

Já Diego Faleck[255] trata da existência do *design de sistemas de disputas – DSD*, esclarecendo: "Visa à construção de sistemas de resolução de disputas, que envolvem um conjunto de procedimentos criados sob medida para lidar com um conflito determinado, ou uma série destes". Esse método permite uma participação maior das partes interessadas para alcançar seus objetivos, gerando "satisfação com os resultados". Segundo anota, o *DSD* é um novo e promissor campo de estudos na seara dos métodos alternativos de solução de conflitos que está em fase de desenvolvimento no Brasil. Enfatiza que esse sistema garante uma maior autonomia para as partes:

> O desenho de um sistema almeja o controle do processo de resolução de disputas pelas próprias partes no mais alto grau, por meio de procedimentos facilitadores, com o intuito de garantir a maior autonomia possível para os envolvidos. Dependendo das barreiras existentes para a resolução da disputa, é preferível priorizar tais métodos facilitadores (mediação, avaliação neutra, por exemplo), deixando procedimentos adjudicantes, em que as partes se submetem à decisão vinculante de terceiros, apenas para o caso de eles serem necessários e cabíveis, pois implicam a perda do controle da decisão pelas partes, em favor dos árbitros ou juízes, gerando maior custo e risco de insatisfação[256].

O autor cita dois casos recentes que demonstram, embora de forma tímida, a utilização desse sistema. O primeiro ocorreu com a criação da Câmara de Indenização 3054 (CI 3054), que implantou um meio eficiente e justo para indenizar os beneficiários das vítimas do acidente ocorrido com o voo TAM 3054, em 2007, pelo qual 92% das indenizações foram realizadas antes de o acidente completar dois anos. O segundo deu-se com a criação do Programa de Indenização 447 (PI 447) para os beneficiários das vítimas do acidente com o voo Air France 447, em 2009[257].

O procedimento do desenho de sistemas de disputas envolve várias etapas, a saber: as partes afetadas pelo conflito são mapeadas, avaliando-se seus interesses e as possibilidades de alternativas; os temas discutidos são avaliados juridicamente com a análise de seus custos e riscos; um diagnóstico de eficiência é realizado entre o sistema existente para lidar com o conflito e as alternativas disponíveis; o objetivo do sistema é definido junto com os princípios

---

[255]FALECK, Diego. Introdução ao *design* de sistemas de disputas: câmara de indenização. In *Revista Brasileira de Arbitragem*. v. 5. n. 23. Jul.-ago., 2009. p. 7.
[256]FALECK, Diego. Um passo adiante para resolver problemas complexos: desenho de sistemas de disputas. *Negociação, mediação e arbitragem:* curso básico para programas de graduação em direito. In SALLES, Carlos Alberto (coord.). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. p. 259.
[257]FALECK, Diego. Op. cit., p. 261.

institucionais que este deve observar e seguir. Feito tudo isso, começa o desenvolvimento do sistema, em conjunto com as partes, as quais devem ser reunidas. Por fim, o sistema é implantando e avaliado constantemente[258].

Para Marco Antônio Garcia Lopes Lorencini[259], "deve-se ao direito norte-americano o fato de emprestar aos diferentes meios de solução o rótulo de alternativos". A partir daí, popularizou-se a expressão *alternative dispute resolution – ADR*, que acreditou na resolução dos conflitos fora do ambiente do Poder Judiciário e, muitas vezes, sem depender dele. Já a DSD vem propor um enfoque eficiente e customizado, essencial para que os operadores do direito possam funcionar como "verdadeiros arquitetos institucionais, para o desenho de processos criativos e funcionais". Esse modelo vai evitar custos de transação e permitir participação bem mais ampla das partes envolvidas[260]. Sobre o assunto, afirma Paulo Eduardo Alves da Silva[261]:

> O estado geral de crise da justiça, somado à nossa vocação para as pretensas soluções universais, parece ter direcionado o apoio inicialmente dado à arbitragem para os mecanismos alternativos de solução de conflitos. Além da arbitragem – popular no nome, mas ainda cara e restrita a uma elite -, faltava-nos um mecanismo que franqueasse a nossa natureza essencialmente cordial e pacífica. A resolução consensual de conflitos, notadamente a conciliação e a mediação, ganharam espaço junto aos expedientes forenses com muito mais rapidez e amplitude e muito menos resistência interna que a arbitragem enfrentara dez anos antes.

Nesse novo contexto, verifica-se a contraposição entre a cultura da pacificação (iniciativas de promoção da conciliação em juízo) e a cultura da sentença (dependência da solução de conflitos pela decisão judicial), referida por Kazuo Watanabe[262]. Segundo o autor, essa cultura da sentença se instalou de forma assustadora no manejo da solução dos conflitos e precisa, urgentemente, ser substituída pela cultura da pacificação.

---

[258]FALECK, Diego. Op. cit., p. 262.

[259]LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. "Sistema multiportas": opções para tratamento de conflitos de forma adequada. *Negociação, mediação e arbitragem:* curso básico para programas de graduação em direito. In SALLES, Carlos Alberto (coord.). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. p. 60.

[260]FALECK, Diego. Op. cit., p. 272.

[261]SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Solução de controvérsias: métodos adequados para resultados possíveis e métodos possíveis para resultados adequados. *Negociação, mediação e arbitragem:* curso básico para programas de graduação em direito. In SALLES, Carlos Alberto (coord.). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. pp. 8/9.

[262]WATANABE, Kazuo. Cultura da sentença e cultura da pacificação. *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover.* In YARSHELL, Flávio Luiz (coord.). São Paulo: DPJ, 2005.

Michele Faria de Sousa e Kelly Cristine de Campos Gandra[263] afirmam que a utilização dessas formas alternativas de resolução de conflitos tem aumentado cada vez mais, em razão de se mostrarem mais céleres e financeiramente acessíveis. Todavia, não podem substituir a função jurisdicional, funcionando apenas como auxiliares a ela. Suzana Bruno[264] também se posiciona nesse sentido, entendendo que o meio judicial de composição de conflito não exclui os meios extrajudiciais, uma vez que a relação é de complementaridade.

Outro não pode ser o entendimento a não ser considerar que a jurisdição tem por objetivo a solução de conflitos. Já o processo estatal é uma das técnicas que pode ser utilizada para a composição, pois os meios alternativos de solução de conflitos constituem técnicas válidas e eficazes que vão auxiliar nessa tarefa. Não se quer aqui afirmar que haverá a exclusão de demandas da apreciação pelo Poder Judiciário, mas "que os meios extrajudiciais sejam utilizados de forma complementar, quer dizer, apenas se as partes optarem livremente pelo uso de tais técnicas", conclui Sarah Merçon-Vargas[265].

Leonardo Greco[266] chama a atenção no sentido de que o emprego desses meios alternativos de resolução de conflitos não deva representar uma fuga da justiça do Estado ou o remédio amargo para a denegação dos pleitos ou a excessiva morosidade: "Precisamos precaver-nos para esse risco. Caso contrário, a imagem da mediação, da arbitragem e da conciliação pairará como instrumentos de opressão e não de exaltação da dignidade humana, da tutela efetiva dos direitos dos cidadãos e do restabelecimento de uma convivência harmoniosa e pacífica".

Por todos esses motivos, torna-se urgente a necessidade de mudança de mentalidade dos operadores do direito, dos órgãos encarregados da administração de justiça e da própria sociedade, no sentido de "se abandonar a cultura da sentença e adotar a cultura da pacificação". Para Humberto Dalla Bernardina de Pinho, prefaciando a obra de Suzana Bruno, é preciso que haja uma "racionalização na prestação jurisdicional"[267].

---

[263]SOUSA, Michele Faria de; GANDRA, Kelly Cristine de Campos. A crise do Judiciário e a mediação como uma forma alternativa para resolução de conflitos familiares. In *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3. Vol. 4. Jan-abril 2013. p. 576.

[264]BRUNO, Suzana. *Conciliação:* prática interdisciplinar e ferramentas para a satisfação do jurisdicionado. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 43.

[265]MERÇON-VARGAS, Sarah. *Meios alternativos na resolução de conflitos de interesses transindividuais*. Tese. São Paulo: 2012. p. 23.

[266]GRECO, Leonardo. In MEDINA, Eduardo Borges de Mattos. *Meios alternativos de solução de conflitos:* o cidadão na administração da justiça. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2004. p. 12.

[267]In BRUNO, Suzana. Op. cit., pp. 14/15.

Roberto Ferrari Ulhôa Cintra[268] propõe o que ele chama de "pirâmide da solução dos conflitos", buscando incentivar a prática permanente da negociação. Esse sistema permite aos indivíduos e à sociedade provarem a sua capacidade de ouvir, dizer, transigir ou prosseguir, tendo em vista que o conflito está presente na vida cotidiana de cada um. Segundo ele, essa pirâmide fará voltar o tempo da negociação, da conciliação e da pacificação, porque a sociedade civil assumirá importante papel. Nesse sentido, assinala:

> A sociedade civil assume importante função na aplicação da justiça, a partir do momento em que se desvenda a importância conciliadora de seus atores. A "pirâmide da solução dos conflitos" nada mais faz do que ordenar estágios pelos quais, necessariamente, os conflitantes passarão antes de ingressarem com suas demandas judiciais. A aplicação do método piramidal pauta-se no amor e realiza-se através do diálogo – Habermas e a teoria da ação comunicativa[269].

A tese apresentada pelo autor pretende retirar do Poder Judiciário uma ampla gama de atividades negociais e conciliatórias que melhor serão prestadas, segundo ele, pela própria sociedade. Em seu entendimento, é necessário chamar a sociedade para participar da reforma do Poder Judiciário, pois tem muito a contribuir para a adoção de soluções:

> No momento em que retiramos do Estado, na realidade do Judiciário, fatia de atuação, estamos, dessa maneira, contribuindo para que permaneça o Judiciário de tamanho menor ao que teria, caso não fosse implementada a pirâmide ou outra fórmula de aplicação do princípio da subsidiariedade. Na verdade, todos os instrumentos (negociação, pacificação, moderação, mediação, juiz de paz, arbitragem e conciliação) são instrumentos que, como dito, controlados agora pelos cidadãos, não fortalecerão, ou melhor, não inflarão o Poder Judiciário, deixando-o, portanto, menor e mais competitivo, ao mesmo tempo em que, através do princípio do *checks and balances*, o Executivo e o Legislativo não precisarão aumentar seu porte para conservar intacto o balanceamento original dos poderes[270].

O Conselho Nacional de Justiça passou a apoiar várias iniciativas, formalizando "as bases para uma política nacional de resolução de conflitos, centrada na integração entre os mecanismos formais e decisionais aos mecanismos baseados em consenso". Paulo Eduardo

---

[268]CINTRA, Roberto Ferrari de Ulhôa. *A pirâmide da solução dos conflitos:* uma contribuição da sociedade civil para a reforma do Judiciário. Brasília. Senado Federal, 2008. p. 126.
[269]CINTRA, Roberto Ferrari de Ulhôa. Op. cit., p. 11.
[270]CINTRA, Roberto Ferrari de Ulhôa. Op. cit., p. 61.

Alves da Silva[271] acredita que se deve investir na formação de base daqueles que operam o sistema de justiça como instrumento de políticas públicas de apoio e disseminação da resolução consensual. Dessa forma, eles podem ser instrumentalizados com cultura e técnicas que lhes permitam operar métodos variados e adequados, de acordo com cada caso concreto.

Essa educação de base deve ter início na formação do bacharel em direito, o qual precisa conhecer outros meios de resolução de conflitos, como será analisado mais à frente. Conforme se verifica atualmente, os cursos de direito, já nas primeiras aulas, ensinam: "onde existe a sociedade existe o direito". Consequentemente, o conflito só será resolvido se for levado ao conhecimento do Poder Judiciário. No entanto, para este ter conhecimento do conflito, é preciso que seja provocado por iniciativa das partes, através do direito de ação. Só a partir daí vai se desenvolver todo um processo para tentar solucionar o conflito. Esse processo envolve prazos processuais, pressupostos de validade, princípios a serem observados, o poder de decisão do magistrado, a possibilidade de recursos de uma decisão etc.

Essa cultura da litigância é decorrente de uma série de fatores políticos, sociais, históricos e econômicos. Mas, assim como o próprio direito evolui acompanhando o desenvolvimento da sociedade, a solução dos conflitos também deve se desenvolver na busca de mais celeridade e efetividade. É o que se observa com a prática dos meios alternativos de resolução de conflitos. Segundo Marco Antônio Garcia Lopes Lorencini[272], a solução de um conflito pelo Poder Judiciário é mais indicada e necessária. Apesar disso, é natural, pela própria dinâmica da vida em sociedade, que o conflito seja solucionado através de métodos diferentes que respeitem as peculiaridades das partes, o tema que está sendo debatido e outras causas que não cabem ao Poder Judiciário solucionar.

Para que se possa mudar um padrão de comportamento, é necessário haver o estímulo de esforços coletivos, tempo e persistência, pois o caminho é longo e carregado de obstáculos. "Não basta mobilizar apenas um dos elos; a adoção de técnicas diferenciadas exige significativa mudança de postura de todos os integrantes da cadeia do conflito, envolvendo o operador do direito, o jurisdicionado e o administrador da justiça", aduz Fernanda Tartuce[273]:

> O caminho a ser trilhado, portanto, revela-se longo e cheio de obstáculos. No aspecto educacional, apresentar ao aluno a mediação como outra forma de acesso à justiça é um desafio a ser observado pelo professor, que precisa se emprenhar para demonstrar "que a justiça pode ser acessada por meio de outra

[271]SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Op. cit., p. 9.
[272]LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. Op. cit., p. 58.
[273]SILVA, Fernanda Tartuce. Op. cit., pp. 153/154.

> linguagem, advinda do próprio conhecimento jurídico". Como a situação ainda não se encontra consolidada no ensino, há um natural reflexo na postura dos profissionais do direito, sendo facilmente constatável que a cultura da conciliação ainda não se instalou em definitivo nos seios da advocacia e da magistratura.

Já está mais do que na hora de se fazerem mudanças profundas na prática jurídica brasileira, que é extremamente litigiosa e cara. Diante da crise do Poder Judiciário, surgem os meios alternativos de resolução de conflitos, buscando oferecer soluções mais céleres, eficientes e menos custosas para a resolução de controvérsias[274]. Para Rozane da Rosa Cachapuz[275], é necessário "o desenvolvimento de uma nova cultura social", com o objetivo de compreender e avaliar os meios extrajudiciais de resolução de conflitos. Busca-se, com isso, obter a solução dos litígios de forma mais rápida, menos onerosa e "principalmente atacada no âmago da questão que é o emocional", modificando-se, assim, a cultura da litigância e divulgando os meios extrajudiciais de resolução de conflitos. Nessa perspectiva, enfatiza:

> O Estado vem proporcionar (à sociedade) meios que possam auxiliá-la em suas disputas, com o intuito de restaurar as relações e o necessário consenso de modo geral. É necessária a divulgação deles para que os indivíduos possam utilizá-los, pois possuímos raízes onde se acredita apenas na resolução dos conflitos por meio do Judiciário, desconhecendo a utilização dos meios extrajudiciais. Na realidade, a nossa sociedade desenvolveu uma cultura litigiosa, dentro da qual prevalecem apenas as resoluções tomadas pela jurisdição estatal, confiando somente a ela a capacidade jurídica e também física de resolver todos os problemas, essencialmente por desconhecer os meios alternativos de solução de conflitos à disposição, possibilitados pelo próprio Estado.

No entendimento de Carlos Eduardo de Vasconcelos[276], o grande obstáculo é cultural e não técnico. Por isso, as campanhas já iniciadas pela conciliação e as normas que determinaram a criação de centros de conciliação e mediação judicial, que já estão produzindo frutos, precisam persistir, a despeito das resistências conservadoras. O Poder Judiciário já percebeu que as mudanças efetivadas até agora no que diz respeito ao acesso à justiça não produziram os efeitos que os operadores do direito e a sociedade queriam. Como se observa, não se precisa mais debater a inquestionável eficácia desses meios alternativos de solução de conflitos. É preciso implementá-los de forma eficiente, protegendo-se a autonomia das partes

[274]FALECK, Diego. Op. cit., p. 258.
[275]CACHAPUZ, Rozane da Rosa. *Mediação nos conflitos & direito de família*. Curitiba: Juruá, 2011. pp. 16/17.
[276]VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. p. 15.

e o direito de livre escolha. Dessa forma, evitam-se gastos com a resolução de conflitos, apresentando-se soluções de interesse das partes envolvidas e dando-lhes o real acesso à justiça.

3.2 SISTEMA MULTIPORTAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Conforme já foi assinalado, a preocupação em dar respostas rápidas à sociedade na busca da solução dos litígios fez com que várias iniciativas fossem tomadas para proporcionar maior celeridade processual e o efetivo acesso à justiça. A própria utilização dos meios alternativos de resolução de conflitos contribuiu para isso. Todas essas práticas têm sido adotadas para combater a morosidade e os altos custos que envolvem a duração de um processo judicial.

É por esses motivos que se vem discutindo o chamado sistema multiportas, cujo objetivo é buscar formas de solução de conflitos que substituam o tradicional sistema judicial de solução de litígios ou que essas novas formas possam coexistir com ele. Por esse sistema, as partes podem ter acesso a várias modalidades de solução de conflitos, "sendo o advogado responsável por oferecer e discutir com o seu cliente as maneiras de solução adequadas, de modo que este possa definir o que quer da solução de conflitos e qual seria a melhor maneira de atingir este objetivo"[277].

No Brasil, a utilização desse sistema ainda é tímida, ao contrário dos Estados Unidos, que empregam uma diversidade de métodos para a resolução de conflitos, mas sempre buscando aquele mais apropriado para o caso concreto, a exemplo do *mini-trial*, *summary jury trial* e *private-judging*. É o que se denomina de sistema *multi-door courthouse*[278], o qual tem por objetivo fornecer o melhor método para a solução de um dado conflito.

Fernanda Tartuce Silva[279], analisando esses mecanismos, cita também os seguintes: *med-arb* (quando a discussão do conflito inicia-se com a mediação, partindo-se para a arbitragem, se as partes não alcançarem o acordo); o *fact finding* (no qual um terceiro imparcial é escolhido para identificar fatos relevantes para a causa, podendo ajudar na negociação, mediação ou solução judicial) e o *baseball arbitration* (no qual as partes

[277]GUERRERO, Luis Fernando. *Efetividade das estipulações voltadas à instituição dos meios multiportas de solução de litígios*. Tese. São Paulo, 2012. p. 14.
[278]CAIVANO, R. J.; GOBBI M.; PADILLA, Roberto E. *Negociación y mediación.* 2. ed. Buenos Aires: Editorial ad Hoc, 2006. pp. 60/61.
[279]SILVA, Fernanda Tartuce. Op. cit., p. 149.

negociam e submetem duas possíveis soluções a um árbitro que optará por uma delas), dentre outros.

Foi a Corte Superior do Distrito de Columbia, nos Estados Unidos, que criou o sistema multiportas ou *multi-door court-house*, cujo objetivo é fazer uma triagem preliminar de litígios. De acordo com Sarah Merçon-Vargas[280], por esse sistema, formado por uma mesa de entradas e um centro de diagnóstico, funcionários especializados analisam o conflito após o relato das partes. Em seguida, diante das informações colhidas, oferecem orientação para a escolha do meio mais adequado para solucionar aquele conflito.

Como se observa, existe uma variedade de possíveis instrumentos para que as pessoas, em grupo ou individualmente, procurem resolver o conflito de interesses que lhes aflige. Segundo Marco Antônio Garcia Lopes Lorencini[281], sempre que existe uma controvérsia, procura-se solucioná-la, acrescentando:

> Não é apenas o Poder Judiciário que resolve conflitos. Como é intuitivo, sempre que há um impasse na vida, os envolvidos – sozinhos ou com o auxílio de um terceiro – tentam buscar uma solução. Quando o conflito envolve um alegado direito amparado em lei, o descontente, com a ausência de solução, tende a procurar o Poder Judiciário, em face do Estado, encarregado justamente de resolver os conflitos intersubjetivos surgidos em sociedade.

Enfatiza o autor que, quando um conflito não é solucionado entre as pessoas, de forma livre e pacífica, a possibilidade de resolvê-lo não se limita apenas ao Poder Judiciário. E o sistema multiportas é justamente esse complexo de opções que é disponibilizado às partes para tentar solucionar o conflito. A solução não passa necessariamente pelo Estado, podendo envolver métodos hetecompositivos ou autocompositivos, adjudicatórios ou consensuais, com ou sem a participação do Estado[282].

Efetivamente, um cidadão tem à sua disposição várias alternativas para tentar solucionar um conflito. Ele pode procurar a outra parte sem a interferência de ninguém; pode procurar um terceiro que vai propor diferentes métodos de solução para o conflito; pode procurar o Estado para resolver a controvérsia, seja através do Judiciário ou não; pode ainda procurar diretamente o Poder Judiciário ajuizando a demanda processual. Para Marco Antônio

---

[280]MERÇON-VARGAS, Sarah. *Meios alternativos na resolução de conflitos de interesses transindividuais*. Tese. São Paulo: 2012. p. 27.
[281]LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. "Sistema multiportas": opções para tratamento de conflitos de forma adequada. *Negociação, mediação e arbitragem:* curso básico para programas de graduação em direito. In SALLES, Carlos Alberto (coord.). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. p. 57.
[282]LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. Op. cit., p. 58.

Garcia Lopes Lorencini[283], cada uma dessas alternativas corresponde "a uma porta que a pessoa se dispõe a abrir, descortinando-se a partir daí um caminho proposto pelo método escolhido. Neste cenário, o envolvimento do Estado é uma eventualidade, pois provocar o Estado-juiz ou a administração é abrir uma das portas".

De acordo com o autor, cabe à parte fazer a escolha, podendo até dispor da ajuda de um advogado para orientá-lo a escolher o melhor caminho para resolver seu conflito. Por outro lado, o próprio Estado pode disciplinar, por lei, os aspectos básicos desses métodos e regras de conduta dos envolvidos, por exemplo, através de um código de ética para mediadores, árbitros e terceiros neutros em geral. Além disso, pode colocar à disposição das partes pessoas e órgãos da administração para orientar sobre "as portas existentes, como escolhê-las, além de, como já dito, pôr à disposição uma porta como caminho que tentará resolver o impasse da vida"[284].

Segundo Carlos Eduardo de Vasconcelos[285], a conciliação e a mediação judicial são consideradas pelo Conselho Nacional de Justiça como meios consensuais de solução de conflitos. Estes, juntamente com os meios extrajudiciais de acesso à justiça, compõem o sistema multiportas, que "engloba as práticas restaurativas, a facilitação de diálogos apreciativos etc., e pode ser livremente apropriado pela cidadania, que deve escolher o meio que se mostre mais adequado, consoante as necessidades e circunstâncias pessoais e materiais de cada situação".

Isso mostra que está se dando um novo enfoque ao acesso à justiça, em que o conflito e a sua composição passaram a ser protagonistas. Em consequência, o foco de análise não se encontra mais no processo estatal, enquanto técnica de resolução de conflitos, mas no próprio conflito. É por isso que se vem incentivando a utilização de métodos não-judiciais para a composição dos conflitos, conforme proclama Sarah Merçon-Vargas[286]:

> O novo enfoque do acesso à justiça reconhece a necessidade de correlacionar e adaptar o mecanismo de resolução de disputas às peculiaridades de cada litígio, concebendo, inclusive, que a jurisdição estatal possa não ser, para determinados tipos de contendas, a técnica de resolução mais adequada. Faz sentido, então, que, diante da multiplicidade de técnicas de resolução de conflitos, possa se buscar aquela que seja mais adequada às peculiaridades de cada litígio, considerando-se a dinâmica da relação envolvida, os imperativos do direito material, os

[283]LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. Op. cit., p. 72.
[284]LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. Op. cit., pp. 72/73.
[285]VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Op. cit., p. 41.
[286]MERÇON-VARGAS, Sarah. Op. cit., p. 16.

> interesses das partes envolvidas e, ainda, os objetivos sociais implicados no exercício da jurisdição.

Como se pode observar, os estudiosos da área jurídica estão despertando para a importância de proporcionar um acesso à justiça justo, célere e eficiente para o cidadão e a sociedade. Nesse sentido, propõem a utilização de outros meios de solução de conflitos que não apenas o método tradicional da função jurisdicional. E a utilização do sistema multiportas vem corroborar essa nova metodologia.

Petrônio Calmon Filho [287] fala até em uma "política nacional de incentivo aos mecanismos para a obtenção da autocomposição". Segundo o autor, essa política seria uma contribuição para o crescimento e mudança social, a fim de vencer a crise da justiça e consolidar um sistema de efetivas resoluções dos conflitos. Essa diretriz iria reforçar a comunicação entre as partes, transformar o papel do Estado em incentivador e fiscalizador do diálogo e fortalecer a pacificação social, que é o objetivo maior de todo esse processo. Mais do que isso, a busca por uma solução para o conflito significa a própria busca pela justiça. Conforme destaca o autor, o importante é proporcionar à população variadas e adequadas formas de tutela para resolver o conflito de maneira ampla e profunda e com a aceitação do resultado pelas partes, deixando de lado o elemento jurídico para dar valor a aspectos individuais do conflito[288].

Mas que justiça é essa? Analisando-se os ensinamentos de Hans Kelsen[289], percebe-se, claramente, que não existe uma justiça absoluta. Trata-se de um ideal irracional, tendo em vista que, no conhecimento racional, existem apenas interesses humanos e, consequentemente, conflitos de interesses. Kelsen aponta dois caminhos para a solução desses conflitos: satisfazer o interesse de uma parte à custa da outra ou promover um acordo negociado por ambas.

Para Roberto Ferrari de Ulhôa Cintra[290], a já referida pirâmide da solução dos conflitos busca encontrar esse "justo relativo", através do diálogo entre as partes, que é realizado por um terceiro, seja pacificador, mediador, árbitro ou conciliador. Nesse caso, as partes não mais procurarão a sentença, e sim o acordo entre elas:

---

[287]CALMON FILHO, Petrônio. *Mecanismos para a obtenção da autocomposição civil e penal*. Tese. São Paulo, 2005. p. 11.
[288]CALMON FILHO, Petrônio. Op. cit., p. 193.
[289]KELSEN, Hans. *O que é justiça?* Trad. Luís Carlos Borges e Vera Barknow. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 24
[290]CINTRA, Roberto Ferrari de Ulhôa. *A pirâmide da solução dos conflitos:* uma contribuição da sociedade civil para a reforma do Judiciário. Brasília. Senado Federal, 2008. p. 64.

> Nossa teoria busca encontrar o justo, o justo "relativo", através do diálogo entre os conflitantes, diálogo mediado por um terceiro, um pacificador, um mediador, um moderador, um árbitro ou um conciliador; de tal maneira que o justo aflore naturalmente como a síntese de um processo dialético intermediado; síntese esta procurada, auxiliada, elaborada pelo terceiro, síntese não mais esperada da sentença sobre o que é o justo, e sim obtida através do encontro do justo livremente acordado pelas partes em conflito. Tais partes, de maneira diversa, não procuram mais a sentença, mas o acordo. O justo será objeto então de negociação quando se presume que as partes, de maneira franca e cordial, busquem ouvir a razão do outro, sem o artifício dos ardis da petição escrita e das escusas manobras processuais. O diálogo intermediado pelo terceiro, segundo entendemos, se não encontrar imediatamente o justo ou a justiça, buscá-lo-á num degrau superior, através de novo conciliador, novo enfoque, novos argumentos, novas soluções criativas, novas abordagens e o justo daí irá aflorar.

Fernanda Tartuce Silva [291] considera que a adoção dos meios alternativos de composição de conflitos vem sendo uma tendência mundial, principalmente em razão da evolução da sociedade que visa a uma cultura participativa, na qual o cidadão é o protagonista na busca da solução do conflito através do diálogo e do consenso. Vantagens e desvantagens podem ser verificadas, no que diz respeito ao acesso à justiça através da tutela jurisdicional. Nesse aspecto, a citada autora [292] identifica a possibilidade de coerção dos indivíduos infratores ao cumprimento dos comandos dos órgãos estatais como uma das vantagens. Entre as desvantagens, cita a possibilidade de a decisão judicial de mérito não se revelar a melhor saída para a lide.

Podem-se atribuir, ainda, como vantagens, na opção pelo Poder Judiciário, os princípios e as garantias que são aplicados ao processo, a exemplo do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da publicidade dos atos processuais, da coisa julgada etc. Como desvantagens, destacam-se os já citados problemas do Poder Judiciário, como incertezas sobre a realização da justiça, a morosidade processual e os altos custos do processo.

É preciso, também, analisar quais as vantagens e desvantagens da disseminação e utilização dos meios alternativos de solução de conflitos. Como vantagens, podem-se citar rapidez, confidencialidade, informalidade, flexibilidade, economicidade, justiça e êxito. Já as desvantagens evidenciam-se no desequilíbrio de poder entre os envolvidos, na ausência de

[291]SILVA, Fernanda Tartuce. *Mediação como meio de composição de conflitos civis.* Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2007. p. 164.
[292]SILVA, Fernanda Tartuce. Op. cit., pp. 134/144.

aconselhamento profissional do advogado e na aplicação dos meios alternativos somente no processo judicial de conhecimento, conforme assinala Petrônio Calmon Filho[293].

O mais importante, porém, é considerar que os meios alternativos de solução dos conflitos constituem um "sistema com variados mecanismos (multiportas), todos tendentes ao mesmo fim (pacificação social), mas diversos entre si na forma e no método. Procura-se pelos meios alternativos nos casos de conflitos com maior expectativa de solução, pois cada um receberá tratamento próprio e método adequado", conclui o autor.

A busca de pacificação vem preconizada no preâmbulo da Constituição Federal, ao proclamar a necessidade de se instituir um Estado democrático de direito que assegure direitos e se comprometa a solucionar as controvérsias pacificamente. Sem dúvida, os meios alternativos colaboram para esse fim, proporcionando celeridade e eficiência na resolução dos conflitos. O sistema multiportas como mecanismo para a obtenção da autocomposição ainda recebe muitas críticas e sofre resistência por parte de doutrinadores, juízes, advogados etc. Essas críticas são, muitas vezes, formuladas em razão do desconhecimento do funcionamento dos métodos de solução de conflitos, conforme esclarece Petrônio Calmon Filho[294]:

> De um lado, os juízes sentem seu poder reduzido por deixar de exercê-lo em todos os litígios. De outro, os advogados apontam como falha do sistema alternativo a dispensa de sua participação obrigatória. No campo penal, enquanto o Ministério Público demonstra temor da impunidade (como se hoje esse fenômeno não se verificasse), os advogados relutam em aceitar a aplicação da pena sem que seja emanada de um sistema impositivo. Verifica-se, pois, que a adoção de um sistema multiportas é uma opção política, que balança os alicerces de profundos interesses já sedimentados e, sendo o sistema jurídico hermético e complexo, ao tema vem sendo atribuída a chancela de "técnico", afastando a sociedade de sua discussão.

Kazuo Watanabe[295] também observa que existe esse preconceito no que diz respeito à função do magistrado diante da aplicação dos meios alternativos de solução de conflitos. Segundo esclarece, alguns juízes acreditam na perda de poder e na "falsa percepção de que a função de conciliar é atividade menos nobre, sendo a função de sentenciar a atribuição mais importante do juiz". Em resposta a esses falsos receios, convém destacar a experiência na seara criminal, que vem adotando e estimulando a adoção de mecanismos alternativos de

[293]CALMON FILHO, Petrônio. Op. cit., p. 197.
[294]CALMON FILHO, Petrônio. Op. cit., p. 200.
[295]WATANABE, Kazuo. Cultura da sentença e cultura da pacificação. *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover*. In YARSHELL, Flávio Luiz (coord.). São Paulo: DPJ, 2005. p. 686.

solução de conflitos e de parâmetros atinentes à justiça restaurativa. Nesse modelo, a vítima, o ofensor e quaisquer outros membros da sociedade, afetados por algum crime, participam, ativamente, na resolução das questões decorrentes do referido crime[296].

No Brasil, já existem várias experiências nesse sentido, principalmente, nas Varas da Infância e Juventude, que buscam o reconhecimento pelas partes envolvidas no crime de suas responsabilidades e, principalmente, a melhor maneira de reparar os danos causados, atendendo as necessidades de todos os envolvidos[297]. Na verdade, o que está acontecendo nada mais é do que a volta a um sistema que já colocou nas mãos dos particulares a solução dos litígios sem interferência do Estado, mesmo tendo este todo o aparato para a prestação da tutela jurisdicional. É o que Fernanda Tartuce Silva[298] chama de "desprocessualização de controvérsias no direito moderno", que representa uma retomada de uma tradição jurídica que já foi adotada há muito tempo, vindo depois a ser substituída pela função jurisdicional.

Rodolfo de Camargo Mancuso[299] também acredita que os meios alternativos de solução de conflitos foram pioneiros, historicamente, tendo em vista que a jurisdição estatal só se estruturou a partir do século XIX. Após essa estruturação, adotou uma concepção diversa do modelo atual, em função do tempo e lugar e de acordo com o sistema jurídico a que se filiava o país, o *civil law* ou o *common law*.

No entanto, atualmente, a política judiciária quer incentivar a criação de novas alternativas de resolução de conflitos de forma paralela à administração da justiça tradicional, funcionando como possíveis soluções alternativas à prestação jurisdicional pelo Poder Judiciário. Apesar desse esforço, essa nova política ainda não está funcionando efetivamente. Por isso, é preciso adotar o sistema multiportas e a desjudicialização dos conflitos como corolários do acesso à justiça, ficando a função judicial como uma atividade complementar ou alternativa. Sobre o tema afirma Rosemary Damaso Padilha[300]:

> Para cumprir com o objetivo de agilizar a justiça, a mediação deveria ser o primeiro serviço prestado ou disponível às pessoas que, não conseguindo chegar a um consenso por si mesmas, buscam a ajuda de um terceiro. A meu ver, não deveria ser uma alternativa de resolução de conflitos, mas a forma natural, normal dentro da cultura, a primeira opção. Caso não fosse

[296]SILVA, Fernanda Tartuce. Op. cit., p. 19.
[297]MELO, Eduardo Resende. A experiência em justiça restaurativa no Brasil: um novo paradigma que avança na infância e na juventude. In *Revista do Advogado*. São Paulo, ano XXVI, v. 26, n. 87, set. 2006. p. 125.
[298]SILVA, Fernanda Tartuce. Op. cit., p. 146.
[299]MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito.* Tese de concurso público. São Paulo: 2008. p. 145.
[300]PADILHA, Rosemary Damaso. *A mediação no cenário jurídico*. Palestra proferida no Conselho Regional de Psicologia- CRP Curitiba, 1999. Disponível em http://www.amanapaz.com.br. Acesso em 23 set. 2013.

> possível resolver o conflito com a ajuda de um terceiro imparcial, o mediador, cuja função é facilitar a comunicação, favorecer o diálogo na busca de um acordo amigável, então, sim, se buscaria uma alternativa adversarial em que o poder decisório fosse delegado ao terceiro.

A autora analisa o papel da mediação diante do cenário caótico do Poder Judiciário, enfatizando que a mediação deveria ser o caminho natural para as pessoas resolverem os conflitos e não a função judicial. Não apenas a mediação deveria ser adotada, mas também todas as formas alternativas de resolução de conflitos. Roberto Portugal Bacellar [301], reconhecendo que a judicialização é uma realidade no Brasil, anota: "Falta ao brasileiro a denominada cultural mediacional. A solução dos conflitos, primeiramente, deveria ser buscada diretamente pelos interessados e só excepcionalmente deveriam ser apresentadas divergências ao Poder Judiciário". Para Fernanda Tartuce Silva[302], as formas alternativas de resolução de conflitos já estão deixando de ser consideradas como alternativas, para ser tratadas como essenciais, havendo a substituição da decisão do magistrado pela decisão conjunta que é tomada pelas partes. Nesse sentido, arremata:

> É de se destacar que, ante a ineficiência na prestação estatal da tutela jurisdicional, especialmente pelo perfil contencioso e pela pequena efetividade em termos de pacificação real da partes, as chamadas "ADR" vêm deixando de ser consideradas "alternativas" e passam a integrar a categoria de formas "essenciais" de solução de conflitos (jurídicos e sociológicos), funcionando como efetivos equivalentes jurisdicionais dada a substituição da decisão do juiz pela decisão conjunta das partes.

De acordo com a autora, a adoção desses mecanismos alternativos de resolução de conflitos tem seu impulso justamente em razão da dificuldade na obtenção de uma sentença de mérito, que é conseqüência da crise na prestação jurisdicional pelo Poder Judiciário. Seu objetivo é provocar a diminuição no número de demandas junto ao Judiciário ou mesmo a exclusão delas[303]. É o que entende também Maria Dakolias[304], ao esclarecer que os meios alternativos de resolução de conflitos oferecem uma saída para os atrasos e a corrupção presentes no sistema judiciário, podendo ser úteis tanto para advogados, como para juízes e

---

[301]BACELLAR, Roberto Portugal. Sustentabilidade do Poder Judiciário e a mediação na sociedade brasileira. *Mediação de conflitos*: novo paradigma de acesso à justiça. In CASELLA, Paulo Borba; SOUZA, Luciane Moessa de (coordenadores) Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 86.
[302]SILVA, Fernanda Tartuce. Op. cit., p. 147.
[303]SILVA, Fernanda Tartuce. Op. cit., p. 150.
[304]DAKOLIAS, Maria. A strategy for judicial reform: the experience in Latin America. In *Virginia Journal of International Law Association.* v. 36. n. 1. 1995. p. 180.

clientes. Segundo a autora, esses meios estão se tornando populares na América Latina, citando o exemplo do Chile, cujo índice seria de 70% de sucesso nos procedimentos de mediação.

Justamente em razão dos problemas que se encontram presentes no desenvolvimento da prestação jurisdicional pelo Estado é que meios alternativos têm sido criados, ao lado de outras medidas que estão sendo tomadas para resolver referidos problemas. A descentralização é fundamental nesse processo, já que, para levar justiça a todos, é preciso que se alcancem objetivos principais, como *"la tarea conciliadora y mediadora del órgano interviniente, la simplificación del trámite y la economia de esfuerzos e inversiones*"[305].

Rodolfo de Camargo Mancuso[306] entende que é preciso haver uma reavaliação da função estatal no que diz respeito à função judicial. Ela precisa deixar de ser a opção primária e passar a ser a cláusula de reserva, só podendo ser utilizada quando o conflito não for resolvido pelos outros meios. "Urge, pois, dessacralizar o acesso à justiça", conclama. Ele acredita que o acesso à justiça deve ser repensado, para acompanhar as necessidades da sociedade contemporânea. Acrescenta que é preciso colocar a função judicial como cláusula de reserva e os meios alternativos de solução de conflitos como instrumentos primários. A esse respeito, enfatiza:

> O acesso à justiça deve, assim, desvestir-se dos excessos que o têm feito operar como um perigoso "convite à demanda" para, realisticamente, reduzir-se a uma cláusula de reserva, a uma oferta residual, operante num renovado ambiente judiciário, plasmado sob duas premissas: (i) os conflitos – inter ou plurissubjetivos – constituem um mal em si mesmos, nisso que acirram a litigiosidade, esgarçam o tecido social, fomentam a cultura demandista e, ao final, engendram os males de um superdimensionamento do Judiciário; (ii) tais conflitos devem ter solução justa, num bom equilíbrios entre custo e benefício, e serem dirimidos em tempo razoável, mas não necessariamente pela via judicial, senão que também – e em certos casos até preferivelmente – por meio dos chamados equivalentes jurisdicionais, tais as formas alternativas de solução de conflitos, nas várias modalidades auto e heterocompositivas[307].

[305]GOZAÍNI, Osvaldo Alfredo. *Formas alternativas para la resolución de conflictos*. Buenos Aires: Depalma, 1995. p. 360.
[306]MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Op. cit., p. 16.
[307]MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Op. cit., p. 43/44.

Idêntico entendimento é esposado por Ricardo Nemes de Mattos[308], ao considerar a atuação do advogado para a desjudicialização das causas, o qual pode cooperar para a redução do número de processos nos tribunais. Ele acredita que o estímulo à adoção de meios alternativos de solução de conflitos envolve procedimentos mais simples e informais do que a função da tutela judicial. Esclarece que tal modelo não fere os princípios da inafastabilidade da jurisdição, do juiz natural, do duplo grau de jurisdição, da garantia da autoridade competente e do *due processo of law*, porque o princípio da autonomia da vontade se sobrepõe a todos eles.

De acordo com o autor, existem muitas demandas que podem ser resolvidas entre as partes apenas com o auxílio de um advogado ou, em alguns casos, com o acompanhamento de órgãos de fiscalização, como o Ministério Público, a exemplo da concretização de negócios, da regularização registral, da consignação em pagamento, dentre outras situações. Para ele, "tudo o que envolva partes maiores, capazes, livres de coação e que estejam em comum acordo deve ser ao máximo afastado do sistema judicial estatal"[309]. Esse sistema vai contribuir para valorizar o advogado enquanto profissional indispensável à administração da justiça, como será analisado detalhadamente no próximo capítulo.

3.3 CONCILIAÇÃO: SUPERAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS COM O AUXÍLIO DE UM TERCEIRO INTERFERENTE

O instituto da conciliação já é conhecido no mundo jurídico, sendo utilizado nas demandas processuais como a primeira iniciativa que se deve tomar, após a instituição de um litígio processual. A primeira atitude do magistrado em uma audiência é tentar conciliar as partes e evitar que o processo caminhe para a resolução do conflito pelo próprio magistrado, conforme dispõe o art. 125, IV, do Código de Processo Civil. Nos juizados especiais, a tentativa de conciliação é uma fase processual que vem antes da fase instrutória, cujas demandas, muitas vezes, já são resolvidas nessa fase, o que é essencial para um acesso à justiça célere e eficaz.

Trata-se de um meio de resolução de conflitos que pode ser judicial, sendo, nesse caso, obrigatório, ou extrajudicial, que pode ser realizado a qualquer momento, desde que as partes manifestem essa vontade. Seja em um ou em outro sistema, a conciliação nada mais é do que

[308] MATTOS, Ricardo Nemes de. *O poder do advogado na condução do processo civil:* propostas para ampliação. Tese. São Paulo: 2009. pp. 137/138.
[309] MATTOS, Ricardo Nemes de. Op. cit., p. 145.

um acordo ou uma transação realizada entre as partes, quando um terceiro buscará a solução para resolver o conflito. É necessário fazer essa distinção entre a conciliação realizada judicialmente na audiência preliminar, assim que o processo é distribuído, ou no início da audiência de instrução e julgamento, e a conciliação pré-processual, aquela que é realizada antes mesmo de se iniciar um processo, revelando-se como instrumento alternativo de solução de conflitos.

Para Ricardo Nemes de Mattos[310], a conciliação pré-processual não é uma solução simplista para o problema da sobrecarga do Judiciário, mas uma alternativa a mais na tentativa de diminuir a litigiosidade exacerbada levada ao Poder Judiciário. Esse tipo de conciliação pode trazer efeitos imediatos, principalmente, para a pacificação social. Como meio alternativo de solução de conflitos, conta com a participação de um conciliador, terceiro imparcial, que é escolhido pelas partes.

Assim, o litígio é resolvido sem a necessidade de um processo judicial ou de julgamento, mas pelo próprio consenso entre as partes envolvidas. "O instrumento alternativo da conciliação favorece a solução pelo acordo (conciliação), sem que haja a necessidade de uma decisão que estabeleça um "vencedor" por seus argumentos e provas em detrimento de um "vencido", por falta de comprovação de sua tese", argumenta Heliana Maria Coutinho Hess[311]. De acordo com Michele Faria de Sousa e Kelly Cristine de Campos Gandra[312], a conciliação, como forma de heterocomposição, tem por objetivo provocar o acordo entre as partes com o auxílio de um conciliador-interventor, que vai sugerir, aconselhar, emitir opiniões e apontar soluções para o conflito.

A Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (Anexo M), que instituiu a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado aos Conflitos, é um exemplo desse esforço. Com esse objetivo, determinou que Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania fossem criados, além de regulamentar regras de capacitação de conciliadores e mediadores, bem como criar bancos de dados sobre os serviços de solução de conflitos e o Portal da Conciliação[313]. Conforme o momento em que a conciliação é realizada no âmbito processual, ela pode ser considerada como pré-processual, no caso de ocorrer antes da propositura da demanda, ou processual, quando promovida no desenvolvimento regular do

[310]MATTOS, Ricardo Nemes de. Op. cit., p. 153.
[311]HESS, Heliana Maria Coutinho. *Acesso à justiça e descentralização da jurisdição no Estado Federal:* comparativo entre o sistema e as reformas judiciais do Brasil e da Alemanha. Tese. São Paulo: 2002. p. 222.
[312]SOUSA, Michele Faria de; GANDRA, Kelly Cristine de Campos. A crise do Judiciário e a mediação como uma forma alternativa para resolução de conflitos familiares. In *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3. Vol. 4. Jan-abril 2013. p. 577.
[313]MERÇON-VARGAS, Sarah. *Meios alternativos na resolução de conflitos de interesses transindividuais*. Tese. São Paulo: 2012. p. 48.

processo. Do ponto de vista topológico, a conciliação é extraprocessual, quando realizada fora do processo ou endoprocessual, quando feita dentro do processo[314].

Já Petrônio Calmon Filho[315] considera que a conciliação realizada tanto em juízo quanto fora do processo, levando o acordo à homologação judicial, mostra a dimensão processual que é dada à autocomposição. Para ele, a autocomposição judicial não é apenas aquela que se realiza em juízo, mas aquela que é realizada entre as partes e que tem a participação conclusiva posterior do magistrado. De acordo com esse entendimento, a conciliação é um mecanismo que tem por finalidade a obtenção da autocomposição com o auxílio e o incentivo de uma terceira pessoa. Nesse caso, o terceiro deve ser neutro e imparcial. Trata-se de atividade que é desenvolvida para "incentivar, facilitar e auxiliar essas mesmas partes a se autocomporem, adotando, porém, metodologia que permite a apresentação de proposição por parte do conciliador"[316].

Rozane da Rosa Cachapuz[317], analisando o papel do conciliador, afirma que ele deve buscar todas as soluções jurídicas para o caso concreto que está sendo debatido, com suas respectivas consequências. Todas as informações devem ser passadas às partes, para que elas possam tomar uma solução imediata para o conflito. Discorrendo sobre a atividade do conciliador, Sarah Merçon-Vargas [318] esclarece que ele assume um papel mais ativo na proposição de soluções para o conflito:

> O conciliador tem o papel fundamental de incentivar as partes à resolução consensual do litígio, sendo-lhe facultado, inclusive, manifestar a sua opinião sobre a solução mais justa para o conflito e sugerir os termos de acordo que não tenha sido previamente cogitado pelas partes. O conciliador tem poderes, portanto, mais ativo do que aqueles atribuídos ao mediador.

Verifica-se que a conciliação tem se tornado crescente no Poder Judiciário. O Conselho Nacional de Justiça tem se mostrado eficiente, no sentido de não poupar esforços para empreender mecanismos que resolvam ou tentem resolver a crise do Estado e da justiça. Não se pode pensar em uma reforma estrutural da justiça, sem a instituição dos meios alternativos de resolução de conflitos.

---

[314]CALMON FILHO, Petrônio. *Mecanismos para a obtenção da autocomposição civil e penal*. Tese. São Paulo, 2005. p. 186.
[315]CALMON FILHO, Petrônio. Op. cit., p. 180.
[316]CALMON FILHO, Petrônio. Op. cit., p. 182.
[317]CACHAPUZ, Rozane da Rosa. *Mediação nos conflitos & direito de família*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 19.
[318]MERÇON-VARGAS, Sarah. Op. cit., p. 48.

3.4 ARBITRAGEM: MEIO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E AUTONOMIA DAS PARTES

A arbitragem não é um instituto novo no direito. Já é conhecido dos brasileiros principalmente com a edição da Lei da Arbitragem (Lei nº 9.307/1996). Sua constitucionalidade foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, em 2001, e vem se revelando como um método de solução de conflito mais célere do que o Poder Judiciário. No instrumento da arbitragem, as partes confiam a um terceiro a decisão sobre o seu conflito de interesse. "A arbitragem é escolhida em razão da sua confidencialidade, da liberdade de escolha do árbitro e da flexibilidade das regras envolvendo a colheita de provas, além da estrutura de seu procedimento, que tende a entregar uma decisão mais célere que aquela proferida pelo Judiciário"[319].

Diferente da mediação e da conciliação, a arbitragem é um método de solução de conflitos no qual um terceiro imparcial, denominado árbitro, julga uma demanda que é trazida pelas partes. A decisão tomada por ele se revestirá da eficácia de uma sentença judicial. Trata-se, segundo Heliana Maria Coutinho Hess[320], do instrumento mais eficaz dentre os meios alternativos de solução de conflitos, uma vez que o processo se encerra com a decisão tomada pelo árbitro nomeado pelas partes.

A escolha do árbitro pelas partes é permitida através do instrumento da convenção de arbitragem, abrangendo a cláusula compromissória (que antecede o litígio) e o compromisso arbitral (que é celebrado após o conflito). A arbitragem pode também ser utilizada nos litígios que envolvam "direitos patrimoniais disponíveis (arbitragem objetiva), e para pessoas físicas ou jurídicas capazes de contratar (arbitragem subjetiva)". Essa abrangência confere ao instituto uma grande amplitude de questões, a exemplo do direito civil e do direito administrativo, conforme assinala Luis Fernando Guerrero[321]. Para Christopher W. Moore[322], a arbitragem é um processo voluntário em que as partes envolvidas em um conflito solicitam a ajuda de um terceiro:

---

[319]LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. "Sistema multiportas": opções para tratamento de conflitos de forma adequada. *Negociação, mediação e arbitragem:* curso básico para programas de graduação em Direito. In SALLES, Carlos Alberto (coord.). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. p. 64.
[320]HESS, Heliana Maria Coutinho. Op. cit., p. 225.
[321] GUERRERO, Luis Fernando. Convenção de arbitragem e processo arbitral. *Negociação, mediação e arbitragem:* curso básico para programas de graduação em direito. In SALLES, Carlos Alberto (coord.). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. p. 201.
[322]MOORE, Christopher W. *O processo de mediação:* estratégias práticas para a resolução de conflitos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 23.

> A arbitragem é um processo privado em que os procedimentos, e frequentemente o resultado, não estão abertos ao escrutínio público. As pessoas em geral escolhem a arbitragem devido a sua natureza privada e também porque ela é mais informal, menos dispendiosa e mais rápida que um procedimento judicial. Na arbitragem, as partes quase sempre podem escolher seu próprio árbitro ou conselho de árbitros, o que lhes dá mais controle sobre a decisão do que se a terceira parte fosse indicada por uma autoridade ou agência externas.

Como afirma Carlos Alberto Salles[323], a arbitragem não pode ser colocada em oposição aos demais meios de solução de conflitos, em especial com o Poder Judiciário, pois todos devem atuar em uma relação de complementaridade. "As partes capazes de contratar podem optar por um deles, sempre que suas disputas, reais ou potenciais, versarem sobre direitos patrimoniais e disponíveis. Para tanto, devem exercer sua autonomia", conclui o autor. Mesmo porque cada um desses meios tem a sua função específica, conforme lembra Rozane da Rosa Cachapuz[324]: "O arbitramento se restringe a direito disponível (patrimonial), e o árbitro tem poderes de funcionário público, sendo que sua sentença gera título executivo judicial e tem força de coisa julgada, limitando-se, no entanto, a dizer o direito, pois a *executio* permanece com o Estado". Nesse sentido, impõe-se considerar o isolamento do processo arbitral como fator determinante. Portanto, o processo arbitral deve estar livre das intervenções judiciais que possam prejudicar sua funcionalidade, já que a arbitragem constitui um campo jurisdicional próprio, instituído pelas partes e que deve funcionar de forma autônoma[325].

Tem-se discutido acerca da constitucionalidade de alguns aspectos da Lei da Arbitragem, a exemplo da transformação da cláusula arbitral em compromisso arbitral. Acredita-se que o Supremo Tribunal Federal irá salvaguardar a referida lei, em razão do retrocesso que haveria e também porque a maioria dos países utiliza a arbitragem como meio de resolução de conflitos[326]. Para Carlos Eduardo de Vasconcelos[327], o instituto da arbitragem possui duas naturezas jurídicas: contratual e jurisdicional. Confere efeitos negativos (porque subtrai poder jurisdicional ao juiz estatal) e positivos (porque o poder jurisdicional passa a ser do árbitro). Nesse sentido, assinala:

---

[323]SALLES, Carlos Alberto. Arbitragem e Poder Judiciário. *Negociação, mediação e arbitragem:* curso básico para programas de graduação em direito. In SALLES, Carlos Alberto (coord.). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. p. 207.
[324]CACHAPUZ, Rozane da Rosa. Op. cit., p. 20.
[325]SALLES, Carlos Alberto. Op. cit., p. 219.
[326]CACHAPUZ, Rozane da Rosa. Op. cit., p. 21.
[327]VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. p. 47.

> Trata-se de instituto com duas naturezas jurídicas que se completam: a contratual e a jurisdicional. Pelo contrato as pessoas optam por se vincular a uma jurisdição privada, sujeita, no entanto, a princípios de ordem pública, como os da independência, da imparcialidade, do livre convencimento do árbitro, do contraditório e da igualdade. Assim, a arbitragem pressupõe a livre opção das partes (autonomia da vontade) por meio de uma convenção de arbitragem – cláusula contratual denominada "compromissória", firmada antes do surgimento de qualquer conflito, ou "compromisso arbitral", quando já há conflito e as partes, de comum acordo, decidem solucioná-lo por intermédio de arbitragem.

De acordo com Sarah Merçon-Vargas[328], o caráter imperativo da decisão tomada pelo terceiro imparcial é que caracteriza a arbitragem como técnica heterocompositiva de resolução de controvérsias. Nela, uma ou mais pessoas recebem poderes para decidir litígios. E é justamente essa participação de um terceiro na resolução do conflito que diferencia a arbitragem das demais formas de solução de controvérsias.

3.5 NEGOCIAÇÃO: ACORDO SEM NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS

Na própria história da civilização humana, a negociação vem sendo uma atividade constante e presente no dia a dia. O diálogo é algo inerente à própria condição do indivíduo, que precisa, a todo momento, se comunicar. E não é diferente com a prática advocatícia, posto que o advogado precisa negociar constantemente com o cliente, com o advogado da parte contrária, com o juiz ou outros operadores do direito, como será visto no capítulo seguinte.

A negociação nada mais é do que um processo de entendimento entre as partes envolvidas em um determinado conflito, as quais buscarão obter uma decisão em conjunto para resolvê-lo. Essa negociação é feita de forma voluntária e consensual, cabendo às partes controlar todo o desenrolar da discussão, que é feita de forma amigável. Para Rozane da Rosa Cachapuz[329], a negociação é um processo voluntário que ocorre quando as partes buscam soluções para resolver seus impasses, "podendo ocorrer somente entre elas, ou utilizar-se de um terceiro, baseando-se em estilos e estratégias próprias. Geralmente é informal e não estruturada".

O primeiro passo a ser dado em uma negociação é a análise da controvérsia, identificando-se as circunstâncias que a envolve. Depois, busca-se planejar o que se pretende

[328]MERÇON-VARGAS, Sarah. Op. cit., p. 49.
[329]CACHAPUZ, Rozane da Rosa. Op. cit., p. 20.

alcançar com esse entendimento, filtrando-se as questões que serão levadas em consideração. Por último, as partes contrapõem as propostas apresentadas, com o objetivo de fixar opções a serem escolhidas por elas para resolver o conflito. Segundo Luis Fernando Guerrero[330], nessa negociação, não pode haver o interesse de uma das partes em obter vantagem da outra. O objetivo é permitir a criação de soluções com o maior número de possibilidades de êxito e resultados mais duradouros.

A negociação pode ser conduzida de várias maneiras. Também sua conclusão pode ser realizada de diversos modos, sempre tendo como foco os interesses das partes envolvidas. Dessa forma, a solução para a controvérsia dependerá, exclusivamente, das partes, não podendo nenhum terceiro interferir nessa relação, seja influenciando, facilitando ou participando. A respeito da negociação, Carlos Eduardo de Vasconcelos[331] enfatiza que nem sempre é possível resolver um conflito diretamente com a pessoa envolvida, caso em que será preciso a atuação de um terceiro:

> É o planejamento, a execução e o monitoramento, sem a interferência de terceiros, envolvendo pessoas, problemas e processos, na transformação ou restauração de relações, na solução de disputas ou troca de interesses. A negociação, em seu sentido técnico, deve estar baseada em princípios. Deve ser cooperativa, pois não tem por objetivo eliminar, excluir ou derrotar a outra parte.

Na verdade, como técnica de resolução de conflitos, a negociação é a mais informal das modalidades de composição. Isto porque é decorrência natural da vida em sociedade em que as partes buscam a autocomposição. Acreditam alguns autores que a negociação deveria ser um meio estudado antes de outros mecanismos de solução de conflitos. Sobre isso afirma Daniel Monteiro Gabbay[332]:

> A negociação deve ser um capítulo introdutório ao estudo de qualquer outro mecanismo de solução de conflitos, pois as suas ferramentas e técnicas podem ser úteis para outras formas consensuais e adjudicatórias de solução de conflitos, além de a negociação permitir uma reflexão e autoconhecimento das partes sobre o seu próprio perfil na forma de lidar com os conflitos.

---

[330]GUERRERO, Luis Fernando. *Efetividade das estipulações voltadas à instituição dos meios multiportas de solução de litígios*. Tese. São Paulo, 2012. p. 31.
[331]VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Op. cit., p. 42.
[332] GABBAY, Daniela Monteiro. Negociação. *Conciliação e mediação:* estruturação da política judiciária nacional. In PELUSO, Antonio Cezar (coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 224.

Segundo Petrônio Calmon Filho[333], a negociação é o mecanismo de solução de conflitos que tem por objetivo a autocomposição através do diálogo direto entre as partes envolvidas, sem que ninguém faça interferências. "É uma atividade inerente à condição humana, pois o homem tem por hábito apresentar-se diante da outra pessoa envolvida sempre que possui interesse a ela ligado", conclui o autor. E é justamente nessa vontade de aproximação com a outra parte que começa o processo de negociação. Havendo aquiescência da outra parte, não se instala o conflito; no caso de haver resistência, inicia-se a negociação para se obter a solução do conflito.

Osvaldo Alfredo Gozaíni[334] afirma que a própria vida requer uma negociação constante: "*La vida misma se convierte en uma negociación permanente, donde los intereses presentes concilian e interactúan buscando equilíbrios que no sacrifiquen las aspiraciones de otros"*. Segundo ele, *"se negocia cuando se hace un contrato; cuando decidimos un cambio de estado civil; en la mudanza territorial; en los pactos y tratados internacionales; en fin, en cuanto supone conversar para conseguir resultados o fines determinados*". Com efeito, a negociação tem se mostrado presente em várias situações do cotidiano das pessoas. No que se refere especificamente à prática advocatícia, verifica-se que sua utilização vem crescendo, porquanto alguns advogados estão tomando consciência de que é melhor negociar do que enfrentar uma batalha judicial.

3.6 MEDIAÇÃO COMO AMPLIAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO: O PAPEL DO MEDIADOR NA SUPERAÇÃO DO CONFLITO

Como foi referido no capítulo anterior, não são recentes os problemas enfrentados pelo Poder Judiciário. Morosidade, altos custos, descompasso entre a necessidade das pessoas e o conteúdo das sentenças, explosão de litigiosidade, superlotação dos cartórios com processos em tramitação, ceticismo do cidadão em tentar solucionar o conflito, dificuldade de acesso à justiça, burocratização e corrupção são alguns dos problemas vivenciados por aqueles que trabalham com a justiça ou por aqueles que dela necessitam.

---

[333]CALMON FILHO, Petrônio. *Mecanismos para a obtenção da autocomposição civil e penal*. Tese. São Paulo, 2005. p. 145.
[334]GOZAÍNI, Osvaldo Alfredo. *Formas alternativas para la resolución de conflictos*. Buenos Aires: Depalma, 1995. p. 23.

Edmundo Lima de Arruda Júnior[335] aponta as principais causas geradoras dos problemas que acometem o Poder Judiciário: "divórcio entre direito e lei; não acesso à justiça pela maior parte da população; explosão de litigiosidade; congestionamento do Poder Judiciário com burocratização e corrupção do mesmo; percepção a quebra de mitos, da neutralidade e imparcialidade". Esses problemas geram preocupações nos operadores do direito e, principalmente, na sociedade, que buscam mudar esse cenário, a fim de resgatar a cidadania e concretizar o Estado democrático de direito.

É diante desse cenário que surgem os meios alternativos de solução de conflitos como forma de auxiliar o Poder Judiciário. Não se pretende retirar-lhe a prerrogativa constitucional de solucionar os conflitos. A mediação, por sua característica de efetividade, vai auxiliar nessa mesma tarefa de resolução de conflitos, diminuindo, por consequência, o número de processos nos tribunais. Para tanto, é preciso conscientizar a sociedade, que se acostumou com a busca incessante pelo litígio e com a confiança apenas na decisão que profere um magistrado, da importância desses meios alternativos. A população pode utilizá-los para resolver os problemas que, porventura, surjam.

Essa crise da jurisdição brasileira é também consequência da crise por que passa o Estado. O poder público vem se revelando incapaz de administrar a produção ou a aplicação do direito diante do cenário atual globalizado. Por isso, há uma tendência de se "desenvolver outros procedimentos jurisdicionais, como a arbitragem, a mediação, a conciliação e a negociação, almejando alcançar celeridade, informalização e pragmaticidade", conforme afirmam Fabiana Marion Spengler e Theobaldo Spengler Neto[336]. Sobre a crise da jurisdição, entendem que ela deve ser discutida a partir da crise estatal:

> O Judiciário encontra-se no centro dos principais debates nas últimas décadas. Tais debates apontam para suas crises, das quais emerge a necessidade de reformas estruturais de caráter físico, pessoal e, principalmente, político. Todas as considerações sobre a jurisdição e suas crises (criadas e fomentadas a partir da globalização cultural, política e econômica) são consequências da crise estatal. Nascida de um deliberado processo de enfraquecimento do Estado, a crise se transfere para todas as suas instituições[337].

[335]ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. *Introdução à sociologia alternativa*: ensaios sobre o direito numa sociedade de classes. São Paulo: Acadêmica, 1993. p. 47.
[336]SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo. O acesso à justiça como "direito humano básico" e a crise da jurisdição no Brasil. In *Scientia Iuris*, Londrina, v. 15, nº 2, p. 53-74, dez. 2011. p. 54.
[337]SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo. Op. cit., p. 63.

Diante dos obstáculos ao acesso à justiça nos moldes tradicionais e da crise de confiança por parte das pessoas em relação ao Poder Judiciário, os cidadãos passam a buscar novas formas de resolver seus conflitos. Como esclarece Roberto Portugal Bacellar[338], não se tem por objetivo competir com a prestação jurisdicional, ou seja, com as atividades do Poder Judiciário, por ser um direito fundamental do cidadão, "até porque nenhuma lesão ou ameaça de direito pode ser subtraída do Poder Judiciário".

Com efeito, cabe ao Estado-juiz o dever de prestar a tutela jurisdicional, quando provocado. Por isso, os cidadãos, na maioria das vezes, buscam resolver seus conflitos de interesses com a demanda processual. Nesse caso, haverá uma disputa processual e procedimental em que uma das partes luta para sair vencedora, mas podendo se tornar perdedora. Assim, resolver o conflito judicialmente significa colocar nas mãos do magistrado o poder de decisão. Trata-se de um procedimento muito diferente da mediação, em que as partes têm o poder decisório.

Não se quer aqui dizer que a prestação jurisdicional deixou de ter sentido ou que não deve ser utilizada. Pelo contrário, prima-se para que essa prestação seja feita, cada vez mais, de forma eficaz e célere. A esse respeito, afirma Lília Maia de Morais Sales[339]: "A existência da prestação jurisdicional é imprescindível para a solução justa de conflitos. Contudo, esta não é a única forma de resolução dos litígios existentes ou em potencial. Os mecanismos alternativos ou consensuais de resolução de conflitos são instrumentos de acesso à justiça em seu sentido mais amplo". Cabe também ao Judiciário a função de apoiar a adoção desses meios alternativos de resolução de conflitos.

Negociação, conciliação, arbitragem e mediação constituem esses meios alternativos de solução de conflitos. Como foi visto, na negociação, as pessoas conversam e chegam a um acordo sem a necessidade da participação de um terceiro. Na conciliação, buscam sanar as divergências com o auxílio de um terceiro, o conciliador, que interfere na discussão entre elas, sugerindo e propondo soluções para o conflito. Na arbitragem, as partes escolhem uma pessoa da sua confiança, o árbitro, para solucionar os conflitos, abdicando, nesse caso, do poder de decisão.

O que diferencia essas três modalidades da mediação é que esta é um procedimento consensual de solução de conflitos no qual uma terceira pessoa imparcial – escolhida ou aceita pelas partes – age no sentido de encorajar e facilitar a resolução de uma divergência.

---

[338]BACELLAR, Roberto Portugal. A mediação no contexto dos modelos consensuais de resolução de conflitos. In *Revista de Processo*. v. 24. São Paulo, n. 95, jul./set. 1999. p. 128.

[339]SALES, Lília Maia de Morais. *Mediação de conflitos:* família, escola e comunidade. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007. p. 62.

Assim, representa um mecanismo de solução de conflito utilizado pelas próprias partes que, movidas pelo diálogo, encontram uma alternativa ponderada, eficaz e satisfatória para cada caso, conforme anota Lília Maia de Morais Sales[340]:

> Por meio da mediação, buscam-se os pontos de convergência entre os envolvidos na contenda que possam amenizar a discórdia e facilitar a comunicação. A mediação estimula, através do diálogo, o resgate dos objetivos comuns que possam existir entre os indivíduos que estão vivendo o problema.

É preciso, pois, que haja o conflito, que é inerente às relações humanas, para que se possa tentar resolvê-lo através da mediação. Na verdade, o conflito em si, que é considerado, na maioria das vezes, como negativo, torna-se positivo quando se fala em mediação. Ela pode aprimorar as relações existentes entre as pessoas, pois passa a ser utilizada para mitigar a competição e estimular a cooperação, seja em âmbito individual ou coletivo. Essas são algumas das peculiaridades do processo de mediação. Dentre as demais formas alternativas de solução de conflitos, a mediação é a que está sendo mais utilizada, com várias experiências práticas, como será visto mais adiante. É o que conclui Adolfo Braga Neto[341], ao analisar o processo de mediação, em especial, nos conflitos empresariais:

> *Hoy en Brasil se amplia el interese sobre la mediación de conflictos. Profesionales de diferentes áreas buscan informaciones sobre la actividad y su formación en mediación. Jueces de diferentes niveles utilizan servicios de mediadores para auxiliar las personas involucradas en un proceso judicial. Instituciones de la área y mediadores independientes ahora son llamados para mediar muchos conflictos. Esto facto se repite también en el sector empresarial, donde empresários usan la mediación para solucionar conflictos internos en sus organizaciones y conflictos con otras empresas o grupo de empresas.*

Com efeito, a mediação é um processo de solução de controvérsias através do qual um terceiro imparcial busca facilitar as negociações entre as partes para que elas consigam entrar em um acordo. Esse terceiro auxiliará no "conhecimento das origens multifacetadas do litígio,

[340]SALES, Lília Maia de Morais. Op. cit., p. 23.
[341]BRAGA NETO, Adolfo. *Mediación de conflictos en el sector de franquicia*. VIII Conferencia Internacional del Foro Muncial de Mediacion: Tiempo de mediación, liderazgo y acción para el cambio. Libro Digital. Volumen 1. Valencia, España 18-21 Octubre, 2012. p. 14.

fazendo com que elas próprias, após esse conhecimento ampliado, proponham soluções para os seus litígios", conclui Luis Fernando Guerrero[342].

A mediação se fundamenta, de acordo com Lília Maia de Morais Sales[343], na maiêutica socrática. Trata-se de um método criado por Sócrates, na busca pela autorreflexão que conduz o interlocutor a conhecer paulatinamente o objeto em discussão. Consistia em multiplicar as perguntas com a finalidade de definir o objeto geral em questão. Isto porque requer a participação ativa das pessoas por meio da comunicação, que é estimulada com perguntas simples e abertas ao raciocínio. Entretanto, não existe processo de mediação se não há a negociação, explica Christopher W. Moore[344], que considera a mediação como o desenvolvimento do processo de negociação:

> Para que a mediação ocorra, as partes devem começar conversando ou negociando. Os trabalhadores e os patrões devem estar dispostos a realizar uma sessão de barganha, os sócios comerciais devem concordar em realizar discussões, os governos e os grupos que defendem interesses públicos devem criar fóruns para o diálogo, e as famílias devem estar dispostas a se reunir para conversar. A mediação é essencialmente o diálogo ou a negociação com o envolvimento de uma terceira parte. A mediação é um desenvolvimento do processo de negociação, o qual envolve ampliar a barganha a um novo formato e utilizando um mediador que contribua com novas variáveis e dinâmicas para a interação dos disputantes. Sem negociação, não pode haver mediação.

O importante nesse meio de solução de conflitos é a condução do processo de mediação, uma vez que o resultado final, seja positivo ou negativo, vai depender da administração do processo. Para isso, devem ser observados os seguintes princípios: liberdade das partes; não competitividade; poder de decisão das partes; participação de terceiro imparcial; competência do mediador; informalidade do processo e confidencialidade no resultado.

Assim, na mediação as partes, de livre e espontânea vontade, tentam resolver o conflito, sem que haja nenhum tipo de competição entre elas. São elas que decidem como o conflito será solucionado, pois o mediador, terceiro imparcial, apenas conduz a mediação, tratando as partes de forma igualitária, sem privilegiar ninguém. Entretanto, é preciso que esse

---

[342]GUERRERO, Luis Fernando. *Efetividade das estipulações voltadas à instituição dos meios multiportas de solução de litígios*. Tese. São Paulo, 2012. p. 33.
[343]SALES, Lília Maia de Morais. Op. cit., p. 30.
[344]MOORE, Christopher W. *O processo de mediação:* estratégias práticas para a resolução de conflitos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 29.

mediador tenha capacidade e habilidade para assegurar a qualidade e o êxito de sua tarefa. O processo é informal, não existindo regras rígidas para a sua condução, devendo-se, todavia, garantir o sigilo do processo. Para Ana Karine Pessoa Cavalcante Miranda e Maria Glaucíria Mota[345], a mediação vem mostrar que é possível uma solução para o conflito com ganhos para ambas as partes:

> Dessa maneira, a mediação tenta demonstrar que é possível uma solução para o conflito em que ambas as partes ganhem, tentando, por meio do diálogo, restaurar as benesses que fizeram parte da relação, reconhecer e conhecer os conflitos reais oriundos dos conflitos aparentes perfilados pelos envolvidos, suscitar o questionamento da razão real do desentendimento, provocar a cooperação mútua e o respeito ao próximo ao analisar que cada pessoa tem a sua forma de visualizar a questão, facilitar a compreensão da responsabilidade que cada um possui em face do problema e na sua resolução e, assim, encontrar uma saída onde todos aceitem, concordem e acreditem que a divergência será solucionada.

Se tudo isso for respeitado, certamente a mediação apresentará impacto direto na melhoria das condições de vida da população, tanto na perspectiva do acesso à justiça, quanto na concretização de direitos e no exercício da cidadania. Em sua essência, a mediação tem por objetivo a inclusão social, a paz social e a boa administração da solução dos conflitos. Assim, pode-se dizer que o acordo configura-se como uma consequência da mediação e não como seu objetivo primordial, já que esta prima pela facilitação do diálogo.

Para Rozane da Rosa Cachapuz[346], a mediação "visa ao ser humano em sua integralidade". Por esse motivo, os profissionais devem ser capacitados nas áreas humanas e jurídicas para que possam "transformar ou pelo menos educar os conflitantes na resolução de suas controvérsias". O papel do mediador, nesse processo, é justamente o de encorajar e facilitar a resolução do conflito, "evitando antagonismos, porém sem prescrever a solução"[347].

Entretanto, a decisão vai caber às partes, as quais, certamente, decidirão de forma ponderada, eficaz e satisfatória para ambas. Tudo isso é feito de forma célere, não dependendo da decisão que caberia ao Estado no processo de jurisdição. O mediador procura facilitar a comunicação entre as partes, não tendo poder decisório. Além disso, não pode ser

---

[345]MIRANDA, Ana Karine Pessoa Cavalcante ; MOTA, Maria Glaucíria. O ensino de mediação de conflitos na formação policial: avanços e fragilidades. VIII Conferencia Internacional del Foro Muncial de Mediacion: Tiempo de mediación, liderazgo y acción para el cambio. Libro Digital. Volumen 1. Valencia, España 18-21 Octubre, 2012. pp. 34/35.
[346]CACHAPUZ, Rozane da Rosa. *Mediação nos conflitos & direito de família*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 11.
[347]SALES, Lília Maia de Morais. *Justiça e mediação de conflitos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 25.

uma pessoa envolvida com o litígio ou com a matéria que está sendo discutida. Por fim, esse mediador tem que ser aceito pelas partes, mesmo porque ele será o responsável pela condução da mediação que deve terminar com uma solução satisfatória para ambas as partes.

Celeridade, participação ativa das partes na resolução dos conflitos, satisfação mútua, eficácia da decisão, sigilo, diminuição do sofrimento, igualdade de oportunidades, melhor relação posterior entre as partes, construção da comunicação e diminuição do fluxo de processos nos tribunais são apenas alguns dos benefícios da mediação. Esse instrumento preenche funções essenciais do processo de desenvolvimento humano, "promovendo a condição de agente e sendo uma expressão de liberdade individual com perfil social"[348].

Adriana dos Santos Silva faz um estudo sobre a arbitragem como instrumento de desenvolvimento. Tratando-se também de um meio de resolução de conflitos, acolhe-se esse entendimento para considerar a mediação como um instrumento de desenvolvimento humano, já que atua com a finalidade máxima de acesso à justiça. Além do mais, as pessoas são as "grandes responsáveis pela promoção da justiça, pois são agentes, e não pacientes, deste processo"[349]. É essa autonomia das partes que caracteriza a liberdade enaltecida por Amartya Sen, como já referido. De acordo com Adriana dos Santos Silva[350], o princípio da autonomia privada reúne em um mesmo instrumento a liberdade individual e a responsabilidade perante a sociedade, justificando:

> Isso porque a autonomia é um instrumento do querer individual, sendo sinônimo da liberdade, mas não de arbítrio, de uma vontade sem limites. Isso porque a autonomia evidencia a influência de princípios de natureza social, tais como: solidariedade social, boa-fé, utilidade social, paridade de tratamento, segurança, liberdade, dignidade humana ou função social. E, por ter influência de todos estes princípios sociais, deve existir, na ideia de autonomia privada, um contraponto entre os desejos particulares e as necessidades gerais, como bem prevê Sen.

Desse posicionamento pode-se depreender que os princípios da liberdade e da dignidade da pessoa humana estão presentes no processo da mediação. Nesse meio alternativo de resolução de conflitos, as partes são livres para escolher a mediação como processo ideal e para decidir suas pendências. Essa liberdade é essencial para o pleno desenvolvimento

---

[348] SILVA, Adriana dos Santos. A arbitragem como instrumento de desenvolvimento. *Teoria jurídica e desenvolvimento.* Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 220.
[349] SILVA, Adriana dos Santos. Op. cit., p. 215.
[350] SILVA, Adriana dos Santos. Op. cit., p. 216.

humano. De acordo com Heliana Maria Coutinho Hess[351], a mediação, como meio alternativo de solução de conflitos, é utilizada com muito sucesso nos Estados Unidos pelos órgãos e câmaras de conciliação e arbitragem. E isso acontece "pela maior flexibilidade e oportunidade das partes de se comporem, com as técnicas psicológicas e sociológicas de um mediador, que as leva a uma composição".

O que se observa de mais importante nessa postura norte-americana é que a mediação é muito utilizada pelos advogados já na fase inicial de contato com seus clientes. Além do mais, os próprios cursos de direito ensinam as técnicas de mediação, seja com a ministração de disciplinas próprias ou através de pesquisas no âmbito de "conflitos de família, consumidor, direitos de vizinhança e de locação, questões trabalhistas e até questões criminais de bagatela"[352]. Infelizmente, essa prática não se mostra corriqueira no Brasil. Pelo contrário, o que mais se evidencia é a utilização da postulação em juízo para dirimir conflitos. Em nosso país, os cursos de direito ainda não se preocuparam em ensinar aos alunos os meios alternativos de resolução de conflitos, muito menos o fenômeno da desjudicialização dos conflitos. Esta é uma cultura que precisa ser modificada. É urgente a necessidade de desmistificar a cultura da litigância, como será verificado adiante.

No Brasil, vem se discutindo a necessidade de se tornar a mediação obrigatória, constando essa matéria no PLC nº 94/2002, resultante da fusão do Projeto de Lei nº 4.827/1998 com o anteprojeto desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP. Observa-se a preocupação com a questão do acesso à justiça no que se refere à celeridade e eficácia, ao se discutir a instituição da conciliação e da mediação prévias como medidas obrigatórias. Porém, o tema ainda não possui um entendimento comum, tendo em vista que alguns insistem em manter a cultura da litigância.

Sarah Merçon-Vargas[353] não acredita que o modelo tradicional seja a melhor opção em termos de política pública para a ampliação das formas de acesso à justiça. Segundo esclarece, embora haja um incentivo institucional à utilização dessas técnicas extrajudiciais de resolução de conflitos, o Brasil ainda vive uma cultura da sentença, concluindo: "De modo que eventual alteração legislativa que instituísse a mediação e/ou a conciliação obrigatórias soaria não como oportunidade para a construção de soluções consensuais, mas como mais uma etapa a

[351] HESS, Heliana Maria Coutinho. *Acesso à justiça e descentralização da jurisdição no Estado Federal:* comparativo entre o sistema e as reformas judiciais do Brasil e da Alemanha. Tese. São Paulo: 2002. p. 223.
[352] HESS, Heliana Maria Coutinho. Op. cit., p. 224.
[353] MERÇON-VARGAS, Sarah. *Meios alternativos na resolução de conflitos de interesses transindividuais.* Tese. São Paulo: 2012. p. 26.

ser percorrida antes da sentença". Chega a dizer que o Brasil não tem "maturidade cultural" para tanto, alegando:

> Não há, portanto, maturidade cultural para incorporação de uma alteração estrutural de tanta magnitude, o que, contudo, não afasta a possibilidade de se adotar, tal como proposto na Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, uma política nacional de incentivo aos meios adequados de resolução de conflitos, com especial destaque para a utilização de técnicas consensuais de forma precedente ao ajuizamento de ações judiciais.

Tem razão a autora quando afirma que o direito brasileiro vive a cultura da sentença ou a cultura da litigância. Mas engana-se quando assevera que o Brasil não tem maturidade cultural suficiente para incorporar essa situação, principalmente porque se deve transformar a cultura da sentença em cultura de pacificação, ampliando-se as formas de acesso à justiça com a implementação gradativa da desjudicialização dos conflitos. É o que entende Rodolfo de Camargo Mancuso[354], ao explicar que a função judicial deveria ser uma cláusula de reserva e não a oferta primária.

3.7 EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DA MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Como já assinalado, dentre os meios alternativos de resolução de conflitos, a mediação é que tem mostrado mais exemplos práticos de sua utilização. O Poder Judiciário, através dos seus órgãos, tem adotado a mediação como instrumento efetivo para o acesso à justiça, criando núcleos de mediação para resolver conflitos de interesses. Além do mais, alguns cursos de direito têm demonstrado preocupação com esse sistema de acesso à justiça, criando núcleos de estudos e, até mesmo, núcleos de mediação.

De acordo com dados do Ministério da Justiça[355], o Poder Executivo vem buscando desenvolver, desde 2003, meios de resolução de disputas que se realizem sem a imposição do poder do mais forte, ou sem uma norma positivada que desconsidere a participação direta do cidadão na solução. Esse é o principal desafio da justiça, qual seja, o de "desenvolver procedimentos que sejam considerados justos pelos próprios usuários, não apenas em razão

[354]MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 39.
[355]BRASIL. Ministério da Justiça. *Manual de mediação judicial*. 3. ed. Ministério da Justiça, Brasil: 2012. p. 9.

dos seus resultados, mas também em função da forma de participação no curso da relação jurídica processual". Acrescenta ainda o documento do Ministério da Justiça:

> Como registrado desde a primeira edição deste manual, o acesso à justiça não se confunde com acesso ao Judiciário, tendo em vista que não visa apenas a levar as demandas dos necessitados àquele Poder, mas realmente incluir os jurisdicionados que estão à margem do sistema, e, sob o prisma da autocomposição, estimular, difundir e educar o cidadão a melhor resolver conflitos por meio de ações comunicativas. Passa-se a compreender o usuário do Poder Judiciário não apenas como quem, por um motivo ou outro, encontra-se em um dos polos de uma relação jurídica processual. O usuário do Poder Judiciário é todo e qualquer ser humano que possa aprender a melhor resolver seus conflitos, por meio de comunicações eficientes, estimuladas por terceiros, como na mediação, ou diretamente, como na negociação. O verdadeiro acesso à justiça abrange não apenas a prevenção e a reparação de direitos, mas a realização de soluções negociadas e o fomento da mobilização da sociedade para que possa participar ativamente dos procedimentos de resolução de disputas, bem como de seus resultados.

O Núcleo de Estudos de Meios de Solução de Conflitos – NEMESC[356], órgão do Departamento de Direito Processual da USP, foi criado em 2005. Surgiu em razão da necessidade de buscar alternativas ou outras formas de mostrar aos alunos da disciplina "processo civil" novos horizontes, que não apenas o processo de base estatal e judicial. Meios alternativos poderiam dar respostas mais eficientes para a solução de conflitos.

Atualmente, as atividades desenvolvidas pelo NEMESC estão formalizadas como disciplinas de cultura e extensão. São três disciplinas: uma abrange o programa de conciliação e mediação; outra envolve as atividades de arbitragem e a terceira cuida das atividades de monitoria. Nesse último caso, os alunos que já cursaram as disciplinas participarão como monitores em outras turmas. De acordo com Carlos Alberto de Salles[357], essas disciplinas de cultura e extensão se mostraram bastante funcionais, pois supriram a necessidade de oficializar a atividade, permitindo aos alunos o registro da sua participação no histórico escolar.

As atividades de mediação, conciliação e arbitragem são desenvolvidas pelo NEMESC em três semestres, nos quais são ministradas, respectivamente, as três disciplinas acima citadas. Têm como público-alvo os alunos, preferencialmente, do segundo ano do curso de

[356]SALLES, Carlos Alberto de et al. A experiência do Núcleo de Estudos de Meios de Solução de Conflitos (NEMESC). In *Revista Direito GV*. v. 6. n. 1. São Paulo: Jan.-jun. 2010. p. 68.
[357]SALLES, Carlos Alberto de et al. Op. cit., p. 70.

direito, sendo desenvolvidas através de seminários, complementadas com a parte prática e vivencial, com atividades simuladas e com pesquisas de campo. Segundo os coordenadores do núcleo, essa escolha se dá em razão de se poder sensibilizar o aluno sobre as formas alternativas de solução de conflitos no período inicial de sua formação, pois ainda não tiveram contato prático com o Poder Judiciário e as formas adjudicatórias de solução de conflitos. "Trata-se de um movimento positivo de construção – e não de desconstrução de uma mentalidade já formada"[358].

O objetivo do NEMESC é mostrar aos alunos várias possibilidades de solução para os conflitos, que podem ser comparadas, no sentido de verificar qual seria a melhor solução para o caso concreto. Sobre essa experiência afirma Carlos Alberto de Salles[359]: "Não há nada melhor do que se deparar com diferentes métodos compositivos para contrastar as potencialidades e limitações de cada um, o que é mais difícil de perceber quando há a imersão em um único método". De acordo com os autores do estudo, os profissionais do direito, na qualidade de gestores de conflitos, devem despertar para essa realidade de diversificadas possibilidades para a composição de conflitos, acrescentando:

> A disciplina é desenvolvida com vista a proporcionar uma nova e diferenciada visão aos alunos sobre as possibilidades de enfrentamento de conflitos. Conhecendo e compreendendo as várias técnicas de composição, é possível refletir sobre qual saída apropriada é mais próxima de uma solução genuinamente pacificadora da controvérsia (em contraposição à solução contenciosa decorrente do sistema adjudicatório pelo Poder Judiciário, que pode acabar fomentando mais crises)[360].

As atividades que o referido núcleo de estudos vem desenvolvendo já vinham sendo praticadas em outros países, principalmente, nos Estados Unidos da América, como visto anteriormente. Naquele país, a disciplina *alternative dispute resolution – ADR* é incluída na matriz curricular logo no início do curso. O interesse pela prática dos meios alternativos de resolução de conflitos também está sendo alimentado pelo próprio Poder Judiciário. No Estado da Paraíba, por exemplo, a Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região instituiu o Núcleo de Mediação e Arbitragem. O objetivo do núcleo é dar efetividade à atribuição prevista no art. 83, XI, da Lei Complementar nº 75/93, que confere ao Ministério Público do

[358]SALLES, Carlos Alberto de et al. Op. cit., p. 72.
[359]SALLES, Carlos Alberto de et al. Op. cit., p. 72.
[360]SALLES, Carlos Alberto de et al. Op. cit., p. 75.

Trabalho a possibilidade de atuar como árbitro nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho[361].

A arbitragem dos conflitos trabalhistas conduzida pelo Ministério Público do Trabalho apresenta vantagens para todos os envolvidos. Trata-se de "um trabalho gratuito, célere e informal, realizado por Procuradores do Trabalho, os quais detêm capacidade e prerrogativas para executar bem essa missão, além de desafogar o Judiciário", tudo isso com o objetivo de promover justiça e paz social. Exemplo dessa prática foi a mediação das negociações para pôr fim ao conflito coletivo surgido no sindicato dos trabalhadores em empresas de vigilância e segurança. Como resultado, as partes aceitaram a proposta do Ministério Público e o indicativo de greve acabou sendo retirado[362].

A instituição desses núcleos nos tribunais do país só foi possível após o Conselho Nacional de Justiça[363] ter aprovado uma resolução, determinando que os tribunais do país oferecessem núcleos consensuais para a resolução de conflitos. Essa medida faz parte da política nacional de tratamento dos conflitos de interesses, que tem por objetivo assegurar a conciliação e a mediação das controvérsias entre as partes e prestar atendimento e orientação a todos os cidadãos. Nesses núcleos, as partes envolvidas em um conflito confiam a um terceiro, estranho ao processo, a "função de auxiliá-las a chegar a um acordo. Essa iniciativa evita futura sentença judicial e permite a solução definitiva do litígio, diminuindo a grande demanda dos processos em trâmite".

O Tribunal de Justiça da Paraíba[364] seguiu o plano estratégico do CNJ, a partir da Resolução nº 125/2010, que instituiu a política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário. Ao criar o Núcleo de Conciliação, o TJPB também se engajou nessa luta a favor dos meios alternativos de solução de conflitos. Vários projetos estão sendo desenvolvidos, conforme pode ser constatado no Portal do Conciliador. O projeto "Pro Endividados" foi resultante de convênio assinado entre o Tribunal de Justiça e o Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. O objetivo é orientar pessoas a trabalharem melhor com o que têm, ou seja, com um orçamento curto e diferenciado. Já o projeto "Caminhos da Conciliação" busca, através da sensibilização dos cursos de direito

---

[361] Disponível em http://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/2006/06/paraaba-agora-tem-naocleo-de-mediaassapso-e-arbitragem-do-mpt. Acesso em 01 out. 2013.

[362] Disponível em http://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/2006/06/paraaba-agora-tem-naocleo-de-mediaassapso-e-arbitragem-do-mpt. Acesso em 01 out. 2013.

[363] Disponível em http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/acesso-a-justica/conciliacao/nucleos-de-conciliacao. Acesso em 01 out. 2013.

[364] Disponível em http://conciliar.tjpb.jus.br/. Acesso em 01 out. 2013.

existentes na Paraíba e das prefeituras dos municípios do seu entorno, implantar uma rede de acesso à justiça, focada nas formas extrajudiciais.

Por sua vez, o projeto "Selo Amigo da Conciliação", desenvolvido junto à Universidade Estadual da Paraíba, busca propiciar às pessoas detentoras desse selo uma imagem positiva. O objetivo é valorizar a proposta de que a melhor maneira de negociar deve ser exercida, primeiramente, pelos meios extrajudiciais. Consiste na publicação de uma lista mensal pelo site do Tribunal, contendo as cinquenta maiores empresas que atuam como promovidas nas varas cíveis de João Pessoa e Campina Grande. Essas empresas passarão a ser detentoras do selo por assumirem o compromisso formal perante o TJPB de utilizarem primeiramente os meios extrajudiciais para a solução de conflitos.

Por fim, o projeto "Curso de Direito Amigo da Conciliação" tem por objetivo sensibilizar os cursos de direito para o estudo e análise das formas extrajudiciais, a partir das seguintes estratégias: criação e implantação de disciplinas voltadas para esse estudo; criação de um núcleo de prática jurídica que privilegie as vias extrajudiciais; produção de trabalhos de conclusão de curso voltados para os meios alternativos de acesso à justiça; realização de simpósios e congressos no meio acadêmico.

A iniciativa do Tribunal de Justiça da Paraíba vem reforçar o que a presente tese defende: a necessidade da desjudicialização dos conflitos e o papel dos cursos de direito para a sua implementação. Convém transcrever a meta a ser perseguida pelos referidos projetos:

> Envolver toda a comunidade acadêmica dos cursos de direito existentes na Paraíba, os seus discentes, futuras gerações de operadores de direito, os poderes públicos municipais e a sociedade civil organizada na política pública criada pelo CNJ, para fomentar e popularizar a conciliação, a mediação e a negociação, como outros caminhos de acesso à justiça, criando uma cultura de paz, face a um sistema multiportas, como prescrito pela Constituição Cidadã, que resultará em uma outra mentalidade de solução dos conflitos em nosso país, baseada na cultura da paz, e que colaborará para desobstruir a pauta do Poder Judiciário[365].

O Ministério Público também se deu conta da importância desses meios alternativos de resolução de conflitos. Com esse objetivo, o Ministério Público da Paraíba[366] criou um núcleo da Escola Nacional de Conciliação e Mediação – ENAM, do Ministério da Justiça, dentro das instalações do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF. A medida

[365]Disponível em http://conciliar.tjpb.jus.br/. Acesso em 01 out. 2013.
[366] Disponível em http://www.mppb.mp.br/index.php/noticias-android/101-ceaf/707-escola-de-mediacao-mppb-assina-acordo-de-cooperacao-tecnica-com-o-ministerio-da-justica. Acesso em 05 fev. 2014.

foi resultado de um acordo de cooperação técnica, para criar a "cultura da mediação e da conciliação no âmbito da instituição, com a realização de cursos de aperfeiçoamento e seminários. O objetivo é a pacificação dos conflitos, a promoção de uma cultura de harmonização social".

É um programa de formação técnica em mediação e conciliação para magistrados e profissionais voluntários. Faz parte da política nacional de mediação e conciliação, desenvolvida pela Secretaria de Reforma do Judiciário - SRJ, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ e com a Escola Nacional de Formação de Magistrados - ENFAM [367]. Nesse programa, magistrados são capacitados em técnicas de mediação e conciliação através de cursos presenciais, que são os "principais instrumentos para viabilizar a implementação de núcleos de mediação nos Tribunais de Justiça, conforme prevê a Resolução CNJ nº 125/2010". Mas, segundo informações postadas no site do CNJ, serão promovidos cursos presenciais, semipresenciais e a distância para operadores de direito, servidores do Judiciário, professores e alunos dos cursos de graduação em direito e cursos para mediadores comunitários.

As instituições de ensino superior também estão despertando para a importância desses meios. A Universidade Federal da Paraíba – UFPB, por exemplo, conta agora com o Núcleo de Extensão e Pesquisa em Mediação de Conflitos – MEDIAC. O núcleo foi criado como resultado da observância da necessidade de estudos e discussões sobre o acesso à justiça e, principalmente, sobre as formas alternativas de resolução de conflitos. Foi também fruto de quase quatro anos de atividades de extensão e pesquisas sobre o tema. "O núcleo surge buscando unificar as ações e difundir, na Academia e na sociedade civil de modo geral, a influência e o papel transformador da mediação de conflitos como uma dessas formas alternativas a satisfação do litígio"[368].

Isso precisa ser ampliado e divulgado, para que a sociedade tome conhecimento de que existem alternativas para se buscar a solução de um conflito, que não apenas o Poder Judiciário. Nesse contexto, fundamental é a participação dos cursos de direito, no sentido de ensinar esses métodos aos futuros advogados, para que possam fomentar a desjudicialização dos conflitos. É preciso reforçar o papel do advogado como negociador na sociedade moderna e apresentar-lhe técnicas de negociação necessárias para a solução do conflito de seu constituinte, de forma célere e eficiente. É o que será analisado no próximo capítulo.

---

[367] Disponível em http://moodle.cead.unb.br/enam/. Acesso em 05 fev. 2014.

[368] Disponível em http://www.portalcodisma.com.br/ufpb-faz-lancamento-de-nucleo-sobre-mediacao-de-conflitos/. Acesso em 01 out. 2013.

4 A ADVOCACIA COMO ATIVIDADE NEGOCIAL

4.1 O PAPEL DO ADVOGADO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A profissão de advogado é considerada uma das mais antigas de que se tem conhecimento. Apesar de só vir a ser formalizada com o direito canônico, existiram pessoas encarregadas de redigir discursos para as partes que atuavam nos processos, os chamados logógrafos[369]. Isso pode ser comprovado quando se analisa a história do direito na Grécia. Hoje a advocacia está regulamentada pela Lei Federal nº 8.906/94 (Estatuto da OAB), pelo Regulamento Geral, pelo Código de Ética e Disciplina e pelos Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Inquestionavelmente, o advogado tem um importante papel junto à sociedade, no sentido de prestar uma função social, de cuidar dos direitos das pessoas que a ele confiam seus anseios e seus problemas, vindo a colaborar com os demais órgãos encarregados dessa prestação. É o que se observa da análise do art. 133 da Constituição Federal e do art. 2º do Estatuto da OAB, os quais proclamam que o advogado é indispensável à administração da justiça. Além disso, ele tem o dever de defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático, os direitos humanos e a justiça social. Contribui também para a boa aplicação das leis, para a rápida administração da justiça e para o aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas, como preconiza o art. 44, I, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Trata-se, na verdade, daquele bacharel em direito que é inscrito no quadro de advogados da OAB (após aprovação no exame da ordem) e que realiza atividade de postulação ao Poder Judiciário, como representante judicial de seus clientes, realizando também atividades de consultoria e assessoria em matérias jurídicas. Portanto, não podem ser advogados os que não são aprovados no exame de ordem ou, por qualquer motivo, têm suas inscrições canceladas. É o que dita o art. 3º do Estatuto da OAB, enfatizando que apenas os inscritos na OAB podem utilizar a denominação de advogado. Significa dizer que os milhares de cursos de direito existentes no país não formam advogados, mas apenas bacharéis em direito.

---

[369]MACIEL, José Fábio Rodrigues; AGUIAR, Renan. *História do direito.* São Paulo: Saraiva, 2007. p. 62.

Portanto, apenas os advogados legalmente inscritos na OAB podem praticar os atos privativos da atividade de advocacia, que estão disciplinados no art. 1º do Estatuto da OAB, quais sejam: postulação, consultoria e assessoria. Esses atos também podem ser praticados pelos estagiários, quando acompanhados de advogado e sob a responsabilidade deste. Assim, aqueles que não estiverem legalmente inscritos praticarão o exercício ilegal da profissão. A consequência que a lei atribui à prática ilegal dos atos privativos de advogados, especialmente por pessoa não inscrita na OAB, é a nulidade dos atos praticados, conforme reza o art. 4º do Estatuto da OAB. O mesmo acontece com o advogado que esteja impedido, suspenso, licenciado ou que passe a exercer atividade incompatível com a profissão da advocacia, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas.

Apesar de se falar muito que o advogado realiza atividade de postulação, de consultoria e assessoria, outra atividade também importante já existe há algum tempo e vem sendo objeto de discussão entre doutrinadores, professores e estudantes, que é a de negociação. O advogado, na sociedade atual, está preocupado em resolver os conflitos antes mesmo que eles sejam levados a julgamento. Para isso, ele precisa não só ter conhecimento de direito, mas também de outras disciplinas, como economia, psicologia, antropologia etc. Visto que apenas o bacharel em direito inscrito nos quadros da OAB pode utilizar a denominação de advogado, resta analisar as suas atividades estabelecidas nos regulamentos que regem a profissão. A primeira atividade, característica da atividade da advocacia, é a postulação, ou seja, o ato de pedir ou exigir a prestação jurisdicional do Estado. Para isso, exige-se uma qualificação técnica que envolve, evidentemente, o conhecimento do direito.

Em regra, apenas o advogado detém a capacidade postulatória. Somente ele pode promover as ações em juízo e também elaborar as possíveis defesas, conforme estabelece o art. 36 do Código de Processo Civil. O mesmo artigo traz as exceções em que se postula sem a necessidade de advogado: quando a parte postula em causa própria, ou seja, sem ser representada por advogado (possui habilitação legal); quando não existir advogado no lugar (comarca); quando existir advogado, mas este se recusar a atuar ou estiver impedido de atuar; na impetração de habeas corpus (pode ser realizada por qualquer pessoa, desde que capaz); nos juizados especiais, nas causas até vinte salários mínimos e na Justiça do Trabalho.

Para Paulo Lôbo[370], a postulação é o ato de pedir ou exigir a prestação jurisdicional do Estado por parte do advogado em nome de seu cliente, tratando-se de uma função tradicional, historicamente atribuída à advocacia. Nesse sentido, afirma: “O advogado tem o monopólio

[370]LÔBO, Paulo. *Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB.* 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. pp. 14/15.

da assistência e da representação das partes em juízo. Ninguém, ordinariamente, pode postular em juízo sem a assistência de advogado, a quem compete o exercício do *jus postulandi*". Conforme ressalta o autor, o advogado é indispensável para a defesa dos interesses dos clientes, quando precisam buscar o Judiciário para resolver algum conflito. Com efeito, o advogado tem em suas mãos instrumentos capazes de modificar a vida de uma pessoa, desde que os utilize de forma coerente e responsável. Sobre a função do advogado, enfatiza Miguel Arcanjo Costa da Rocha[371]:

> Pode-se dizer que, assim como o médico dedica-se à preservação da vida de seu paciente, o advogado dedica-se à manutenção dos direitos de seu cliente. Mas não é só na esfera privada que o advogado é importante: ele exerce papel fundamental na formação da sociedade quando busca a preservação do direito à liberdade de expressão, do direito à propriedade; liberdade na forma de construção das relações familiares, no modo de atuação do mercado econômico e até mesmo na atuação do Estado.

Mário Ramos dos Santos[372] considera como função específica do advogado a de "promover a observância da ordem jurídica e o acesso dos seus clientes à ordem jurídica justa". Na verdade, o advogado, segundo acrescenta, é aquele profissional que orienta, aconselha, representa e defende os direitos e os interesses dos clientes, seja em juízo ou fora dele. Esse entendimento leva à existência da advocacia judicial ou curativa, ou seja, aquela em que se postula em juízo. Michele Faria de Sousa e Kelly Cristine de Campos Gandra[373] afirmam que o trabalho do advogado é imprescindível para a atividade jurisdicional:

> É este profissional que pode informar às partes sobre eventuais direitos juridicamente exigíveis e como fazê-lo, é ele que possui o conhecimento jurídico e tático profissional, advindo de estudo e não de experiências pessoais. Neste prisma, o exercício da advocacia deve ser visto não só como a atuação perante o contencioso, mas também como assessoria jurídica, seja na forma de consultoria após a existência do conflito, mas antes do ajuizamento da demanda, seja na forma de advocacia preventiva.

---

[371] ROCHA, Miguel Arcanjo Costa da. *O papel do advogado na sociedade atual.* Disponível em http://www.pucrs.br/provas/red031b6.htm. Acesso em 10 mar. 2013.
[372]SANTOS, Mário Ramos dos. *Teoria geral do processo.* Disponível em http://www.ite.edu.br. Acesso em 10 mar. 2013.
[373]SOUSA, Michele Faria de; GANDRA, Kelly Cristine de Campos. A crise do Judiciário e a mediação como uma forma alternativa para resolução de conflitos familiares. In *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3. Vol. 4. Jan-abril 2013. p. 569.

Como foi enfatizado pelas autoras citadas, não menos importante é a advocacia preventiva ou extrajudicial, na qual há uma busca por solucionar os conflitos ou mesmo um aconselhamento antes de se enfrentar um litígio na justiça. É o que está sendo feito na celebração de contratos, nas tomadas de decisões, no campo econômico, na publicidade de produtos e serviços etc., como se verá mais adiante.

De acordo com o entendimento de Paulo Lôbo[374], essas atividades praticadas pelos advogados podem ser consideradas preventivas e extrajudiciais na busca de solução de conflitos. Trata-se de um dos temas que está sendo mais discutido atualmente, no que se refere à atividade da advocacia, reduzindo-se a ênfase de que o advogado tem por função primordial a de postulação de direitos junto ao Judiciário:

> Um dos grandes males da formação jurídica, no Brasil, é a destinação predominante dos cursos jurídicos ao litígio. No entanto, a área mais dinâmica das profissões jurídicas, na atualidade, é a atuação extrajudicial, em várias dimensões. Podemos encará-las de dois modos: como atividades preventivas e como atividades extrajudiciais de solução de conflitos. No primeiro caso, busca-se evitá-los. No segundo, buscam-se meios distintos do processo judicial para solucionar conflitos já instalados ou com potencial de litigiosidade; este é o campo das mediações, das negociações individuais ou coletivas, da arbitragem, da formulação de condições gerais para contratação, do desenvolvimento de regras extraestatais de conduta, tanto nas relações internas quanto nas relações internacionais. O advogado é o profissional especializado, cuja assessoria ou consultoria é imprescindível, independentemente de mandamento legal, pela demanda crescente a seus serviços vinda de pessoas, empresas, entidades, grupos sociais e movimentos populares. Esse vasto campo profissional requer habilidades que os cursos jurídicos devem considerar, porque a tendência é a crescente desjudicialização de suas atividades.

Não é por outro motivo que o advogado é considerado prestador de serviço público, pois ele é indispensável à administração da justiça. Exerce, assim, função de caráter social, de forma que seus atos constituem um múnus público, porque o advogado cumpre o encargo de contribuir para a realização da justiça. Portanto, ele estará realizando uma função social, quando concretiza a aplicação do direito, quando participa da construção da justiça social, quando o interesse particular do cliente ou o da remuneração e o prestígio do advogado não comprometem os interesses coletivos e o bem comum.

---

[374]LÔBO, Paulo. Op. cit., p. 20.

Na realidade, não existe apenas o advogado que exerce uma atividade, ou seja, aquele que trabalha nos escritórios de advocacia. Há também a advocacia pública, exercida pelos integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, Distrito Federal, dos Municípios e respectivas entidades de administração indireta e fundacional. Eles estão sujeitos tanto ao regime da Lei da Advocacia como a regime próprio. Para Elias Farah[375], "pouco importa como a advocacia seja classificada: função, ofício ou múnus público. Importa que seja exercida com arte, sabedoria, amor, vocação e leal desvelo". Para ele, a profissão do advogado é "um sacerdócio", que tem permitido o fortalecimento da cidadania.

Os advogados estão sujeitos a um contrato firmado com uma ou mais pessoas, com o objetivo da prestação de um serviço. Trata-se do mandato judicial, que é o contrato por meio do qual se concede a representação voluntária do cliente ao advogado, para que este possa representá-lo, seja em juízo ou fora dele, cujo instrumento é a procuração. Portanto, a procuração é o instrumento por meio do qual são conferidos poderes de representação ao advogado por parte do cliente. Em geral, a procuração habilita o advogado a praticar todos os atos judiciais, em qualquer ação e em qualquer juízo ou tribunal. No entanto, alguns casos exigem poderes especiais, os quais devem ser mencionados expressamente. Ele também pode atuar sem a procuração em casos de urgência, tendo o prazo de quinze dias, prorrogáveis por igual período, para apresentá-la. O objetivo dessa medida é evitar prejuízo para a parte representada.

O mandato é sempre escrito, por instrumento público ou particular, dispensado, para o último, o reconhecimento de firma, de acordo com o que prescreve o art. 38 do CPC. O comum é que o mandato seja feito por instrumento particular, já que só é exigível instrumento público em casos especiais, por exemplo, para outorgar poderes para venda de bens imóveis, ou na hipótese de representação de interesses de incapazes (menores ou não), ou que autorizam a renúncia a bens imóveis etc.

Vale ressaltar que o advogado também pode, sem necessidade de fundamentação, renunciar ao mandato. Todavia, deve permanecer em pleno exercício do mandato durante o prazo de dez dias após a renúncia, salvo se já tiver sido substituído, ou seja, quando o cliente, antes desse prazo, já nomeia outro advogado para representá-lo. Não obstante todas essas características da atividade advocatícia, não se pode esquecer da indispensabilidade do

[375]FARAH, Elias. *Caminhos tortuosos da advocacia*. São Paulo: LTr, 1999. pp. 168/169.

advogado para a administração da justiça. Como enfatiza Miguel Arcanjo[376], trata-se do profissional de direito que é defensor da vida da sociedade e do indivíduo em particular:

> A sociedade atual, por ser complexa, exige diariamente associações, contratos, obrigações, e nesse espaço entra o profissional do direito como "decifrador" do emaranhado normativo, como conselheiro, como defensor dos direitos, posto que, conforme sabemos, na vida em sociedade, a liberdade de alguém termina quando começa a do outro. Portanto, entendo que o advogado é peça-chave na formação da sociedade atual e no seu regular funcionamento, pois dele depende vivermos uma sociedade justa, plural e democrática.

Para Fernando Vasconcelos[377], o advogado não age somente na esfera judicial, posto que é também orientador, conselheiro, assessor, consultor e parecerista. "Como jurisconsulto, tem o advogado o direito de sustentar a tese que entenda cabível, ainda que contrária à maioria dos especialistas na área ou às decisões dos pretórios", enfatiza. Como se verifica, o papel do advogado, na sociedade atual, vai muito além de postular uma ação junto aos poderes competentes ou de defender o cliente em juízo. Sua atuação envolve a busca de soluções cada vez mais rápidas para os conflitos, o que implica, necessariamente, a tentativa de se evitar que esses conflitos passem para a esfera do Judiciário, conforme lembra Arnoldo Wald, em reportagem feita por Andréa Háfez, no Espaço Jurídico Bovespa[378]: "O papel do advogado ganha importância enquanto negociador, conciliador, que busca soluções rápidas e tenta evitar conflitos que sigam para o Judiciário".

Conforme se verá a seguir, o advogado deve conhecer o mundo da negociação, envolvendo o conhecimento econômico, social e psicológico, para que possa, em um curto espaço de tempo, solucionar os problemas de seus clientes e contribuir para a diminuição do número de processos nos tribunais. Para isso, é importante a atuação conjunta da Ordem dos Advogados do Brasil e de outros conselhos profissionais, no sentido de que seja desenvolvida uma nova cultura entre os operadores do direito, principalmente entre advogados e juízes. "Devem ser estimuladas a formação de profissionais e a organização de instituições que aliem

---

[376]ROCHA, Miguel Arcanjo Costa da. Ibid.

[377]VASCONCELOS, Fernando Antônio de. A responsabilidade do advogado à luz do Código de Defesa do Consumidor. In *Revista de Direito do Consumidor*. n. 30. RT. pp. 89/96.

[378] In HÁFEZ, Andréa. *Advogados consolidam papel de negociador em meio à crise***.** Disponível em http://www.bmfbovespa.com.br/juridico/noticias-e-entrevistas/Noticias/090107NotA.asp. Acesso em 15 maio. 2013.

o conhecimento jurídico à capacidade de identificação das reais necessidades das pessoas em conflito", conclama Carlos Eduardo de Vasconcelos[379].

De acordo com o autor, devem ser implantados espaços para a prática multidisciplinar da mediação nos órgãos encarregados da prestação jurisdicional, de modo a efetivar o acesso à justiça, a exemplo das Defensorias Públicas, núcleos comunitários, escritórios privados, unidades educacionais. Todos devem contribuir para modificar a mentalidade dos operadores do direito, auxiliando-os a evoluir na superação do processualismo rígido, de custos elevados e da morosidade processual. Para Célia Regina Zapparolli[380], a cultura de quantos processos foram ganhos e não de "quantos conflitos auxiliei a administrar advém e reforça a noção equivocada de que, para que haja um vencedor, necessariamente deve haver um perdedor". A utilização de outros meios de solução de conflitos, que não através do âmbito judicial, mostra justamente que ambas as partes podem sair ganhando na resolução de uma controvérsia.

As normas que regulamentam a profissão do advogado já preveem a adoção desses meios, a exemplo do art. 2º, parágrafo único, inciso VI, do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil. Esse dispositivo estabelece como um dos deveres dos advogados o de estimular a conciliação entre as partes que estão litigando sempre que possível, a fim de prevenir a instauração de um litígio. Infelizmente, na prática, os advogados ainda estão condicionados pelo "paradigma da dominação e da litigiosidade". De acordo com Carlos Eduardo de Vasconcelos[381], isso se dá em razão da insegurança que acomete os advogados sobre o seu papel diante desses "novos" meios de resolução de conflitos:

> Assim, para que possamos trocar o *chip* do litígio pelo *chip* da colaboração em busca de uma solução de ganha-ganha, precisamos estar seguros de que o novo processo colaborativo será justo e bem conduzido. Precisamos de um acolhimento, que nos deixe tranquilos quanto às nossas responsabilidades e à dignidade do nosso papel. Precisamos estar convencidos de que o nosso cliente tomou a decisão de participar da mediação, conscientemente. E precisamos estar bem informados do papel que deveremos desempenhar no espaço da mediação.

O referido autor fala da segurança que os advogados devem ter para participar de um processo de mediação e de informação sobre a conduta que deve ser tomada por ele na defesa dos interesses de seu cliente. Por isso, considera que a Ordem dos Advogados do Brasil deve

---

[379]VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. p. 16.
[380]ZAPPAROLLI, Célia Regina. *Mediação de conflitos*. Pacificando e prevenindo a violência. A experiência pacificadora da mediação. São Paulo: Summus, 2003. p. 57.
[381]VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Op. cit., p. 68.

orientar esses advogados a "elaborarem contratos de honorários advocatícios que contemplem o já analisado sistema multiportas de advocacia, com vista a assegurar a disponibilização, para o cliente, do meio de solução mais adequado à satisfação das suas necessidades e interesses"[382]. Por fim, destaca o papel do advogado na mediação, cujo contrato de honorários terá por objeto a busca legítima de uma solução para o conflito, independentemente dos meios utilizados para esse fim: negociação, mediação, arbitragem, Poder Judiciário etc.:

> Em suma, o advogado, enquanto tal, durante a mediação, será o assessor do seu cliente, tendo o cuidado de contribuir, com dados técnico-jurídicos, para o avanço de uma negociação de ganhos mútuos, mantendo-se em atitude não adversarial. Por conhecer as normas de ordem pública, esclarecerá os limites jurídicos a serem considerados. Com isto, poderá concorrer para um acordo baseado em fundamentos jurídicos válidos, evitando possíveis nulidades. Portanto, na mediação, os advogados poderão contribuir para uma comunicação construtiva e esclarecida entre as partes, em defesa dos legítimos interesses dos clientes. E atuarão como assessores jurídicos, prontos a dirimir as dúvidas que se apresentem.

Na verdade, além de atuar na mediação, o advogado pode utilizar qualquer instrumento ou meio que visem ao efetivo acesso à justiça. Não se quer aqui eliminar os honorários advocatícios, muito menos a atividade advocatícia, mesmo porque, em um processo de negociação do conflito, o advogado vai receber a remuneração devida pelo simples fato de prestar o serviço advocatício. Pelo contrário, quer-se mostrar que o âmbito judicial não deve mais ser o primeiro passo na defesa dos interesses das partes em conflito e que a atividade postulatória também não deve ser a regra na defesa dos direitos dos jurisdicionados. É preciso desjudicializar os conflitos para que se possa efetivar o acesso à justiça como direito fundamental. Portanto, não significa que a participação do advogado na defesa dos interesses do seu cliente sem a necessidade de postular em juízo acarrete a não remuneração pelo trabalho prestado.

Conforme foi assinalado, é necessário mudar a mentalidade desses profissionais, para que atuem não mais apenas para postular em juízo, mas para desjudicializar as demandas. Ricardo Nemes de Mattos[383] reforça a atuação do advogado como agente de conciliação pré-processual, "visto que também a ele incumbe dar contornos jurídicos ao avençado pelas

---

[382]VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Op. cit., p. 69.

[383]MATTOS, Ricardo Nemes de. *O poder do advogado na condução do processo civil:* propostas para ampliação. Tese. São Paulo: 2009. p. 150.

partes, além de ser o detentor do *ius postulandi*, o que obriga as partes a utilizá-lo para encaminhamento do acordo para a homologação judicial".

Com efeito, não se pode negar a importância do advogado nesse processo, pois a primeira atitude a ser tomada por uma pessoa diante de um conflito de interesse a ser resolvido é buscar a sua ajuda. Para o citado autor[384], a busca da orientação de um advogado é o caminho natural perseguido pelo cidadão:

> A opção natural de um indivíduo, quando ele se vê frente ao início de uma crise de direito material, é buscar a orientação de um advogado. Certamente, um bom profissional explana a situação ao cliente e, mesmo que a solução pareça encaminhada à disputa judicial, salvo raras exceções, ele não ingressará com qualquer medida sem antes contatar o adversário em uma primeira tentativa de composição. Por menores que sejam as despesas iniciais para o cliente ingressar em juízo, o "custo-tempo" de trabalho do advogado seria o fator para que ele mesmo tentasse evitar uma lide temerária e, assim, efetuar um contato na busca de uma composição extrajudicial. Neste momento, o seu contato será não para se apresentar como advogado da parte contrária e sim como um representante de composição, buscando uma aproximação ou mesmo solicitando a indicação de um profissional habilitado para que a controvérsia pudesse ser com ele discutida.

O papel do advogado na sociedade contemporânea não pode mais comportar o uso exacerbado da sua capacidade postulatória. Mesmo porque o advogado passou a negociar soluções para impedir que conflitos se formassem e que fossem solucionados de forma mais célere e sem traumas para os envolvidos. Tudo isso é reflexo da crise financeira que atinge o mercado brasileiro. "Saímos da advocacia da euforia para ingressar na advocacia da crise. Uma bem diferente da outra. Mas o papel do advogado ganha importância enquanto negociador, conciliador, que busca soluções rápidas e tenta evitar conflitos que sigam para o Judiciário", conclui Arnoldo Wald[385].

Para Arnoldo Wald[386], o advogado de hoje precisa não só de uma formação jurídica, mas, principalmente, de uma formação econômica, justificando: "O advogado tem que ter poder e conhecimento de negociação para que encontre uma solução no tempo presente e futuro e não fique voltado para o passado, como agiam os operadores de formação tradicional (...). Agora é momento de reconstruir o que foi abalado pela crise e diminuir as perdas. Isso é

[384]MATTOS, Ricardo Nemes de. Op. cit., p. 153.
[385]In HÁFEZ, Andréa. Ibid.
[386]In HÁFEZ, Andréa. Ibid.

possível a partir de novas formas contratuais e normativas que devem ser elaboradas com a ajuda de advogados com um perfil negociador".

Como se observa, é preciso modificar a mentalidade e a postura dos advogados para que possam adotar um perfil de negociador, no sentido de encontrarem soluções mais rápidas e eficientes para o conflito, com a participação das pessoas envolvidas nesse conflito. Técnicas de negociação devem ser aplicadas para que a negociação seja frutífera.

4.2 A ADVOCACIA NEGOCIAL E A NECESSIDADE DO CONHECIMENTO DE TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO

Como foi visto, a arbitragem, a mediação, a conciliação e a negociação são instrumentos fundamentais para que o direito se concretize, de modo a propiciar o bem comum e a justiça. Esses instrumentos são apontados pelos doutrinadores como caminhos valiosos para os profissionais do direito, em especial, para os advogados. Nessa perspectiva, vem se discutindo o papel do advogado como negociador e não mais apenas como aquele que vai defender os interesses de uma pessoa em juízo. Mesmo porque o advogado já percebeu que não é suficiente ter apenas o conhecimento técnico-jurídico para exercer a profissão, devendo conhecer outras áreas afins.

De acordo com Alessandra Gomes do Nascimento Silva[387], o advogado precisa, a todo momento, negociar, seja com seu cliente, com colegas de escritório ou empresa, com advogados da parte contrária ou funcionários públicos. Trata-se de uma nova realidade que ainda está sendo pouco estudada nos cursos de direito, os quais deveriam trabalhar mais e melhor temas envolvendo a negociação. Deveriam, portanto, acompanhar a evolução da sociedade que vem, cada vez mais, exigindo essa postura do advogado. Em suas considerações, a autora não deixa de defender o acesso à justiça pela prestação jurisdicional. Todavia, acredita que a ampliação dos mecanismos de negociação é necessária e que o advogado, por deter posição privilegiada na administração de conflitos, pode contribuir para que os litígios sejam resolvidos de forma célere e satisfatória, sem precisar da intervenção estatal.

A referida autora entende que a negociação não visa a obter vantagens em detrimento das desvantagens de outrem, mas a proporcionar ganhos mútuos, para que ambas as partes consigam um equilíbrio no que desejam. Basta, para isso, que elas utilizem as ferramentas

[387]SILVA, Alessandra Gomes do Nascimento. *Técnicas de negociação para advogados.* São Paulo: Saraiva, 2002. pp. 2/5.

certas e adequadas para que os conflitos possam ser resolvidos de maneira satisfatória. Ao contrário, na prestação jurisdicional pelo Poder Judiciário, normalmente, haverá um vencedor e um perdedor na decisão judicial de um conflito de interesses, conforme se observa nessa análise feita por Nicolai Mascarenhas[388]:

> As estratégias empregadas pelo direito positivo impõem a batalha entre as partes, que têm de comprovar a ocorrência de uma hipótese fática para aplicação de uma consequência jurídica específica. Esta consequência jurídica, consubstanciada por uma decisão do órgão judiciário, irá conferir apenas a uma das partes o bem almejado. Vale dizer, não há uma indução para encontrar um denominador em comum, não há um incentivo para a negociação. Há, sim, uma condução para ações litigiosas, que desconsidera muitos aspectos relevantes de um conflito.

O problema das decisões tomadas pelos magistrados está no fato de não considerarem, efetivamente, qual seria a conveniência para as partes, uma vez que os juízes se preocupam mais em aplicar o que dita a lei, ou seja, em seguir as normas legais. De fato, as partes não encontram em um processo judicial a possibilidade ampla de discussões sobre o conflito, nem as possíveis estratégias de condutas pacificadoras para a negociação.

Por isso, destaca-se a importância de se difundirem os meios alternativos de resolução de conflitos e as técnicas de negociação. Dessa forma, os advogados poderão assessorar melhor seus clientes, dando-lhes um leque de opções para que possam resolver seu conflito de interesse. Diante dessa possibilidade de adoção de novas estratégias para a solução do conflito, o bacharel em direito precisa dominar as técnicas de negociação, as quais "analisam as diversas variantes que o influenciam, levando em consideração vastos arsenais de meios psicológicos, indutivos e persuasivos, e novas formulações jurídicas, permitindo a criatividade das soluções"[389].

Não se quer dizer com isso que se pretenda excluir o direito ao acesso à prestação jurisdicional. Esse é um direito assegurado constitucionalmente a todas as pessoas que precisarem recorrer a essa prestação, conforme já dito. O que o sistema de negociação vai fazer é desafogar o Poder Judiciário, reduzindo o número de processos, bem como o tempo gasto pelas pessoas para verem realizado o seu direito. A esse respeito, posiciona-se Alessandra Gomes do Nascimento Silva[390]:

---

[388] MASCARENHAS, Nicolai. http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao.../discente/disc_16.doc. Acesso em 02 out. 2013.
[389] Ibid.
[390] SILVA, Alessandra Gomes do Nascimento. Op. cit., pp. 4/5.

> Se, de um lado, defendemos a ampla possibilidade de acesso à prestação jurisdicional, garantida constitucionalmente, de outro, cremos que também nós, como operadores do direito, podemos colaborar nesse movimento de desobstrução dos tribunais. E é neste compêndio que pretendemos fornecer combustível para que toda a enorme e inexplorada gama de conflitos que podem ser resolvidos de maneira célere e conveniente, sem a necessidade da intervenção estatal, possa ser habilmente administrada por aqueles que detêm privilegiada posição para tal: os advogados.

Lisiane Lindenmeyer Kali[391]também reforça esse entendimento, enfatizando o caráter preventivo da negociação, buscando-se evitar danos para o cliente:

> (O advogado) deve ser, principalmente, uma pessoa flexível. Além disso, deve valorizar as relações interpessoais, ter sensibilidade com relação ao efeito das decisões sobre os outros. Também é importante que possua um enfoque preventivo, procurando evitar o dano e que tenha uma visão a longo prazo, não buscando apenas o que parece ser vantajoso para o seu cliente no momento presente, mas visualizando também quais serão as consequências para ele no futuro.

Além da negociação, os demais meios alternativos para a solução de conflitos surgiram com o objetivo de descongestionar a máquina judiciária e para proporcionar uma melhor relação negocial entre pessoas físicas ou jurídicas. Em razão disso, a teoria da administração de empresas reformulou as técnicas de negociação para não mais funcionar como um mecanismo de obtenção de vantagens para uma das partes, em que um ganha e o outro perde. Para tanto, vem incorporando "ferramentas de outras áreas do saber humano (como o próprio direito e a psicologia), tornando-se um hábil instrumento para lidar com os mais diversos tipos de conflito"[392].

Dante P. Martinelli e Ana Paula de Almeida[393] afirmam que antigamente o negociador procurava atender às próprias necessidades, sem se preocupar com a outra parte envolvida na negociação. Porém, modernamente, o principal objetivo é a satisfação de ambas as partes, a partir de uma decisão negociada. A eficácia das técnicas de negociação está sendo comprovada em alguns países, principalmente nos Estados Unidos da América. Esse país vem inserindo as referidas técnicas nos mecanismos alternativos de solução de conflitos, em

---

[391] KALIL, Lisiane Lindenmeyer. *O advogado negociador*. Disponível em http://www.mediarconflitos.com/2007/03/oa-advogadoa-negociadora.html. Acesso em 12 ago. 2013.

[392] Disponível em http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao.../discente/disc_16.doc. Acesso em 02 out. 2013.

[393] MARTINELLI, Dante P.; ALMEIDA, Ana Paula de. *Negociação:* como transformar confronto em cooperação. São Paulo: Atlas, 1997. p. 22.

especial, a mediação. Com esse propósito, os alunos dos cursos de direito são estimulados a estudar essas técnicas e esses mecanismos, que se transformaram em disciplinas já inseridas na matriz curricular dos cursos jurídicos:

> Em virtude da eficácia comprovada das técnicas de negociação em lidar com os conflitos, a doutrina jurídica mundial (principalmente americana e alemã) está incorporando suas teorias nos meios acadêmicos, encontrando campo fértil nos mecanismos alternativos de solução de conflito, mormente na mediação. Como nesses mecanismos não há forma preestabelecida, podem-se adotar as estratégias negociais adequadas ao momento e à situação, que levem em conta, principalmente, o fator psicológico das partes e o custo de conflito[394].

De acordo com Stephen Kozicki[395], "negociação é um procedimento bem simples. É basicamente uma questão de dois lados se sentarem para chegar a um acordo: uma solução que deixe ambas as partes felizes, a clássica situação do ganho mútuo". Mas, para que todas as partes envolvidas no conflito se tornem satisfeitas com a negociação, é preciso que se apliquem técnicas de negociação. Essas técnicas são direcionadas tanto para as partes envolvidas no conflito quanto para os operadores do direito que irão participar do processo de negociação. Dante P. Martinelli e Ana Paula de Almeida[396] consideram que o negociador deve, nesse contexto, desenvolver as seguintes estratégias: isolar as pessoas dos problemas; concentrar-se nos interesses das partes; buscar o maior número possível de opções; adotar critérios objetivos; programar fases da negociação e evitar barganha posicional.

Com efeito, a negociação visa a evitar o crescimento do número de processos ajuizados, fazendo também com que as ações judiciais sejam solucionadas de uma forma mais célere. É nesse sentido que se faz primordial a presença do advogado negociador quando do surgimento de alguma demanda, com o objetivo de que se faça valer uma premissa maior, qual seja, a de que ambas as partes saiam ganhando. Para isso, o advogado tem que conhecer e praticar as técnicas de negociação, que alguns autores já vêm desenvolvendo, a exemplo de Alessandra Gomes do Nascimento Silva, que elaborou um roteiro básico para a preparação à negociação (Anexo N). Para muitos doutrinadores, o advogado não pode mais pensar que as audiências de conciliação constituem-se em perda de tempo. É nessa conciliação que o advogado vai poder utilizar as técnicas capazes de solucionar conflitos.

---

[394] Disponível em http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao.../discente/disc_16.doc. Acesso em 02 out. 2013.
[395] KOZICKI, Stephen. *Negociação criativa.* São Paulo: Editora Futura, 1999. p. 15.
[396] MARTINELLI, Dante P.; ALMEIDA, Ana Paula de. Ibid.

Os cursos de direito têm um papel fundamental nessa caminhada, que é inserir em suas matrizes curriculares disciplinas que tratem desse papel de negociador do advogado ou, pelo menos, que as disciplinas já existentes, a exemplo de "ética e prática jurídica", abordem o assunto. Alessandra Gomes do Nascimento Silva[397] lamenta que o foco de trabalho do advogado ainda seja o litígio, porque é isso que os alunos aprendem nos cursos:

> Somos verdadeiramente fruto da formação que recebemos na faculdade. Nosso material de trabalho é o litígio. Vivemos dele e dele nos alimentamos. Daí a crença de que, fomentando o litígio, estamos contribuindo para a continuidade da oferta de trabalho. E muitos que se portam dessa maneira esquecem que o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil indica que é dever do advogado "estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios" (art. 2º, parágrafo único, VI).

Como lembra a autora, as próprias normas que regulam a profissão de advogado estimulam que seja realizada a conciliação, a fim de se evitar a instauração de litígios. Não se está falando apenas da audiência de conciliação realizada nos tribunais, mas também da conciliação que pode ser realizada entre as partes antes mesmo de se ajuizar uma demanda. Essa ferramenta já vem sendo manejada por alguns advogados, que não pensam apenas em receber sua remuneração pelo serviço prestado. Antes de tudo, pensam no bem-estar e na satisfação dos seus clientes. Com esse propósito, estimulam-nos a entrar em acordo com os advogados das partes contrárias.

Segundo Alessandra Gomes do Nascimento Silva[398], quando se demanda em juízo, o papel do advogado é convencer o magistrado de sua tese jurídica. Já na negociação, ele tem por objetivo convencer a outra parte de que a proposta que lhe está sendo oferecida é a melhor alternativa para a parte, no caso de não se realizar um acordo entre ambas. Descobrir os interesses que estão em jogo; criar opções de ganhos mútuos; propor critérios objetivos para dar sustentação às opções criadas; discutir o processo de negociação com a outra parte; estabelecer alternativas para o caso de não haver acordo; conhecer as alternativas da outra parte; colocar-se no lugar da outra parte e firmar o acordo de maneira efetiva são as principais técnicas relacionadas pela autora para que o advogado possa ser um negociador.

---

[397]SILVA, Alessandra Gomes do Nascimento. Op. cit., p. 10.
[398]SILVA, Alessandra Gomes do Nascimento. Op. cit., p. 17.

Para Luis Fernando Rabelo Chacon[399] os advogados precisam conhecer as técnicas de negociação criadas em Harvard, nos Estados Unidos. A mais disseminada na negociação é a integrativa, que consiste em apresentar métodos para a obtenção do acordo. "Baseada na ideia de que, para uma parte ganhar, é preciso que a outra venha a perder, a negociação integrativa está relacionada com a ideia de que todos podem e devem ganhar numa negociação". Isso permite "que todos saiam satisfeitos e, mais do que isso, integrados, que se reconstrua ao final o relacionamento, propiciando o que se espera realmente, qual seja, a solução do conflito".

O referido autor apresenta sete elementos de aproximação entre os negociadores: comunicação, relacionamento, alternativas, interesses, legitimidade, opções e compromisso. Em seguida, propõe cinco passos que devem ser seguidos para a construção de uma negociação: preparar, criar, negociar, fechar e reconstruir. Além dos elementos que estão presentes na negociação e dos passos que devem ser seguidos, o autor reconhece que o advogado precisa conhecer outras ferramentas.

Para Alessandra Gomes do Nascimento Silva[400], a alternativa é um dos elementos mais importantes na teoria da negociação, pois mostra todos os caminhos que podem ser tomados no caso de não ser acordado o que as partes queriam. Segundo ela, é função do negociador conhecer as alternativas do seu cliente e também as alternativas da parte contrária, antes mesmo que o processo de negociação seja iniciado. Nesse aspecto, o advogado deve pensar em todas as alternativas possíveis que podem ser consideradas em uma determinada negociação de conflitos. Em seguida, deve escolher "a melhor delas, que será, então, o seu referencial para decidir pelo fechamento ou não de um acordo, contrato ou qualquer tipo de transação. Deve ser o parâmetro a ser perseguido, de modo a melhor ponderar as várias propostas apresentadas[401].

Luis Fernando Rabelo Chacon[402] faz uma análise sobre os elementos acima referidos, em especial, sobre a comunicação, essencial em qualquer processo de negociação:

> A primeira dica é sobre um dos sete elementos, a comunicação. Ela deve ser a mais natural possível, mesmo em situações de adversidade e aqui o advogado tem um papel importante, qual seja, de criar o clima e permitir que ele apareça e se mantenha. O local precisa ser adequado: pense no conforto, no silêncio, na privacidade e até mesmo na segurança das pessoas. É preciso que os litigantes se sintam bem antes de tudo, pois sem isso não

[399] CHACON, Luis Fernando Rabelo. *Todo advogado é negociador?* Disponível em http://advocaciahoje.blogspot.com.br/2012/06/todo-advogado-e-negociador.html. Acesso em 28 set. 2013.
[400] SILVA, Alessandra Gomes do Nascimento. Op. cit., pp. 60/61.
[401] SILVA, Alessandra Gomes do Nascimento. Op. cit., pp. 61/62.
[402] CHACON, Luis Fernando Rabelo. Ibid.

> há boa comunicação. Na comunicação é preciso afastar os ruídos. Não falar mal do oponente, não deixar de perguntar o que não entendeu, não mentir etc. Um exemplo muito importante em busca de uma comunicação sem ruídos: ao terminar uma explicação, pergunte ao interlocutor se ele entendeu e peça que ele lhe explique. Se alguém consegue explicar o que acabou de ouvir, é porque compreendeu (lembre-se, compreendeu, não necessariamente concordou). Isso garante uma comunicação eficaz em busca do acordo.

No que diz respeito aos passos que devem ser seguidos na negociação, o referido autor esclarece que a "preparação é a alma do negócio e significa, na prática, colher e compreender o máximo de informações sobre o caso. Antes de criar o primeiro contato e de efetivamente negociar, é preciso estar preparado. É preciso conhecer o seu lado, o lado do outro, o terceiro lado. Uma visão ampla de todos os *players* desse processo que se inicia".

Essa preparação exige, principalmente, informações que devem ser colhidas, antes mesmo do contato inicial com a parte contrária em uma relação de negociação. Assim, antes de negociarem, as partes envolvidas em um conflito de interesses devem se munir de informações necessárias para um melhor desenvolvimento dessa negociação. É o que ilustra o filme "O negociador", de Gary Gray[403], mostrando, logo nas primeiras cenas, que um negociador precisa ter informações e compreendê-las antes do contato com a outra parte, antes mesmo de começar a negociar. Essa também é a linha de raciocínio de Luis Fernando Rabelo Chacon[404]:

> É preciso, então colher informações prévias, quem sabe, até mesmo fazer um contato prévio, investigar quando for preciso, definir suas alternativas e, principalmente, sua MASA – melhor alternativa sem acordo. Só se entra numa negociação compreendendo exatamente isso, ou seja, se não houver acordo, qual é a alternativa que me resta? Pois, nenhum acordo poderá ser pior do que sua MASA!

Mas nem todos os advogados percebem o momento adequado para negociar. Os erros mais comuns, quando tentam realizar uma negociação correta são: não preparar as negociações; negociar como se estivesse dialogando consigo mesmo; confundir a narração com os fatos; estabelecer objetivos inalcançáveis ou riscos inapropriados e não dispor de

---

[403] Disponível em http://onegociador.com.br/biblioteca/archives/197. Acesso em 14 jan. 2014.

[404] CHACON, Luis Fernando Rabelo. *Todo advogado é negociador?* Disponível em http://advocaciahoje.blogspot.com.br/2012/06/todo-advogado-e-negociador.html. Acesso em 28 set. 2013.

procedimentos para tratar com a tensão e o estresse[405]. Além disso, os advogados devem: não confundir o cliente com excesso de informações, posições ou ideias; não se deixar envolver por táticas sujas muitas vezes sugeridas; identificar as intenções do cliente; lembrar que a negociação só termina quando a demanda for finalizada e não quando o contrato de serviço foi firmado; procurar aprender alguma coisa de cada negociação efetuada.

Vários erros podem ser evitados se o advogado for preparado para negociar, o que vai exigir uma melhor qualificação e o próprio ensino nos cursos jurídicos. Sabe-se que a legislação brasileira estabelece meios de solução de conflitos extrajudiciais, quais sejam: a arbitragem, a conciliação e a mediação. É a partir desses meios que se desenvolve o poder de negociação. O que falta é um desenvolvimento eficaz desse mecanismo, que deve ser disseminado para todos os interessados. Essa é a opinião de diversos autores, a exemplo de Ari Lima[406], que considera a empatia, flexibilidade, respeito, cortesia, prudência e cautela como pontos-chave no desenrolar da negociação:

> Atualmente, a legislação no Brasil prevê a solução de muitos conflitos via métodos extrajudiciais. São conhecidos como arbitragem, conciliação e mediação. Todas estas práticas são um campo fértil para o desenvolvimento da negociação e exigem, sobretudo, competência e habilidade por parte dos agentes responsáveis em aplicá-las. É certo que a sociedade ganhou muito com a implantação destas formas de resolver conflitos, pois diminuíram os custos e os prazos para solução de milhares de processos judiciais. Na base de todas elas, está o conceito de negociação. Portanto, concluímos que a capacidade de negociação deveria ser uma prioridade na formação de todos os operadores do direito. Uma competência a ser disseminada nas escolas, nos escritórios de advocacia e nas instituições judiciárias, para que as demandas judiciais possam conseguir soluções menos onerosas, menos traumáticas e mais adequadas às partes envolvidas e para a sociedade em geral.

Para Bárbara Diniz [407], negociação é um procedimento natural baseado na comunicação direta, para se tentar resolver um conflito, devendo as partes possuir total controle sobre o procedimento e o resultado. Ela considera que a negociação pode ser distributiva (a parte procura maximizar seus ganhos à custa de concessões da outra parte) ou

---

[405] CENTRAL JURÍDICA. *Manual do advogado de sucesso*. Disponível em http://www.centraljuridica.com/especial.php?id=5. Acesso em 17 abr. 2013.
[406] LIMA, Ari. *A importância da negociação na advocacia.* Disponível em http://www.administradores.com.br. Acesso em 21 abr. 2013.
[407] DINIZ, Bárbara. *O advogado e a negociação.* Disponível em http://www.blogmediacoes.com.b. Acesso em 21 abr. 2013.

integrativa, também chamada de cooperativa (busca-se um resultado satisfatório para todos). Nesse sentido, esclarece:

> Nesse caso, a atuação dentro de uma negociação colaborativa poderia auxiliar a desafogar muitos dos tribunais existentes, além de favorecer a manutenção de relacionamentos, a autonomia individual de resolver os próprios conflitos e a satisfação de interesses de todos os envolvidos. Para isso, porém, seria necessário que os advogados soubessem negociar muito além do jogo de concessões e soma zero; seria necessário que enxergassem sua atuação como negociadores profissionais, técnicos com conhecimento. Isso, no entanto, está ainda longe de ser a realidade.

Mas, como se observa, alguns advogados resistem à aplicação da negociação e dos demais meios alternativos de solução de conflitos. Às vezes, têm receio de enfrentar colegas mais habilidosos na arte da negociação, de não corresponder às expectativas de seus clientes na defesa de seus interesses, de que a remuneração recebida no processo de negociação não seja condizente com o seu trabalho despendido, de que o magistrado pense que eles querem assumir o seu papel, dentre outros fatores. Alessandra Gomes do Nascimento Silva [408] acrescenta a esses fatores a vaidade pessoal, pois muitos advogados querem ser reconhecidos apenas por terem logrado êxito na causa. Por isso, ela acredita que o advogado deve se preparar bem para uma negociação, munindo-se de instrumentos capazes de o auxiliarem na transação. Deve, sobretudo, deixar claras para o cliente as vantagens da negociação e as possibilidades de resultados.

Restou claro que o papel do negociador, para a maioria dos doutrinadores, está em obter um resultado positivo, ou seja, alcançar uma solução favorável para a parte que ele representa. É isto que vai diferenciar o papel do advogado quando participa da mediação. Ele não pode ser parcial, devendo manter-se neutro para a solução do conflito existente. Cabe ao advogado, então, ouvir o que as partes têm a dizer e facilitar que elas cheguem a uma solução, conforme aduz Maria Fernanda Pastorello[409]: "Acompanha a reflexão das partes, permitindo-lhes encontrar um acordo que melhor satisfaça os interesses de todas as partes envolvidas. Ele atua, apenas, como facilitador das partes".

Trata-se, nesse caso, da realização da mediação antes de se iniciar o processo civil. Segundo a autora, existe um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, dispondo

---

[408] SILVA, Alessandra Gomes do Nascimento. *Técnicas de negociação para advogados.* São Paulo: Saraiva, 2002. p. 13.

[409] PASTORELLO, Maria Fernanda. *Negociação, mediação e advocacia*. Disponível em http://www.cgvadvogados.com.br/html/downloads/focus_09.pdf. Acesso em 17 abr. 2013.

sobre a obrigatoriedade dessa tentativa de mediação, na qual o advogado vai possuir poderes para intimar e lavrar termos. Para isso, ele será remunerado, exigindo-se, no entanto, a formação de profissionais qualificados para tal função, como já analisado no capítulo anterior. Ainda de acordo com Maria Fernanda Pastorello[410], o advogado terá que agir de forma neutra, procurando "restabelecer o relacionamento, atuando como um catalisador, procurando potencializar o positivo do conflito". Portanto, ele não pode atuar como defensor de uma das partes em juízo:

> Na mediação, é fundamental que o advogado, quando atuar como mediador, tenha consciência de que é um terceiro neutro que conhece o processo de mediação e que, sem emitir juízo de valor, auxilia as partes a conversarem. Ele deve procurar restabelecer o relacionamento, atuando como um catalisador, procurando potencializar o positivo do conflito. O advogado, habituado na lide com a parte contrária, no processo de mediação deve atuar de forma totalmente diversa da postura por ele adotada em juízo, ao representar seu cliente em uma lide. Enquanto mediador, não pode interessar-se pelos resultados, já que seus interesses devem focar-se em fazer com que as partes saibam dialogar e busquem seus interesses. A maior cautela a ser adotada especificamente pelo profissional do direito, enquanto mediador, é ter sempre em mente que a mediação transcende a solução de conflitos, dispondo-se a transformar o contexto adversarial em colaborativo, estimulando e vitalizando a comunicação entre os indivíduos em conflito, de modo a proporcionar o que a jurisdição pública certamente não possui condições de oferecer, celeridade e restabelecimento da relação social entre as partes.

Seja como mediador ou como negociador, o advogado tem em suas mãos instrumentos eficientes capazes de realizar justiça e obter o bem para ambas as partes. Porém, essa tarefa vai exigir a cooperação de outros órgãos e, até mesmo, dos advogados das partes contrárias. Na verdade, o advogado não terá mais como função principal a de postular em juízo, mas sim a de tentar solucionar os conflitos antes de chegarem ao conhecimento dos tribunais.

Conforme se verifica, a negociação, a mediação e a arbitragem constituem meios alternativos para que se dê celeridade aos processos ou se evite o surgimento deles. São instrumentos que produzem um resultado mais rápido e eficiente para aqueles que procuram a solução dos seus conflitos. Como ressalta a autora citada, em meio à crise que os tribunais enfrentam com a burocracia excessiva, a falta de celeridade processual e o exacerbado

[410]PASTORELLO, Maria Fernanda. Ibid.

número de processos para serem julgados, surge o papel do "advogado mediador/negociador" para tentar minimizar esses problemas:

> Nesse contexto, ciente de que as garantias elencadas na Constituição Federal com o escopo de resguardar o jurisdicionado produzem resultados insatisfatórios em face da crise enfrentada pelo Judiciário, bem como de que essa circunstância não pode obstar a justiça, deve o mediador/negociador advogado apoiar os novos meios de composição de conflitos, numa perfeita concretização do justo, impedindo dessa forma a injustiça legalizada que caminha lado a lado com o Poder Judiciário, que, por outro lado, também busca através de reformas legislativas obter o equilíbrio entre a segurança jurídica e a efetividade processual[411].

O que interessa para a atividade advocatícia não é apenas o dever de postulação, mas de assessoria e consultoria e, acima de tudo, de negociação. Agindo dessa forma, o advogado estará contribuindo para a concretização dos preceitos constitucionais, respeitando os ditames legais. Seja através da arbitragem, da conciliação ou da mediação, cabe aos profissionais do direito e, principalmente, ao advogado utilizarem as técnicas de negociação. Desse modo, irão contribuir para o bom relacionamento entre as partes, para a consequente solução dos conflitos e para que o litígio não seja levado a juízo.

4.3 APLICAÇÃO DA TEORIA DOS JOGOS NA NEGOCIAÇÃO ADVOCATÍCIA

Vive-se atualmente em um mundo competitivo, no qual ganha quem tiver a melhor estratégia. E não é diferente com o advogado, pois obterá resultados satisfatórios em uma demanda se aplicar a melhor estratégia. Portanto, ele deve entender também de matemática, da teoria dos jogos, e não só de direito. Essa teoria trata da análise matemática de uma situação de conflito de interesses, com o objetivo de identificar as melhores opções que podem conduzir à obtenção do resultado desejado, de acordo com Cooter e Ullen[412]. Ela abrange a tomada de decisões, as preferências de cada jogador, bem como suas expectativas sobre as possíveis ações dos outros jogadores. É o que acontece quando o advogado tem que preparar uma petição inicial pensando nas possíveis impugnações da parte contrária. Essa

[411]PASTORELLO, Maria Fernanda. Ibid.
[412]COOTER, R.; ULLEN, T. (2004). *Law and economics*. Pearson/Addison Wesley. [HP: http://www.cooter-ulen.com/]. p. 38.

teoria vem sendo utilizada para analisar fenômenos econômicos, além de ser aplicada na ciência política, na ética filosófica e no jornalismo[413].

Portanto, a teoria dos jogos estuda situações estratégicas em que os jogadores, na tentativa de melhorar o seu desempenho, escolhem diferentes ações, buscando encontrar estratégias racionais para determinadas situações. Nesse sentido, o resultado não depende apenas da estratégia individual de cada um dos envolvidos, mas também das opções escolhidas por diferentes agentes que podem adotar estratégias diversas ou ter objetivos comuns. Trata-se de uma teoria lógico-matemática que é utilizada em processos de tomadas de decisões, em conflitos de interesses. Com ela, busca-se escolher a melhor estratégia para os jogadores, tendo por objetivo final o resultado ou a solução adequada aos interesses das partes envolvidas.

Não há como se falar de teoria dos jogos sem fazer referência à teoria da decisão estratégica. Esta nada mais é do que uma concepção ou um plano de ação ou de uma sequência de ações destinadas a alcançar um objetivo determinado. Trata-se de uma metodologia que especifica o caminho a ser seguido em qualquer situação[414]. Alecsandra Neri de Almeida[415] apresenta a seguinte definição da teoria dos jogos:

> A teoria dos jogos tem a finalidade de prever os movimentos dos outros jogadores, sejam eles concorrentes ou aliados. Através dessa teoria, os jogadores se posicionam da melhor forma para obter o resultado desejado. O objetivo da teoria dos jogos é entender a lógica na hora da decisão e ajudar a responder se é possível haver colaboração entre os jogadores, em quais circunstâncias o mais racional é não colaborar e quais estratégias devem ser adotadas para garantir a colaboração entre os jogadores. A teoria dos jogos, por meio da matemática, equaciona os conflitos, onde o foco são as estratégias utilizadas pelos jogadores.

Um dos exemplos mais conhecidos de aplicação da teoria dos jogos é o dilema do prisioneiro, formulado por Albert Tucker, professor da Universidade Princeton, nas décadas de 1940 e 1950. No episódio, dois homens, suspeitos de terem violado conjuntamente a lei, são interrogados simultaneamente (e em salas diferentes) pela polícia. Esta não tinha elementos seguros para indiciar ambos pela autoria do crime. Ante esse dilema, decide pedir

---

[413]MANOCCHIO, Amanda Laurie. *Teoria dos jogos e negociação.* Monografia. Universidade de São Paulo, 2007. p 11.

[414]BERNI, Duilio de Avila. *Teoria dos jogos:* jogos de estratégia, estratégia decisória, teoria da decisão. Reichmann & AMP, Affonso. 2004. p. 10.

[415] ALMEIDA, Alecsandra Neri de. *Teoria dos jogos*: as origens e os fundamentos da teoria dos jogos. http://www.ccet.ufrn.br/matematica/lemufrn/Artigos/Texto%20sobre%20TEORIA%20DOS%20JOGOS.pdf. Acesso em 27 set. 2013.

um ano de prisão para ambos, se eles não aceitarem o acordo. Mas qual seria esse acordo? Se um deles testemunhasse contra o outro, ficaria livre da prisão, enquanto o outro deveria cumprir a pena de três anos. Se os dois aceitassem o acordo e um testemunhasse contra o companheiro, ambos seriam sentenciados a dois anos de prisão.

De acordo com Fábio Portela Lopes de Almeida[416], não existe uma resposta correta para esse dilema, pois, se o jogo fosse disputado entre dois jogadores totalmente racionais, a solução seria a cooperação de ambos, rejeitando o acordo com a polícia e sendo penalizados a um ano de prisão. Mas como não havia garantia de que a outra parte agisse de forma cooperativa, não haveria um equilíbrio no qual a melhor alternativa deve independer da vontade do outro jogador. Segundo Humberto Lima de Lucena Filho[417], foi John Nash que introduziu o elemento cooperativo na teoria dos jogos. Sua estratégia é formulada no sentido de haver ganho individual e de ganho coletivo, ou seja, fazendo-se o melhor para si e para os outros. Essa estratégia possibilita as partes envolvidas em um conflito a lucrar mutuamente. É o que se observa no citado dilema do prisioneiro.

A maioria dos autores que estuda a teoria dos jogos esclarece que ela surgiu quando John Von Neumann (1903-1957), matemático húngaro-americano, provou o teorema minimax. E assim, chegou à conclusão de que há sempre uma solução racional para um conflito entre dois indivíduos, mesmo que os interesses sejam completamente opostos. Seu trabalho foi publicado em 1928, no periódico *Zur Theorie der Gesellschaftsspiele* (sobre a teoria dos jogos de estratégia). Nesse período, Oskar Morgenstern (1902-1977), economista alemão, estava por publicar o livro "Implicações quantitativas do comportamento do máximo", chegando à conclusão de que, em razão de os indivíduos interagirem, a sua racionalidade seria relativa[418].

Segundo Ronaldo Fiani[419], foi Antonie Augustin Cournot (1801-1877), matemático francês, o primeiro a elaborar elementos importantes do método que seria, mais tarde, utilizado na solução de um jogo. Em 1838, publicou o livro *Recherches sur les principes mathématiques de la théorie des richesses*, apresentando o modelo de duopólio (duas empresas, produzindo um bem homogêneo, decidiram produzir quantidades que eram compatíveis entre si). De acordo com o autor, esse método de Cournot foi considerado o

[416]ALMEIDA, Fábio Portela Lopes. *A teoria dos jogos:* uma fundamentação teórica dos métodos de resolução de disputa. Estudos de arbitragem, mediação e negociação Vol.2. Disponível em http://www.arcos.org.br. Acesso em 10 maio. 2013.
[417]LUCENA FILHO, Humberto Lima de. *A constitucionalização da solução pacífica de conflitos na ordem jurídica de 1988.* Tese. UFRN: Natal, 2012. p. 35.
[418]ALMEIDA, Alecsandra Neri de. Ibid.
[419]FIANI, Ronaldo. *Teoria dos jogos*: com aplicações em economia, administração e ciências sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009. p. 34.

precursor da análise de equilíbrio em jogos não cooperativos e uma verdadeira aplicação do mesmo método que John Nash desenvolveria mais tarde.

Em 1944, Morgenstern e Von Neumann juntaram seus trabalhos e publicaram a obra *The theory of games and economics behavior* (Teoria dos jogos e comportamento econômico). Nesse trabalho, desenvolveram uma teoria de jogos para um maior número de participantes, afirmando que o comportamento da economia depende da interação entre os agentes, pois afeta diretamente a elaboração de estratégias e tomadas de decisão dos produtores e dos consumidores[420]. De acordo com Ronaldo Fiani[421], o matemático francês Félix Edouard Justin Emile Borel (1871-1956) foi o primeiro a formular o conceito moderno de estratégia. Publicou a obra "Aplicações para jogos da sorte", onde discute a determinação da estratégia mista, pois Borel desistiu de procurar a fórmula perfeita para jogos. Segundo ele, as jogadas ótimas são difíceis de serem descobertas em jogos reais e, mesmo se fossem encontradas as pessoas deixariam de jogar"[422].

Essa teoria busca oferecer subsídios teóricos para que se possa compreender como a análise matemático-formal pode facilitar a compreensão de métodos de resolução de disputa, tais como o processo judicial, a mediação, a negociação e a arbitragem. É utilizada sempre que surge um conflito, que se estabelece quando atividades incompatíveis acontecem. O conflito ocorre quando duas pessoas têm que desenvolver estratégias para maximizar seus ganhos, de acordo com certas regras preestabelecidas. Portanto, a teoria dos jogos pode também ser aplicada no campo da atividade advocatícia, sendo reconhecida oficialmente:

> A teoria dos jogos oferece subsidíos principalmente para quem vai trabalhar com o processo de mediação e com os demais meios de solução de controvérsias. Em suma, a relação de cooperação com competição em um processo de resolução de disputas não deve ser tratada como um aspecto ético da conduta dos envolvidos e sim por um prisma de racionalidade voltada à otimização de resultados. Isto é, se em uma relação continuada, um das partes age de forma não cooperativa, esta postura deve ser examinada como um desconhecimento da forma mais de ação para seu conflito – seja pelo elevado envolvimento emocional, seja pela ausência de um processo maduro de racionalização. Com base na fundamentação teórica trazida pela teoria dos jogos, pode-se afirmar que, nas dinâmicas conflituosas de relações continuadas (ou a mera percepção de que determinada pessoa encontra-se em uma relação continuada), as partes têm a ganhar com soluções cooperativas. Merece destaque também que, por um prisma puramente

[420]ALMEIDA, Alecsandra Neri de. Ibid.
[421]FIANI, Ronaldo. Op. cit., p. 35.
[422]ALMEIDA, Alecsandra Neri de. Ibid.

> racional, as partes tendem a cooperar, não por razões altruístas mas visando à otimização de seus ganhos individuais[423].

Como se observa, a teoria dos jogos, antes aplicada apenas nas ciências exatas, pode e deve ser utilizada no direito. Isso porque se trata de um conjunto de instrumentos que descreve e prevê o comportamento estratégico nas situações em que os participantes de um jogo tomam decisões estratégicas, as quais levam em consideração as atitudes e respostas dos outros. Para Giácomo Balbinotto Neto[424], essas situações estratégicas ocorrem quando "um agente leva em conta como outros agentes iriam se comportar numa tomada de decisão e os outros agentes iriam fazer o mesmo. Assim, decisões estratégicas envolvem dois ou mais tomadores de decisão e a possibilidade de ligar uma decisão à outra e vice versa".

É claro o objetivo da teoria dos jogos em determinar a melhor estratégia para cada jogador, ou seja, escolher o melhor plano de ação a ser desenvolvido no jogo. "A estratégia ótima para um jogador é aquela que maximiza seu *playoff* esperado. Os *playoffs* referem-se a todas as coisas que importam para o jogador, positiva ou negativamente, a qualquer período durante o jogo", expressa o autor. E é esse instrumento que deve ser desenvolvido na prática advocatícia negocial, pois "oferece subsídios teóricos para aqueles que buscam entender como a análise matemático-formal pode facilitar a compreensão de métodos de resolução de disputa, tais como o processo judicial, a mediação, a negociação e a arbitragem", completa Fábio Portela Lopes de Almeida[425]. Segundo o autor, a teoria dos jogos tem sido utilizada nas ciências sociais, citando alguns exemplos:

> A teoria dos jogos também tem sido utilizada nas ciências sociais como parâmetro, por exemplo, para definição de políticas públicas ou mesmo para a distribuição da responsabilidade civil em determinados acidentes. Alguns estudos de ciência política têm utilizado como matriz teórica para o estudo das relações entre as casas legislativas a teoria dos jogos. A possibilidade de revisão dos textos legislativos aprovados na Câmara dos Deputados pelo Senado Federal é um incentivo para que os deputados aprovem textos compatíveis com a Constituição Federal e que sejam passíveis de aprovação pelas coligações partidárias dominantes no Senado. De outro lado, o controle de constitucionalidade das leis e a sanção

[423]BRASIL. Ministério da Justiça. *Manual de mediação judicial*. 3. ed. Ministério da Justiça, Brasil: 2012. pp. 50/51.

[424] BALBINOTTO NETO, Giácomo. Disponível em http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/quest-eco/teoria-jogos.pdf. Acesso em 30 jan. 2014.

[425]ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de. *A teoria dos jogos*: uma fundamentação teórica dos métodos de resolução de disputa. Disponível em http://www.arcos.org.br/livros/estudos-de-arbitragem-mediacao-e-negociacao-vol2/terceira-parte-artigo-dos-pesquisadores/a-teoria-dos-jogos-uma-fundamentacao-teorica-dos-metodos-de-resolucao-de-disputa. Acesso em 30 jan. 2014.

> presidencial também são obstáculos criados para evitar o arbítrio das duas Casas. Como se vê, a produção legislativa pode ser resumida à ideia de que um "jogador" formula sua estratégia para maximizar os ganhos (no caso legislativo, para que seu projeto de lei seja aprovado) e, para isso, antevê o que possivelmente os outros jogadores (a outra Casa legislativa, o presidente da República e o Supremo Tribunal Federal) estão pensando. Tais dados são o suficiente para analisar a produção legislativa em um jogo cooperativo de informação aberta, que pode ser analisado com base no arcabouço conceitual da teoria dos jogos.

Assim, a teoria dos jogos pode e deve ser utilizada pelos advogados nesse novo cenário de educação jurídica. Convém lembrar que essa teoria não é muito utilizada no Brasil, nem difundida, especialmente, na área jurídica. Todavia, sendo aplicada, auxiliará os profissionais em sua atividade, pois se trata de um instrumento de estratégia que objetiva encaminhar as melhores decisões e obter melhores resultados nas negociações.

De acordo com Ronaldo Fiani[426], quando um "conjunto de indivíduos, empresas, partidos políticos etc., estiver envolvido em uma situação de interdependência recíproca, em que as decisões tomadas influenciam-se reciprocamente, pode-se dizer que eles se encontram em um jogo". Para o autor, acontecendo interação estratégica, existirá um jogo, por ser ele uma representação formal que permite a análise das situações de interação entre os agentes, os quais agem racionalmente. O autor elenca duas vantagens para o estudo da teoria dos jogos: a primeira é que ela ajuda a entender teoricamente o processo de decisão de agentes que interagem entre si (isto é, como se desenvolve o processo de tomada de decisão); a segunda é que ela ajuda a desenvolver a capacidade de raciocínio estratégico, explorando as possibilidades de interação dos agentes.

Como se pode observar, a teoria dos jogos tem por objetivo fazer com que os jogadores escolham situações de interação estratégica em um jogo. Nesse aspecto, devem-se considerar as preferências de cada jogador, pois é a partir de suas preferências que os jogadores fazem suas escolhas. É o que Ronaldo Fiani[427] chama de teoria da escolha racional, que parte das preferências dos jogadores para entender suas escolhas, assumindo-se, como princípio, que os jogadores são racionais.

---

[426]FIANI, Ronaldo. *Teoria dos jogos*: com aplicações em economia, administração e ciências sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009. p. 2.
[427]FIANI, Ronaldo. Op. cit., p. 23.

Para Marcelo Procópio Calliari[428], a teoria dos jogos exige de seus agentes duas qualidades básicas: racionalidade (capacidade de tomar decisões que sejam consistentes com as preferências e objetivos de cada jogador) e inteligência (conhecimento comum que os jogadores têm sobre as regras do jogo, das opções de estratégias disponíveis para ambos, das preferências de cada um e dos resultados derivados delas). Entretanto, a estruturação de um jogo não envolve apenas o seu objetivo, mas também os jogadores, as escolhas de ação por parte de cada um dos jogadores e os resultados das escolhas de combinações realizadas entre eles. "Com os jogadores, o espaço estratégico e os resultados, têm-se todos os elementos e define-se a estrutura do jogo", enfatiza[429].

A teoria dos jogos busca, necessariamente, subsidiar a tomada de decisões em uma situação de conflito, entendido aqui como a situação em que duas pessoas têm que desenvolver estratégias para maximizar seus ganhos de acordo com regras que já são preestabelecidas. Daí sua aplicabilidade como uma teoria do conflito na solução pacífica de litígios, como acentua Humberto Lima de Lucena Filho[430]:

> No exposto até aqui, veem-se, portanto, as raízes do fundamento da aplicação da teoria dos jogos aos métodos pacíficos de solução de conflitos. Os mecanismos mais conhecidos de solução de controvérsias são a jurisdição, a arbitragem, a mediação, a conciliação e a negociação. Os postulados da teoria dos jogos podem ser utilizados em cada um dos mecanismos, pois em todos os casos há atores-jogadores, com interesses inicialmente contrapostos, isto é, os jogos *prima facie* são orientados pelo princípio ganhador-perdedor, podendo, entretanto, ser transformados em jogos cooperativos[431].

Analisando o processo judicial contencioso, o autor explica que uma disputa judicial revela que o processo é um jogo não-cooperativo e de soma zero, tendo em vista que uma das partes sairá vencedora e a outra perdedora na resolução do conflito. O mesmo procedimento não ocorre quando se adota um dos meios alternativos de solução de conflitos, em que a cooperação das partes na disputa resulta em ganhos mútuos. Anota Fábio Portela Lopes de Almeida[432] sobre a aplicação da teoria dos jogos no processo judicial:

---

[428]CALLIARI, Marcelo Procópio. *A aplicabilidade da teoria dos jogos ao direito internacional*: um estudo exploratório. Tese. São Paulo, 2003. pp. 11/15.
[429]CALLIARI, Marcelo Procópio. Op. cit., p. 10.
[430]LUCENA FILHO, Humberto Lima de. *A constitucionalização da solução pacífica de conflitos na ordem jurídica de 1988.* Tese. UFRN: Natal, 2012. p. 34.
[431]LUCENA FILHO, Humberto Lima de. Op. cit., p. 37.
[432]ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de. Ibid.

> O processo judicial contencioso é um jogo não-cooperativo. De fato, até pelo próprio fato de ser a conciliação uma das causas de extinção do processo com julgamento de mérito, se as partes não conciliaram, muito provavelmente não colaborarão com a parte *ex adversa* no decorrer do processo judicial. Além de ser jogo não-cooperativo, o processo judicial pode ser descrito como um jogo de soma zero. De fato, a não-cooperação, conforme já exposto, é característica ínsita dos jogos de soma zero, porque a cooperação implicaria a vitória do adversário. O processo contencioso judicial é um jogo de soma zero, já que é impossível trazer aos autos, após a estabilização da lide, pedidos novos aptos a agregar valor e a garantir uma negociação ampla dos termos da discussão. Assim, toda a discussão processual será fixada aos termos da petição inicial e da contestação, não sendo possível acrescentar nada aos pedidos.

O referido autor entende que a função jurisdicional, que visa a promover a pacificação social, não está conseguindo alcançar seu objetivo, em razão da sua duração e do seu custo. Esse obstáculo vem estimulando o desenvolvimento dos métodos alternativos de resolução de conflitos. Nesse sentido, acrescenta:

> A impossibilidade de que se encontre, no processo judicial, um ponto de *equilibrium* de Nash ou mesmo um ponto de equilíbrio minimax é fator que proporciona grandes insatisfações da sociedade civil em relação ao Poder Judiciário. De fato, se os pontos de equilíbrio garantem, de certo modo, a possibilidade de que cada parte consiga assegurar o melhor possível, tendo em vista as opções disponíveis à outra parte, por outro lado, o processo judicial assegura que, no mínimo, apenas uma das duas partes terá sua utilidade garantida. Assim, não é de se surpreender o fato de que, no mínimo, uma das partes - a derrotada - se decepcione com o Poder Judiciário. Além disso, em muitos casos, mesmo a parte vitoriosa tem como insatisfatória a prestação jurisdicional, seja em virtude da morosidade processual, seja pela própria insatisfação com o resultado. De qualquer modo, tais fatores permitem afirmar que o processo judicial nem sempre realiza o escopo jurisdicional de pacificação social.

É necessário, portanto, oferecer subsídios teóricos àqueles que buscam o entendimento sobre como a análise matemático-formal pode facilitar a compreensão dos métodos de resolução de disputa. Com isso, é possível verificar de que maneira se efetiva sua aplicação no processo judicial, na mediação, na negociação e na arbitragem. Imbuído desse propósito, Fábio Portela Lopes de Almeida[433] demonstra os fundamentos matemáticos dos métodos de

[433]ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de. Ibid.

resolução de controvérsias, à luz de conceitos da teoria dos jogos. Aponta, principalmente, a diferenciação entre o processo judicial e os métodos alternativos de resolução de disputa, analisando suas vantagens e desvantagens.

Já a arbitragem pode ser caracterizada como um jogo cooperativo e de soma não-zero, diferindo, nesse caso, do processo judicial. É que a necessidade de convenção de arbitragem para instituir o procedimento arbitral representa um primeiro passo para a cooperação, pois as partes se comprometem a submeter o litígio a um terceiro. Apesar disso, elas participam na solução do conflito, na medida em que se estabelece uma relação vantajosa para ambas as partes.

Para o autor em tela[434], a mediação é, a rigor, um jogo cooperativo e de soma não-zero, justificando: "Não poderia ser de outra forma, já que, se uma das partes não quiser cooperar, a outra pode simplesmente abandonar o processo, sem sofrer ônus algum". Além disso, "a presença do mediador força, ao menos, a possibilidade de um equilíbrio de Nash, já que, pela própria presença de um terceiro neutro ao processo, as partes tenderão a encontrar um acordo mutuamente satisfatório do qual ambas não deverão se arrepender no futuro". Por fim, "as partes não precisam, necessariamente, discutir apenas fatos relativos ao problema que as levou a buscar a mediação: podem trazer, inclusive, outros problemas e mesmo soluções que, em princípio, não estariam diretamente ligadas às questões que as partes inicialmente buscaram resolver".

Na negociação, as partes envolvidas em uma disputa de interesses propõem alternativas e soluções sem a intervenção de terceiros. Em consequência, elas escolhem o procedimento a ser adotado para encontrar a solução adequada ao conflito, momento em que se dá a realização do acordo. Segundo Fábio Portela Lopes de Almeida[435], existem duas formas de negociação: a posicional (em que uma das partes apega-se a uma posição, cedendo o mínimo possível) e a negocial (em que as partes comunicam diretamente seus interesses). Nessa segunda modalidade, "encaram a negociação como uma oportunidade na qual podem encontrar o ponto ótimo de cooperação", proporcionando maior liberdade nos acordos.

Alguns autores não consideram a negociação como um jogo, podendo-se citar Bernard Mayer[436]. Segundo ele, "jogos são, normalmente, relacionados a vencedores e perdedores". Por esse motivo, um dos jogadores quer ser mais competente ou esperto que os outros. Fábio

[434]ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de Ibid.
[435]ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de. Ibid.
[436]MAYER, Bernard. *The dynamics of conflict resolution*. San Francisco, 2000: Jossey-Bass. p. 142.

Portela Lopes de Almeida[437] discorda desse entendimento, explicando que a negociação posicional é um jogo não-cooperativo e de soma zero:

> A negociação posicional é um jogo essencialmente não-cooperativo. As partes não cooperam por considerarem que qualquer cooperação implicará a vitória do adversário (o qual é percebido como um oponente). A percepção das partes, na negociação posicional, é de que só conseguirão um bom acordo se este refletir a posição defendida pela parte e for contrário à defendida pela adversária: assim, cada parte apega-se à sua posição e cede, pouco a pouco, mas sempre com o objetivo de que o acordo permaneça o mais próximo possível da posição que defende. Esta modalidade de negociação é um jogo de soma zero. As partes, ao prenderem-se a determinadas posições, não permitem a introdução de elementos extrínsecos à negociação e, portanto, inexiste possibilidade de agregar valor à negociação. Não há, também, como considerar questões como interesses ou sentimentos atinentes à relação negocial: só é possível discutir os termos de cada posição.

Concluindo a análise dos métodos de composição de conflitos fundada na teoria dos jogos, o citado autor esclarece que não existe um método melhor ou pior do que o outro. O que existe é uma variedade de métodos, cada qual com sua especificidade e fins determinados, os quais podem ser utilizados pelas partes de acordo com a sua escolha e com o caso concreto que está sendo debatido.

Na verdade, aplicar a teoria dos jogos como forma de cooperação, de ganhos mútuos e não só de disputa, só se tornou possível após o desenvolvimento da teoria do equilíbrio de Nash, quando o estudo da teoria dos jogos sofreu uma revolução. O que acontece normalmente é a busca do ganho individual, que leva a um ambiente de disputa em que um ganha e o outro perde. Isso é o que a teoria dos jogos chama de "jogo de soma zero, ou seja, 1 positivo mais 1 negativo é igual a zero", tendo sido desenvolvida por John von Neumann e Oliver Morgenstern. Para os pioneiros da teoria dos jogos, "os indivíduos, agindo de forma racional, podem utilizar, entre as várias estratégias que se apresentam, aquelas mais eficientes que podem otimizar seus ganhos"[438]:

> Quando os resultados são muito desequilibrados, um ganhando muito e outro ganhando pouco ou nada, poderá haver uma combinação de estratégias que melhore o resultado para ambos. Neste ponto, a estratégia utilizada pelo primeiro é a melhor,

[437]ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de. Ibid.
[438]VALLE, Wilson Mendes do. Disponível em http://blogprofessorwilson.blogspot.com.br/p/teoria-dos-jogos-e-direito.html. Acesso em 30 jan. 2014.

> considerada a escolhida pelo segundo e, a utilizada por este, também é a melhor, considerada a escolha do primeiro. Assim, naturalmente os jogadores escolherão esta combinação e não desejarão outra diferente. Isto foi definido como o equilíbrio de Nash, considerado um novo paradigma na teoria dos jogos.

Esse novo paradigma da teoria dos jogos explicado por Wilson Mendes do Valle na citação acima vem reforçar a sua aplicação no direito, principalmente na solução dos conflitos. Essa teoria nada mais é do que uma técnica "pela qual é possível que o agente (ou jogador) constate qual é a melhor escolha a ser tomada quando este se encontra numa dada situação em que sua escolha deverá ser estratégica, mas tendo sempre em mente a base estratégica do outro agente", argumentam Cláudia Priscyla Reis e Aline Lima Oliveira[439].

José Augusto Carvalho[440] entende que a teoria dos jogos "é um método utilizado para representar e compreender as decisões tomadas por agentes que interagem entre si". Trata-se de um meio pelo qual os jogadores adotam a melhor escolha, utilizando as melhores estratégias. E isso só é possível quando se instala um conflito de interesses, obrigando "a que cada participante do jogo escolha a melhor estratégia para si, mas considerando, também, a melhor estratégia para cada um dos demais jogadores". Do mesmo entendimento partilha Alecsandra Neri de Almeida[441]:

> O objetivo da teoria dos jogos é entender a lógica na hora da decisão e ajudar a responder se é possível haver colaboração entre os jogadores, em quais circunstâncias o mais racional é não colaborar e quais estratégias devem ser adotadas para garantir a colaboração entre os jogadores. A teoria dos jogos, por meio da matemática, equaciona os conflitos, onde o foco são as estratégias utilizadas pelos jogadores.

Embora tenha uma base matemática, a teoria dos jogos também pode ser aplicada no direito, porque vai servir aos advogados quando se depararem com um conflito de interesses. Como foi visto, a teoria dos jogos visa a obter um equilíbrio através da estratégia de cada um dos jogadores, levando-se em conta o comportamento do outro para obter o melhor resultado. Também a negociação advocatícia acontece da mesma forma, pois envolve jogadores

---

[439]REIS, Cláudia Priscyla; OLIVEIRA, Aline Lima. *A teoria dos jogos aplicada aos institutos despenalizadores do sistema jurídico brasileiro*. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=9632&n_link=revista_artigos_leitura. Acesso em 31 jan. 2014.

[440]CARVALHO, José Augusto Moreira de. Introdução à teoria dos jogos no direito. In *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. São Paulo, v. 15, n. 132, p. 213-234, Abril/Junho, 2007. p. 215.

[441]ALMEIDA, Alecsandra Neri de. *Teoria dos jogos*: as origens e os fundamentos da teoria dos jogos. 2006. http://www.ccet.ufrn.br/matematica/lemufrn/Artigos/Texto%20sobre%20TEORIA%20DOS%20JOGOS.pdf. Acesso em 31 jan. 2014.

(advogados), estratégias de ambas as partes envolvidas no conflito e resultados obtidos de comum acordo. Na prática advocatícia, o advogado vai funcionar como um intermediador na solução de um conflito levantado pelas partes. Cada uma delas escolherá a alternativa que lhe for mais adequada para solucionar o conflito, expondo o seu posicionamento. Assim, de comum acordo, decidirão o que é melhor para ambas. Nesse caso, os advogados das partes em litígio atuam em cooperação, para que os seus clientes saiam satisfeitos da negociação, com uma solução adequada.

De acordo com Camilo Bernal García e Juan Camilo Niño Buitrago[442], *"existen situaciones en derecho que pueden ser analizadas desde la óptica de la teoría de juegos. (...) si la gente fuera perfectamente racional (en el sentido económico), la repartición mediante mecanismos de autocomposición, sería más benéfica que la determinada por el juez"*. É por esses motivos que a teoria dos jogos vem sendo utilizada nas ciências sociais:

> *La teoría de juegos es una herramienta analítica utilizada actualmente en casi todas las ciencias sociales, aunque principalmente ha sido aplicada a la economía en las últimas décadas. La teoría de juegos constituye un cambio de paradigma analítico. Su gran contribución fue rescatar la importancia de los comportamientos individuales, de sus interacciones (comportamiento estratégico) y crear un puente que permite enlazar metodológicamente a todas las ciencias sociales.*

Frequentemente, surgem situações no direito que exigem comportamentos estratégicos. Algumas dessas ocorrências podem parecer coisas normais em um primeiro momento, mas, a depender de algumas circunstâncias, podem gerar um conflito que, necessariamente, vai precisar ser resolvido. E é aí que entra a aplicação da teoria dos jogos para auxiliar, no que diz respeito à prática advocatícia, os advogados a resolverem o conflito de interesses de seus clientes da melhor maneira, para que as partes tenham resultados satisfatórios e adequados a seus interesses.

Os autores citados fazem um estudo sobre várias situações cotidianas em diversas áreas do direito, mostrando a utilização de estratégias. Citam como exemplo: no direito do trabalho, na negociação de uma convenção coletiva; em matéria processual, optando-se por apresentar ou não demanda e conciliar; no direito penal, em que o acusado tem a oportunidade de confessar ou não; em matéria comercial na constituição de uma sociedade, quando se

[442]GARCÍA, Camilo Bernal; BUITRAGO, Juan Camilo Niño. *Teoría de juegos y derecho, una aplicación a la liquidación de la sociedad conyugal.* Disponível em http://www.javeriana.edu.co/biblos/tesis/derecho/dere5/TESIS02.pdf. Acesso em 31 jan. 2014.

escolhe o tipo de sociedade mais conveniente; em matéria de família, na decisão de realizar casamento ou união estável e se adequar ao seu regime legal ou mesmo de dissolvê-lo.

Para Ejan MacKaay[443], *"la situación del derecho da nacimiento a una nueva disciplina cuyo objetivo es el estudio de las interacciones humanas: la teoría de los juegos estratégicos*". Acrescenta que essa teoria é de interesse para todas as ciências sociais: *"economía, ciencias políticas, sociología, antropología, derecho, y aún em filosofía. Semejante interés no ha surgido en un único país, sino que se manifiestó en la mayoría de los países occidentales. La teoría de los juegos constituye un punto de adhesión de las ciencias sociales"*.

Todos os autores citados enfatizam que a teoria dos jogos pode e deve ser aplicada às ciências sociais e ao direito. E é o que está começando a ser feito, embora haja ainda poucos estudos sobre o assunto. Apesar disso, na prática, observa-se que os conflitos de interesses que tramitam nos tribunais poderiam ter sido resolvidos pelas próprias partes, com o auxílio de seus advogados. Poderia ter sido usado o "ferramental oferecido pela teoria dos jogos que se chega a ganhos otimizados para as partes litigantes", conforme esclarece Wilson Mendes do Valle:

> Paralelamente, no equilíbrio de Nash, ocorre uma situação de cooperação. Ou seja, agindo conjuntamente com as melhores estratégias disponíveis, há um ganho conjunto para o grupo e não somente os ganhos individuais. Pois bem, e o que isto tem a ver com as práticas jurídicas? Modernamente, a teoria dos jogos vem sendo aplicada ao funcionamento da justiça, pois, no campo da defesa de interesses conflitantes, muitas ações que tramitam no Judiciário, de menor complexidade e que podem ser mediáveis, é através do ferramental oferecido pela teoria dos jogos que se chega a ganhos otimizados para as partes litigantes. Isto poderá contribuir para redução do volume de processos nos tribunais que dependem de sentenças dos juízes e que na maioria das vezes emperram o funcionamento do sistema como um todo, ocasionando perdas para toda a sociedade[444].

Por todos esses motivos, deve-se aplicar a teoria dos jogos, juntamente com as técnicas de negociação, na prática advocatícia. Esse sistema alternativo oferece mecanismos e regras de estratégias para enfrentar, da melhor forma possível, um conflito de interesses,

---

[443]MACKAAY, Ejan. *La teoría de los juegos se apodera del derecho* (Le droit saisi par le jeu). Droit et Société, pp. 17/18, 1991.Traducción y agregado de notas explicativas y links: Enrique A. Bour. Disponível em http://ebour.com.ar/derecho/15-Ejan%20MacKaay%20La%20teoria%20de%20los%20juegos%20se%20apodera%20del%20Derecho.pdf. Acesso em 31 jan. 2014.

[444]VALLE, Wilson Mendes de. Disponível em http://blogprofessorwilson.blogspot.com.br/p/teoria-dos-jogos-e-direito.html. Acesso em 30 jan. 2014.

encontrando-se soluções satisfatórias para ambas as partes. Isso vai contribuir para o efetivo acesso à justiça e para a concretização desse direito fundamental, que é essencial em um Estado democrático de direito.

Entretanto, para que isso possa ser possível, é preciso modificar não só a estrutura do Judiciário, mas também a mentalidade dos profissionais em prol de uma cultura da desjudicialização, de uma cultura da paz. Portanto, é necessário que se mude a cultura jurídica, para que os conflitos sejam resolvidos nos escritórios de advocacia e não mais nos tribunais. Estes ficariam em segundo plano para os casos excepcionais que não pudessem ser resolvidos entre as partes. Esse processo deve passar inicialmente por uma modificação na formação dos estudantes que serão os futuros operadores do direito. Conforme foi analisado, já existem universidades acompanhando esse processo de mudança, a exemplo da USP, que incluiu a teoria dos jogos como disciplina optativa.

Na verdade, é preciso que se popularize essa cultura extrajudicial no Brasil, cujo objetivo é a composição de conflitos pelas próprias partes, privilegiando a autonomia de vontade delas. Esse modelo já vem sendo aplicado por países europeus, a exemplo de Portugal, demonstrando "uma consolidação normativa e cultural mais acentuada no tocante a tribunais extrajudiciais", argumenta Bruno Camargo Romanelli [445]. Segundo afirma, a resolução alternativa de litígios vai aprimorar o sistema democrático, a globalização econômica e as tecnologias de informação e comunicação. Dará um impulso socioeconômico, regulando as relações entre os cidadãos e as empresas, que buscariam a solução de conflitos de forma mais rápida e não precisariam recorrer à justiça comum.

Com efeito, faz-se necessário modificar a atual estrutura de resolução de litígios no sentido de disponibilizar às partes o direito de solucionar seu conflito de forma mais célere e informal. Isso é possível com os meios alternativos de resolução de conflitos, em especial, com a prática advocatícia negocial. Como resultado, seria mais fácil cumprir a lei, quando determina que o sistema judicial deve estar ao alcance de todos de forma igualitária[446]. Além disso, as despesas altas, a demora na resolução de lides e outros problemas causados pelo sistema judicial poderiam ser superados com a adoção dos métodos alternativos de resolução

[445] ROMANELLI, Bruno Camargo. *Meios alternativos de resolução de litígios.* Uma análise dos aspectos jurídico-sociológicos do litígio perante a crise judiciária e seus reflexos na prospecção do movimento ADR atual e suas espécies. Dissertação. Coimbra. 2014. pp. 9/19.
[446] ÁLVAREZ, Gladys S. et al. *Mediación y justicia*. Buenos Aires: Delpalma, 1996. p. 21.

de conflitos, melhorando a prestação jurisdicional do Estado. Nesse sentido, argumenta Thiago Nóbrega Tavares[447]:

> Nessa era, em que transações mercantis são efetivadas com incrível velocidade, e as relações empresariais tentam se compatibilizar ao binômio "custo *versus* tempo", até para que se possa sobreviver em um ambiente altamente dinâmico, a edificação das propostas de negociação extrajudicial, como forma de agilizar os processos decisórios de contendas, num lapso temporal desejável, passa a ser assunto basilar à modernidade legal, sobretudo como meio recomendável para a melhoria da prestação jurisdicional do Estado.

Roberto Mangabeira Unger[448] é ainda mais incisivo sobre a necessidade de se fazer uma reorientação radical da cultura jurídica, principalmente no momento em que se discute a reforma do Judiciário: "Neste livro trato do direito como lugar para recuperar, de baixo para cima e de dentro para fora, as alternativas sonegadas pela política e pela filosofia. Proponho, portanto, transformar o pensamento jurídico em prática de imaginação institucional". E reforça seu argumento:

> Luto, durante toda minha vida, por alternativa nacional. Minhas ideias programáticas para o Brasil deitam raízes em meu pensamento e em minha militância. A longa introdução ao livro "A alternativa transformadora: como democratizar o Brasil", disponibilizado aqui, contém reflexão a respeito da relação entre a militância e o pensamento. Entendo que nossa maior tarefa agora é a construção de modelo de desenvolvimento baseado em ampliação de oportunidades para aprender, trabalhar e produzir. Só o conseguiremos por meio de inovações institucionais na maneira de organizar a economia e a política: democratizar o mercado e aprofundar a democracia. Não basta, porém, inovar nas instituições se não transformarmos, também, as consciências. A transformação das instituições e das consciências dará braços, asas e olhos à vitalidade brasileira.

Essa transformação radical envolve vários setores da sociedade, em especial, as universidades brasileiras, no âmbito dos seus cursos de direito. Para tanto, é indispensável uma atuação conjunta de docentes e discentes para difundir a desjudicialização dos conflitos e mostrar que o futuro da advocacia está na capacidade negocial. O objetivo é negociar os

---

[447]TAVARES, Thiago Nóbrega. *Transação de interesses como prática legitimadora da aplicação da arbitragem aos litígios tributários*: uma análise sob a perspectiva dos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público. Dissertação. João Pessoa, 2013. p. 12.

[448] UNGER, Roberto Mangabeira. Disponível em http://www.law.harvard.edu/faculty/unger/portuguese/pensamento.php#6. Acesso em 31 jan. 2014.

conflitos entre as partes no próprio ambiente de trabalho do advogado, sem ser necessário levar o caso ao conhecimento de um magistrado, evitando-se a advocacia do *jus postulandi*. Essa é a base social e pragmática do que se defende na presente tese. Propõe-se uma formação jurídica voltada à prática da advocacia negocial como corolário de uma cultura da desjudicialização e da pacificação ou do consenso e não mais da judicialização.

CONCLUSÃO

Inicialmente, com base na pesquisa apresentada, constata-se que os cursos de direito não estão acompanhando o processo natural de evolução da própria sociedade, no sentido de fomentar os meios alternativos de resolução de conflitos, a desjudicialização dos conflitos e a cultura da pacificação. A atual cultura jurídica, arcaica e dogmática permanece em razão da formação dos cursos jurídicos no Brasil, os quais foram criados em uma época em que os brasileiros dependiam de Portugal em todos os aspectos: econômicos, políticos, sociais e jurídicos.

Em consequência, a formação jurídica se encontra em crise, porque ainda é estimulada a cultura da judicialização. Além disso, os docentes foram condicionados a ensinar aos discentes o que ditam as leis, motivando-os a aprender apenas o que é estabelecido em códigos. Mas essa forma de ensinar o direito não condiz com o que se espera de uma verdadeira formação jurídica. Os cursos de direito deveriam formar pessoas pensantes, com conteúdo, poder de interpretação e senso crítico.

Concorda-se, nesse sentido, com o posicionamento de Luis Alberto Warat sobre o senso comum teórico do jurista. Esse método tradicional faz do operador do direito um instrumento para descrever normas jurídicas sem a capacidade de interpretá-las e formar sua própria opinião. Não se pode admitir, nos tempos de hoje, no contexto de Estado democrático de direito, que processos judiciais obsoletos e prejudicais à própria dignidade da pessoa humana ainda sejam aplicados, sem que se leve em consideração a vontade de cada cidadão.

Tudo isso foi constatado na análise das estruturas curriculares dos cursos de direito de algumas universidades públicas do Brasil, escolhidas de forma aleatória, para efeito de amostragem. Nessa análise, constatou-se que disciplinas técnicas têm muito mais destaque do que disciplinas propedêuticas, mesmo após o advento da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que instituiu novas diretrizes curriculares para os cursos de direito. Seu objetivo é assegurar aos graduandos de direito uma formação sólida e humanística, bem como a capacidade de análise e interpretação, indispensável para a prestação da justiça e da cidadania. Isso acontece porque muitos cursos se preocupam apenas com o exame de ordem da OAB, com o exame nacional de desempenho de estudantes - ENADE e com a variedade de concursos públicos que disponibilizam vagas para a área jurídica.

Infelizmente, esse modelo de ensino jurídico vem corroborar a tese apresentada por Warat, segundo o qual não forma intelectuais, mas apenas operadores técnico-jurídicos. Por

isso, a matriz curricular dos cursos de direito deve sofrer várias alterações, no sentido de fomentar uma cultura da teoria crítica do direito, capaz de formar pessoas dotadas de intelectualidade, que terão como meta a transformação social. É por esses e outros motivos que se defende a necessidade de um novo paradigma de formação jurídica, o que vai exigir também uma mudança de mentalidade dos operadores do direito, docentes e discentes. É preciso, antes, despertar-lhes a consciência do papel que desempenham ou irão desempenhar na sociedade, enquanto profissionais encarregados de promover justiça.

O Poder Judiciário também se encontra em crise por vários motivos: morosidade processual, burocratização excessiva, estrutura defasada, falta de pessoal, dentre outros problemas. Esses obstáculos contribuem para que não se efetive o acesso à justiça como direito fundamental. Portanto, é preciso democratizar o acesso à justiça, a fim de que se promova o desenvolvimento econômico, social e humano. Para tanto, exige-se radical transformação do Poder Judiciário brasileiro que continua, ainda, burocratizado, lento e ineficaz, incapaz de proporcionar a confiança aos jurisdicionados.

De grande importância é o papel do Estado-juiz na prestação da tutela jurisdicional. Cabe-lhe fiscalizar o acesso à justiça e lutar para que esse direito seja efetivado, principalmente com a adoção de mecanismos eficazes de solução para os conflitos. Nessa perspectiva, a Defensoria Pública deve continuar prestando o auxílio na assistência jurídica integral e gratuita aos carentes de recursos. Especificamente, aos juizados especiais cabe proporcionar maior celeridade no julgamento dos litígios, auxiliando todos os envolvidos com a área jurídica, sobretudo aqueles que defendem a justiça. São, portanto, órgãos essenciais para a administração e realização da justiça.

No entanto, a obtenção da justiça não pode estar associada apenas a se pedir a prestação da tutela jurisdicional ao Estado-juiz. Até por que ele não está atendendo aos preceitos constitucionais da celeridade processual nem aos princípios da dignidade da pessoa humana, da cidadania e do acesso à justiça. Em razão destes e de outros problemas, surgiram os meios alternativos de resolução de conflitos, os quais vêm demonstrando eficácia e celeridade para solucionar um litígio e efetivar o devido acesso à justiça. Busca-se, com isso, reduzir a procura ao Poder Judiciário, que é o meio tradicional de solução de conflitos.

Nesse novo contexto, a conciliação, a arbitragem, a negociação e a mediação fazem parte de um sistema multiportas de solução de conflitos. Esse modelo foi iniciado nos Estados Unidos e vem sendo adotado no Brasil como meios alternativos de acesso à justiça. Dentre todos, a mediação e a conciliação vêm sendo adotadas para a solução de muitos conflitos. E isso se deve ao fato de que o Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº 125/2010,

instituiu a Política Judiciária Nacional. O objetivo é dar tratamento adequado aos conflitos de interesses, no âmbito do Poder Judiciário, e consolidar uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios.

Os tribunais do país passaram, então, a implantar núcleos de conciliação e mediação, no sentido de atender à determinação do CNJ. Esses órgãos estão obtendo resultados positivos na resolução de conflitos, contribuindo para a prestação da justiça de forma eficaz, desburocratizada e célere. Seguindo o exemplo do Poder Judiciário, o Ministério Público também se engajou nesse processo, com a implantação da Escola Nacional de Conciliação e Mediação, criada pelo Ministério da Justiça. Algumas universidades brasileiras estão desenvolvendo projetos de pesquisa e de extensão para fomentar a utilização desses meios alternativos de solução de conflitos.

Apesar de todos esses avanços, a proposta defendida na presente tese foi a de que esses meios não sejam alternativos à solução de conflitos, mas, sim, essenciais para solucionar qualquer tipo de conflito apresentado, como a primeira opção a ser escolhida quando do surgimento de um litígio. É preciso colocar o Poder Judiciário em um segundo plano, quando se discutem a prestação da justiça e o efetivo acesso a ela. É preciso, pois, transformar a cultura da judicialização em cultura da pacificação.

E é justamente por se defender uma cultura da desjudicialização que se propõe um novo paradigma para a formação jurídica. Ela deve ser voltada à prática da atividade advocatícia negocial, na qual o advogado possa exercer sua profissão sem o uso exacerbado do modelo postulatório. Promovendo-se uma solução negociada de conflitos, em que as partes envolvidas terão respeitada a sua autonomia de vontade, dar-se-á ao caso a solução mais adequada ao conflito de interesses. Esse novo sistema de formação deve ser adotado já nos primeiros períodos do curso de direito, para demonstrar a necessidade da aplicação e utilização dos modelos negociais e alternativos de resolução de conflitos na prática advocatícia. Esse novo método de ensino, sem dúvida, contribuirá para a prática da desjudicialização dos litígios.

O advogado, na sociedade atual, não pode mais continuar imerso na cultura da judicialização. Ao contrário, deve ter como meta a preocupação em resolver os conflitos dentro do seu escritório, antes mesmo que sejam levados ao Poder Judiciário. Todavia, isso exigirá dele o conhecimento não só do direito, mas também de outras disciplinas, como a psicologia e a economia, além de técnicas de negociação. Especialmente, a teoria dos jogos, uma técnica matemática, irá auxiliá-lo a compor os conflitos com resultado positivo para

ambas as partes. Tal equilíbrio não acontece quando do julgamento de um processo, em que haverá um vencedor e um perdedor.

Tudo isso é reflexo do que se percebe no convívio em sociedade. A população continua reclamando da justiça oferecida pelo Poder Judiciário, pois os cidadãos esperam muito tempo para obter os benefícios jurisdicionais. A par dessa situação, os direitos fundamentais são desrespeitados a todo momento e a advocacia tradicional se tornou obsoleta, justamente, por não acompanhar o processo de evolução para a resolução de conflitos. E a sociedade clama por mudanças.

Portanto, o papel do advogado na sociedade não pode mais ficar restrito ao ajuizamento de ações no Poder Judiciário, pois esse não é o único nem o melhor caminho para que ele possa defender os interesses de seu cliente. Cabe-lhe buscar soluções cada vez mais rápidas para os conflitos. Para o êxito dessa tarefa, o caminho mais curto e mais correto é o da negociação, que irá evitar o crescimento do número de processos ajuizados, desafogando os tribunais e auxiliando as partes para que seus direitos sejam concretizados, sem depender de um terceiro para julgá-los.

Essa é a contribuição social pretendida pelo presente estudo: fazer com que se respeitem princípios constitucionais fundamentais, como o da cidadania, da dignidade da pessoa humana, da liberdade de exercer a vontade e do acesso à justiça. Todos esses princípios devem ser efetivados em favor dos interesses dos cidadãos, para que se possa concretizar o verdadeiro Estado democrático de direito, com o acesso de todos os cidadãos à justiça.

É preciso, também, estimular a participação integral de todos na sociedade, associada à educação como direito fundamental para o desenvolvimento humano. Para a consecução desses objetivos, defendidos na presente tese, faz-se necessária a criação desse novo paradigma de formação jurídica voltado à prática da atividade advocatícia negocial, que irá fomentar, com certeza, a cultura da desjudicialização e da pacificação.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, João Maurício. CNPq: Diagnóstico 1992 e plano de ação 1993. In *Revista Sequência*: Estudos Jurídicos e Políticos. Florianópolis: Curso de Pós-Graduação em Direito, nº 27, ano 14, dez. 1993. pp. 77/91. Disponível em http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/cnpq-diagn%C3%B3stico-1992-e-plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-1993. Acesso em 20 jan. 2014.

AGUIAR, Renan; MACIEL, José Fábio Rodrigues (coordenadores). *História do Direito*. São Paulo: Saraiva (Coleção Roteiros Jurídicos), 2007.

ALCALÁ-ZAMORA Y CASTILLO, Niceto. *Proceso, autocomposición y autodefensa:* contribuición al estudio de los fines del proceso. 3. ed. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000.

ALMEIDA, Alecsandra Neri de. *Teoria dos jogos*: as origens e os fundamentos da teoria dos jogos. 2006. Disponível em http://www.ccet.ufrn.br/matematica/lemufrn/Artigos/Texto%20sobre%20TEORIA%20DOS%20JOGOS.pdf. Acesso em 31 jan. 2014.

ALMEIDA, João Alberto de. Desjudicialização: a relação entre a arbitragem e os serviços notariais e registrais. In *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte, nº 59. Jul.-dez. 2011.

ALMEIDA, Alecsandra Neri de. *Teoria dos jogos*: as origens e os fundamentos da teoria dos jogos. Disponível em http://www.ccet.ufrn.br/matematica/lemufrn/Artigos/Texto%20sobre%20TEORIA%20DOS%20JOGOS.pdf. Acesso em 27 set. 2013.

ALMEIDA, Fábio Portela Lopes. *A teoria dos jogos: uma fundamentação teórica dos métodos de resolução de disputa.* In Estudos de Arbitragem Mediação e Negociação Vol.2. Disponível em http://www.arcos.org.br. Acesso em 10 maio. 2013.

ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de. *A teoria dos jogos*: uma fundamentação teórica dos métodos de resolução de disputa. Disponível em http://www.arcos.org.br/livros/estudos-de-arbitragem-mediacao-e-negociacao-vol2/terceira-parte-artigo-dos-pesquisadores/a-teoria-dos-jogos-uma-fundamentacao-teorica-dos-metodos-de-resolucao-de-disputa. Acesso em 30 jan. 2014.

ÁLVAREZ, Gladys S. et al. *Mediación y justicia*. Buenos Aires: Delpalma, 1996.

ALVIM, J. E. Carreira. *Justiça: acesso e descesso***.** Disponível em http://www.jus2.uol.com.br. Acesso em 02 set. 2013.

ANNONI, Danielle. *A responsabilidade do Estado pela demora na prestação jurisdicional*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

ARAÚJO, Mayara de Carvalho; OLIVEIRA, Raisa Lustosa. Da morosidade da justiça como recurso para a manutenção do *status quo*: a chicana processual e os "castelos de fachadas". *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3, vol. 4. Jan-abril 2013.

ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. *Introdução à sociologia alternativa* – ensaios sobre o direito numa sociedade de classes. São Paulo: Acadêmica, 1993.

BACELLAR, Rogério Portugal. *Desjudicialização traz benefícios para todos os envolvidos*. Disponível em http://www.conjur.com.br/2013-jul-28/rogerio-bacellar-. Acesso em 02 fev. 2014.

BALBINOTTO NETO, Giácomo. Disponível em http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/quest-eco/teoria-jogos.pdf. Acesso em 30 jan. 2014.

BARBOSA, Ruy Pereira. *Assistência jurídica.* Rio de Janeiro: Forense, 1998.

BEDIN, Gilmar Antonio. Ensino jurídico: do senso comum teórico dos jurista ao reconhecimento da complexidade do mundo. *Direito em* debate. Ano XI nº 18, jul./dez. 2002 – nº 19, jan./jun. 2003. Disponível em https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/757. Acesso em 30 set. 2013.

BERCOVICI, Gilberto. *Constituição econômica e desenvolvimento* – uma leitura a partir da Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 2005.

BERG, Ernesto Artur. *Administração de conflitos*: abordagens práticas para o dia a dia. Curitiba: Juruá, 2012.

BERNI, Duilio de Avila. *Teoria dos jogos:* jogos de estratégia, estratégia decisória, teoria da decisão. Reichmann & AMP, Affonso. 2004.

BÖCKSTIEGEL, Karl-Heinz. *Alternative dispute resolution (ADR). Relevanz und Kriterien*, DIS-Materialien, Bonn, 1999.

BRAGA NETO, Adolfo. *Mediación de conflictos en el sector de franquicia*. VIII Conferencia Internacional del Foro Muncial de Mediacion: Tiempo de mediación, liderazgo y acción para el cambio. Libro Digital. Volumen 1. Valencia, España 18-21 Octubre, 2012.

BRANDÃO, Fernanda Holanda de Vasconcelos. *Leitura crítica do pensamento de Hans Kelsen*: o direito como ordem normativa de coação. prim@ facie – ano 5, n. 9, jul./dez. 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Manual de mediação judicial*. 3. ed. Ministério da Justiça, Brasil: 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. *TAPELSP*, RF, 89/169. Disponível em http://www.stj.gov.br. Acesso em 03 set. 2013.

BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. RDA, 7/111. Disponível em http://www.stf.gov.br. Acesso em 03 set. 2013.

BRASIL. *Tribunal de Justiça de São Paulo*. RT, 407/6. Disponível em http://www.stj.gov.br. Acesso em 03 set. 2013.

BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. RDA, 122/169. Disponível em http://www.stf.gov.br. Acesso em 03 set. 2013.

BRASIL. *Superior Tribunal de Justiça*. RESP 5711, decisão 20.03.1991. Rel. Ministro Garcia Vieira. Disponível em http://www.stj.gov.br. Acesso em 03 set. 2013.

BRASIL. *Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro*. Ap. 7613/94 – 6ª C.Civ. Rel. Des. Pedro Ligiéro. Apud COAD 75286. Disponível em http://www.tj.rj.gov.br. Acesso em 03 set. 2013.

BRASIL. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. TJMG, RT 777/365. Disponível em http://www.tj.mg.gov.br. Acesso em 03 set. 2013.

BRASIL. *Ministério da Justiça*. Disponível em http://www.mj.gov.br/defensoria. Acesso em 03 set. 2013.

BRASIL. *Superior Tribunal de Justiça*. Disponível em http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=107766. Acesso em 25 set. 2013.

BRASIL. Disponível em http://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/2006/06/paraaba-agora-tem-naocleo-de-mediaassapso-e-arbitragem-do-mpt. Acesso em 01 out. 2013.

BRASIL. Disponível em http://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/2006/06/paraaba-agora-tem-naocleo-de-mediaassapso-e-arbitragem-do-mpt. Acesso em 01 out. 2013.

BRASIL. Disponível em http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/acesso-a-justica/conciliacao/nucleos-de-conciliacao. Acesso em 01 out. 2013.

BRASIL. Disponível em http://conciliar.tjpb.jus.br/. Acesso em 01 out. 2013.

BRASIL. Disponível em http://www.portalcodisma.com.br/ufpb-faz-lancamento-de-nucleo-sobre-mediacao-de-conflitos/. Acesso em 01 out. 2013.

BRUNO, Suzana. *Conciliação:* prática interdisciplinar e ferramentas para a satisfação do jurisdicionado. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Amicus curae no processo civil brasileiro*: um terceiro enigmático. São Paulo: Saraiva, 2006.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal anotada*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAIVANO, R. J.; GOBBI, M.; PADILLA, Roberto E. *Negociación y mediación.* 2. ed. Buenos Aires: Editorial ad Hoc, 2006.

CALMON FILHO, Petrônio. *Mecanismos para a obtenção da autocomposição civil e penal*. Tese. São Paulo, 2005.

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. *Mediação nos conflitos & direito de família*. Curitiba: Juruá, 2011.

CALLIARI, Marcelo Procópio. *A aplicabilidade da teoria dos jogos ao direito internacional*: um estudo exploratório. Tese. São Paulo, 2003.

CAPPELLETTI, Mauro. *Acesso à justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988.

CARNELUTTI, Francesco. *Sistema di diritto processuale civile*. Vol. 1.Padova, Cedam, 1936.

CARNIO, Henrique Garbellini. *O senso comum e sentido comum teórico dos juristas*. Disponível em http://www.conjur.com.br/2007-abr-09/senso_comum_sentido_comum_teorico_juristas. Acesso em 30 set. 2013.

CARVALHO, José Augusto Moreira de. Introdução à teoria dos jogos no direito. In *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. São Paulo, v. 15, n. 132, Abril-junho, 2007.

CASTILLO, Niceto Alcalá Zamorra y. *Proceso, autocomposición e autodefensa*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000.

CASTRO, Aloísio Pires de; GIOSTRI, Paulo Fernando de Andrade. Assistência jurídica: direito ao acesso à ampla e efetiva assistência jurídica. In *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*. Porto Alegre: Síntese, mai-jun. 2001. v. 11.

CASTRO, Flávia Lages de Castro. *História do direito geral e Brasil.* 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CAVALCANTE, Denise Lucena. Ensino jurídico contemporâneo: da academia para a sociedade. *Ensino jurídico*: os desafios da compreensão do direito. Estudos em homenagem aos 10 anos do curso de direito da Faculdade Christus. Fortaleza: Faculdade Christus, 2012.

CENTRAL JURÍDICA. *Manual do advogado de sucesso*. Disponível em http://www.centraljuridica.com/especial.php?id=5. Acesso em 17 abr. 2013.

CHACON, Luis Fernando Rabelo. *Todo advogado é negociador?*. Disponível em http://advocaciahoje.blogspot.com.br/2012/06/todo-advogado-e-negociador.html. Acesso em 28 set. 2013.

CHAVES, Luciano Athayde. Disponível em http://www.trt21.jus.br/ej/revista/2008/paginas/doutrina/Jurisdicao_trabalhista.html. Acesso em 09 set. 2013.

CIANCI, Mirna. *O acesso à justiça e as reformas do CPC*. BUENO, Cassio Scarpinella (coord.). Direito e Processo. São Paulo: Saraiva, 2009.

CINTRA, Roberto Ferrari de Ulhôa. *A pirâmide da solução dos conflitos:* uma contribuição da sociedade civil para a reforma do Judiciário. Brasília. Senado Federal, 2008.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. A eficácia dos direitos fundamentais sociais. In *Boletim Científico. Escola Superior do Ministério Público da União***.** Brasília: ESMPU, Ano II, n. 8. jul – set. 2003.

COLLAÇO, Maria Heliodora do Vale Romeiro. Do direito ao desenvolvimento. *Jus Navigandi***.** Teresina, ano 9, n. 521, 10 dez. 2004. Disponível em http://jus.com.br/revista/texto/6038. Acesso em 3 set. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em números 2011*. Disponível em http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros. Acesso em 09 set. 2013.

COOTER, R.; ULLEN, T. (2004). *Law and economics*. Pearson/Addison Wesley.[HP: http://www.cooter-ulen.com/].

CORTEZ, Luís Francisco Aguilar. *Judiciário e democracia:* organização e funcionamento do Judiciário na Constituição Federal de 1988. Tese. São Paulo: abril de 2004.

CORTINA, Adela. *Ciudadanos del mundo*: hacia uma teoria de la ciudadanía. 3. ed. Madrid: Alianza, 2009.

DAKOLIAS, Maria. A strategy for judicial reform: the experience in Latin America. *Virginia Journal of International Law Association.* v. 36. n. 1. 1995.

DEUTSCH, Morton. *The resolution of conflict*: constructive and destructive processes. New Haven: Yale University Press, 1973. In AZEVEDO, André Gomma de (Org.). Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Brasília: Ed. Grupos de Pesquisa, 2004. v. 3.

DINIZ, Bárbara. *O advogado e a negociação.* Disponível em http://www.blogmediacoes.com.br. Acesso em 21 abr. 2013.

FALECK, Diego. Introdução ao *design* de sistemas de disputas: câmara de indenização. In *Revista Brasileira de Arbitragem*. v. 5. n. 23. Jul.-ago., 2009.

FALECK, Diego. Um passo adiante para resolver problemas complexos: desenho de sistemas de disputas. *Negociação, mediação e arbitragem:* curso básico para programas de graduação em direito. In SALLES, Carlos Alberto (coord.). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.

FARAH, Elias. *Caminhos tortuosos da advocacia*. São Paulo: LTr, 1999.

FEITOSA, Maria Luiza Alencar Mayer. Desenvolvimento econômico e direitos humanos na América Latina. Revisitando a noção de semiperiferia. *Direitos humanos e integração latino-americana.* Porto Alegre: Entrementes Editorial, 2011.

FEITOSA, Maria Luiza Alencar Mayer. Direito econômico da energia e direito econômico do desenvolvimento. Superando a visão tradicional. *Direito econômico da energia e do desenvolvimento.* São Paulo: Conceito Editorial, 2012.

FEITOZA, Pedro. A equivocada "crise" da educação jurídica. In *Revista Crítica do Direito.* nº 1. v. 21. Disponível em http://www.criticadodireito.com.br/. Acesso em 10 out. 2013.

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. *A visão crítica do ensino jurídico*. Disponível em: http://www.terciosampaioferrazjr.com.br/. Acesso em: 21 jan. 2014.

FIANI, Ronaldo. *Teoria dos jogos*: com aplicações em economia, administração e ciências sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

FIÚZA, César. *Temas atuais de direito processual civil*. In DIAS, Ronaldo Brêtas C. (coord.). Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

FUSTIER, Michel. *O conflito na empresa*. Trad. Mônica Stahel Monteiro da Silva. São Paulo: Martins Fontes: 1982.

GABBAY, Daniela Monteiro; CUNHA, Luciana Gross (organizadoras). *Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no Judiciário*: uma análise empírica. Coleção Direito, Desenvolvimento e Justiça: série produção científica. São Paulo: Saraiva, 2012.

GANDINI, João Agnaldo Donizeti; SALOMÃO, Diana Paola da Silva. *A responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva*. Disponível em http://www.jusnavegandi.com.br. Acesso em 10. set. 2013.

GARCÍA, Camilo Bernal; BUITRAGO, Juan Camilo Niño. *Teoría de juegos y derecho, una aplicación a la liquidación de la sociedad conyugal.* Disponível em http://www.javeriana.edu.co/biblos/tesis/derecho/dere5/TESIS02.pdf. Acesso em 31 jan. 2014.

GOMES NETO, José Mário Wanderley. *O acesso à justiça em Mauro Cappelletti:* análise teórica desta concepção como "movimento" de transformação das estruturas do processo civil brasileiro. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2005.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Comentário ao Código Civil* - parte especial: direito das obrigações. AZEVEDO, Antônio Junqueira de (Coord.). São Paulo: Saraiva, 2003. v. 11.

GOZAÍNI, Osvaldo Alfredo. *Formas alternativas para la resolución de conflictos*. Buenos Aires: Depalma, 1995.

GRECO, Leonardo. Prefácio. MEDINA, Eduardo Borges de Mattos. *Meios alternativos de solução de conflitos:* o cidadão na administração da justiça. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2004.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A crise do Poder Judiciário. In *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*. nº 34, 1990.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Direito processual coletivo e o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Introdução ao direito processual constitucional***.** Porto Alegre: Síntese, 1999.

GUERRERO, Luis Fernando. *Efetividade das estipulações voltadas à instituição dos meios multiportas de solução de litígios*. Tese. São Paulo, 2012.

GUNTHER, Luiz Eduardo; GUNTHER, Noeli Gonçalves da Silva. O processo eletrônico e a crise da jurisdição. In GUNTHER, Luiz Eduardo (coord.). Jurisdição: crise, efetividade e plenitude institucional. Curitiba: Juruá, 2010.

HÁFEZ, Andréa. *Advogados consolidam papel de negociador em meio à crise*. Disponível em http://www.wald.com.br/iphone/noticias_ver.asp?id=96. Acesso em 26 set. 2013.

HENTZ, Luiz Antônio Soares. A proteção aos direitos do cidadão e o acesso à justiça. In *Revista de Informação Legislativa***.** Ano 30. n. 119. Brasília: jul – set. 1993.

HESS, Heliana Maria Coutinho. *Acesso à justiça e descentralização da jurisdição no Estado Federal:* comparativo entre o sistema e as reformas judiciais do Brasil e da Alemanha. Tese. São Paulo: 2002.

KALIL, Lisiane Lindenmeyer. *O advogado negociador*. Disponível em http://www.mediarconflitos.com/2007/03/oa-advogadoa-negociadora.html. Acesso em 12 ago. 2013.

KANT, Immanuel. *Primeira introdução à crítica do juízo.* Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KELSEN, Hans. *O que é justiça?* Trad. Luís Carlos Borges e Vera Barknow. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KOZICKI, Stephen. *Negociação criativa.* São Paulo: Editora Futura, 1999.

LAZZARINI, Álvaro. *Estudos de direito administrativo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

LEITE, Leonardo Barém. *Gestão de negócios:* estratégias para advogados. Brasília: Consulex, 2010.

LIMA, Ari. *A importância da negociação na advocacia.* Disponível em http://www.administradores.com.br. Acesso em 21 abr. 2013.

LÔBO, Paulo. *Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB.* 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. “Sistema multiportas”: opções para tratamento de conflitos de forma adequada. *Negociação, mediação e arbitragem:* curso básico para programas de graduação em direito. In SALLES, Carlos Alberto (coord). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.

LOUREIRO FILHO, Lair da Silva. *Responsabilidade pública por atividade judiciária*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

LUCENA FILHO, Humberto Lima de. *A constitucionalização da solução pacífica de conflitos na ordem jurídica de 1988.* Tese. UFRN: Natal, 2012.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989.

LYRA FILHO, Roberto. *O direito que se ensina errado.* Brasília: Centro Acadêmico da UnB, 1980-A.

MACHADO, Antônio Alberto. *Ensino jurídico e mudança social*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACIEL, José Fábio Rodrigues; AGUIAR, Renan. *História do direito.* São Paulo: Saraiva, 2007.

MAIA, Christianny Diógenes Maia; DIÓGENES, Thanara Rocha. Crítica ao ensino jurídico brasileiro. *Ensino jurídico*: os desafios da compreensão do direito. Estudos em homenagem aos 10 anos do curso de direito da Faculdade Christus. Fortaleza: Faculdade Christus, 2012.

MACKAAY, Ejan. *La teoría de los juegos se apodera del derecho* (Le droit saisi par le jeu). Droit et Société, 1991.Traducción y agregado de notas explicativas y links: Enrique A. Bour. Disponível em http://ebour.com.ar/derecho/15-Ejan%20MacKaay%20La%20teoria%20de%20los%20juegos%20se%20apodera%20del%20Derecho.pdf. Acesso em 31 jan. 2014.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MANOCCHIO, Amanda Laurie. *Teoria dos jogos e negociação.* Monografia. Universidade de São Paulo, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Manual do processo de conhecimento*: a tutela jurisdicional através do processo de conhecimento. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. *A ciência do direito*: conceito, objeto, método. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MARTINELLI, Dante P.; ALMEIDA, Ana Paula de. *Negociação:* como transformar confronto em cooperação. São Paulo: Atlas, 1997.

MASCARENHAS, Nicolai. Disponível em http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao.../discente/disc_16.doc. Acesso em 02 out. 2013.

MATTOS, Ricardo Nemes de. *O poder do advogado na condução do processo civil:* propostas para ampliação. Tese. São Paulo: 2009.

MAYER, Bernard. *The dynamics of conflict resolution*. San Francisco, 2000: Jossey-Bass.

MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno***.** 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MELO, Eduardo Resende. A experiência em justiça restaurativa no Brasil: um novo paradigma que avança na infância e na juventude. In *Revista do Advogado*. São Paulo, ano XXVI, v. 26, n. 87, set. 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de direito administrativo***.** 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

MENEZES, Cláudio Sérgio Régis. *Juizados especiais cíveis – Lei nº 9.099/95*: competência absoluta ou relativa? (Monografia). UNIPÊ: João Pessoa, 2005.

MERÇON-VARGAS, Sarah. *Meios alternativos na resolução de conflitos de interesses transindividuais*. Tese. São Paulo: 2012.

MIRANDA, Ana Karine Pessoa Cavalcante; MOTA, Maria Glaucíria. *O ensino de mediação de conflitos na formação policial:* avanços e fragilidades. VIII Conferencia Internacional del Foro Muncial de Mediacion: Tiempo de mediación, liderazgo y acción para el cambio. Libro Digital. Volumen 1. Valencia, España 18-21 Octubre, 2012.

MOORE, Christopher W. *O processo de mediação:* estratégias práticas para a resolução de conflitos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MORAES, Silvio Roberto Mello. *Princípios institucionais da Defensoria Pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Efetividade do processo: por um processo socialmente efetivo. In *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil***.** Porto Alegre: Síntese, mai-jun. 2001. v. 11.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2000.

MOSSINI, Daniela Emmerick de Souza. *Ensino jurídico:* história, currículo e interdisciplinaridade. Tese. São Paulo: PUC, 2010.

MOTA, Rafael Gonçalves. A evolução histórica do ensino jurídico no Brasil. *Ensino jurídico*: os desafios da compreensão do direito. Estudos em homenagem aos 10 anos do curso de direito da Faculdade Christus. Fortaleza: Faculdade Christus, 2012.

NOLAN-HALEY, Jacqueline M. *Alternative dispute resolution in a nutshell*. 2. ed. Saint Paul: West Group, 2001.

OLIVEIRA, Juliana. Ensino jurídico: experiências inovadoras. *Ensino Jurídico:* História que explica a prática docente. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PADILHA, Rosemary Damaso. *A mediação no cenário jurídico*. Palestra proferida no Conselho Regional de Psicologia - CRP Curitiba, 1999. Disponível em http://www.amanapaz.com.br. Acesso em 23 set. 2013.

PASTORELLO, Maria Fernanda. *Negociação, mediação e advocacia*. Disponível em http://www.cgvadvogados.com.br/html/downloads/focus_09.pdf. Acesso em 17 abr. 2013.

PEDROSO, João. *Percurso da reforma da administração da justiça* – uma nova relação entre o judicial e o não judicial. Artigo. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006.

PERRUSO, Marco Antonio. Aspectos sociológicos da litigância e do acesso à justiça. In *Revista da SJRJ*, Rio de Janeiro. nº 16. v. 24, 2009. Disponível em http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrj/article/viewFile/63/62. Acesso em 28 set. 2013.

PFEIFER, Roberto Augusto Castellanos. Acesso do consumidor à justiça e a Advocacia Pública. In *Revista de Direito do Consumidor*. n. 30. abr/jun, Revista dos Tribunais: São Paulo, 1999.

QUEIROGA, Onaldo Rocha de. *Desjudicialização dos litígios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. *Dignidade humana e moralidade democrática***.** Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

REIS, Cláudia Priscyla; OLIVEIRA, Aline Lima. *A teoria dos jogos aplicada aos institutos despenalizadores do sistema jurídico brasileiro*. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=9632&n_link=revista_artigos_leitura. Acesso em 31 jan. 2014.

ROCHA, Miguel Arcanjo Costa da. *O papel do advogado na sociedade atual.* Disponível em http://www.pucrs.br/provas/red031b6.htm. Acesso em 10 mar. 2013.

RODRIGUES, H. W. *Ensino jurídico e direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1993.

ROMANELLI, Bruno Camargo. *Meios alternativos de resolução de litígios.* Uma análise dos aspectos jurídico-sociológicos do litígio perante a crise judiciária e seus reflexos na prospecção do movimento ADR atual e suas espécies. Dissertação. Coimbra. 2014.

SADEK, Maria Teresa; ARANTES, Rogério Bastos. A crise do Judiciário e a visão dos juízes. In *Revista USP*. nº 21, mar.-mai., 1994.

SALGADO, Priscila Mascarelli. *Conciliação como forma de solução de conflito no direito:* teoria dos jogos aplicada à conciliação trabalhista. Dissertação. São Paulo: 2009.

SALES, Lília Maia de Morais. *Mediação de conflitos:* família, escola e comunidade. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

SALLES, Carlos Alberto de (coord.). Arbitragem e Poder Judiciário. *Negociação, mediação e arbitragem:* curso básico para programas de graduação em direito. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.

SALLES, Carlos Alberto de et al. A experiência do Núcleo de Estudos de Meios de Solução de Conflitos (NEMESC). In *Revista Direito GV*. v. 6. n. 1. São Paulo: Jan.-jun. 2010.

SANCHES, Samyra Haydêe dal Farra Naspolini. *O ensino jurídico como reprodutor do paradigma dogmático da ciência do direito.* Disponível em http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/ensino_jur_samyra_n_sanches.pdf. Acesso em 29 jan. 2014.

SANT'ANNA, Alayde. Por uma teoria jurídica da libertação. SOUSA, José Geraldo (org.). *Introdução crítica ao direito*. 4 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

SANTOS, Ana Luiza Rocha Melo; GONÇALVES, Patrícia Antunes. A influência da OAB no ensino jurídico no Brasil. In *Rev. Curso Dir. UNIFOR*, v. 4, n. 2, p. 01-21, jul./dez. 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. A sociologia dos tribunais e a democratização da justiça. *Pela mão de Alice:* o social e o político na pós-modernidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. Da idéia de universidade à universidade de ideias. *Pela mão de Alice:* o social e o político na pós-modernidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Mário Ramos dos. *Teoria geral do processo.* Disponível em http://www.ite.edu.br. Acesso em 10 mar. 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988***.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SCHMACHTENBERG, Frederico Martins; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. *O direito que se ensina errado*. O ensino jurídico como reprodutor do paradigma dogmático. Disponível em http://imagensdajustica.ufpel.edu.br/anais/trabalhos/GT%206/GT%206%20-%20SCHMACHTENBERG,%20Frederico%20Martins.pdf. Acesso em 28 jan. 2014.

SCHNEIDER, Gabriela. A (incessante) busca pela garantia da celeridade processual: possibilidades e desafios. In *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3, vol. 4. Jan-abril 2013.

SCHOLZE, Martha Luciana. O ensino do direito e a cidadania: o novo perfil profissional. *Diálogo e entendimento*: direito e multiculturalismo & cidadania e novas formas de solução de conflitos. Rio de Janeiro: Gen, 2009.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras: 2000.

SENA, Jaqueline Santa Brígida. *O dogma da neutralidade na prestação jurisdicional:* uma abordagem jusfilosófica a partir do pensamento de Luis Alberto Warat. Dissertação. São Paulo, 2010.

SILVA, Adriana dos Santos. A arbitragem como instrumento de desenvolvimento. *Teoria jurídica e desenvolvimento.* Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

SILVA, Alessandra Gomes do Nascimento. *Técnicas de negociação para advogados.* São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. In *Revista de Direito Administrativo***.** Rio de Janeiro: Renovar, n.º 212, abr./jul. 1998.

SILVA, Érica Barbosa e. *A efetividade da prestação jurisdicional civil a partir da conciliação*. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Departamento de Direito Processual, 2012.

SILVA, Juvêncio Borges. O acesso à justiça como direito fundamental e sua efetivação jurisdicional. In *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3, vol. 4. Jan-abril 2013.

SILVA, Fernanda Tartuce. *Mediação como meio de composição de conflitos civis.* Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2007.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Solução de controvérsias: métodos adequados para resultados possíveis e métodos possíveis para resultados adequados. *Negociação, mediação e arbitragem:* curso básico para programas de graduação em direito. In SALLES, Carlos Alberto (coord.). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.

SILVA, Paulo Henrique Tavares. *A judicialização da política no Brasil e o comportamento decisional dos seus magistrados:* o Judiciário como um ambiente micro-hegemônico e a contenção judicial - uma análise sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético. Tese. João Pessoa, 2013.

SIRAQUE, Wanderlei. *Controle social da função administrativa do Estado*: possibilidades e limites na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOARES FILHO, José. Acesso à justiça no Brasil. In *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3, vol. 4. Jan-abril 2013.

SOUZA, Luciane Moessa de. Mediação, acesso à justiça e desenvolvimento institucional. *Mediação de conflitos*: novo paradigma de acesso à justiça. In CASELLA, Paulo Borba Casella; SOUZA, Luciane Moessa de (coordenadores). Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SOUZA, Marcel Soares de; ALMEIDA, Marina Corrêa de. *Da contradogmática à práxis:* duas contribuições para uma educação jurídica crítica. Faculdade de Direito de Franca. In Revista Eletrônica. Disponível em http://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/viewFile/150/96. Acesso em 28 jan. 2014.

SOUSA, Michele Faria de; GANDRA, Kelly Cristine de Campos. A crise do Judiciário e a mediação como uma forma alternativa para resolução de conflitos familiares. In *Revista de Direito Brasileira*. Ano 3, vol. 4. Jan-abril 2013.

SOUZA, Silvana Cristina Bonifácio. *Assistência jurídica integral e gratuita*. São Paulo: Método, 2003.

SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO , Theobaldo. O acesso à justiça como "direito humano básico" e a crise da jurisdição no Brasil. In *Scientia Iuris*, Londrina, v. 15, n. 2, dez. 2011.

STOCO, Rui. *Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

STRECK, Lenio Luiz. *Dogmática jurídica, senso comum e reforma processual penal:* o problema das mixagens teóricas. Pensar, Fortaleza, v. 16, n. 2, jul./dez. 2011. Disponível em http://ojs.unifor.br/index.php/rpen/article/view/2165. Acesso em 30 set. 2013.

STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise:* uma exploração hermenêutica da construção do Direito. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2000.

TARTUCE, Fernanda. Conciliação em juízo: o que (não) é conciliar? *Negociação, mediação e arbitragem:* curso básico para programas de graduação em direito. In SALLES, Carlos Alberto (coord.). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.

TAUCHERT, Maicon Rodrigo. *A formação do senso comum teórico dos juristas brasileiros*. Disponível em http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=2757. Acesso em 30 set. 2013.

TAVARES, Thiago Nóbrega. *Transação de interesses como prática legitimadora da aplicação da arbitragem aos litígios tributários*: uma análise sob a perspectiva dos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público. Dissertação. João Pessoa, 2013.

UNGER, Roberto Mangabeira. Disponível em http://www.law.harvard.edu/faculty/unger/portuguese/pensamento.php#6. Acesso em 31 jan. 2014.

UNIFACS. Disponível em http://*www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao.../discente/disc_16.doc.* Acesso em 02 out. 2013.

VALLE, Wilson Mendes do. Disponível em http://blogprofessorwilson.blogspot.com.br/p/teoria-dos-jogos-e-direito.html. Acesso em 30 jan. 2014.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.

VASCONCELOS, Fernando Antônio de. A responsabilidade do advogado à luz do Código de Defesa do Consumidor. In *Revista de Direito do Consumidor*. n. 30.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Análise histórica do ensino jurídico no Brasil.* In Cadernos da UnB – Ensino Jurídico. Editora Universidade de Brasília, 1978-1979.

VOESE, Ingo. *Mediação dos conflitos como negociação de sentidos.* Curitiba: Juruá, 2010.

WARAT, Luis Alberto. *Mediação, negociação e arbitragem empresarial no Mercosul*. Disponível em http://www.almed. com.br. Acesso em 18 set. 2013.

WARAT, Luiz Alberto. *Introdução geral ao direito.* Interpretação da lei. Temas para uma reformulação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994.

WARAT, Luis Alberto. Epistemologia e ensino do direito: o sonho acabou. Florianópolis. Fundação Boiteux. 2004.

WARAT, Luiz Alberto. *A pureza do poder*. Florianópolis: UFSC, 1982.

WATANABE, Kazuo. Cultura da sentença e cultura da pacificação. *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover.* São Paulo: DPJ, 2005.

WEINGÄRTNER, Viviane. *Acesso à justiça pela pessoa natural nos conflitos internacionais no âmbito do Mercosul*. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico). Universidade Autônoma de Assunção. Assunção – PY, 2005.

ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montingelli. *Os meios alternativos de resolução de conflitos e a democratização da justiça.* Faculdade de Direito de Franca. In Revista Eletrônica. Disponível em http://www.direitofranca.br Revista Eletrônica. Acesso em 25 set. 2013.

ZAPPAROLLI, Célia Regina. *Mediação de conflitos*. Pacificando e prevenindo a violência. A experiência pacificadora da mediação. São Paulo: Summus, 2003.

Anexo A - Resolução CNE/CES nº 9/2004

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 9, DE 29 DE SETEMBRO DE 2004 (*)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea "c", da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CES/CNE nºs 776/97, 583/2001, e 100/2002, e as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Direito, propostas ao CNE pela SESu/MEC, considerando o que consta do Parecer CES/CNE 55/2004 de 18/2/2004, reconsiderado pelo Parecer CNE/CES 211, aprovado em 8/7/2004, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 23 de setembro de 2004, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Direito, Bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do Curso de Graduação em Direito, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o trabalho de curso como componente curricular obrigatório do curso, o regime acadêmico de oferta, a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de Direito, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa e à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, bem como a forma de implantação e a estrutura do Núcleo de Prática Jurídica;

X -concepção e composição das atividades complementares; e,

XI - inclusão obrigatória do Trabalho de Curso.

§ 2º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 3º O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da

(*) CNE. Resolução CNE/CES 9/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 1º de outubro de 2004, Seção 1, p. 17.

terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Art. 4º. O curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes habilidades e competências:

I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

II - interpretação e aplicação do Direito;

III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

VII - julgamento e tomada de decisões; e,

VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

Art. 5º O curso de graduação em Direito deverá contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua Organização Curricular, conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

I - Eixo de Formação Fundamental, tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

II - Eixo de Formação Profissional, abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual; e

III - Eixo de Formação Prática, objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Direito estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular de acordo com o regime acadêmico que as Instituições de Educação Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O Estágio de que trata este artigo será realizado na própria instituição, através do Núcleo de Prática Jurídica, que deverá estar estruturado e operacionalizado de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho competente, podendo, em parte, contemplar convênios com outras entidades ou instituições e escritórios de advocacia; em serviços de assistência judiciária implantados na instituição, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais, importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação de Estágio das IES , para a avaliação pertinente.

§ 2º As atividades de Estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os

resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, na forma definida na regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

Art. 8º As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. A realização de atividades complementares não se confunde com a do Estágio Supervisionado ou com a do Trabalho de Curso.

Art. 9º As Instituições de Educação Superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, interna e externa, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando.

Parágrafo único. Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início de cada período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem, os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica.

Art. 10. O Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório, desenvolvido individualmente, com conteúdo a ser fixado pelas Instituições de Educação Superior em função de seus Projetos Pedagógicos.

Parágrafo único. As IES deverão emitir regulamentação própria aprovada por Conselho competente, contendo necessariamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 11. A duração e carga horária dos cursos de graduação serão estabelecidas em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art. 12. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos no período ou ano subseqüente à publicação desta.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria Ministerial nº 1.886, de 30 de dezembro de 1994 e demais disposições em contrário.

Edson de Oliveira Nunes
Presidente da Câmara de Educação Superior

Anexo B - Estrutura curricular do curso de Direito da Universidade Federal da Bahia

UFBA - Universidade Federal da Bahia - Sistema Acadêmico 19/07/2011 11:09

R00041 - Grade Curricular (Curso)

Curso: 382140 Currículo: 2009-1 Turno: Noturno Duração em anos: Mínima 6 Média 7 Máxima 12

Direito

Área: Filosofia e Ciências Humanas Titulação: Bacharel em Direito

Habilitação:

Base Legal: AUTORIZAÇÃO:DECRETO Nº 1232-H DE 02.01.1891. RECONHECIMENTO: DECRETO Nº 599 PUBLICADO NO DOU EM 18.10.1891. DIRETRIZES CURRICULARES:RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 146 DE 03.04.2002.

1º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 21	Horas / Semestre 357

Disciplina	C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIR213 CIÊNCIA POLITICA	68	0	OB		
DIRA45 TEORIA DO DIREITO I	68	0	OB		
FCH001 INTRODUCAO FILOSOFIA	68	0	OB		
FCH007 INTRODUCAO SOCIOLOGIA II	85	0	OB		
FCH124 ANTROPOLOGIA I	68	0	OB		

2º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 20	Horas / Semestre 340

Disciplina	C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIRA74 HISTÓRIA DO DIREITO	68	0	OB	01	DIRA45
DIRA79 TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO	68	0	OB	01	DIR213 DIRA45
DIRA80 SOCIOLOGIA JURÍDICA	68	0	OB	01	DIRA45 FCH007
DIRA81 TEORIA DO DIREITO II	68	0	OB	01	DIRA45
ECOA27 INTRODUÇÃO À ECONOMIA	68	0	OB		

3º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 20	Horas / Semestre 340

Disciplina	C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIR007 DIREITOS FUNDAMENTAIS	68	0	OB	01	DIRA79
DIRA75 METODOLOGIA DA PESQUISA EM DIREITO	68	0	OB	01	DIRA81
DIRA82 TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL I	68	0	OB	01	DIRA45
DIRA83 TEORIA DO DIREITO PENAL I	68	0	OB	01	DIRA45
DIRA84 DIREITO CONSTITUCIONAL	68	0	OB	01	DIRA79

4º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 20	Horas / Semestre 340

Disciplina	C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIRA85 FILOSOFIA DO DIREITO	68	0	OB	01	DIR007 FCH001
DIRA86 TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL II	68	0	OB	01	DIRA82
DIRA87 TEORIA DO PROCESSO	68	0	OB	01	DIRA84
DIRA88 TEORIA DO DIREITO PENAL II	68	0	OB	01	DIRA83
DIRA89 CIÊNCIA DAS FINANÇAS E DIREITO FINANCEIRO	68	0	OB	01	DIRA79

5º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 20	Horas / Semestre 340

Disciplina	C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIR031 DIREITO ADMINISTRATIVO I	68	0	OB	01	DIRA84
DIR035 DIREITO TRIBUTARIO I	68	0	OB	01	DIRA86
DIR038 DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	68	0	OB	01	DIRA87
DIR194 DIREITO PENAL III	68	0	OB	01	DIRA88
DIRA90 DIREITO DAS OBRIGAÇÕES I	68	0	OB	01	DIRA86

6º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 20	Horas / Semestre 340

Disciplina	C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIR032 DIREITO ADMINISTRATIVO II	68	0	OB	01	DIR031
DIR036 DIREITO TRIBUTARIO II	68	0	OB	01	DIR035
DIR039 DIREITO PROCESSUAL CIVIL II-A	68	0	OB	01	DIR038
DIR195 DIREITO PENAL IV	68	0	OB	01	DIR194
DIRA91 DIREITO DAS OBRIGAÇÕES II	68	0	OB	01	DIRA90

7º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 20	Horas / Semestre 340

Disciplina	C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIR040 DIREITO PROCESSUAL CIVIL III-A	68	0	OB	01	DIR039
DIR043 DIREITO DO TRABALHO I	68	0	OB	01	DIRA91
DIR049 DIREITO PROCESSUAL PENAL I-A	68	0	OB	01	DIR038
DIR190 HERMENÊUTICA JURIDICA	68	0	OB	01	DIR036
DIRA92 CONTRATOS	68	0	OB	01	DIRA91

8º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 21	Horas / Semestre 357

Disciplina	C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIR041 DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	68	0	OB	01	DIR040

8º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 21	Horas / Semestre 357

Disciplina	C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIR044 DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I	68	0	OB	01	DIR043
DIR050 DIREITO PROCESSUAL PENAL II-A	68	0	OB	01	DIR038
DIR192 DIREITOS REAIS I	68	0	OB	01	DIRA86
DIRA93 PRÁTICA JURÍDICA CÍVEL I	85	0	OB	01	DIR039

9º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 21	Horas / Semestre 357

Disciplina	C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIR015 DIREITO DE FAMILIA	68	0	OB	01	DIRA91
DIR046 DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO	68	0	OB	01	DIR031
DIR063 DIREITO AGRARIO	68	0	OB	01	DIR192
DIRA94 PRÁTICA JURÍDICA CÍVEL II	85	0	OB	01	DIRA93
DIRA95 DIREITO EMPRESARIAL	68	0	OB	01	DIRA92

10º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 22	Horas / Semestre 374

Disciplina	C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIR016 DIREITO DAS SUCESSÕES	68	0	OB	01	DIR015
DIR034 DIREITO AMBIENTAL	68	0	OB	01	DIR032
DIRA76 DIREITO SOCIETÁRIO	68	0	OB	01	DIRA95
DIRA77 PRÁTICA JURÍDICA PENAL	85	0	OB	01	DIR050
DIRA78 PRÁTICA JURÍDICA TRABALHISTA	85	0	OB	01	DIR044

11º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 22	Horas / Semestre 374

Disciplina	C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIRA96 MONOGRAFIA I	102	0	OB	01	DIR040 DIRA75
FCH057 PSICOLOGIA SOCIAL I	68	0	OB		
OPT068 OPTATIVA 068	68	0	OP		
OPT068 OPTATIVA 068	68	0	OP		
OPT068 OPTATIVA 068	68	0	OP		

12º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 18	Horas / Semestre 306

Disciplina	C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIR189 ETICA GERAL E PROFISSIONAL	68	0	OB	01	DIRA94
DIRA97 MONOGRAFIA II	102	0	OB	01	DIRA96
OPT068 OPTATIVA 068	68	0	OP		
OPT068 OPTATIVA 068	68	0	OP		

OPTATIVAS

Disciplina	C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIR008 DIREITO ECONÔMICO	68	0	OP	01	DIR036
DIR033 TEMAS APROFUNDADOS DE DIREITO ADMINIST	68	0	OP	01	DIR032
DIR045 DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E SINDICAL	68	0	OP	01	DIR044
DIR047 DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	68	0	OP	01	DIR031
DIR048 DIREITO DA INTEGRACAO - A	68	0	OP	01	DIR046
DIR051 DIREITO PROCESSUAL PENAL ESPECIAL	68	0	OP	01	DIR050
DIR061 DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	68	0	OP	01	DIRA92
DIR062 DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL	68	0	OP	01	DIR036
DIR067 DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	68	0	OP	01	DIR049
DIR196 DIREITO AUTORAL E DA PROPRIEDADE INDUST	68	0	OP	01	DIR192 DIRA76
DIR197 NOVAS FIGURAS CONTRATUAIS	68	0	OP	01	DIRA92
DIR200 DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II	68	0	OP	01	DIR044
DIR201 DIREITO DO TRABALHO II	68	0	OP	01	DIR043
DIR203 PROCESSO ADMINISTRATIVO	68	0	OP	01	DIR040
DIR204 LOGICA E ARGUMENTAÇÃO JURIDICA	68	0	OP	01	DIR190
DIR205 DIREITO IMOBILIARIO E REGISTROS PUBLICOS	68	0	OP	01	DIR192 DIRA92
DIR207 BIOETICA E DIREITO	68	0	OP	01	DIR015
DIR210 DIREITO ELEITORAL	68	0	OP	01	DIR040
DIR211 TEMAS APROFUNDADOS DE DIREITO CONSTITU	68	0	OP	01	DIR040
DIRA98 TEORIA E APLICAÇÃO DA PENA	68	0	OP	01	DIR195
DIRA99 DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO	68	0	OP	01	DIR043
DIRB01 POLÍTICA CRIMINAL E CRIMINOLOGIA	68	0	OP	01	DIR195
DIRB02 DIREITO PENAL ESPECIAL	68	0	OP	01	DIR195

OPTATIVAS

Disciplina		C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIRB03	DIREITO PROCESSUAL COLETIVO E PROCEDIME	68	0	OP	01	DIR040
DIRB04	TEMAS APROFUNDADOS DE DIREITO E PROCES	68	0	OP	01	DIR044
DIRB05	DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO	68	0	OP	01	DIR034 DIR043
DIRB06	DIREITO TRIBUTÁRIO ESPECIAL	68	0	OP	01	DIR036
DIRB07	MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	68	0	OP	01	DIR039 DIRA92
DIRB08	FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	68	0	OP	01	DIRA76
LETE46	LIBRAS-LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	34	0	OP		
MED142	MEDICINA LEGAL	68	0	OP	01	DIR195

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Natureza Disciplina	Nome	Carga Horária Máxima	Carga Horária Mínima	Creditação Máxima	Creditação Mínima
AC	Atividade Complementar	100	100		
OB	Obrigatoria	3757	3757		
OP	Optativa	340	340		
	Total	4197	4197	0	0

Observação:
PROCESSO Nº230666.015950/08-09 PARECER Nº 645 /08 CEG DE16/ 08/2008 AUTORIZA A CRIAÇÃO DA TURMA NOTURNA DO CURSO DE DIREITO.

Atenção:
Os currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia estão em processo de reformulação curricular, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Desta forma, esta grade pode ainda não contemplar as mudanças em andamento e em fase de implantação. Consulte o coordenador do curso para esclarecer possíveis dúvidas.

Anexo C - Estrutura curricular do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: 303 - DIREITO
Currículo: 20041

Habilitação: Bacharelado em Direito

Documentação: Curso reconhecido pelo Decreto Federal 20334, de 07/01/1946, publicado no Diário Oficial da União de 01/02/1946
Decreto Criacao = 20334 - 07/01/1946

Objetivo: Formar profissionais qualificados para exercerem as atividades atinentes aos diversos operadores do direito (advogados, juízes, promotores, procuradores, etc), com visão crítica e consciência sócio-política.

Titulação: Bacharel em Direito

Diplomado em: Direito

Periodo de Conclusão do Curso: Mínimo: 10 semestres Máximo: 15 semestres

Carga Horaria Obrigatória: UFSC: 3860 CNE: 3004
Optativas Profissional: 288
Estágio: 380

Numero de aulas semanais: Minimo: 12 Maximo: 28

Coordenador do Curso: Prof. Ubaldo Cesar Balthazar
Telefone: 37219382

Ciclo Basico

1ªFase

Disciplina		tipo	HA	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
	Economia e Economia Política. Contexto histórico da Economia Política. Raízes e postulados das propostas clássicas, neo-clássicas, marxista e keynesiana. Estado contemporâneo, globalização e economia nacional. Desenvolvimento econômico e papel do Direito. Análise econômica do Direito. Tendências contemporâneas em Economia Política.						
CNM5122	**Economia Política**	*Ob*	72	4	CNM5115		
	Pesquisa, produção de conhecimento e processo de ensino aprendizagem. Métodos e Técnicas de Pesquisa. Especificidades da pesquisa jurídica. Registro de informações, trabalhos acadêmicos e normas da ABNT.						
DIR5012	**Metodologia da Pesquisa em Direito**	*Ob*	36	2			
	Noção de Direito: definição e elementos. Direito e moral. Direito natural e direito positivo. Direito, eqüidade e justiça. Direito objetivo: direito público e direito privado. Direito subjetivo. Fontes do Direito. Princípios gerais do Direito. Norma jurídica. Validade, vigência e eficácia. Da norma ao ordenamento jurídico: unidade, coerência e completude do ordenamento jurídico. Tutela da relação jurídica. Tendências contemporâneas do Direito.						
DIR5101	**Teoria do Direito**	*Ob*	72	4	DIR5100		
	Conceito e princípios da análise histórica. Direito primitivo. Direito oriental e asiático. Direito na antiguidade clássica: Grécia e Roma. Direito feudal e dogmática canônica. Formação do direito moderno: privado e público. Evolução do direito positivo moderno. História dos institutos jurídicos fundamentais. Trajetória da historicidade jurídica no Brasil. Grandes sistemas jurídicos comparados. Historicidade e novos paradigmas da cultura jurídica contemporânea.						
DIR5106	**História do Direito**	*Ob*	72	4	DIR5105		
	Ciência Política: poder, governo, Estado e sociedade. Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna. Teoria do Estado: Estado Moderno, Estado Contemporâneo. Elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Tendências contemporâneas em Teoria Política e do Estado.						
DIR5116	**Teoria Política**	*Ob*	72	4	DIR5115		
	Conceito de Antropologia e cultura. Histórico de Antropologia Jurídica. Etnologia. Alteridade. Tolerância. Pluralismo Jurídico. Novos Atores. Movimentos Étnico-Culturais.						
DIR5118	**Antropologia Jurídica**	*Ob*	36	2			

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: 303 - DIREITO
Currículo: 20041

Habilitação: Bacharelado em Direito 0

2ªFase 2

Disciplina		tipo	HA	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
	Conceito e princípios do Direito Constitucional. Formação Constitucional do Brasil. A constituinte e a Constituição de 1988. Constitucionalismo. Constituição. Poder constituinte. Poder de reforma. Mutações constitucionais. Normas constitucionais. Interpretação constitucional. Controle de Constitucionalidade.						
DIR5121	**Teoria Constitucional**	*Ob*	72	4	DIR5120	DIR5116	
	Sociologia e Sociologia do Direito. Contexto histórico da Sociologia do Direito. Quadros teóricos referenciais para o estudo da relação Direito / Sociedade. Sociologia do Direito Natural. Abordagem marxista do Direito. Abordagem de Émile Durkheim. Abordagem Weberiana. Tendências contemporâneas em Sociologia do Direito.						
DIR5126	**Sociologia do Direito**	*Ob*	72	4	DIR5125		
	Conceito, antecedentes e evolução das relações internacionais. Paradigmas do idealismo, do realismo, da dependência e da interdependência. Sociedade internacional e sociedade global. Atores internacionais: Estado, organismos internacionais, organizações não-governamentais e empresas transnacionais. Pautas e agendas das relações internacionais contemporâneas. Perspectivas das relações internacionais.						
DIR5146	**Teoria das Relações Internacionais**	*Ob*	36	2			
	Conceito e princípios do Direito Civil. Pessoas: pessoas naturais e pessoas jurídicas. Bens: diferentes classes de bens. Fatos jurídicos: negócio jurídico, atos jurídicos lícitos e atos jurídicos ilícitos, prescrição e decadência, prova. Perspectivas do Direito Civil.						
DIR5211	**Direito Civil I**	*Ob*	108	6	DIR5201 eh DIR5202	DIR5101	
	Conceito e princípios do Direito Penal. Criminologia. Norma penal. Aplicação da Lei Penal. Crime. Ação penal. Tipicidade. Tentativa. Injuricidade. Culpabilidade. Concurso de Pessoas.						
DIR5605	**Direito Penal I**	*Ob*	72	4	DIR5601		

3ªFase 3

Disciplina		tipo	HA	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
	Criminologia e Criminologias: dimensionamento histórico, epistemológico e político. Paradigma etiológico de Criminologia: crime, criminoso e criminalidade como objeto criminológico. Mudança de paradigmas em Criminologia e paradigma da reação social: controle social e sistema penal como objeto criminológico. Seletividade. Criminologia Crítica. Criminalidade, criminalização, vitimação, violência e segurança pública: da violência individual à violência institucional e estrutural. Tendências contemporâneas da Criminologia.						
DIR5131	**Criminologia**	*Ob*	72	4	DIR5130	DIR5126	
	Conceito e princípios do Direito das Obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Perspectivas do Direito das Obrigações.						
DIR5212	**Direito Civil II**	*Ob*	72	4	DIR5204	DIR5211	
	Constituição de 1988: princípios e objetivos fundamentais. Direitos fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos da nacionalidade, direitos políticos. Garantias processuais dos direitos fundamentais.						
DIR5503	**Direito Constitucional I**	*Ob*	72	4	DIR5502	DIR5121	
	Conceito e princípios do Direito Internacional. DI Público e DI Privado. Principais doutrinas do DIP. Sujeitos de DIP. Organizações Internacionais. Ser humano e humanidade. Normas de DIP. Conflitos de normas no DIP. Responsabilidade internacional. Jurisdição internacional. População e nacionalidade. Imunidades. Proteção diplomática. Condição do estrangeiro. Domínio público internacional. Solução de conflitos. Perspectivas do Direito Internacional.						
DIR5543	**Direito Internacional**	*Ob*	72	4	DIR5541	DIR5146	
	Penas: espécies, cominação, aplicação, suspensão condicional, livramento condicional, efeitos da coordenação, reabilitação. Medidas de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade. Sistema penitenciário.						
DIR5606	**Direito Penal II**	*Ob*	72	4	DIR5602	DIR5605	

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: 303 - DIREITO
Currículo: 20041

Habilitação: Bacharelado em Direito 0

4ªFase 4

Disciplina		tipo	HA	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
	Conceito e especificidades do Direito Processual. Principais ramos do Direito Processual. Processo e Constituição: princípios constitucionais do processo, Poder Judiciário e funções essenciais à justiça. Institutos fundamentais do Direito Processual: jurisdição e competência, ação e defesa, processo e procedimento. Partes e procuradores. Órgãos judiciários e auxiliares da justiça. Tendências contemporâneas em Direito Processual.						
DIR5111	**Teoria do Processo**	*Ob*	72	4	DIR5110	DIR5503	
	Filosofia e Filosofia do Direito. Contexto histórico da Filosofia do Direito. Filosofia do Direito como Teoria da Justiça, como Ética e como Epistemologia Jurídica. Pensamento clássico e pensamento crítico em Filosofia do Direito. Direito e Complexidade. Tendências contemporâneas em Filosofia do Direito.						
DIR5136	**Filosofia do Direito**	*Ob*	72	4	DIR5135		
	Conceito e princípios do Direito dos Contratos. Teoria geral dos contratos. Contratos em geral. Contratos em espécie. Contratos de relações de consumo. Atos unilaterais. Títulos de crédito. Preferências e privilégios creditórios. Perspectivas do Direito dos Contratos.						
DIR5213	**Direito Civil III**	*Ob*	72	4	DIR5205	DIR5212	
	Estrutura e organização do Estado Brasileiro. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Organização dos Poderes. Funções essenciais à Justiça. Tributação e Orçamento. Ordem econômica e financeira. Ordem social. Perspectivas do Direito Constitucional.						
DIR5504	**Direito Constitucional II**	*Ob*	72	4	DIR5501	DIR5503	
	Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Crimes contra o costume. Crimes contra a família.						
DIR5607	**Direito Penal III**	*Ob*	72	4	DIR5603	DIR5606	

5ªFase 5

Disciplina		tipo	HA	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
	Hermenêutica jurídica: principais escolas e tendências. Interpretação do Direito. Integração do Direito. Antinomias jurídicas. Aplicação do Direito. Direito Intertemporal: especificidades dos direitos material e processual; retroatividade e irretroatividade; direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Princípios gerais do Direito Internacional Privado. Tendências contemporâneas em Hermenêutica Jurídica.						
DIR5171	**Hermenêutica Jurídica**	*Ob*	72	4	DIR5155 eh DIR5157	DIR5211	
	Conceito e princípios da responsabilidade civil. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas e seus administradores. Responsabilidade civil do Estado e seus agentes. Perspectivas da responsabilidade civil.						
DIR5214	**Direito Civil IV**	*Ob*	36	2	DIR5203	DIR5213	
	Conceito e princípios do Direito de Família. Direito pessoal: casamento, relações de parentesco. Direito patrimonial: regime de bens entre os cônjuges, usufruto e administração dos bens de filhos menores, alimentos, bem de família. União estável. Tutela e curatela. Criança adolescente. Perspectivas do Direito de Família.						
DIR5216	**Direito Civil VI**	*Ob*	68	4	DIR5206	DIR5213	
	Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Contravenções penais. Direito Penal Econômico. Direito Penal Ambiental. Outras leis penais especiais: tóxicos, imprensa, abuso de autoridade, responsabilidade... Perspectivas do Direito Penal.						
DIR5608	**Direito Penal IV**	*Ob*	72	4	DIR5504	DIR5606	
	Conceito e princípios do Direito Processual Civil. Partes e procuradores. Órgãos judiciários e auxiliares da Justiça. Competência. Atos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de conhecimento. Procedimento sumário. Procedimento ordinário: petição inicial e resposta do réu.						
DIR5705	**Processo Civil I**	*Ob*	72	4	DIR5701	DIR5111	

9ªFase 9

Disciplina		tipo	HA	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
	Conceito e princípios do Direito Ambiental. Ecologia e Meio Ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Direito e recursos ambientais. Direito Ambiental brasileiro. Direito Ambiental comparado. Tratados e convenções internacionais e princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Educação ambiental.						
DIR5558	**Direito Ambiental**	*Ob*	36	2	DIR5555	DIR5504	

Ciclo Profissional 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: 303 - DIREITO
Currículo: 20041

Habilitação: Bacharelado em Direito 0

6ªFase 6

Disciplina		tipo	HA	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
	Ética no mundo contemporâneo. Liberdade, consciência e responsabilidade. Ética e Direito. Profissões jurídicas e seus campos de atuação. Regramento jurídico das principais profissões jurídicas. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Tendências contemporâneas em Ética: da Bioética ao Biodireito.						
DIR5141	**Ética Profissional**	*Ob*	36	2	DIR5140	DIR5136 eh DIR5504	
	Conceitos e princípios da negociação e da mediação. Aspectos sociais, políticos e econômicos da negociação e da mediação. Relações interpessoais e inter-organizacionais. Negociação como atividade cotidiana. Táticas e estratégias de negociação. Habilidades de relacionamento e tecnologia da negociação. Mediação, jurisdição e jurisconstrução. Mediação, conciliação e transação. Papel e ética do mediador.						
DIR5176	**Negociação e Mediação**	*Ob*	36	2		DIR5111 eh DIR5213	
	Conceito e princípios do Direito das Coisas. Posse. Direitos reais. Propriedade. Superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito do promitente comprador, penhor, hipoteca e anticrese. Perspectivas do Direito das Coisas.						
DIR5215	**Direito Civil V**	*Ob*	72	4	DIR5210	DIR5214	
	Conceito e princípios do Direito do Trabalho. Direito Individual do Trabalho. Empregado e Empregador. Contrato de trabalho. Estabilidade. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Salário e remuneração. Duração do Trabalho. Contratos afins. Períodos de descanso. Regulamentações especiais.						
DIR5303	**Direito do Trabalho I**	*Ob*	72	4	DIR5301	DIR5211 eh DIR5504	
	Procedimento ordinário: revelia, providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, provas, audiência, sentença e coisa julgada. Processo nos tribunais: uniformização de jurisprudência, declaração de inconstitucionalidade, homologação de sentença estrangeira. Recursos: apelação, agravos, embargos, recursos inominados, recurso especial, recurso extraordinário. Ação rescisória.						
DIR5706	**Processo Civil II**	*Ob*	72	4	DIR5702	DIR5705	
	Conceito e princípios do Direito Processual Penal. Inquérito policial. Ação penal. Competência. Questões e processos incidentes. Prova. Sujeitos do processo. Prisão e liberdade provisória. Atos de comunicação processual. Interdições de direitos e medidas de segurança. Sentença.						
DIR5724	**Processo Penal I**	*Ob*	72	4	DIR5721	DIR5111	

7ªFase 7

Disciplina		tipo	HA	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
	Conceito e princípios do Direito das Sucessões. Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha. Perspectivas do Direito das Sucessões.						
DIR5217	**Direito Civil VII**	*Ob*	36	2	DIR5207	DIR5216	
	Direito Coletivo do Trabalho. Origens históricas dos sindicatos. Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução; convenções e acordos coletivos. Direito de greve e lock out. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Tratados e convenções internacionais em matéria de Direito do Trabalho. Blocos econômicos, globalização e Direito do Trabalho. Seguridade Social. Perspectivas do Direito do Trabalho e da Seguridade Social.						
DIR5304	**Direito do Trabalho II**	*Ob*	72	4	DIR5302	DIR5303	
	Conceito e princípios do Direito Administrativo. Relação jurídico-administrativa: princípios. Função administrativa: poder de polícia, serviço público e fomento. Intervenção no domínio econômico. Organização administrativa: administração direta e indireta. Administração delegada. Domínio público. Intervenção do Estado na propriedade privada.						
DIR5523	**Direito Administrativo I**	*Ob*	72	4	DIR5521	DIR5504	
	Processo de execução: execução em geral – partes, competência, título executivo, responsabilidade patrimonial, liquidação da sentença. Espécies de execução. Embargos do devedor. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária na legislação codificada e extravagante.						
DIR5707	**Processo Civil III**	*Ob*	72	4	DIR5703	DIR5706	
	Procedimento comum e demais procedimentos constantes da legislação processual penal. Júri. Nulidades. Recursos. Execução. Sistema penitenciário. Perspectivas do Direito Processual Penal.						
DIR5725	**Processo Penal II**	*Ob*	72	4	DIR5722	DIR5724	
	Trabalhos simulados orientados de prática jurídica forense e não forense.						
DIR5805	**Prática Jurídica Simulada I**	*Ob*	36	2	DIR5801	DIR5706	
	Estágio supervisionado, desenvolvido através do atendimento jurídico à população carente.						
DIR5855	**Prática Jurídica Real I**	*Ob*	54	3	DIR5851	DIR5706 2150 Horas	

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: 303 - DIREITO
Currículo: 20041

Habilitação: Bacharelado em Direito 0

8ªFase 8

Disciplina		tipo	HA	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
	Agentes Públicos. Teoria geral do ato administrativo. Licitações. Contratos administrativos. Responsabilidade extra-contratual do Estado. Controle da Administração pública. Perspectivas do Direito Administrativo.						
DIR5524	**Direito Administrativo II**	*Ob*	72	4	DIR5522	DIR5523	
	Processo cautelar: ações cautelares jurisdicionais e administrativas; ações cautelares nominadas e inominadas. Legislação extravagante em matéria de cautelares. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa na legislação codificada e extravagante. Perspectivas do Direito Processual Civil.						
DIR5708	**Processo Civil IV**	*Ob*	72	4	DIR5704	DIR5706	
	Conceito e princípios do Direito Processual do Trabalho. Justiça do Trabalho: organização e competência. Processo trabalhista: dissídio individual e dissídio coletivo. Recursos. Execução. Perspectivas do Direito Processual do Trabalho.						
DIR5732	**Processo do Trabalho**	*Ob*	72	4	DIR5731	DIR5304 eh DIR5706	
	Trabalhos simulados orientados de prática jurídica forense e não forense.						
DIR5806	**Prática Jurídica Simulada II**	*Ob*	36	2	DIR5802	DIR5707 eh DIR5805	
	Estágio supervisionado, desenvolvido através de atendimento jurídico à população carente.						
DIR5856	**Prática Jurídica Real II**	*Ob*	54	3	DIR5852	DIR5855 *2500 Horas*	
	Pesquisa em Direito: características, espécies, métodos. Etapas da pesquisa: levantamento de dados, registro de informações, redação do relatório. Elaboração de projetos de pesquisa e de extensão: estrutura e conteúdo. Relatórios de pesquisa e de extensão jurídicas e suas especificidades. Monografia e artigo científico.						
DIR5901	**Projeto de Pesquisa em Direito**	*Ob*	36	2	DIR5900	2150 Horas	

9ªFase 9

Disciplina		tipo	HA	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
	Conceito e princípios do Direito Empresarial. Empresário. Sociedades comerciais. Estabelecimento. Institutos complementares. Falências.						
DIR5404	**Direito Empresarial I**	*Ob*	72	4	DIR5401	DIR5211	
	Conceitos e princípios dos Direitos Financeiro e Tributário. Receita e despesas públicas. Crédito público. Orçamento público. Tributo: conceito, espécies, classificações. Sistema constitucional tributário. Competência impositiva. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartição constitucional da receita tributária.						
DIR5533	**Direito Tributário I**	*Ob*	72	4	DIR5531	DIR5504	
	Conceito e princípios do Direito Ambiental. Ecologia e Meio Ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Direito e recursos ambientais. Direito Ambiental brasileiro. Direito Ambiental comparado. Tratados e convenções internacionais e princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Educação ambiental.						
DIR5558	**Direito Ambiental**	*Ob*	36	2	DIR5555	DIR5504	
	Conceito e princípios do Direito Processual Administrativo. Teoria geral do processo administrativo. Finalidades, modalidades e fases processuais. Processo administrativo na Constituição Federal e na lei. Processos administrativos em espécie. Perspectivas do Direito Processual Administrativo.						
DIR5742	**Processo Administrativo**	*Ob*	36	2	DIR5741	DIR5111 eh DIR5524	
	Trabalhos simulados orientados de prática jurídica forense e não forense.						
DIR5807	**Prática Jurídica Simuldada III**	*Ob*	36	2	DIR5821	DIR5806	
	Estágio supervisionado, desenvolvido através de atendimento jurídico à população carente.						
DIR5857	**Prática Jurídica Real III**	*Ob*	54	3	DIR5853	DIR5856 2850 Horas	
_____	**Disciplinas Optativas**	*Op*	60	4			

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: 303 - DIREITO
Currículo: 20041

Habilitação: Bacharelado em Direito 0

10ªFase 10

Disciplina		tipo	HA	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
	Títulos de crédito: teoria geral e títulos em espécie. Contratos comerciais. Perspectivas do Direito Empresarial.						
DIR5405	**Direito Empresarial II**	*Ob*	72	4	DIR5402	DIR5404	
	Normas Gerais de Direito Tributário. Tributos: federais, estaduais e municipais. Administração tributária. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário. Perspectivas dos Direitos Financeiro e Tributário.						
DIR5534	**Direito Tributário II**	*Ob*	72	4	DIR5532	DIR5533	
	Conceito e princípios do Direito Processual Constitucional. Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança. Outros instrumentos constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Instrumentos constitucionais de controle da constitucionalidade. Perspectivas do Direito Processual Constitucional.						
DIR5746	**Processo Constitucional**	*Ob*	36	2	DIR5753	DIR5706	
	Trabalhos simulados orientados de prática jurídica forense e não forense.						
DIR5808	**Prática Jurídica Simulada IV**	*Ob*	36	2	DIR5841		
	Estágio supervisionado, desenvolvido através de atendimento jurídico à população carente.						
DIR5858	**Prática Jurídica Real IV**	*Ob*	54	3	DIR5854	DIR5857 3200 Horas	
_____	**Disciplinas Optativas**	*Op*	60	4			

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: 303 - DIREITO
Currículo: 20041

Habilitação: Bacharelado em Direito 0

Disciplinas Optativas 102

Disciplina		tipo	HA	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
	Conceito e princípios da Arbitragem. Teoria geral da arbitragem. Arbitragem no direito brasileiro: lei de arbitragem, juizados especiais, Direito do Trabalho. Arbitragem internacional: tratados internacionais, convenções interamericanas, Mercosul.						
DIR5916	**Arbitragem**	*Op*	36	2	DIR5758	DIR5176	
	Direito e Bioética. Princípios da Bioética. Nascimento ao Biodireito. Conceito e princípios do Biodireito. Ser humano e natureza. Inseminação artificial e fertilização in vitro. Procriação assistida. Clonagem. Transplante de órgãos e tecidos. Aborto e eutanásia. Transgênicos.						
DIR5917	**Biodireito**	*Op*	36	2	DIR5160	DIR5141 eh DIR5504	
	Conceito e princípios do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção integral. Direito fundamental. Menoridade e responsabilidade penal. Política de atendimento. Atos infracionais. Medidas sócio-educativas. Justiça da infância e da juventude. Ministério Público e advogado. Procedimentos. Crimes e infrações administrativas. Prevenção e Prevenção Especial. Adoção.						
DIR5918	**Direito da Criança e do Adolescente**	*Op*	36	2	DIR5556		
	Conceito e princípios do Direito da Informática. Princípios constitucionais de proteção ao sigilo dos sistemas de informações e banco de dados. Propriedade intelectual na internet. Aspectos legais da Internet. Invasão de privacidade. Crimes de informática. Impactos tecnológicos e sociedade da informação.						
DIR5919	**Direito da Informática**	*Op*	36	2		DIR5504	
	Conceito e princípios do Direito da Integração. Direito da Integração e Direito Comunitário. Direito Comunitário na União Européia. Direito da Integração no Mercosul. Harmonização dos direitos internos e supranacionalidade. Direito da Integração e Poder Judiciário.						
DIR5920	**Direito da Integração**	*Op*	36	2	DIR5553	DIR5543	
	Conceito e princípios do Direito da Propriedade Intelectual. Obras intelectuais. Direitos do autor: direitos morais e patrimoniais. Utilização de obras intelectuais. Direitos conexos. Associações de titulares de direitos do autor e direitos conexos. Programas de computador. Engenharia genética. Fiscalização. Penalidades.						
DIR5921	**Direito da Propriedade Intelectual**	*Op*	36	2	DIR5256	DIR5215 eh DIR5504	
	Conceito e princípios do Direito da Seguridade Social. Previdência Social no Brasil. Beneficiários. Custeio. Prestações. Repercussões no Contrato de Trabalho. Acidentes do Trabalho. Segurança e Medicina do Trabalho.						
DIR5922	**Direito da Seguridade Social**	*Op*	36	2	DIR5311	DIR5504	
	Conceito e princípios do Direito do Comércio Internacional. Contratos do Comércio Internacional. Critérios de conexão e autonomia. Aplicação das regras. A fase pré-contratual. Cláusulas nos contratos internacionais. Implicações financeiras.						
DIR5923	**Direito do Comércio Internacional**	*Op*	36	2	DIR5451	DIR5543	
	Conceito e princípios do Direito do Consumidor. Legislação brasileira específica. Os direitos do consumidor e sua proteção. A defesa do consumidor em juízo						
DIR5924	**Direito do Consumidor**	*Op*	36	2	DIR5251	DIR5213	
	Conceito e princípios do Direito Econômico. Princípios constitucionais. Legislação nacional referente ao tema. Livre mercado e intervenção estatal na economia. Agências regulatórias. CADE e Direito de Concorrência.						
DIR5925	**Direito Econômico**	*Op*	36	2	DIR5551	DIR5504	
	Educação: conceito e abrangência. Conceito e princípios do Direito Educacional. Normas constitucionais sobre a educação. Conselho Nacional de Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Demais legislação nacional em matéria educacional.						
DIR5926	**Direito Educacional**	*Op*	36	2	DIR5557	DIR5504	
	Conceitos e princípios do Direito Eleitoral e do Direito Partidário. Normas constitucionais em matéria eleitoral e partidária. Sistemas eleitorais adotados no Brasil. Justiça Eleitoral. Partidos Políticos.						
DIR5927	**Direito Eleitoral e Partidário**	*Op*	36	2	DIR5554	DIR5504	
	Conceitos e princípios do Direito Falimentar. Falência: caracterização, declaração e efeitos jurídicos. Administração da massa falida. Crimes falimentares.						
DIR5928	**Direito Falimentar**	*Op*	36	2	DIR5403	DIR5504	
	Conceito e princípios do Direito Internacional Privado. Principais doutrinas do Direito Internacional Privado. Codificações e tentativas de codificação do Direito Internacional Privado. Condição jurídica do estrangeiro. Conflitos interespaciais. Aplicação, prova e interpretação do direito estrangeiro. Questões de direito material e processual internacional.						
DIR5929	**Direito Internacional Privado**	*Op*	36	2		DIR5504	
	Conceito e princípios do Direito Marítimo. Origem da navegação e do Direito Marítimo. Embarcação. Armação de embarcação. Capitão de embarcação. Contrato de Ajuste e seus efeitos. Acidentes marítimos. Seguro Marítimo. Crédito Naval. Direitos e obrigações em nível do Direito Marítimo.						
DIR5930	**Direito Marítimo**	*Op*	36	2		DIR5725	

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: 303 - DIREITO
Currículo: 20041

Habilitação: Bacharelado em Direito 0

	Conceito e princípios do Direito Penitenciário. Sistema penitenciário. Lei de Execuções Penais. Assistência ao preso. Trabalho, direitos e deveres do preso. Regimes de cumprimento das penas privativas de liberdade. Estabelecimentos penais. Remição. Cumprimento da pena de multa. Medidas de segurança. Livramento condicional. Suspensão condicional da pena. Anistia, indulto e indulto individual.						
DIR5931	**Direito Penitenciário**	*Op*	36	2	DIR5723	DIR5724	
	Conceito e princípios do Direito Romano. Importância do Direito Romano no mundo jurídico. Jus Naturale, Jus Civile, Jus Gentium e Jus Praetorium. Fontes do Direito Romano Pessoa física e pessoa jurídica. Ato jurídico. Coisas. Posse e Propriedade. Liberdade, cidadania e família. Matrimônio, legitimação, adoção, emancipação, dote, divórcio, tutela e curatela. Sucessões. Obrigações. Contratos. O processo civil romano.						
DIR5932	**Direito Romano**	*Op*	36	2			
	Fundamentos e desenvolvimento histórico da construção dos direitos humanos. Cidadania enquanto fenômeno jurídico direitos humanos e Constituição. Cidadania, direitos humanos e democracia. Cidadania na sociedade contemporânea. Ética e cidadania. Cidadania e meio ambiente. Pluralismo, tolerância e cidadania.						
DIR5933	**Direitos Humanos**	*Op*	36	2		DIR5101	
	Conceito e histórico da Informática jurídica. Processamento eletrônico da informação jurídica. Utilização do computador na administração da justiça, no processo legislativo e análise da jurisprudência. Impactos das modernas tecnologias na sociedade e no Direito. Aplicações práticas.						
DIR5934	**Informática Jurídica**	*Op*	36	2			
	Linguagem e semiologia. Usos da linguagem. Principais correntes da semiologia. Formas de argumentação. Falácias não formais e argumentos. Técnicas de argumentação nas práticas jurídicas. Senso comum teórico dos juristas: verdade e ideologia.						
DIR5935	**Linguagem e Argumentação Jurídicas**	*Op*	36	2		DIR5171	
	Processo legislativo: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e presidenciais, portarias, resoluções. Técnica legislativa: redação técnica, estrutura e divisão dos textos legais.						
DIR5936	**Processo e Técnica Legislativos**	*Op*	36	2		DIR5111	
	Conceito e princípios dos Juizados Especiais. Legislação federal e estadual. Estrutura. Competência. Procedimentos específicos. Recursos.						
DIR5937	**Processo nos Juizados Especiais**	*Op*	36	2	DIR5752	DIR5706	
	Temas emergentes na área do Direito: análise das perspectivas que se colocam para o campo jurídico no III milênio e que estejam a exigir uma reflexão especial no momento histórico de oferecimento da disciplina.						
DIR5938	**Temas Emergentes de Direito**	*Op*	36	2		DIR5141	
	Tópicos especiais de Direito Material, atualizados com a realidade do momento nacional em que for oferecida a disciplina, e que estejam a exigir uma reflexão especial.						
DIR5939	**Tópicos Especiais de Direito Material**	*Op*	36	2			
						2160 Horas	
	Tópicos especiais de Direito Processual, atualizados com a realidade do momento nacional em que for oferecida a disciplina, e que estejam a exigir uma reflexão especial.						
DIR5940	**Tópicos Espeiciais de Direito Processual**	*Op*	36	2			
						2160 Horas	
	Departamento de Polícia Técnica de Santa Catarina: noções gerais. Documentos médico-legais. Traumatologia forense: conceito, classificação e importância médico-legal. Laudo de exame de lesão corporal. Laudo de exame cadavérico. Laudo de exame de conjunção carnal. Laudo de exame de atentado ao pudor. Laudo de aborto. Laudo de exame psiquiátrico. Laudo de exame de embriaguez alcoólica. Laudo de exame de investigação de paternidade. Laudo de insalubridade, acidente de trabalho, indenização, responsabilidade médica e outros do âmbito penal e civil.						
PTL5307	**Medicina Legal**	*Op*	36	2	PTL5304	DIR5608	

ATIVIDADES COMPLEMENTARES 104

Disciplina		tipo	HA	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
DIR5021	**Atividade de Ensino**	*Op*					
DIR5022	**Atividades de Pesquisa**	*Op*					
DIR5023	**Atividades de Extensão**	*Op*					
DIR5024	**Estudos de Caso**	*Op*					
DIR5025	**Oficinas de Cidadania**	*Op*					
DIR5026	**Outras Atividades**	*Op*					

(03) 3

TRABALHO DE CONCLUSAO DO CURSO 103

Disciplina		tipo	HA	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
DIR5910	**Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**	*Ob*					

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: 303 - DIREITO
Currículo: 20041

Habilitação: Bacharelado em Direito 0

Observações: O aluno pode realizar a matrícula na disciplina DIR5910 Trabalho de Conclusão de Curso, na forma definida no regulamento específico, a partir da 8ª fase do Curso de Graduação em Direito, desde que cumpridos os pré-requisitos estabelecidos, ou seja, ter cursado integralmente as 07 (sete) primeiras fases do Curso de Direito.
As disciplinas optativas específicas do Curso de Direito, a serem cursadas em um mínimo de 288 h/a, podem ser cursadas a partir da Fase/Bloco 1, desde que cumpridos os pré-requisitos exigidos.
Atividades Complementares: todo o aluno tem de cumprir, distribuídas em pelo menos quatro fases do Curso e obedecidas as normas fixadas pelo Colegiado do Curso de Graduação em Direito, 288 horas de atividades complementares, respeitados os seguintes limites:

DIR5021 -Atividades de Ensino - carga horária atividade até 108h/a - Disciplinas pertencentes aos seguintes Departamentos de Ensino da UFSC: CAD, CCN, CNM, EED , FIL, HST, LLE, LLV, PSI, SPO, poderá ocorrer a matrícula nessas disciplinas a partir da 1ª fase-sugestão. As disciplinas pertencentes aos demais Departamentos (demais cursos de Graduação da UFSC), cursada por alunos do Curso de Graduação em Direito para fins de integralização do núcleo flexível do seu currículo, serão lançadas no histórico escolar pelo seu código do Departamento de origem. - Monitorias em disciplinas oferecidas pelo DIR - carga horária atividade até 54h/a e carga horária grupo até 144h/a.

DIR5022 - Atividades de Pesquisa - Projetos e Programas de Pesquisa -carga horária atividade até 108h/a. - Publicações na Área de Direito ou em Áreas Afins - carga horária atividade até 54h/a e carga horária grupo até 144h/a.

DIR5023 - Atividades de Extensão - Projetos e Programas de Extensão - carga horária até 54h/a. - Eventos Diversos na Área de Direito ou em Áreas Afins- carga horária até 108h/a e carga horária grupo até 144h/a.

DIR5024 - Estudos de Caso - carga horária atividade até 90h/a e carga horária grupo até 90h/a.

DIR5025 - Oficinas de Cidadania (Extensão) - Oficinas de Cidadania (na Área de Direito ou em Áreas Afins) - carga horária atividade até 90h/a e carga horária grupo até 90h/a.

DIR5026 - Outras Atividades - Estágios Extracurriculares - carga horária atividade até 90h/a. - Cursos Extracurriculares (Línguas e Informática) - carga horária atividade até 72h/a. - Assistência, com elaboração de relatório, a Defesas de Monografias Finais de Cursos de Graduação, de Dissertações de Mestrado e de Teses de Doutorado -carga horária até 54h/a. - Representação Estudantil - carga horária atividade até 36h/a e carga horária grupo até 90h/a.

Legenda: Tipo: Ob=Disciplina Obrigatória; Op=Disciplina Optativa; Es=Estágio; Ex=Extracurso. HA=Hora Aula
Equivalente: Disciplina equivalente; Conjunto: Disciplina que deve ser cursada em conjunto

Anexo D - Estrutura curricular do curso de Direito da Universidade Federal de Brasília



Universidade de Brasília - UnB
Decanato de Ensino de Graduação - DEG
Secretaria de Administração Acadêmica - SAA

Matrícula Web
GRADUAÇÃO

Seja bem-vindo(a).
Para ter acesso ao menu de Aluno, faça o login.
clique aqui para fazer o login.

Período Atual
2014/0

Graduação

- Curso
- Oferta
- Telefones
- Calendário
- Mensagem da SAA
- Benefícios DAC

Listagem de Fluxo de Habilitação - Dados Completos

Curso: 43 - Direito
Opção: 8486 - DIREITO

PERÍODO DE REFERÊNCIA **Início:** 2002/1 **Fim:**

PERÍODO: 1 CRÉDITOS: 24

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
1	F	ECO - 132012	INTRODUÇÃO A ECONOMIA	004 - 000 - 000 - 005
4	F	SOL - 134465	INTRODUÇÃO A SOCIOLOGIA	004 - 000 - 000 - 004
3	F	FIL - 137553	INTRODUCAO A FILOSOFIA	004 - 000 - 000 - 004
6	F	FDD - 184039	INTRODUCAO AO DIREITO 1	004 - 000 - 000 - 004
5	F	FDD - 184799	PESQUISA JURIDICA	004 - 000 - 000 - 004
2	F	IPOL - 185035	INTRODUÇÃO A CIÊNCIA POLÍTICA	004 - 000 - 000 - 004

PERÍODO: 3 CRÉDITOS: 26

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
17	F	FDD - 184098	TEORIA GERAL DO PROCESSO 1	004 - 000 - 000 - 004
14	F	FDD - 184101	TEORIA GERAL DO DIR PUBLICO	004 - 000 - 000 - 004
16	F	FDD - 184314	TEORIA GERAL DIR PRIVADO	004 - 000 - 000 - 004
18	F	FDD - 184888	TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL	006 - 000 - 000 - 004
15	F	FDD - 188280	MOD PARADIGMAS DA EXP JURIDICA	004 - 000 - 000 - 000
19	F	FDD - 188310	ATUAL E PRAT DO DIREITO 1	004 - 000 - 000 - 000

PERÍODO: 5 CRÉDITOS: 20

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
27	F	FDD - 184128	DIREITO CONSTITUCIONAL 2	004 - 000 - 000 - 004
28	F	FDD - 184144	DIREITO ADMINISTRATIVO 2	004 - 000 - 000 - 004
31	F	FDD - 184217	DIREITO PENAL 2	004 - 000 - 000 - 004
30	F	FDD - 184233	DIREITO PROCESSUAL CIVIL 1	002 - 002 - 000 - 004
29	F	FDD - 184462	DIREITO DOS CONTRATOS	004 - 000 - 000 - 004

PERÍODO: 7 CRÉDITOS: 22

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
43	F	FDD - 184250	DIREITO PROCESSUAL PENAL 1	004 - 000 - 000 - 004
41	F	FDD - 184331	DIREITO DE FAMILIA	004 - 000 - 000 - 004
40	F	FDD - 184365	DIREITO COMERCIAL 2	004 - 000 - 000 - 004
42	F	FDD - 184721	DIREITO PROCESSUAL CIVIL 3	004 - 000 - 000 - 004
45	F	FDD - 188212	PROJETO DE MONOGRAFIA	002 - 000 - 000 - 000

44	F	FDD - 188352	ESTAGIO 1	000 - 004 - 000 - 000

PERÍODO: 9 CRÉDITOS: 22

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
55	F	FDD - 184179	DIREITO TRIBUTÁRIO	004 - 000 - 000 - 004
54	F	FDD - 184187	DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO	004 - 000 - 000 - 004
58	F	FDD - 184926	DIREITO COMERCIAL 3	004 - 000 - 000 - 004
49	F	FDD - 188263	RESPONSABILIDADE CIVIL	002 - 000 - 000 - 000
57	F	FDD - 188379	ESTAGIO 3	000 - 004 - 000 - 000
56	F	FDD - 188433	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	004 - 000 - 000 - 000

PERÍODO: 2 CRÉDITOS: 24

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
14	C	FIL - 137529	ETICA	004 - 000 - 000 - 005
11	F	FDD - 184071	SOCIOLOGIA JURIDICA	004 - 000 - 000 - 004
10	F	FDD - 184896	INTRODUCAO AO DIREITO 2	004 - 000 - 000 - 004
9	F	FDD - 188247	HISTORIA DO DIREITO	004 - 000 - 000 - 000
7	F	FDD - 188298	TEORIA GERAL DO ESTADO	004 - 000 - 000 - 000
13	F	FDD - 188476	ETICA E DIREITO	004 - 000 - 000 - 000

PERÍODO: 4 CRÉDITOS: 29

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
27	C	PCL - 124036	PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE 1	004 - 000 - 000 - 004
20	F	FDD - 184110	DIREITO CONSTITUCIONAL 1	004 - 000 - 000 - 004
21	F	FDD - 184136	DIREITO ADMINISTRATIVO 1	004 - 000 - 000 - 004
24	F	FDD - 184209	DIREITO PENAL 1	004 - 000 - 000 - 004
22	F	FDD - 184446	DIREITO DAS OBRIGACOES	004 - 000 - 000 - 004
23	F	FDD - 184900	TEORIA GERAL DO PROCESSO 2	004 - 000 - 000 - 004
25	F	FDD - 188328	ATUAL E PRAT DO DIREITO 2	004 - 000 - 000 - 000
26	F	FDD - 188522	EXAME DE PROFICIÊNCIA 1	001 - 000 - 000 - 000

PERÍODO: 6 CRÉDITOS: 24

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
39	F	FDD - 184063	FILOSOFIA DO DIREITO	004 - 000 - 000 - 004
36	F	FDD - 184152	DIREITO ADMINISTRATIVO 3	004 - 000 - 000 - 004
35	F	FDD - 184241	DIREITO PROCESSUAL CIVIL 2	004 - 000 - 000 - 004
34	F	FDD - 184322	DIREITO DAS COISAS	004 - 000 - 000 - 004
33	F	FDD - 184357	DIREITO COMERCIAL 1	004 - 000 - 000 - 004
37	F	FDD - 188255	ATUAL E PRAT DO DIREITO 3	004 - 000 - 000 - 000

PERÍODO: 8 CRÉDITOS: 25

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
46	F	FDD - 184161	DIREITO FINANCEIRO	004 - 000 - 000 - 004
51	F	FDD - 184268	DIREITO PROCESSUAL PENAL 2	004 - 000 - 000 - 004
48	F	FDD - 184934	DIREITO DAS SUCESSOES	004 - 000 - 000 - 004
47	F	FDD - 188336	ATUAL E PRAT DO DIREITO 4	004 - 000 - 000 - 000
52	F	FDD - 188361	ESTÁGIO 2	000 - 004 - 000 - 000
50	F	FDD - 188425	DIREITO DO TRABALHO	004 - 000 - 000 - 000
53	F	FDD - 188531	EXAME DE PROFICIÊNCIA 2	001 - 000 - 000 - 000

PERÍODO: 10 **CRÉDITOS: 24**

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
60	F	FDD - 184276	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	004 - 000 - 000 - 004
59	F	FDD - 188239	DIREITO ECONOMICO	004 - 000 - 000 - 000
63	F	FDD - 188344	ATUAL E PRAT DO DIREITO 5	004 - 000 - 000 - 000
61	F	FDD - 188387	ESTAGIO 4	000 - 004 - 000 - 000
62	F	FDD - 188395	ESTAGIO 5	000 - 004 - 000 - 000
64	F	FDD - 188441	REDACAO DE MONOGRAFIA	004 - 000 - 000 - 000

© 2014 CPD - Centro de Informática
UnB - Universidade de Brasília

Anexo E - Estrutura curricular do curso de Direito da Universidade Federal do Ceará

GRADUAÇÃO

Graduação - Graduação

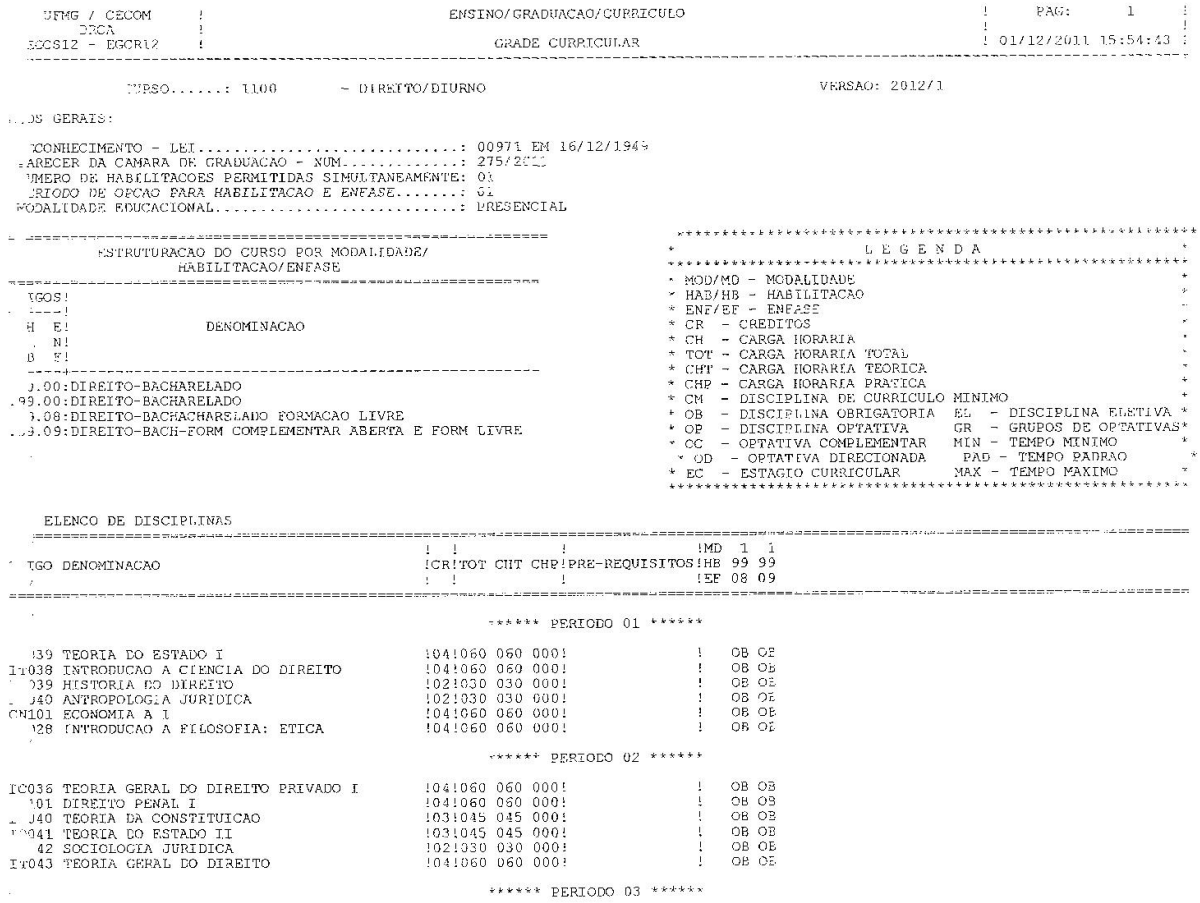
Habilitação: Bacharelado em Direito

Curso: Direito - Noturno (14) e Diurno (15)

Código	Disciplina	Cred.	Sem.	Obrig.	Requisitos
DD132	Antropologia Geral e Jurídica	2.0	1	Sim	-
DB091	Ciência Política e Teoria do Estado	4.0	1	Sim	-
DD133	Filosofia Geral e Epistemologia Jurídica	4.0	1	Sim	-
DD128	História e Estudo do Direito	4.0	1	Sim	-
DD131	Psicologia Geral e Jurídica	2.0	1	Sim	-
DD129	Sociologia Geral e Jurídica	2.0	1	Sim	-
DD130	Teoria Econômica e Direito	2.0	1	Sim	-
DC134	Direito Civil I	4.0	2	Sim	DD128
DB092	Direito Constitucional I	4.0	2	Sim	DB091
DB095	Direito Penal I	4.0	2	Sim	DD129
DD134	Hermenêutica Jurídica e Aplicação do Direito	4.0	2	Sim	DD133
DD105	Teoria do Direito	4.0	2	Sim	DD128
DC135	Direito Civil II (Obrigações)	4.0	3	Sim	DC134
DB093	Direito Constitucional II	4.0	3	Sim	DB092
DB096	Direito Penal II	4.0	3	Sim	DB095
DD106	Teoria do Processo	4.0	3	Sim	DD105
DC136	Direito Civil III (Contratos I)	4.0	4	Sim	DC135
DB094	Direito Constitucional III	4.0	4	Sim	DB093
DC141	Direito da Empresa	4.0	4	Sim	DC135
DB097	Direito Penal III	4.0	4	Sim	DB096
DD111	Direito Processual Civil I	4.0	4	Sim	DD106
DB099	Direito Administrativo I	4.0	5	Sim	DB093
DC137	*Direito Civil IV (Contratos II)*	4.0	5	Sim	DC136
DC138	Direito Civil V (Coisas)	4.0	5	Sim	DC135
DD112	Direito Processual Civil II	4.0	5	Sim	DD111
DD108	Direito Processual Penal I	4.0	5	Sim	DB096
DB100	Direito Administrativo II	4.0	6	Sim	DB099
DC139	Direito Civil VI (Família)	4.0	6	Sim	DC135
DD113	Direito Processual Civil III	4.0	6	Sim	DD111
DD109	Direito Processual Penal II	4.0	6	Sim	DD108
DC142	Títulos de Créditos	4.0	6	Sim	DC137
DC140	Direito Civil VII (Sucessões)	4.0	7	Sim	DC139
DC121	Direito do Trabalho I	4.0	7	Sim	DB093
DD114	Direito Processual Civil IV	4.0	7	Sim	DD111
DD110	Direito Processual Penal III	4.0	7	Sim	DD108
DB101	Direito Tributário I	4.0	7	Sim	DB100
DC122	Direito do Trabalho II	4.0	8	Sim	DC121
DB098	Direito Internacional Público	4.0	8	Sim	DB093
DB115	Direito Penal IV	4.0	8	Sim	DB097
DB102	Direito Tributário II	4.0	8	Sim	DB101
DC145	Recuperações e Falências	4.0	8	Sim	DC135
DC116	Direito Internacional Privado	4.0	9	Sim	DC138
DD137	Estágio Supervisionado de Prática Jurídica I	6.0	9	Sim	DD114 e DD110
DD136	Ética e Deontologia Jurídica	2.0	9	Sim	DD133 e DB094
DD135	Pesquisa Jurídica	2.0	9	Sim	DD133 e DC140
DD139	Defesa de Monografia Jurídica	2.0	10	Sim	DD135
DD138	Estágio Supervisionado de Prática Jurídica II	6.0	10	Sim	DD137

DD144	Acesso a Justiça e Direitos Humanos	2.0	99	Não	DB094
DD145	Arbitragem, Mediação e Conciliação	2.0	99	Não	DD111
DD141	Bioética e Biodireito	2.0	99	Não	DD134
DB114	Criminologia	4.0	99	Não	DD129 e DD132
DC131	Direito Aeronáutico	4.0	99	Não	DC137
DB104	Direito Agrário	4.0	99	Não	DB094
DB103	Direito Ambiental	4.0	99	Não	-
DC129	Direito Bancário	2.0	99	Não	DC142
DB120	Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso	2.0	99	Não	-
DC130	Direito das Sociedades por Ações	4.0	99	Não	DC141
DD124	Direito Desportivo	2.0	99	Não	DB093
DC147	Direito do Comércio Exterior	2.0	99	Não	DC116
DC123	Direito do Consumidor	4.0	99	Não	DC137
DB119	Direito do Idoso	4.0	99	Não	-
DB109	Direito Econômico	2.0	99	Não	DB102
DD123	Direito Educacional	4.0	99	Não	DB093
DB108	Direito Eleitoral	4.0	99	Não	DB093
DB118	Direito Financeiro	4.0	99	Não	DB094
DC125	Direito Imobiliário	4.0	99	Não	DC138
DC132	Direito Marítimo	2.0	99	Não	DC138
DB117	Direito Municipal e Urbanístico	4.0	99	Não	DC138 e DB100
DB113	Direito Penal Médico Legal	4.0	99	Não	DB096
DB116	Direito Penitenciário	4.0	99	Não	-
DC128	Direito Previdenciário	4.0	99	Não	DC122
DD116	Direito Processual Constitucional	4.0	99	Não	-
DD115	Direito Processual do Trabalho	4.0	99	Não	DD112
DD118	Direito Processual Tributário	2.0	99	Não	DD112
DC127	Direito Romano	4.0	99	Não	DD128
DD142	Direito Sumular	2.0	99	Não	DD114
DD119	Filosofia do Direito	4.0	99	Não	DD133 e DD105
DD143	Filosofia dos Direitos Humanos	2.0	99	Não	DD133 e DD119
DD122	*Informática Jurídica*	4.0	99	Não	DD105
DC146	Responsabilidade Civil	2.0	99	Não	DC137
DD140	Técnica do Processo Legislativo	2.0	99	Não	-

Anexo F - Estrutura curricular do curso de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais



UFMG / CECOM ! ENSINO/GRADUACAO/CURRICULO ! PAG: 1
DRCA !
EGCS12 - EGCR12 ! GRADE CURRICULAR ! 01/12/2011 15:54:43

CURSO.....: 1100 - DIREITO/DIURNO VERSAO: 2012/1

DADOS GERAIS:

RECONHECIMENTO - LEI.....: 00971 EM 16/12/1949
PARECER DA CAMARA DE GRADUACAO - NUM.....: 275/2011
NUMERO DE HABILITACOES PERMITIDAS SIMULTANEAMENTE: 01
PERIODO DE OPCAO PARA HABILITACAO E ENFASE.....: 01
MODALIDADE EDUCACIONAL.....: PRESENCIAL

ESTRUTURACAO DO CURSO POR MODALIDADE/
HABILITACAO/ENFASE

TGOS	H	E	N	B	DENOMINACAO
					1.00:DIREITO-BACHARELADO
					99.00:DIREITO-BACHARELADO
					1.08:DIREITO-BACHACHARSLADO FORMACAO LIVRE
					1.09:DIREITO-BACH-FORM COMPLEMENTAR ABERTA E FORM LIVRE

LEGENDA

* MOD/MO - MODALIDADE
* HAB/HB - HABILITACAO
* ENF/EF - ENFASE
* CR - CREDITOS
* CH - CARGA HORARIA
* TOT - CARGA HORARIA TOTAL
* CHT - CARGA HORARIA TEORICA
* CHP - CARGA HORARIA PRATICA
* CM - DISCIPLINA DE CURRICULO MINIMO
* OB - DISCIPLINA OBRIGATORIA EL - DISCIPLINA ELETIVA
* OP - DISCIPLINA OPTATIVA GR - GRUPOS DE OPTATIVAS
* OC - OPTATIVA COMPLEMENTAR MIN - TEMPO MINIMO
* OD - OPTATIVA DIRECIONADA PAD - TEMPO PADRAO
* EC - ESTAGIO CURRICULAR MAX - TEMPO MAXIMO

ELENCO DE DISCIPLINAS

TGO	DENOMINACAO	CR	TOT	CHT	CHP	PRE-REQUISITOS	MD 1 1 / HB 99 99 / EF 08 09
	****** PERIODO 01 ******						
039	TEORIA DO ESTADO I	04	060	060	000		OB OB
DIR038	INTRODUCAO A CIENCIA DO DIREITO	04	060	060	000		OB OB
039	HISTORIA DO DIREITO	02	030	030	000		OB OB
040	ANTROPOLOGIA JURIDICA	02	030	030	000		OB OB
CON101	ECONOMIA A I	04	060	060	000		OB OB
028	INTRODUCAO A FILOSOFIA: ETICA	04	060	060	000		OB OB
	****** PERIODO 02 ******						
DIR036	TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO I	04	060	060	000		OB OB
101	DIREITO PENAL I	04	060	060	000		OB OB
040	TEORIA DA CONSTITUICAO	03	045	045	000		OB OB
DIR041	TEORIA DO ESTADO II	03	045	045	000		OB OB
042	SOCIOLOGIA JURIDICA	02	030	030	000		OB OB
DIR043	TEORIA GERAL DO DIREITO	04	060	060	000		OB OB
	****** PERIODO 03 ******						

UFMG / CECOM ! ENSINO/GRADUACAO/CURRICULO ! PAG: 0
DRCA !
EGCS12 - EGCR12 ! GRADE CURRICULAR ! 01/12/2011 15:54:43

CURSO.....: 1100 - DIREITO/DIURNO VERSAO: 2011.1

GO	DENOMINACAO	CR	TOT	CHT	CHP	PRE-REQUISITOS	MD 1 1 HB 99 99 EF 08 09
	****** PERIODO 02 ******						
047	TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO II	04	060	060	000		OB OB
102	DIREITO PENAL II	04	060	060	000		OB OB
003	DIREITO CONSTITUCIONAL I	04	060	060	000		OB OB
008	FILOSOFIA DO DIREITO	04	060	060	000		OB OB
044	INSTITUICOES DE DIREITO ROMANO	02	030	030	000		OB OB
045	PSICOLOGIA JURIDICA	02	030	030	000		OB OB
	CARGA OPTATIVA	02	030				OP
	CARGA ELETIVA	02	030				EL EL
	****** PERIODO 04 ******						
052	DIREITO EMPRESARIAL I	04	060	060	000		OB OB
053	DIREITO CIVIL I	04	060	060	000		OB OB
103	DIREITO PENAL III	04	060	060	000		OB OB
021	DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO	04	060	060	000		OB OB
042	DIREITO CONSTITUCIONAL II	02	030	033	000		OB OB
075	METODOLOGIA DE PESQUISA EM DIREITO	02	030	030	000		OB OB
	CARGA OPTATIVA	02	030				OP
	CARGA ELETIVA	02	030				EL EL
	****** PERIODO 05 ******						
054	DIREITO EMPRESARIAL II	04	060	060	000		OB OB
055	DIREITO CIVIL II	04	060	060	000		OB OB
065	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	04	060	060	000		OB OB
104	DIREITO PENAL IV	04	060	060	000		OB OB
105	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	04	060	060	000		OB OB
	CARGA OPTATIVA	04	060				OP
	****** PERIODO 06 ******						
056	DIREITO CIVIL III	02	030	030	000		OB OB
057	DIREITO CIVIL IV	02	030	030	000		OB OB
063	DIREITO EMPRESARIAL III	02	030	030	000		OB OB
066	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	04	060	060	000		OB OB
106	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	04	060	060	000		OB OB
043	DIREITO FINANCEIRO	02	030	030	000		OB OB
023	HERMENEUTICA JURIDICA	04	060	060	000		OB OB
	CARGA OPTATIVA	04	060				OP OP
	****** PERIODO 07 ******						
058	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	04	060	060	000		OB OB
059	DIREITO CIVIL V	04	060	060	000		OB OB

UFMG / CECOM ! ENSINO/GRADUACAO/CURRICULO ! PAG: 3 !
DRCA ! ! !
EGCS12 - EGCR12 ! GRADE CURRICULAR ! 01/12/2011 15:54:43 !

CURSO.....: 1100 - DIREITO/DIURNO VERSAO: 2012/1

		! ! !		!MD	1	1	
GO	DENOMINACAO	!CR!TOT CHT CHP!	PRE-REQUISITOS	!HB	99	99	
		! ! !		!EF	00	00	
		****** PERIODO 07 ******					
005	DIREITO ADMINISTRATIVO I	!04!060 060 000!		!	OB	OB	
044	DIREITO TRIBUTARIO I	!04!060 060 000!		!	OB	OB	
055	DIREITO DO TRABALHO I	!04!060 060 000!		!	OB	OB	
	CARGA OPTATIVA	!02!030 !		!	OP	OP	
		****** PERIODO 08 ******					
060	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	!04!060 060 000!		!	OB	OB	
061	DIREITO CIVIL VI	!03!045 045 000!		!	OB	OB	
022	DIREITO TRIBUTARIO II	!03!045 045 000!		!	OB	OB	
045	DIREITO ADMINISTRATIVO II	!04!060 060 000!		!	OB	OB	
P048	DIREITO ECONOMICO I	!02!030 030 000!		!	OB	OB	
049	TRABALHO DE CURSO I	!02!030 030 000!		!	OB	OB	
106	DIREITO DO TRABALHO II	!04!060 060 000!		!	OB	OB	
		****** PERIODO 09 ******					
062	DIREITO EMPRESARIAL IV	!04!060 060 000!		!	OB	OB	
064	DIREITO CIVIL VII	!02!030 030 000!		!	OB	OB	
P047	DIREITO ADMINISTRATIVO III	!02!030 030 000!		!	OB	OB	
048	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	!02!030 030 000!		!	OB	OB	
049	DIREITO ECONOMICOII	!04!060 060 000!		!	OB	OB	
050	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	!02!030 030 000!		!	OB	OB	
050	TRABALHO DE CURSO II	!06!090 090 000!	DIR049	!	OB	OB	
P046	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	!04!060 060 000!		!	OB	OB	
		****** PERIODO 10 ******					
051	TRABALHO DE CURSO III	!01!015 015 000!	DIR050	!	OB	OB	
	CARGA OPTATIVA	!10!150 !		!	OP		
	CARGA OPTATIVA COMPLEMENTAR	!10!150 !		!	OC		
	CARGA OPTATIVA COMPLEMENTAR	!08!120 !		!		CC	
	CARGA ELETIVA	!12!180 !		!		EL	
		***** ESTAGIO SUPERVISIONADO *****					
051	PRATICA JURIDICA SIMULADA	!02!030 000 030!		!	EC	EC	
R106	ESTAGIO SUPERVISIONADO-PRATICA REAL A	!24!360 000 360!		!	EC	EC	
107	ESTAGIO SUPERVISIONADO-PRATICA REAL B	!22!330 000 330!		!	EC	EC	
	***** DISCIPLINAS OPTATIVAS / OPTATIVAS COMPLEMENTARES / OPTATIVAS DIRECIONADAS / GRUPOS DE OPTATIVAS *****						
P005	MEDICINA LEGAL	!04!060 060 000!		!	OP	OP	
010	SERVICOS NOTARIAIS E REGISTRAIS	!03!045 045 000!		!	OP	OP	
067	TOPICOS EM TEORIA GER.DIREITO PRIVADO A	!04!060 060 000!		!	OP	OP	

UFMG / CECOM ! ENSINO/GRADUACAO/CURRICULO ! PAG: 4
DRCA :
EGCS12 - EGCR12 ! GRADE CURRICULAR ! 01/12/2011 15:54:42

CURSO.....: 1100 - DIREITO/DIURNO VERSAO: 2011.1

GO	DENOMINACAO	CR	TOT	CHT	CHP	PRE-REQUISITOS	MD	I	I	
							EF	08	09	

***** DISCIPLINAS OPTATIVAS / OPTATIVAS COMPLEMENTARES / OPTATIVAS DIRECIONADAS / GRUPOS DE OPTATIVAS *****

DC068	TOPICOS EM TEORIA GER. DIREITO PRIVADO B	03	045	045	000		OP	OP	
DC069	TOPICOS EM TEORIA GER. DIREITO PRIVADO C	02	030	030	000		OP	OP	
DC070	TOPICOS EM DIREITO CIVIL A	04	060	060	000		OP	OP	
DC071	TOPICCOS EM DIREITO CIVIL B	03	045	045	000		OP	OP	
DC072	TOPICOS EM DIREITO CIVIL C	02	030	030	000		OP	OP	
DC073	TOPICOS EM DIREITO EMPRESARIAL A	04	060	060	000		OP	OP	
DC074	TOPICOS EM DIREITO EMPRESARIAL B	03	045	045	000		OP	OP	
DC075	TOPICOS EM DIREITO EMPRESARIAL C	02	030	030	000		OP	OP	
DC076	TOPICOS EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL A	04	060	060	000		OP	OP	
DC077	TOPICOS EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL B	03	045	045	000		OP	OP	
DC078	TOPICOS EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL C	02	030	030	000		OP	OP	
DC079	DIREITO ROMANO	04	060	060	000		OP	OP	
DC012	TOPICOS EM DIREITO PENAL A	04	060	060	000		OP	OP	
DC013	TOPICOS EM DIREITO PENAL B	03	045	045	000		OP	OP	
DC014	TOPICOS EM DIREITO PENAL C	02	030	030	000		OP	OP	
DC015	TOPICOS EM DIREITO PROCESSUAL PENAL A	04	060	060	000		OP	OP	
DC016	TOPICOS EM DIREITO PROCESSUAL PENAL B	03	045	045	000		OP	OP	
DC017	TOPICOS EM DIREITO PROCESSUAL PENAL C	02	030	030	000		OP	OP	
DC018	INTRODUCAO A CRIMINOLOGIA	02	030	030	000		OP	OP	
DC019	TOPICOS EM CRIMINOLOGIA A	04	060	060	000		OP	OP	
DC020	TOPICOS EM CRIMINOLOGIA B	03	045	045	000		OP	OP	
DC021	TOPICOS EM CRIMINOLOGIA C	02	030	030	000		OP	OP	
DC009	DIREITO URBANISTICO	02	030	030	000		OP	OP	
DC017	DIREITO DO CONSUMIDOR	03	045	045	000		OP	OP	
DP018	DIREITO AMBIENTAL	03	045	045	000		OP	OP	
DC023	RELACOES INTERNACIONAIS	03	045	045	000		OP	OP	
DC051	TOPICOS EM TEORIA DO ESTADO A	04	060	060	000		OP	OP	
DC052	TOPICOS EM TEORIA DO ESTADO B	03	045	045	000		OP	OP	
DC053	TOPICOS EM TEORIA DO ESTADO C	02	030	030	000		OP	OP	
DP054	TOPICO EM DIREITO CONSTITUCIONAL A	04	060	060	000		OP	OP	
DC055	TOPICOS EM DIREITO CONSTITUCIONAL B	03	045	045	000		OP	OP	
DC056	TOPICOS EM DIREITO CONSTITUCIONAL C	02	030	030	000		OP	OP	
DP057	TOPICOS EM DIREITO ADMINISTRATIVO A	04	060	060	000		OP	OP	
DC058	TOPICOS EM DIREITO ADMINISTRATIVO B	03	045	045	000		OP	OP	
DC059	TOPICOS EM DIREITO ADMINISTRATIVO C	02	030	030	000		OP	OP	
DC060	TOPICOS EM DIREITO FINANCEIRO A	04	060	060	000		OP	OP	
DC061	TOPICOS EM DIREITO FINANCEIRO B	03	045	045	000		OP	OP	
DP062	TOPICOS EM DIREITO FINANCEIRO C	02	030	030	000		OP	OP	
DC063	TOPICOS EM DIREITO TRIBUTARIO A	04	060	060	000		OP	OP	
DC064	TOPICOS EM DIREITO TRIBUTARIO B	03	045	045	000		OP	OP	
DC065	TOPICOS EM DIREITO TRIBUTARIO C	02	030	030	000		OP	OP	
DC066	TOPICOS EM DIREITO ECONOMICO A	04	060	060	000		OP	OP	
DP067	TOPICOS EM DIREITO ECONOMICO B	03	045	045	000		OP	OP	
DC068	TOPICOS EM DIREITO ECONOMICO C	02	030	030	000		OP	OP	
DC069	TOPICOS EM DIREITO INTER.PUBLICO A	04	060	060	000		OP	OP	

UFMG / CECOM ! ENSINO/GRADUACAO/CURRICULO ! PAG: 5 !
DRCA ! !
EGC812 - EGCR12 ! GRADE CURRICULAR ! 01/12/2011 15:54:43 !

CURSO.....: 1100 - DIREITO/DIURNO VERSAO: 2012/1

COD	DENOMINACAO	CR	TOT CHT	CHP	PRE-REQUISITOS	MD 1 1 HB 99 99 EF 02 01
	**** DISCIPLINAS OPTATIVAS / OPTATIVAS COMPLEMENTARES / OPTATIVAS DIRECIONADAS / GRUPOS DE OPTATIVAS *****					
[illegible]070	TOPICOS EM DIREITO INTER.PUBLICO B	03	045	045	000	OP OP
[illegible]071	TOPICOS EM DIREITO INTER. PUBLICO C	02	030	030	000	OP OP
J72	TOPICOS EM DIREITO INTER. PRIVADO A	04	060	060	000	OP OP
[illegible]073	TOPICOS EM DIREITO INTER. PRIVADO B	03	045	045	000	OP OP
0744	TOPICOS EM DIREITO INTER. PRIVADO C	02	030	030	000	OP OP
[illegible]075	TOPICOS EM DIREITO PUBLICO A	04	060	060	000	OP OP
[illegible]076	TOPICOS EM DIREITO PUBLICO B	03	045	045	000	OP OP
J77	TOPICOS EM DIREITO PUBLICO C	02	030	030	000	OP OP
[illegible]078	DIREITO ELEITORAL	03	045	045	000	OP OP
`079	DIREITO PALAMENTAR	03	045	045	000	OP OP
J80	DIREITO DAS ORGANIZACOES INTERNACIONAIS	03	045	045	000	OP OP
[illegible]R027	PROGRAMA DE FORMACAO LIVRE II	02	030	030	000	CC CC
757	PROGRAMA DE INICIACAO A DOCENCIA A	08	120	120	000	CC CC
[illegible]058	PROGAMA DE INTCIACAO A DOCENCIA B	04	060	060	000	CC CC
[illegible]059	PROGRAMA DE INICIACAO A DOCENCIA C	02	030	030	000	CC CC
060	PARTICIPACAO EM EVENTOS A	04	060	060	000	CC CC
[illegible]061	PARTICIPACAO EM EVENTOS B	03	045	045	000	CC CC
062	PARTICIPACAO EM EVENTOS C	02	030	030	000	CC CC
[illegible].063	PARTICIPACAO EM EVENTOS D	01	015	015	000	CC CC
[illegible]R064	APRENDIZAGEM A DISTANCIA A	04	060	060	000	CC CC
765	APRENDIZAGEM A DISTANCIA B	02	030	030	000	CC CC
[illegible]066	APRENDIZAGEM A DISTANCIA C	01	015	015	000	CC CC
`067	PROGRAMA DE INTEGR. COM POS-GRADUACAO A	04	060	060	000	CC CC
068	PROGRAMA DE INTEGR. COM POS-GRADUACAO B	02	030	030	000	CC CC
[illegible]R069	PROGRAMA DE INTEGR.COM POS-GRADUCAO C	01	015	015	000	CC CC
770	PROGRAMA DE INICIACAO CIENTIFICA A	08	120	120	000	CC CC
[illegible]071	PROGRAMA DE INICIACAO CIENTIFICA B	04	060	060	000	CC CC
[illegible]072	PROGRAMA DE INICIACAO CIENTIFICA C	02	030	030	000	CC CC
773	PROGRAMA DE INICIACAO CIENTIFICA D	01	015	015	000	CC CC
[illegible]074	PROGRAMA DE APRIMORAMENTO DISCENTE A	08	120	120	000	CC CC
775	PROGRAMA DE APRIMORAMENTO DISCENTE B	04	060	060	000	CC CC
[illegible]J76	PROGRAMA DE APRIMORAMENTO DISCENTE C	02	030	030	000	CC CC
[illegible]R077	PROGRAMA DE FORMACAO LIVRE A	04	060	060	000	CC CC
778	PROGRAMA DE FORMACAO LIVRE B	03	045	045	000	CC CC
[illegible]079	PROGRAMA DE FORMACAO LIVRE C	02	030	030	000	CC CC
`080	PROGRAMA DE FORMACAO LIVRE D	01	015	015	000	CC CC
081	PUBLICACAO A	04	060	060	000	CC CC
[illegible]R082	PUBLICACAO B	02	030	030	000	CC CC
083	PUBLICACAO C	01	015	015	000	CC CC
[illegible].084	GRUPO DE ESTUDOS A	04	060	060	000	CC CC
[illegible]085	GRUPOS DE ESTUDOS B	03	045	045	000	CC CC
086	GRUPOS DE ESTUDOS C	02	030	030	000	CC CC
[illegible]R087	GRUPOS DE ESTUDOS D	01	015	015	000	CC CC
`088	ATIVIDADE DE EXTENSAO A	08	120	120	000	CC CC
[illegible]089	ATIVIDADE DE EXTENSAO B	04	060	060	000	CC CC

UFMG / CECOM | ENSINO/GRADUACAO/CURRICULO | PAG: 6
SIGA | | 01/12/2011 15:54:43
SIGS12 - EGCR12 | GRADE CURRICULAR

CURSO.....: 1100 - DIREITO/DIURNO VERSAO: 2012/1

CGO	DENOMINACAO	CR	TOT	CHT	CHP	PRE-REQUISITOS	MD	EF
	***** DISCIPLINAS OPTATIVAS / OPTATIVAS COMPLEMENTARES / OPTATIVAS DIRECIONADAS / GRUPOS DE OPTATIVAS *****							
A090	ATIVIDADE DE EXTENSAO C	02	030	030	000		OC	OC
091	ATIVIDADE DE EXTENSAO D	01	015	015	000		OC	OC
092	PROGRAMA ACADEMICO ESPECIAL A	08	120	120	000		OC	OC
A093	PROGRAMA ACADEMICO ESPECIAL B	04	060	060	000		OC	OC
094	PROGRAMA ACADEMICO ESPECIAL C	02	030	030	000		OC	OC
T047	TOPICOS EM TEORIA GERAL DO DIREITO A	04	060	060	000		OP	OP
048	TOPICOS EM TEORIA GERAL DO DIREITO B	03	045	045	000		OP	OP
T049	TOPICOS EM TEORIA GERAL DO DIREITO C	02	030	030	000		OP	OP
050	TOPICOS EM FILOSOFIA DO DIREITO A	04	060	060	000		OP	OP
051	TOPICOS EM FILOSOFIA DO DIREITO B	03	045	045	000		OP	OP
T052	TOPICOS EM FILOSOFIA DO DIREITO C	02	030	030	000		OP	OP
053	TOPICOS EM HISTORIA DO DIREITO A	04	060	060	000		OP	OP
A054	TOPICOS EM HISTORIA DO DIREITO B	03	045	045	000		OP	OP
T055	TOPICOS EM HISTORIA DO DIREITO C	02	030	030	000		OP	OP
056	TOPICOS EM SOCIOLOGIA JURIDICA A	04	060	060	000		OP	OP
T057	TOPICOS EM SOCIOLOGIA JURIDICA B	03	045	045	000		OP	OP
058	TOPICOS EM SOCIOLOGIA JURIDICA C	02	030	030	000		OP	OP
059	TOPICOS EM ANTROPOLOGIA JURIDICA A	04	060	060	000		OP	OP
T060	TOPICOS EM ANTROPOLOGIA JURIDICA B	03	045	045	000		OP	OP
061	TOPICOS EM ANTROPOLOGIA JURIDICA C	02	030	030	000		OP	OP
A062	TOPICOS EM HERMENEUTICA JUURIDICA A	04	060	060	000		OP	OP
063	TOPICOS EM HERMENEUTICA JURIDICA B	03	045	045	000		OP	OP
064	TOPICOS EM HERMENEUTICA JURIDICA C	02	030	030	000		OP	OP
T065	TOPICOS EM DIREITO DO TRABALHO A	04	060	060	000		OP	OP
066	TOPICOS EM DIREITO DO TRABALHO B	03	045	045	000		OP	OP
A067	TOPICOS EM DIREITO DO TRABALHO C	02	030	030	000		OP	OP
T068	TOPICOS EM DIREITO PROCESSUAL DO TRAB.A	04	060	060	000		OP	OP
069	TOPICOS EM DIREITO PROCESSUAL DO TRAB. B	03	045	045	000		OP	OP
T070	TOPICOS EM DIREITO PROCESSUAL DO TRAB. C	02	030	030	000		OP	OP
071	DIREITO PREVIDENCIARIO	02	030	030	000		OP	OP
072	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	02	030	030	000		OP	OP
T073	LEGISTICA	02	030	030	000		OP	OP
109	DIREITO AGRARIO	02	030	030	000		OP	OP
016	LINGUA LATINA I	04	060	060	000		OP	OP
223	FUNDAMENTOS DE LIBRAS	04	060	060	000		OP	OP

UFMG / CECOM — ENSINO/GRADUACAO/CURRICULO — PAG: 7
DRCA
EGCS12 - EGCR12 — GRADE CURRICULAR — 01/12/2017 15:54:43

CURSO.....: 1100 - DIREITO/DIURNO — VERSAO: 2012/1

CODIGOS	TEMPO PREVISTO EM SEMESTRES			MINIMO DE CREDITOS FOR SEMESTRE	INTEGRALIZACAO CURRICULAR — CARGA HORARIA EXIGIDA															
					CM		OB		OP		OC		OD		EL		EC		GR	TOTAL
G A B	H N F	E M I N	P A D	M A X	CH	CR	CH	CR	CH	CR	CH	CR	CH	CR	CH	CR	CH	CR	CH CR	CH CR
* 1.99.08	10	10	17	16			2835	189	300	20	150	10			60	4	360	24		3705 247
1.99.09	10	10	17	16			2835	189	150	10	120	8			240	16	360	24		3705 247

* ENFASE PADRAO

Anexo G - Estrutura curricular do curso de Direito da Universidade Federal de Alagoas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação
Departamento de Registro e Controle Acadêmico

Maceió, 06 de Março de 2010

MATRIZES CURRICULARES

Curso: 131 - DIREITO
Habilitação: **********
Turno: DIURNO
Ano do Currículo: 2006
Modalidade: BACHARELADO

Carga Horária Fixa: 3520	Carga Horária Máxima por Período:550	Número Máximo de Períodos: 16
Atividades Complementares: 200	Carga Horária Mínima por Período: 240	Número Mínimo de Períodos: 10
Carga Horária Eletiva: 80	Carga Horária TCC: 120	

	Disciplinas Eletivas	
DIRT013	HISTORIA DO DIREITO	40h
DIRT053	DIREITO DA REFORMA AGRÁRIA	40h
DIRT061	DIREITO BANCÁRIO	40h
DIRT062	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	40h
DIRT064	DIREITO DO CONSUMIDOR	40h
DIRT065	BIO-ÉTICA E BIO-DIREITO	40h
DIRT066	ATUALIDADES E TÓPICOS ESPECIAIS DO DIREITO	40h
DIRT072	NOÇÕES DE CONTABILIDADE	40h
DIRT060	DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES	40h
DIRT067	ENADE - EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DO ESTUDANTE	0h
DIRT074	MICROSSISTEMAS PROCESSUAIS	40h
	Período de Oferecimento: 1	
DIRT001	INTRODUÇÃO AO DIREITO 1	80h
DIRT002	SOCIOLOGIA DO DIREITO 1	40h
DIRT003	FILOSOFIA DO DIREITO 1	80h
DIRT004	CIÊNCIA POLÍTICA	80h
DIRT005	METODOLOGIA DA PESQUISA DO TRABALHO CIENTÍFICO	80h
DIRT006	ECONOMIA POLÍTICA	40h
	Período de Oferecimento: 2	
DIRT007	INTRODUÇÃO AO DIREITO 2	80h
DIRT009	FILOSOFIA DO DIREITO 2	40h
DIRT011	INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA FORENSE	40h
DIRT008	SOCIOLOGIA DO DIREITO 2	40h
DIRT010	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	80h
DIRT012	ANTROPOLOGIA JURÍDICA	40h
	Período de Oferecimento: 3	
DIRT014	DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS	80h
DIRT015	CRIMINOLOGIA	40h
DIRT016	TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL	80h
DIRT017	TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL 1	80h
DIRT018	TEORIA GERAL DO PROCESSO	80h
	Período de Oferecimento: 4	
DIRT019	TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL 2	80h
DIRT020	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	80h
DIRT021	DIREITO PROCESSUAL PENAL 1	40h
DIRT022	DIREITO PROCESSUAL CIVIL 1	80h
DIRT023	PROCESSO CONSTITUCIONAL	80h
	Período de Oferecimento: 5	
DIRT024	DIREITO PROCESSUAL CIVIL 2	80h
DIRT025	DIREITO PENAL ESPECIAL 1	80h
DIRT026	CONTRATOS	80h
DIRT027	DIREITO PROCESSUAL PENAL 2	40h
DIRT028	DIREITO DO TRABALHO 1	80h
DIRT029	DIREITO EMPRESARIAL 1	40h
	Período de Oferecimento: 6	
DIRT030	DIREITO PENAL ESPECIAL 2	40h
DIRT031	RESPONSABILIDADE CIVIL	80h
DIRT032	DIREITO PROCESSUAL PENAL 3	40h
DIRT033	DIREITO ADMINISTRATIVO 1	80h
DIRT034	DIREITO DO TRABALHO 2	80h
DIRT035	DIREITO EMPRESARIAL 2	40h
DIRT036	DIREITO TRIBUTÁRIO 1	40h
	Período de Oferecimento: 7	
DIRT038	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA - MEDIAÇÃO	40h
DIRT039	DIREITO PROCESSUAL PENAL 4	40h
DIRT040	DIREITO ADMINISTRATIVO 2	40h
DIRT041	DIREITO DE FAMÍLIA	80h

DIRT042	PROCESSO DO TRABALHO	40h
DIRT043	DIREITO TRIBUTARIO 2	40h
DIRT044	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA - CIVÍL	40h
DIRT069	*DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO 1*	40h
	Período de Oferecimento: 8	
DIRT046	DIREITO INTERNACIONAL 1	40h
DIRT047	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA - PENAL	40h
DIRT048	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA - TRABALHISTA	40h
DIRT049	DIREITO DAS SUCESSÕES	40h
DIRT050	DIREITO PENITENCIÁRIO E EXECUÇÃO PENAL	40h
DIRT051	DIREITO CAMBIAL E CONTRATOS EMPRESARIAIS	80h
DIRT057	ÉTICA PROFISSIONAL	40h
DIRT070	DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO 2	40h
DIRT073	DIREITO ADMINISTRATIVO 3	40h
	Período de Oferecimento: 9	
DIRT045	DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO 1	40h
DIRT052	DIREITOS REAIS	80h
DIRT054	ESTÁGIO DA PRÁTICA JURÍDICA - ESCRITÓRIO MIDELO 1	80h
DIRT055	METODOLOGIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	40h
DIRT056	DIREITO FALIMENTAR	40h
DIRT063	DIREITO INTERNACIONAL 2	40h
	Período de Oferecimento: 10	
DIRT037	MEDICINA LEGAL	40h
DIRT058	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA - ESCRITÓRIO MODELO 2	80h
DIRT059	DIREITO ELEITORAL	40h
DIRT068	DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO 2	40h

Disciplinas Equivalentes

Disciplina	Equivalente

Pré-requisitos

Disciplina			Pré-requisito		
DIRT062	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	40h	DIRT036	DIREITO TRIBUTÁRIO 1	40h
DIRT064	DIREITO DO CONSUMIDOR	40h	DIRT026	CONTRATOS	80h
DIRT074	MICROSSISTEMAS PROCESSUAIS	40h	DIRT024	DIREITO PROCESSUAL CIVÍL 2	80h

Anexo H - Estrutura curricular do curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Informações de Ensino

Vestibular Ensino a Distância Extensão Pós-Graduação Graduação

Cursos

BUSCA
Docentes
Cursos
Dirigentes

[2002] DIREITO – BACHARELADO

Centro/Campus: FADIR

» GRADE CURRICULAR

Disciplinas Obrigatórias Oferecidas: 2014

• 1ª Período

[20010000393] **FILOSOFIA** - 68 horas
[20010000385] **DIREITO CIVIL I** - 68 horas
[20010000377] **CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO** - 68 horas
[20010000369] **ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA JURÍDICAS I** - 34 horas
[20010000415] **DIREITOS HUMANOS I** - 34 horas
[20010000407] **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO** - 68 horas

• 2ª Período

[20010000474] **LINGUAGEM JURÍDICA** - 51 horas
[20010000466] **HISTÓRIA DO DIREITO** - 68 horas
[20010000458] **FILOSOFIA JURÍDICA E ÉTICA** - 68 horas
[20010000440] **ECONOMIA POLÍTICA** - 68 horas
[20010000431] **DIREITOS HUMANOS II** - 34 horas
[20010001675] **ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA JURÍDICAS II** - 34 horas
[20010001284] **DIREITO CIVIL II** - 68 horas

• 3ª Período

[20010001314] **DIREITO DO TRABALHO I** - 68 horas
[20010001322] **TEORIA GERAL DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS I** - 34 horas
[20010001330] **DIREITO PENAL I** - 34 horas
[20010001349] **DIREITO CIVIL III** - 68 horas
[20010001357] **DIREITO PROCESSUAL CIVIL I** - 68 horas
[20010001292] **DIREITO CONSTITUCIONAL I** - 34 horas
[20010001306] **DIREITO DO CONSUMIDOR I** - 34 horas

• 4ª Período

[20010001373] **TEORIA GERAL DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS II** - 34 horas
[20010001390] **DIREITO PROCESSUAL CIVIL II** - 68 horas
[20010001381] **DIREITO DO TRABALHO II** - 68 horas
[20010001420] **DIREITO CONSTITUCIONAL II** - 34 horas
[20010001837] **DIREITO PENAL II** - 34 horas
[20010000946] **DIREITO DO CONSUMIDOR II** - 34 horas
[20010001403] **DIREITO CIVIL IV** - 68 horas

• 5º Período

[20010000288] **DIREITO PROCESSUAL CIVIL III** - 68 horas
[20010000032] **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I** - 34 horas
[20010001691] **DIREITO EMPRESARIAL I** - 34 horas
[20010001438] **INTRODUÇÃO A METODOLOGIA DE PESQUISA JURÍDICA** - 51 horas
[20010000245] **DIREITO CIVIL V** - 68 horas
[20010000261] **DIREITO CONSTITUCIONAL III** - 34 horas
[20010000270] **DIREITO PENAL III** - 34 horas
[20010000296] **DIREITO PROCESSUAL PENAL I** - 68 horas

Anexo I - Estrutura curricular do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação
Departamento de Registro e Controle Acadêmico

Maceió, 06 de Março de 2010

MATRIZES CURRICULARES

Curso: 131 - DIREITO
Habilitação: **********
Turno: DIURNO
Ano do Currículo: 2006
Modalidade: BACHARELADO

Carga Horária Fixa: 3520	Carga Horária Máxima por Período:550	Número Máximo de Períodos: 16
Atividades Complementares: 200	Carga Horária Mínima por Período: 240	Número Mínimo de Períodos: 10
Carga Horária Eletiva: 80	Carga Horária TCC: 120	

	Disciplinas Eletivas	
DIRT013	HISTORIA DO DIREITO	40h
DIRT053	DIREITO DA REFORMA AGRÁRIA	40h
DIRT061	DIREITO BANCÁRIO	40h
DIRT062	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	40h
DIRT064	DIREITO DO CONSUMIDOR	40h
DIRT065	BIO-ÉTICA E BIO-DIREITO	40h
DIRT066	ATUALIDADES E TÓPICOS ESPECIAIS DO DIREITO	40h
DIRT072	NOÇÕES DE CONTABILIDADE	40h
DIRT060	DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES	40h
DIRT067	ENADE - EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DO ESTUDANTE	0h
DIRT074	MICROSSISTEMAS PROCESSUAIS	40h
	Período de Oferecimento: 1	
DIRT001	INTRODUÇÃO AO DIREITO 1	80h
DIRT002	SOCIOLOGIA DO DIREITO 1	40h
DIRT003	FILOSOFIA DO DIREITO 1	80h
DIRT004	CIÊNCIA POLÍTICA	80h
DIRT005	METODOLOGIA DA PESQUISA DO TRABALHO CIENTÍFICO	80h
DIRT006	ECONOMIA POLÍTICA	40h
	Período de Oferecimento: 2	
DIRT007	INTRODUÇÃO AO DIREITO 2	80h
DIRT009	FILOSOFIA DO DIREITO 2	40h
DIRT011	INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA FORENSE	40h
DIRT008	SOCIOLOGIA DO DIREITO 2	40h
DIRT010	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	80h
DIRT012	ANTROPOLOGIA JURÍDICA	40h
	Período de Oferecimento: 3	
DIRT014	DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS	80h
DIRT015	CRIMINOLOGIA	40h
DIRT016	TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL	80h
DIRT017	TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL 1	80h
DIRT018	TEORIA GERAL DO PROCESSO	80h
	Período de Oferecimento: 4	
DIRT019	TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL 2	80h
DIRT020	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	80h
DIRT021	DIREITO PROCESSUAL PENAL 1	40h
DIRT022	DIREITO PROCESSUAL CIVIL 1	80h
DIRT023	PROCESSO CONSTITUCIONAL	80h
	Período de Oferecimento: 5	
DIRT024	DIREITO PROCESSUAL CIVIL 2	80h
DIRT025	DIREITO PENAL ESPECIAL 1	80h
DIRT026	CONTRATOS	80h
DIRT027	DIREITO PROCESSUAL PENAL 2	40h
DIRT028	DIREITO DO TRABALHO 1	80h
DIRT029	DIREITO EMPRESARIAL 1	40h
	Período de Oferecimento: 6	
DIRT030	DIREITO PENAL ESPECIAL 2	40h
DIRT031	RESPONSABILIDADE CIVIL	80h
DIRT032	DIREITO PROCESSUAL PENAL 3	40h
DIRT033	DIREITO ADMINISTRATIVO 1	80h
DIRT034	DIREITO DO TRABALHO 2	80h
DIRT035	DIREITO EMPRESARIAL 2	40h
DIRT036	DIREITO TRIBUTÁRIO 1	40h
	Período de Oferecimento: 7	
DIRT038	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA - MEDIAÇÃO	40h
DIRT039	DIREITO PROCESSUAL PENAL 4	40h
DIRT040	DIREITO ADMINISTRATIVO 2	40h
DIRT041	DIREITO DE FAMÍLIA	80h

DIRT042	PROCESSO DO TRABALHO	40h
DIRT043	DIREITO TRIBUTÁRIO 2	40h
DIRT044	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA - CIVÍL	40h
DIRT069	DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO 1	40h
	Período de Oferecimento: 8	
DIRT046	DIREITO INTERNACIONAL 1	40h
DIRT047	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA - PENAL	40h
DIRT048	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA - TRABALHISTA	40h
DIRT049	DIREITO DAS SUCESSÕES	40h
DIRT050	DIREITO PENITENCIÁRIO E EXECUÇÃO PENAL	40h
DIRT051	DIREITO CAMBIAL E CONTRATOS EMPRESARIAIS	80h
DIRT057	ÉTICA PROFISSIONAL	40h
DIRT070	DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO 2	40h
DIRT073	DIREITO ADMINISTRATIVO 3	40h
	Período de Oferecimento: 9	
DIRT045	DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO 1	40h
DIRT052	DIREITOS REAIS	80h
DIRT054	ESTÁGIO DA PRÁTICA JURÍDICA - ESCRITÓRIO MIDELO 1	80h
DIRT055	METODOLOGIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	40h
DIRT056	DIREITO FALIMENTAR	40h
DIRT063	DIREITO INTERNACIONAL 2	40h
	Período de Oferecimento: 10	
DIRT037	MEDICINA LEGAL	40h
DIRT058	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA - ESCRITÓRIO MODELO 2	80h
DIRT059	DIREITO ELEITORAL	40h
DIRT068	DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO 2	40h

Disciplinas Equivalentes

Disciplina	Equivalente

Pré-requisitos

Disciplina			Pré-requisito		
DIRT062	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	40h	DIRT036	DIREITO TRIBUTÁRIO 1	40h
DIRT064	DIREITO DO CONSUMIDOR	40h	DIRT026	CONTRATOS	80h
DIRT074	MICROSSISTEMAS PROCESSUAIS	40h	DIRT024	DIREITO PROCESSUAL CIVÍL 2	80h

Informações de Ensino

Vestibular Ensino a Distância Extensão Pós-Graduação Graduação

Busca
Docentes
Cursos
Dirigentes

Cursos

[2002] DIREITO - BACHARELADO

Centro/Campus: FADIF

» GRADE CURRICULAR

Disciplinas Obrigatórias Oferecidas: 2014

• 1º Período

[20010000393] FILOSOFIA - 68 horas
[20010000385] DIREITO CIVIL I - 68 horas
[20010000377] CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO - 68 horas
[20010000369] ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA JURÍDICAS I - 34 horas
[20010000415] DIREITOS HUMANOS I - 34 horas
[20010000407] INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO - 68 horas

• 2º Período

[20010000474] LINGUAGEM JURÍDICA - 51 horas
[20010000466] HISTÓRIA DO DIREITO - 68 horas
[20010000458] FILOSOFIA JURÍDICA E ÉTICA - 68 horas
[20010000440] ECONOMIA POLÍTICA - 68 horas
[20010000431] DIREITOS HUMANOS II - 34 horas
[20010001675] ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA JURÍDICAS II - 34 horas
[20010001284] DIREITO CIVIL II - 68 horas

• 3º Período

[20010001314] DIREITO DO TRABALHO I - 68 horas
[20010001322] TEORIA GERAL DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS I - 34 horas
[20010001330] DIREITO PENAL I - 34 horas
[20010001349] DIREITO CIVIL III - 68 horas
[20010001357] DIREITO PROCESSUAL CIVIL I - 68 horas
[20010001292] DIREITO CONSTITUCIONAL I - 34 horas
[20010001306] DIREITO DO CONSUMIDOR I - 34 horas

• 4º Período

[20010001373] TEORIA GERAL DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS II - 34 horas
[20010001390] DIREITO PROCESSUAL CIVIL II - 68 horas
[20010001381] DIREITO DO TRABALHO II - 68 horas
[20010001420] DIREITO CONSTITUCIONAL II - 34 horas
[20010001837] DIREITO PENAL II - 34 horas
[20010000946] DIREITO DO CONSUMIDOR II - 34 horas
[20010001403] DIREITO CIVIL IV - 68 horas

• 5º Período

[20010000288] DIREITO PROCESSUAL CIVIL III - 68 horas
[20010000032] DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I - 34 horas
[20010001691] DIREITO EMPRESARIAL I - 34 horas
[20010001438] INTRODUÇÃO A METODOLOGIA DE PESQUISA JURÍDICA - 51 horas
[20010000245] DIREITO CIVIL V - 68 horas
[20010000261] DIREITO CONSTITUCIONAL III - 34 horas
[20010000270] DIREITO PENAL III - 34 horas
[20010000296] DIREITO PROCESSUAL PENAL I - 68 horas

UFSM
Ementário

Bem vindo

Ementário
Curso: 503 - Direito Diurno

Informações gerais

Código - Nome
503 - Direito Diurno

Nível
Graduação

Classificação
Presencial

Tipo
Curso Presencial

Modalidade
Bacharelado

Área de conhecimento
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Grau acadêmico
BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

Ato de autorização
Decreto nº 47.436 de 19.12.59.

Ato de reconhecimento
Reconhecido pelo Decreto n. 75.491/75, publicado no DOU, de 19/03/75 e Portaria n. 790/2006, publicada no DOU, de 27/03/2006

Informações de funcionamento

Funcionamento
Em atividade

Turno
Diurno

Centro de ensino
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - CCSH

Campus/Polo
Câmpus Centro - UFSM

Coordenador
RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA

Página do curso
não consta

Logotipo
Logotipo Direito Diurno

Professores

Currículos

Selecione o currículo abaixo para visualizar os seus detalhes.
2010

Informações gerais do currículo

Nome/Ano da versão
2010

Situação da versão
Corrente

Regime letivo
Semestral.

Carga horária total
3720h

Carga horária por período
Mínimo: 250h
Máximo: 540h

Número de períodos
Ideal: 10
Mínimo: 10
Máximo: 15

Número máximo de trancamentos
Totais: 5
Parciais: 13

Disciplinas pertencentes ao currículo

Período ideal	Código	Nome

Período ideal	Código	Nome
1	JUR1009	CIÊNCIA POLÍTICA
1	JUR1012	FILOSOFIA APLICADA AO DIREITO
1	JUR1014	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO
1	JUR1015	METODOLOGIA E PRODUÇÃO DE TEXTO CIENTÍFICO
1	JUR1017	SOCIOLOGIA APLICADA AO DIREITO
1	JUR1018	TEORIA CRÍTICA DO DIREITO
2	JUR1025	DIREITO CIVIL PARTE GERAL
2	JUR1010	DIREITO E POLÍTICA
2	JUR1044	DIREITO PENAL I
2	CIE1028	ECONOMIA APLICADA AO DIREITO
2	JUR1013	HERMENÊUTICA
2	JUR1059	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO
2	JUR1060	TEORIA GERAL DO PROCESSO
3	ISP1041	ANTROPOLOGIA E DIREITO
3	JUR1027	DIREITO CONSTITUCIONAL I
3	JUR1031	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES
3	JUR1045	DIREITO PENAL II
3	JUR1048	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I
3	JUR1067	ESTUDOS INTERDISCIPLINARES A
3	JUR1011	ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL
4	JUR1028	DIREITO CONSTITUCIONAL II
4	JUR1035	DIREITO EMPRESARIAL I
4	JUR1042	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
4	JUR1046	DIREITO PENAL III
4	JUR1049	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II
4	JUR1061	TEORIA GERAL DOS CONTRATOS
5	JUR1020	CONTRATOS CIVIS EM ESPÉCIE
5	JUR1023	DIREITO AGRÁRIO
5	JUR1026	DIREITO COMUNITÁRIO E DA INTEGRAÇÃO
5	JUR1029	DIREITO CONSTITUCIONAL III
5	JUR1034	DIREITO DO CONSUMIDOR
5	JUR1036	DIREITO EMPRESARIAL II
5	JUR1089	DIREITO PENAL E ESPECIAL
5	JUR1050	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III
6	JUR1019	CONTRATOS AGRÁRIOS
6	JUR1095	CRIMINOLOGIA
6	JUR1084	DIREITO DAS COISAS I
6	JUR1037	DIREITO EMPRESARIAL III
6	JUR1039	DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO
6	JUR1051	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV
6	JUR1053	DIREITO PROCESSUAL PENAL I

Período ideal	Código	Nome
6	JUR1057	DIREITOS DO AUTOR
6	JUR1068	ESTUDOS INTERDISCIPLINARES B
7	JUR1085	DIREITO ADMINISTRATIVO I "A"
7	JUR1024	DIREITO AMBIENTAL
7	JUR1090	DIREITO DAS COISAS II
7	JUR1033	DIREITO DE FAMÍLIA
7	JUR1086	DIREITO EMPRESARIAL IV
7	JUR1040	DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO
7	JUR1054	DIREITO PROCESSUAL PENAL II
7	JUR1062	ESTÁGIO I
7	JUR1016	PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO
8	JUR1087	DIREITO ADMINISTRATIVO II "A"
8	JUR1032	DIREITO DAS SUCESSÕES
8	JUR1038	DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO
8	JUR1052	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
8	JUR1055	DIREITO PROCESSUAL PENAL III
8	JUR1063	ESTÁGIO II
8	JUR1064	ESTÁGIO III
9	JUR1088	DIREITO E BIOÉTICA
9	JUR1043	DIREITO MUNICIPAL
9	JUR1056	DIREITO TRIBUTÁRIO
9	JUR1091	ESTÁGIO IV "A"
9	JUR1069	MONOGRAFIA I
9	JUR1058	POLÍTICAS SOCIAIS E DIREITO
10	JUR1041	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
10	JUR1047	DIREITO PREVIDENCIÁRIO
10	JUR1092	ESTÁGIO V "A"
10	JUR1070	MONOGRAFIA II
99	CTB1016	CONTABILIDADE
99	JUR1099	CRIMINALÍSTICA
99	JUR1096	DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
99	JUR1097	DIREITO E LITERATURA
99	JUR305	DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO II
99	JUR1075	DIREITOS HUMANOS
99	ISP1001	EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
99	ISP108	EVOLUÇÃO DAS IDÉIAS SOCIAIS
99	FAF1015	FILOSOFIA POLÍTICA
99	LTV1009	FUNDAMENTOS GRAMATICAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA
99	ISP1094	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III
99	GCC133	GEOGRAFIA HUMANA E ECONOMICA
99	CAD1006	GESTÃO DE PESSOAS I

Período ideal	Código	Nome
99	CAD1011	GESTÃO DE PESSOAS II
99	HST102	HISTÓRIA ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL DO BRASIL
99	HST101	HISTÓRIA ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL GERAL
99	ISP1088	INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL
99	CAD1001	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO A
99	CAD1000	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO
99	FAF1001	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA
99	ISP1002	INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS
99	JUR1098	JURISDIÇÃO E SUSTENTABILIDADE
99	ISP1093	LABORATÓRIO DE INTERVENÇÃO II : INSTRUMENTALIDADE
99	LTC1004	LATIM BÁSICO
99	JUR1081	LEIS PENAIS EXTRAVAGANTES
99	LTV126	LEITURA E PRODUCAO DE TEXTOS
99	LTC1005	LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA
99	FAF1002	LÓGICA
99	JUR1104	O DIREITO ACHADO NA RUA
99	ISP1004	POLÍTICA I
99	ISP1007	POLÍTICA II
99	ISP1010	POLÍTICA III
99	LTV1027	PRODUÇÃO TEXTUAL
99	PSI162	PSICOLOGIA SOCIAL I - A
99	LTV1000	REDAÇÃO E EXPRESSÃO ORAL I
99	LTV1001	REDAÇÃO E EXPRESSÃO ORAL II
99	PSI1000	RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO
99	COM1005	SOCIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO
99	ISP1082	TEMAS ANTROPOLÓGICOS CONTEMPORÂNEOS
99	JUR1105	TEORIA E MÉTODO NO DIREITO: WARAT E O PENSAMENTO EPISTEMONOLÓGICO JURÍDICO
99	CIE1002	TEORIA ECONÔMICA
99	CAD1002	TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
99	DCG1018	TÓPICOS DE DIREITO

Copyright © 2010 CPD/UFSM. Todos os direitos reservados.

Anexo J - Estrutura curricular do curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DIRETORIA DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO

Currículo do Curso

Curso : DIREITO - CACOAL
Currículo : 2006 DIREITO
Habilitação : BACHAREL EM DIREITO

Documentação

Objetivo :

Diplomado em

Período de Conclusão do Curso	Mínimo: 10	Médio : 12	Máximo : 15
Créditos Obrigatórios	Geral : 3720		
Número de Aulas Semanais	Mínimo: 3	Médio : 3	Máximo : 50

1ª Fase

Disciplina		Tipo	Cred	C.H.	Pré-Requisitos	Equivalentes	Bloco
DIR30001	Introducao a Ciencia Politica	OB	3	60			
DIR30002	Introducao ao Estudo do Direito	OB	4	80			
DIR30003	Filosofia Geral	OB	4	80			
DIR30004	Sociologia Geral	OB	3	60			
DIR30005	Portugues Instrumental	OB	3	60			
DIR30006	Introducao a Economia	OB	3	60			

2ª Fase

Disciplina		Tipo	Cred	C.H.	Pré-Requisitos	Equivalentes	Bloco
DIR30007	Metodos e Tecnicas de Pesquisa	OB	3	60	DIR30003		
DIR30008	Sociologia Juridica	OB	3	60	DIR30004		
DIR30009	Teoria Geral do Estado	OB	3	60	DIR30001		
DIR30010	Etica	OB	3	60	DIR30003		
DIR30011	Direito Civil I	OB	4	80	DIR30002		
DIR30061	ATIVIDADES COMPLEMENTARES I	OB	2	40			

3ª Fase

Disciplina		Tipo	Cred	C.H.	Pré-Requisitos	Equivalentes	Bloco
DIR30015	Direito Civil II	OB	4	80			
DIR30012	Direito Penal I	OB	4	80	DIR30002		
DIR30013	Filosofia Juridica	OB	3	60	DIR30003		
DIR30014	Direito Constitucional I	OB	4	80	DIR30009		
DIR30016	Direito Comercial I	OB	4	80	DIR30011		

4ª Fase

Disciplina		Tipo	Cred	C.H.	Pré-Requisitos	Equivalentes	Bloco
DIR30017	Direito Penal II	OB	4	80	DIR30012		
DIR30018	Direito Administrativo I	OB	4	80	DIR30014		
DIR30019	Direito Constitucional II	OB	4	80	DIR30014		
DIR30020	Direito Civil III	OB	4	80	DIR30015		
DIR30021	Direito Comercial II	OB	4	80	DIR30016		
DIR30062	ATIVIDADES COMPLEMENTARES II	OB	3	60			

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DIRETORIA DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO

Currículo do Curso

Curso : DIREITO - CACOAL
Currículo : 2006 DIREITO
Habilitação : BACHAREL EM DIREITO

5ª Fase

Disciplina		Tipo	Cred	C.H.	Pré-Requisitos	Equivalentes	Bloco
DIR30022	Direito Penal III	OB	4	80	DIR30012		
DIR30023	Direito Administrativo II	OB	4	80	DIR30018		
DIR30024	Teoria Geral do Processo	OB	4	80	DIR30002		
DIR30025	Direito Civil IV	OB	4	80	DIR30020		
DIR30026	Direito do Consumidor	OB	4	80	DIR30020		

6ª Fase

Disciplina		Tipo	Cred	C.H.	Pré-Requisitos	Equivalentes	Bloco
DIR30027	Direito Civil V	OB	4	80	DIR30025		
DIR30028	Direito Processual Civil I	OB	4	80	DIR30024		
DIR30029	Direito Ambiental	OB	4	80	DIR30023		
DIR30030	Direito Processual Penal I	OB	4	80	DIR30024		
DIR30031	Direito Penal IV	OB	4	80	DIR30012		
DIR30063	ATIVIDADES COMPLEMANRES III	OB	2	40			

7ª Fase

Disciplina		Tipo	Cred	C.H.	Pré-Requisitos	Equivalentes	Bloco
DIR30032	Pratica Penal I	OB	2	40	DIR30030		
DIR30033	Direito Civil VI	OB	3	60	DIR30027		
DIR30034	Direito Processual Penal II	OB	4	80	DIR30030		
DIR30035	Pratica Civil I	OB	2	40	DIR30028		
DIR30036	Direito Processual Civil II	OB	4	80	DIR30028		
DIR30037	Direito Agrario	OB	3	60	DIR30025		

8ª Fase

Disciplina		Tipo	Cred	C.H.	Pré-Requisitos	Equivalentes	Bloco
DIR30038	Pratica Penal II	OB	2	40	DIR30030 E DIR30034		
DIR30039	Pratica Civil II	OB	2	40	DIR30028 E DIR30036		
DIR30040	Direito Civil VII	OB	3	60	DIR30033		
DIR30041	Direito Processual Penal III	OB	4	80	DIR30034		
DIR30042	Direito do Trabalho	OB	4	80	DIR30020		
DIR30043	Direito Processual Civil III	OB	4	80	DIR30036		
DIR30064	ATIVIDADES COMPLEMENTARES IV	OB	3	60			

9ª Fase

Disciplina		Tipo	Cred	C.H.	Pré-Requisitos	Equivalentes	Bloco
DIR30044	Pratica Civil III * DIR30028 E DIR30036 E DIR30043	OB	2	40	*		
DIR30045	Direito Processual do Trabalho	OB	3	60	DIR30043		
DIR30046	Direito Financeiro e Tributario	OB	4	80	DIR30014 E DIR30019		
DIR30047	Pratica Penal III * DIR30030 E DIR30034 E DIR30041	OB	2	40	*		
DIR30048	Direito Processual Civil IV	OB	4	80	DIR30043		
DIR30049	Direito Processual Penal IV	OB	4	80	DIR30041		

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DIRETORIA DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO

Currículo do Curso

Curso : DIREITO - CACOAL
Currículo : 2006 DIREITO
Habilitação : BACHAREL EM DIREITO

10ª Fase

Disciplina		Tipo	Cred	C.H.	Pré-Requisitos	Equivalentes	Bloco
DIR30056	Psicologia Jurídica	OB	3	60			
DIR30050	Monografia	OB	2	40	DIR30007		
DIR30051	Direito Eleitoral	OB	3	60	DIR30019		
DIR30053	Direito Internacional Público e Privado	OB	4	80	DIR30009 E DIR30011		
DIR30054	Prática Trabalhista	OB	3	60	DIR30045		
DIR30055	Medicina Legal	OB	3	60	DIR30012		

OBSERVAÇÕES:

Anexo K - Estrutura curricular do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba

COMPOSIÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO 62/2011 – JOÃO PESSOA

1. Conteúdos Básicos Profissionais - Carga Horária: 2.625h

CURRÍCULO: JOÃO PESSOA

CÓDIGO	DISCIPLINA	C/H	DEPARTAMENTO
1502207	Introdução ao Direito I	60	Departamento de Direito Privado
1502218	Introdução ao Direito II	60	Departamento de Direito Privado
1502211	Sociologia Geral Jurídica	90	Departamento de Direito Privado
1501214	Ciência Política	60	Departamento de Direito Público
1502222	Filosofia Geral e Jurídica	90	Departamento de Direito Privado
1502238	Ética Geral e Profissional	30	Departamento de Direito Privado
1501217	Direito Constitucional I	45	Departamento de Direito Público
1501220	Direito Constitucional II	45	Departamento de Direito Público
1501221	Direito Constitucional III	45	Departamento de Direito Público
1501184	Direitos Humanos	60	Departamento de Direito Público
1502224	Direito Civil I	60	Departamento de Direito Privado
1502228	Direito Civil II	60	Departamento de Direito Privado
1502234	Direito Civil III	60	Departamento de Direito Privado
1502235	Direito Civil IV	60	Departamento de Direito Privado
1502236	Direito Civil V	60	Departamento de Direito Privado
1502240	Direito Civil VI	60	Departamento de Direito Privado
1502241	Direito Civil VII	60	Departamento de Direito Privado
1501219	Direito Penal I	60	Departamento de Direito Público
1501222	Direito Penal II	60	Departamento de Direito Público
1501227	Direito Penal III	60	Departamento de Direito Público
1501233	Direito Penal IV	60	Departamento de Direito Público
1502225	Direito Empresarial I	60	Departamento de Direito Privado
1502230	Direito Empresarial II	60	Departamento de Direito Privado
1502229	Direito do Trabalho I	60	Departamento de Direito Privado
1502232	Direito do Trabalho II	60	Departamento de Direito Privado
1501223	Direito Administrativo I	60	Departamento de Direito Público
1501228	Direito Administrativo II	60	Departamento de Direito Público
1503128	Teoria Geral do Processo	60	Deptº de Dir. Proc. e Prática Forense
1503129	Direito Processual Civil I	60	Deptº de Dir. Proc. e Prática Forense
1503131	Direito Processual Civil II	60	Deptº de Dir. Proc. e Prática Forense
1503139	Direito Processual Civil III	60	Deptº de Dir. Proc. e Prática Forense
1503130	Direito Processual Penal I	60	Deptº de Dir. Proc. e Prática Forense
1503132	Direito Processual Penal II	60	Deptº de Dir. Proc. e Prática Forense
1503140	Direito Processual do Trabalho I	60	Deptº de Dir. Proc. e Prática Forense
1503142	Direito Processual do Trabalho II	60	Deptº de Dir. Proc. e Prática Forense
1501234	Direito Tributário e Fiscal I	60	Departamento de Direito Público
1501235	Direito Tributário e Fiscal II	60	Departamento de Direito Público
1502239	Direito Internacional Privado	60	Departamento de Direito Privado
1501237	Direito Internacional Público	60	Departamento de Direito Público
1503133	Prática Jurídica I	75	Deptº de Dir. Proc. e Prática Forense
1503141	Prática Jurídica II	75	Deptº de Dir. Proc. e Prática Forense
1503143	Prática Jurídica III	75	Deptº de Dir. Proc. e Prática Forense
1503145	Prática Jurídica IV	75	Deptº de Dir. Proc. e Prática Forense
TOTAL 2.625 h			

2. Conteúdos Complementares
2.1 Conteúdos Complementares Obrigatórios - Carga Horária: 1140h

CÓDIGO	DISCIPLINA	C/H	DEPARTAMENTO
1501226	Ciências das Fin. E Direito Financeiro	60	Departamento de Direito Público
1502245	Direito Agrário	60	Departamento de Direito Privado
1501238	Direito Ambiental	60	Departamento de Direito Público
1502243	Direito da Criança e do Adolescente	60	Departamento de Direito Privado
1502242	Direito do Consumidor	60	Departamento de Direito Privado
1501236	Direito Econômico	60	Departamento de Direito Público
1501240	Direito Eleitoral	60	Departamento de Direito Público
1501229	Direito dos Grupos Soc. Vulneráveis	60	Departamento de Direito Público
1501239	Direito da Integração	60	Departamento de Direito Público
1501241	Direito Municipal	60	Departamento de Direito Público
1503144	Direito Processual Coletivo	60	Deptº de Dir. Proc. e Prática Forense
1502209	Direito Romano	60	Departamento de Direito Privado
1501231	Direito da Seguridade Social	60	Departamento de Direito Público
1502208	Economia Política	30	Departamento de Direito Privado
1502210	História e Antropologia Jurídicas	60	Departamento de Direito Privado
1501232	Medicina Legal	60	Departamento de Direito Público
1502219	Metodologia do Trabalho Científico	30	Departamento de Direito Privado
1502233	Pesquisa Aplicada ao Direito	30	Departamento de Direito Privado
1502244	Mediação e Arbitragem	60	Departamento de Direito Privado
1502226	Psicologia Forense	60	Departamento de Direito Privado
1501242	Trabalho de Conclusão de Curso	30	Departamento de Direito Público
TOTAL 1140 h			

2.2 Conteúdos Complementares Optativos - Carga Horária: 180h
(O aluno devera escolher no mínimo 180h de conteúdos optativos).

CÓDIGO	DISCIPLINA	C/H	DEPARTAMENTO
1502212	Bioética e Biodireito	60	Departamento de Direito Privado
1501243	Sociologia Criminal	60	Departamento de Direito Público
1501244	Direito da Integração	60	Departamento de Direito Público
1501245	Dir., Política e Desenvolvimento	60	Departamento de Direito Público
1502213	Hermenêutica Jurídica	60	Departamento de Direito Privado
1502214	Direito de Informática	60	Departamento de Direito Privado
1503146	Técnica Legislativa	60	Deptº de Dir. Proc. e Prática Forense
1502246	Teoria da Argumentação Jurídica	60	Departamento de Direito Privado
1501246	Práticas e Políticas de Proteção e de Defesa dos Direitos Humanos	60	Departamento de Direito Público
1501247	Exclusão Social, Políticas Públicas e Direitos Humanos	60	Departamento de Direito Público
1501248	Educação em Direitos Humanos	60	Departamento de Direito Público
1501249	Tópicos Especiais em Direitos Humanos	60	Departamento de Direito Público
1501250	Direito da Organização dos Mercados	60	Departamento de Direito Público
1501251	Direito Internacional do Desenvolvimento	60	Departamento de Direito Público
1501244	Direito da Integração Econômica.	60	Departamento de Direito Público

1501252	Tópicos Especiais em Direito Econômico	60	Departamento de Direito Público
1501253	Direito Penal Constitucional	60	Departamento de Direito Público
1501254	Direito Penal Econômico	60	Departamento de Direito Público
1501255	Direito Penitenciário	60	Departamento de Direito Público
1501256	Tópicos Especiais em Direito Penal	60	Departamento de Direito Público
1502246	Relações de Trabalho	60	Departamento de Direito Privado
1501257	Direito e Análise Socioeconômica	60	Departamento de Direito Público
1501258	Direitos Humanos do Trabalhador	60	Departamento de Direito Público
1502248	Tópicos Especiais em Direito do Trabalho	60	Departamento de Direito Privado
1403747	Libras (Língua Brasileira de Sinais)	60	

2.3 Conteúdos Complementares Flexíveis
Carga Horária: 300h

1503134	Tópicos Especiais em Direito I	60	Deptº de Dir Proc. e Prática Forense
1503135	Tópicos Especiais em Direito II	60	Deptº de Dir Proc. e Prática Forense
1503136	Tópicos Especiais em Direito III	60	Deptº de Dir Proc. e Prática Forense
1503137	Tópicos Especiais em Direito IV	60	Deptº de Dir Proc. e Prática Forense
1503138	Tópicos Especiais em Direito V	60	Deptº de Dir Proc. e Prática Forense
TOTAL 300 h			

TOTAL DO CURRÍCULO: 4.245

Anexo L - Estrutura curricular do curso de Direito da Universidade de São Paulo

Grade Curricular

Faculdade de Direito

Curso: Direito

Observações:

Informações Básicas do Currículo

Data de Início: 01/01/2014 Duração Ideal 10 semestres
Mínima 10 semestres
Máxima 14 semestres

Carga Horária	Aula	Trabalho	Subtotal
Obrigatória	2385	120	2505
Optativa Livre	0	0	0
Optativa Eletiva	1215	0	1215
Total	3600	120	3720

Informações Específicas

Grade Curricular

Legenda: CH=Carga horária Total; CE=Carga horária de Estágio; CP=Carga horária de Práticas como Componentes Curriculares; AACA=Carga horária em Atividades Acadêmicos-Científico-Culturais

Disciplinas Obrigatórias

1º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
DCV0115	Teoria Geral do Direito Privado I	4	0	60			
DCV0117	Direito Romano I	3	0	45			
DEF0111	Economia Política	4	0	60			
DES0116	Teoria Geral do Estado I	2	0	30			
DES0118	Direito Constitucional I	3	0	45			
DFD0114	Introdução ao Estudo do Direito I	4	0	60			
DPM0111	Teoria Geral do Direito Penal I	4	0	60			
	Subtotal:	24	0	360			

2º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
DCV0116	Teoria Geral do Direito Privado II	4	0	60			
DCV0118	Direito Romano II	3	0	45			
DES0117	Teoria Geral do Estado II	2	0	30			
DES0119	Direito Constitucional II	3	0	45			
DFD0115	Introdução ao Estudo do Direito II	4	0	60			
DPM0112	Teoria Geral do Direito Penal II	4	0	60			
FSL0117	Introdução à Sociologia P/ Faculdade de Direito	2	0	30			
	Subtotal:	22	0	330			

3º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
DCO0215	Fundamentos do Direito da Empresa e da Atividade Negocial	2	0	30			
DCV0211	Teoria Geral das Obrigações	3	0	45			
DCV0213	História do Direito I	3	0	45			
DEF0211	Direito Financeiro	3	0	45			
DES0211	Direitos Fundamentais I	3	0	45			
DFD0212	Lógica e Metodologia Jurídica	2	0	30			
DFD0213	Sociologia Jurídica	3	0	45			
DPC0213	Teoria Geral do Processo	3	0	45			
DPM0211	Direito Penal I (Parte Especial)	2	0	30			

	Subtotal:	24	0	360			

4º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
DCO0216	Propriedade Intelectual e Acesso ao Conhecimento	2	0	30			
DCO0217	Fundamentos de Direito Societário	3	0	45			
DCV0212	Fontes das Obrigações: Teoria Geral dos Contratos e Contratos do Código Civil	4	0	60		0	
DIN0211	Direito Internacional Público I	2	0	30			
DPC0214	Direito Processual Civil I - Competência, Ação, Pressupostos para o Julgamento de Mérito e Partes	3	0	45			
DPM0212	Direito Penal II (Parte Especial)	2	0	30			
DTB0211	Teoria Geral do Direito do Trabalho	2	0	30			
	Subtotal:	18	0	270			

5º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
DCO0315	Direito Societário: Sociedades Anônimas	2	0	30			
DCV0311	Fontes das Obrigações: Contratos Especiais, Atos Unilaterais, Responsabilidade Civil e Outras Fontes	3	0	45			
DES0311	Direito Administrativo I	3	0	45			
DFD0311	Filosofia do Direito I (Parte Geral)	3	0	45			
DIN0311	Direito Internacional Público II	2	0	30			
DPC0316	Direito Processual Civil II - Formação, Extinção e Suspensão do Processo, Petição Inicial, Resposta do Réu, Fase Ordinatória e Julgamento Antecipado	3	0	45			
DPC0326	Direito Processual Penal I	2	0	30			
DPM0311	Medicina Forense I	2	0	30			
DTB0314	Direito Individual do Trabalho	2	0	30			
DTB0316	Direito Coletivo do Trabalho	2	0	30			
	Subtotal:	24	0	360			

6º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
DCO0316	Regulação, Concorrência e Mercado	2	0	30			
DCO0317	Fundamentos dos Contratos Empresariais e das Declarações Unilaterais da Vontade (Fundamentos dos Títulos de Crédito)	3	0	45			
DCV0312	Direitos Reais	3	0	45			
DES0312	Direito Administrativo II	3	0	45			
DIN0314	Direito Internacional Privado	2	0	30			
DPC0317	Direito Processual Civil III: Provas	2	0	30			
DPC0327	Direito Processual Penal II	2	0	30			
DTB0315	Direito Processual do Trabalho	2	0	30			
DTB0317	Seguridade Social	2	0	30			
	Subtotal:	21	0	315			

7º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
DCO0411	Contratos Empresariais e Títulos de Crédito em Espécie	2	0	30			
DCV0411	Direito de Família	3	0	45			
DEF0416	Direito Tributário I	3	0	45			
DIN0436	Direito do Comércio Internacional	2	0	30			
DPC0411	Direito Processual Civil IV - Meios de Impugnação e Execução	2	0	30			
DPC0412	Direito Processual Penal III	2	0	30			
	Subtotal:	14	0	210			

8º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
DCO0412	Direito das Empresas em Crise I: Os Fundamentos e o Instituto da Recuperação	2	0	30			
DCV0412	Direito das Sucessões	2	0	30			
DEF0417	Direito Tributário II	3	0	45			
DEF0418	Direito Econômico I	3	0	45			
DPC0413	Direito Processual Penal IV	2	0	30			
	Subtotal:	12	0	180			

10º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
0200104	Trabalho de Conclusão de Curso - Tese de Láurea	0	4	120			
	Subtotal:	0	4	120			

Disciplinas Optativas Eletivas

2º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
DCV0119	Introdução ao Latim Jurídico I	3	0	45			
DES0120	Formação das Instituições Políticas Brasileiras - Análise do Século XIX	2	0	30			
DES0121	Fundamentos de Direito Público	3	0	45			
DFD0116	Metodologia para Preparação de Monografia Jurídica	2	0	30			

3º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
DCO0218	A Disciplina Jurídica do Mercado	2	0	30			
DCV0120	Introdução ao Latim Jurídico II	3	0	45			

4º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
DCV0214	História do Direito II	3	0	45			
DEF0264	Teoria da Tributação: Aspectos Econômicos	2	0	30	0		
DEF0266	Direito Financeiro e Políticas Públicas	3	1	75			
	DEF0211 - Direito Financeiro			Requisito			
DES0242	Análise de Jurisprudência Constitucional	2	0	30			
	DES0116 - Teoria Geral do Estado I			Requisito			
	DES0117 - Teoria Geral do Estado II			Requisito			
	DES0118 - Direito Constitucional I			Requisito			
	DES0119 - Direito Constitucional II			Requisito			
	DES0211 - Direitos Fundamentais I			Requisito			
DPM0213	Psicologia Forense	2	0	30			
EAE0644	Fundamentos de Economia para o Direito	4	0	60			

5º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
DEF0514	Direito Ambiental I	3	0	45			
DES0313	Leituras de Direito Constitucional	1	1	45			
	DES0116 - Teoria Geral do Estado I			Requisito			
	DES0117 - Teoria Geral do Estado II			Requisito			
	DES0118 - Direito Constitucional I			Requisito			
	DES0119 - Direito Constitucional II			Requisito			
	DES0211 - Direitos Fundamentais I			Requisito			
DPM0315	Politica Criminal da Pós-Modernidade	2	0	30	0		

6º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
DCO0318	Governança Corporativa	2	0	30	0		
DEF0313	Direito Ambiental II	2	0	30			
DFD0300	A Moeda entre a Sociologia Jurídica e a Sociologia Econômica: Teoria , Política e Instituições numa Economia Globalizada	3	0	45	0		
DFD0312	*Filosofia do Direito II* (Parte Especial)	3	0	45			
DFD0314	Antropologia Jurídica	3	0	45	0		
DIN0312	Prática do Direito Internacional Público	2	0	30			
DIN0313	Organizações Internacionais	2	0	30			
DPM0312	Direito Penal III (Parte Especial)	2	0	30			
DPM0313	Medicina Forense II	2	0	30			

7º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
DCO0483	Direito dos Seguros Privados e Gestão Atuarial I	2	0	30			
DCV0429	Instrumentos de Direito Privado na Proteção ao Meio Ambiente	2	0	30			
	DCV0311 - Fontes das Obrigações: Contratos Especiais, Atos Unilaterais, Responsabilidade Civil e Outras Fontes			Requisito			
DES0412	Contratos Administrativos	3	0	45			
DES0415	Bens Públicos	3	0	45			
	DES0311 - Direito Administrativo I			Requisito			

DES0312 - Direito Administrativo II			Requisito		
DES0416	Intervenção Estatal na Propriedade	3	0	45	
DES0311 - Direito Administrativo I			Requisito		
DES0312 - Direito Administrativo II			Requisito		
DIN0400	Direito Comparado	2	0	30	0
DIN0434	Direito das Relações Internacionais	3	0	45	
DIN0437	Direito Internacional Privado: Aspectos Patrimoniais	2	0	30	
DIN0438	Direito Internacional da Propriedade Intelectual	2	0	30	
DPC0318	Provas em Espécie	2	0	30	
DPC0328	Direito Processual Penal - Medidas Cautelares Reais	1	0	15	
DPC0417	Instituições Judiciárias	2	0	30	
DPC0427	Arbitragem	2	0	30	
DPM0411	Direito Penal IV (Parte Especial)	2	0	30	
DPM0412	Legislação Penal Especial I	2	0	30	
DPM0415	Psicopatologia Forense	2	0	30	
DPM0417	Temas de Criminologia Clínica	2	0	30	
DTB0413	Interpretação Constitucional do Sistema de Seguridade Social I	4	0	60	
DTB0414	Direito Processual do Trabalho: Teoria Geral do Processo do Trabalho	2	0	30	
DTB0416	Cinema e Direito do Trabalho	4	0	60	
DTB0417	Sistemas Alternativos de Solução dos Conflitos Trabalhistas I - Aspectos Teóricos e Conceitos Fundamentais	3	0	45	

8º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
0200105	Direito Desportivo	3	0	45	0		
DCO0484	Direito dos Seguros Privados e Gestão Atuarial II	2	0	30			
DCO0485	Companhias Abertas e Mercado de Capitais	2	0	30			
DEF0444	Direito Tributário Constitucional	3	0	45	0		
DEF0416 - Direito Tributário I			Requisito				
DES0411	Direitos Fundamentais II	3	0	45			
DES0413	Direito Municipal	3	0	45			
DES0417	Parcerias na Administração Pública	3	0	45			
DES0311 - Direito Administrativo I			Requisito				
DES0312 - Direito Administrativo II			Requisito				
DES0418	Processo Administrativo	3	0	45			
DES0311 - Direito Administrativo I			Requisito				
DES0312 - Direito Administrativo II			Requisito				
DFD0411	História das Idéias Políticas no Brasil	3	0	45			
DFD0412	Ética Profissional	2	0	30			
DIN0435	Solução de Disputas - Princípios Gerais	3	0	45			
DPC0414	Recursos em Espécie	2	0	30			
DPC0418	Direito Processual Penal - Procedimentos Especiais	2	0	30			
DPC0428	Execuções em Espécie	2	0	30			
DPC0433	Mediação e Conciliação Judiciais e Extrajudiciais	2	0	30			
DPM0413	Legislação Penal Especial II	2	0	30			
DPM0414	Criminologia I	2	0	30			
DTB0419	Direito Processual do Trabalho: Processo de Conhecimento Trabalhista	2	0	30			
DTB0420	Interpretação Constitucional do Sistema de Seguridade Social II	4	0	60			
DTB0421	Sistemas Alternativos de Solução dos Conflitos Trabalhistas II - Oficinas de Exercício por Simulação e Casuística	3	0	45			
DTB0422	Relações Coletivas de Trabalho no Contexto da Globalização	3	0	45			
DTB0426	Psicologia do Trabalho, Sociologia do Trabalho e Direito do Trabalho	3	0	45			
DTB0428	Relações Especiais de Trabalho	2	0	30	0		

9º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
0200101	Direito do Consumidor	2	0	30			
0200102	Direito da Criança e do Adolescente	2	0	30			
DCO0512	Direito das Empresas em Crise II: O Instituto da Falência	2	0	30			
DCV0511	Direito Civil Aplicado I	3	0	45			
DCV0513	Direito Agrário	2	0	30			
DEF0419	Execução Fiscal	2	0	30			

DEF0511	Direito Econômico II	3	0	45	
DEF0512	Tributos Federais	3	0	45	
DEF0513	Direito Econômico Internacional	3	0	45	
DEF0519	Tributação Direta das Pessoas Jurídicas	3	0	45	
DES0511	Direito Constitucional Estadual	3	0	45	
DES0521	Atos Administrativos	3	0	45	
DIN0511	Direito da Integração	2	0	30	
DIN0513	Direito Penal Internacional e Direito Internacional Penal	2	0	30	
DIN0517	Direito Internacional dos Direitos Humanos	2	0	30	
DIN0520	Direito Internacional Privado: Aspectos Pessoais	2	0	30	0
DIN0592	Direito Internacional Privado: Aspectos Processuais	2	0	30	
DIN0593	Direito Internacional do Meio Ambiente	2	0	30	
DPC0419	Direito Processual Penal - Prática dos Recursos, Habeas Corpus e Revisão Criminal	1	0	15	
DPC0435	Processo Eleitoral	2	0	30	0
DPC0511	Direito Processual Civil (Procedimentos Especiais I: Procedimentos Especiais no Código de Processo Civil)	4	0	60	
DPC0512	Direito Processual Civil Aplicado I - Tutelas Urgentes e da Evidência e Processo nos Tribunais	4	0	60	
DPC0513	Tutela Jurisdicional dos Interesses Transindividuais	2	0	30	
DPC0521	Direito Processual Penal V	3	0	45	
DPM0511	Direito Penal V (Parte Especial)	2	0	30	
DPM0512	Temas Fundamentais do Direito Penal I	2	0	30	
DPM0516	Criminologia II	2	0	30	
DTB0318	Teoria Geral do Direito do Trabalho I	3	0	45	
DTB0418	Visão Crítica do Direito do Trabalho na Sociedade Capitalista	3	0	45	
DTB0511	Direito Processual do Trabalho: Recursos Trabalhistas	2	0	30	
DTB0512	Direito Processual do Trabalho: Procedimentos Especiais Trabalhistas	2	0	30	
DTB0513	Direito Coletivo do Trabalho I: Liberdade Sindical	3	0	45	
DTB0520	Direito Individual do Trabalho I	2	0	30	

10º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	AACA
DCO0501	Teoria dos Jogos	2	0	30			
DCO0550	Direito Bancário	2	0	30			
DCV0124	Direito Agroambiental	2	0	30			
DCV0512	Direito Civil Aplicado II	3	0	45			
DCV0514	Direito do Autor	3	0	45			
DEF0515	Direito Financeiro Aplicado	3	0	45			
DEF0516	Tributos Estaduais, Municipais e Processo Tributário	3	0	45			
DEF0517	Direito Econômico Aplicado	3	0	45			
DEF0518	Tributos Sobre o Consumo	3	0	45			
DES0512	Controle de Constitucionalidade	3	0	45			
DES0513	Sistemas Políticos e Eleitorais	3	0	45			
DES0522	Administração Indireta	3	0	45			
DIN0514	Direito Internacional do Trabalho	2	0	30			
DIN0515	Direito Internacional Tributário	2	0	30			
DIN0516	Globalidade e Direito Internacional	3	0	45			
DIN0521	Direito Internacional Econômico	2	0	30	0		
DPC0420	Novas Tendências do Direito Processual	2	0	30			
DPC0514	Direito Processual Civil (Procedimentos Especiais II: Poder Público em Juízo)	4	0	60			
DPC0515	Direito Processual Civil Aplicado II	4	0	60			
DPC0522	Direito Processual Penal VI	3	0	45			
DPM0513	Temas Fundamentais de Direito Penal II	2	0	30			
DPM0514	Criminalística	2	0	30			
DPM0515	Biodireito	2	0	30			
DTB0415	Teoria Geral do Direito do Trabalho II	3	0	45			
DTB0423	Direito do Trabalho e Sociedade	3	0	45			
DTB0424	Direito do Trabalho na Perspectiva dos Direitos Sociais	3	0	45			
DTB0514	Direito Processual do Trabalho: Execução Trabalhista	2	0	30			
DTB0515	Direito Coletivo do Trabalho II: Formas de Solução de Conflitos Coletivos de Trabalho	3	0	45			
DTB0521	Direito Individual do Trabalho II	2	0	30	0		
EAC0603	Noções de Contabilidade Empresarial	2	0	30			

Anexo M - Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010

Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010

Texto original

Arquivo integral republicado

Emenda nº 1

Arquivo com Emenda 1

Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais,

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, bem como zelar pela observância do art. 37 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a eficiência operacional, o acesso ao sistema de Justiça e a responsabilidade social são objetivos estratégicos do Poder Judiciário, nos termos da Resolução/CNJ nº 70, de 18 de março de 2009;

CONSIDERANDO que o direito de acesso à Justiça, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal além da vertente formal perante os órgãos judiciários, implica acesso à ordem jurídica justa;

CONSIDERANDO que, por isso, cabe ao Judiciário estabelecer política pública de tratamento adequado dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses, que ocorrem em larga e crescente escala na sociedade, de forma a organizar, em âmbito nacional, não somente os serviços prestados nos processos judiciais, como também os que possam sê-lo mediante outros mecanismos de solução de conflitos, em especial dos consensuais, como a mediação e a conciliação;

CONSIDERANDO a necessidade de se consolidar uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios;

CONSIDERANDO que a conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de

pacificação social, solução e prevenção de litígios, e que a sua apropriada disciplina em programas já implementados nos país tem reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças;

CONSIDERANDO ser imprescindível estimular, apoiar e difundir a sistematização e o aprimoramento das práticas já adotadas pelos tribunais;

CONSIDERANDO a relevância e a necessidade de organizar e uniformizar os serviços de conciliação, mediação e outros métodos consensuais de solução de conflitos, para lhes evitar disparidades de orientação e práticas, bem como para assegurar a boa execução da política pública, respeitadas as especificidades de cada segmento da Justiça;

CONSIDERANDO que a organização dos serviços de conciliação, mediação e outros métodos consensuais de solução de conflitos deve servir de princípio e base para a criação de Juízos de resolução alternativa de conflitos, verdadeiros órgãos judiciais especializados na matéria;

CONSIDERANDO o deliberado pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça na sua 117ª Sessão Ordinária, realizada em de 23 de 2010, nos autos do procedimento do Ato 0006059-82.2010.2.00.0000;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA PÚBLICA DE TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSES

Art. 1º Fica instituída a Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

Parágrafo único. Aos órgãos judiciários incumbe oferecer mecanismos de soluções de controvérsias, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão. Nas hipóteses em que este atendimento de cidadania não for imediatamente implantado, esses serviços devem ser gradativamente ofertados no prazo de 12 (doze) meses.

Art. 2º Na implementação da política Judiciária Nacional, com vista à boa qualidade dos serviços e à disseminação da cultura de pacificação social, serão observados: (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

I - centralização das estruturas judiciárias;

II - adequada formação e treinamento de servidores, conciliadores e mediadores;

III - acompanhamento estatístico específico.

Art. 3º O CNJ auxiliará os tribunais na organização dos serviços mencionados no art. 1º, podendo ser firmadas parcerias com entidades públicas e privadas.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Art. 4º Compete ao Conselho Nacional de Justiça organizar programa com o objetivo de promover ações de incentivo à autocomposição de litígios e à pacificação social por meio da conciliação e da mediação.

Art. 5º O programa será implementado com a participação de rede constituída por todos os órgãos do Poder Judiciário e por entidades públicas e privadas parceiras, inclusive universidades e instituições de ensino.

Art. 6º Para desenvolvimento dessa rede, caberá ao CNJ: (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

I - estabelecer diretrizes para implementação da política pública de tratamento adequado de conflitos a serem observadas pelos Tribunais;

II - desenvolver conteúdo programático mínimo e ações voltadas à capacitação em métodos consensuais de solução de conflitos, para magistrados da Justiça Estadual e da Justiça Federal, servidores, mediadores, conciliadores e demais facilitadores da solução consensual de controvérsias, ressalvada a competência da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM;

III - providenciar que as atividades relacionadas à conciliação, mediação e outros métodos consensuais de solução de conflitos sejam consideradas nas promoções e remoções de magistrados pelo critério do merecimento;

IV - regulamentar, em código de ética, a atuação dos conciliadores, mediadores e demais facilitadores da solução consensual de controvérsias;

V - buscar a cooperação dos órgãos públicos competentes e das instituições públicas e privadas da área de ensino, para a criação de disciplinas que propiciem o surgimento da cultura da solução pacífica dos conflitos, bem como que, nas Escolas de Magistratura, haja módulo voltado aos métodos consensuais de solução de conflitos, no curso de iniciação funcional e no curso de aperfeiçoamento;

VI - estabelecer interlocução com a Ordem dos Advogados do Brasil, Defensorias Públicas, Procuradorias e Ministério Público, estimulando sua participação nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania e valorizando a atuação na prevenção dos litígios;

VII - realizar gestão junto às empresas, públicas e privadas, bem como junto às agências reguladoras de serviços públicos, a fim de implementar práticas autocompositivas e desenvolver acompanhamento estatístico, com a instituição de banco de dados para visualização de resultados, conferindo selo de qualidade;

VIII - atuar junto aos entes públicos e grandes litigantes de modo a estimular a autocomposição.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS TRIBUNAIS

Seção I

DOS NÚCLEOS PERMANENTES DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Art. 7º Os Tribunais deverão criar, no prazo de 60 (sessenta) dias, Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, compostos por magistrados da ativa ou aposentados e servidores, preferencialmente atuantes na área, com as seguintes atribuições, entre outras: (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

I - desenvolver a Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses, estabelecida nesta Resolução;

II - planejar, implementar, manter e aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política e suas metas;

III - atuar na interlocução com outros Tribunais e com os órgãos integrantes da rede mencionada nos arts. 5º e 6º;

IV - instalar Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania que concentrarão a realização das sessões de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, dos órgãos por eles abrangidos;

V - incentivar ou promover capacitação, treinamento e atualização permanente de magistrados, servidores, conciliadores e mediadores nos métodos consensuais de solução de conflitos;

VI - propor ao Tribunal a realização de convênios e parcerias com entes públicos e privados para atender aos fins desta Resolução.

§ 1º A criação dos Núcleos e sua composição deverão ser informadas ao Conselho Nacional de Justiça.

§ 2º Os Núcleos poderão estimular programas de mediação comunitária, desde que esses centros comunitários não se confundam com os Centros de conciliação e mediação judicial, previstos no Capítulo III, Seção II.

§ 3º Nos termos do art. 73 da Lei nº 9.099/95 e dos arts. 112 e 116 da Lei nº 8.069/90, os Núcleos poderão centralizar e estimular programas de mediação penal ou qualquer

outro processo restaurativo, desde que respeitados os princípios básicos e processos restaurativos previstos na Resolução nº 2002/12 do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas e a participação do titular da ação penal em todos os atos.

§ 4º Na hipótese de conciliadores e mediadores que atuem em seus serviços, os Tribunais deverão criar e manter cadastro, de forma a regulamentar o processo de inscrição e de desligamento desses facilitadores.

Seção II

DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA

Art. 8º Para atender aos Juízos, Juizados ou Varas com competência nas áreas cível, fazendária, previdenciária, de família ou dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazendários, os Tribunais deverão criar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania ("Centros"), unidades do Poder Judiciário, preferencialmente, responsáveis pela realização das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

§ 1º As sessões de conciliação e mediação pré-processuais deverão ser realizadas nos Centros, podendo, excepcionalmente, serem realizadas nos próprios Juízos, Juizados ou Varas designadas, desde que o sejam por conciliadores e mediadores cadastrados pelo Tribunal (inciso VI do art. 7o) e supervisionados pelo Juiz Coordenador do Centro (art. 9o).

§ 2º Os Centros poderão ser instalados nos locais onde exista mais de uma unidade jurisdicional com pelo menos uma das competências referidas no caput e, obrigatoriamente, serão instalados a partir de 5 (cinco) unidades jurisdicionais.

§ 3º Nas Comarcas das Capitais dos Estados e nas sedes das Seções e Regiões Judiciárias, bem como nas Comarcas do interior, Subseções e Regiões Judiciárias de maior movimento forense, o prazo para a instalação dos Centros será de 4 (quatro) meses a contar do início de vigência desta Resolução.

§ 4º Nas demais Comarcas, Subseções e Regiões Judiciárias, o prazo para a instalação dos Centros será de 12 (doze) meses a contar do início de vigência deste ato.

§ 5º Os Tribunais poderão, excepcionalmente, estender os serviços do Centro a unidades ou órgãos situados em locais diversos, desde que próximos daqueles referidos no § 2o, e instalar Centros nos chamados Foros Regionais, nos quais funcionem 2 (dois) ou mais Juízos, Juizados ou Varas, observada a organização judiciária local.

§ 6º Os Centros poderão ser organizados por áreas temáticas, como centros de conciliação de juizados especiais, família, precatórios e empresarial, dentre outros, juntamente com serviços de cidadania.

§ 7º O coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania poderá solicitar feitos de outras unidades judiciais com o intuito de organizar pautas concentradas ou mutirões, podendo, para tanto, fixar prazo.

§ 8º Para efeito de estatística de produtividade, as sentenças homologatórias prolatadas em razão da solicitação estabelecida no parágrafo anterior reverterão ao juízo de origem, e as sentenças decorrentes da atuação pré-processual ao coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

Art. 9º Os Centros contarão com um juiz coordenador e, se necessário, com um adjunto, aos quais caberão a sua administração e a homologação de acordos, bem como a supervisão do serviço de conciliadores e mediadores. Os magistrados da Justiça Estadual e da Justiça Federal serão designados pelo Presidente de cada Tribunal dentre aqueles que realizaram treinamento segundo o modelo estabelecido pelo CNJ, conforme Anexo I desta Resolução. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

§ 1º Caso o Centro atenda a grande número de Juízos, Juizados ou Varas, o respectivo juiz coordenador poderá ficar designado exclusivamente para sua administração.

§ 2º Os Tribunais deverão assegurar que nos Centros atuem servidores com dedicação exclusiva, todos capacitados em métodos consensuais de solução de conflitos e, pelo menos, um deles capacitado também para a triagem e encaminhamento adequado de casos.

§ 3º O treinamento dos servidores referidos no parágrafo anterior deverá observar as diretrizes estabelecidas pelo CNJ conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 10. Os Centros deverão obrigatoriamente abranger setor de solução pré-processual de conflitos, setor de solução processual de conflitos e setor de cidadania. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

Art. 11. Nos Centros poderão atuar membros do Ministério Público, defensores públicos, procuradores e/ou advogados.

Seção III

DOS CONCILIADORES E MEDIADORES

Art. 12. Nos Centros, bem como todos os demais órgãos judiciários nos quais se realizem sessões de conciliação e mediação, somente serão admitidos mediadores e conciliadores capacitados na forma deste ato (Anexo I), cabendo aos Tribunais, antes de sua instalação, realizar o curso de capacitação, podendo fazê-lo por meio de parcerias. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

§ 1º Os Tribunais que já realizaram a capacitação referida no caput poderão dispensar os atuais mediadores e conciliadores da exigência do certificado de conclusão do curso de capacitação, mas deverão disponibilizar cursos de treinamento e aperfeiçoamento, na forma do Anexo I, como condição prévia de atuação nos Centros.

§ 2º Todos os conciliadores, mediadores e outros especialistas em métodos consensuais de solução de conflitos deverão submeter-se a reciclagem permanente e à avaliação do usuário.

§ 3º Os cursos de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de mediadores e conciliadores deverão observar o conteúdo programático, com número de exercícios simulados e

carga horária mínimos estabelecidos pelo CNJ (Anexo I) e deverão ser seguidos necessariamente de estágio supervisionado.

§ 4º Os mediadores, conciliadores e demais facilitadores do entendimento entre as partes ficarão sujeitos ao código de ética estabelecido pelo Conselho (Anexo II).

Seção IV

DOS DADOS ESTATÍSTICOS

Art. 13. Os Tribunais deverão criar e manter banco de dados sobre as atividades de cada Centro, com as informações constantes do Portal da Conciliação. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

Art. 14. Caberá ao CNJ compilar informações sobre os serviços públicos de solução consensual das controvérsias existentes no país e sobre o desempenho de cada um deles, por meio do DPJ, mantendo permanentemente atualizado o banco de dados.

CAPÍTULO IV

DO PORTAL DA CONCILIAÇÃO

Art. 15. Fica criado o Portal da Conciliação, a ser disponibilizado no sítio do CNJ na rede mundial de computadores, com as seguintes funcionalidades, entre outras: (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

I - publicação das diretrizes da capacitação de conciliadores e mediadores e de seu código de ética;

II - relatório gerencial do programa, por Tribunal, detalhado por unidade judicial e por Centro;

III - compartilhamento de boas práticas, projetos, ações, artigos, pesquisas e outros estudos;

IV - fórum permanente de discussão, facultada a participação da sociedade civil;

V - divulgação de notícias relacionadas ao tema;

VI - relatórios de atividades da "Semana da Conciliação".

Parágrafo único. A implementação do Portal será gradativa, observadas as possibilidades técnicas, sob a responsabilidade do CNJ.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. O disposto na presente Resolução não prejudica a continuidade de programas similares já em funcionamento, cabendo aos Tribunais, se necessário, adaptá-los aos termos deste ato. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

Parágrafo único. Em relação aos Núcleos e Centros, os Tribunais poderão utilizar siglas e denominações distintas das referidas nesta Resolução, desde que mantidas as suas atribuições previstas no Capítulo III.

Art. 17. Compete à Presidência do Conselho Nacional de Justiça, com o apoio da Comissão de Acesso ao Sistema de Justiça e Responsabilidade Social, coordenar as atividades da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses, cabendo-lhe instituir, regulamentar e presidir o Comitê Gestor da Conciliação, que será responsável pela implementação e acompanhamento das medidas previstas neste ato.

Art. 18. Os Anexos integram esta Resolução e possuem caráter vinculante. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro CEZAR PELUSO

ANEXO I (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

CURSOS DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

Considerando que a política pública de formação de instrutores em mediação e conciliação do Conselho Nacional de Justiça tem destacado entre seus princípios informadores a qualidade dos serviços como garantia de acesso a uma ordem jurídica justa, desenvolveu-se inicialmente conteúdo programático mínimo a ser seguido pelos Tribunais nos cursos de capacitação de serventuários da justiça, conciliadores e mediadores. Todavia, constatou-se que os referidos conteúdos programáticos estavam sendo implantados sem os exercícios simulados e estágios supervisionados necessários à formação de mediadores e conciliadores.

Para esse fim mostrou-se necessário alterar o conteúdo programático para recomendar-se a adoção de cursos nos moldes dos conteúdos programáticos aprovados pelo Comitê Gestor do Movimento pela Conciliação. Destarte, os treinamentos referentes a Políticas Públicas de Resolução de Disputas (ou introdução aos meios adequados de solução de conflitos), Conciliação e Mediação devem seguir as diretrizes indicadas no Portal da Conciliação, com sugestões de slides e exemplos de exercícios simulados a serem utilizados nas capacitações, devidamente aprovados pelo Comitê Gestor da Conciliação.

Os referidos treinamentos somente poderão ser conduzidos por instrutores certificados e autorizados pelos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

ANEXO II

SETORES DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA

(Revogado pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

ANEXO III

CÓDIGO DE ÉTICA DE CONCILIADORES E MEDIADORES JUDICIAIS

INTRODUÇÃO

(Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

O Conselho Nacional de Justiça, a fim de assegurar o desenvolvimento da Política Pública de tratamento adequado dos conflitos e a qualidade dos serviços de conciliação e mediação enquanto instrumentos efetivos de pacificação social e de prevenção de litígios, institui o Código de Ética, norteado por princípios que formam a consciência dos terceiros facilitadores, como profissionais, e representam imperativos de sua conduta.

Dos princípios e garantias da conciliação e mediação judiciais

Art. 1º - São princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais: confidencialidade, decisão informada, competência, imparcialidade, independência e autonomia, respeito à ordem pública e às leis vigentes, empoderamento e validação.

I - Confidencialidade - dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo ser testemunha do caso, nem atuar como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

II - Decisão informada - dever de manter o jurisdicionado plenamente informado quanto aos seus direitos e ao contexto fático no qual está inserido;

III - Competência - dever de possuir qualificação que o habilite à atuação judicial, com capacitação na forma desta Resolução, observada a reciclagem periódica obrigatória para formação continuada;

IV - Imparcialidade - dever de agir com ausência de favoritismo, preferência ou preconceito, assegurando que valores e conceitos pessoais não interfiram no resultado do trabalho,

compreendendo a realidade dos envolvidos no conflito e jamais aceitando qualquer espécie de favor ou presente;

V - Independência e autonomia - dever de atuar com liberdade, sem sofrer qualquer pressão interna ou externa, sendo permitido recusar, suspender ou interromper a sessão se ausentes as condições necessárias para seu bom desenvolvimento, tampouco havendo dever de redigir acordo ilegal ou inexequível;

VI - Respeito à ordem pública e às leis vigentes - dever de velar para que eventual acordo entre os envolvidos não viole a ordem pública, nem contrarie as leis vigentes;

VII - Empoderamento - dever de estimular os interessados a aprenderem a melhor resolverem seus conflitos futuros em função da experiência de justiça vivenciada na autocomposição;

VIII - Validação - dever de estimular os interessados perceberem-se reciprocamente como serem humanos merecedores de atenção e respeito.

Das regras que regem o procedimento de conciliação/mediação

Art. 2º As regras que regem o procedimento da conciliação/mediação são normas de conduta a serem observadas pelos conciliadores/mediadores para o bom desenvolvimento daquele, permitindo que haja o engajamento dos envolvidos, com vistas à sua pacificação e ao comprometimento com eventual acordo obtido, sendo elas:

I - Informação - dever de esclarecer os envolvidos sobre o método de trabalho a ser empregado, apresentando-o de forma completa, clara e precisa, informando sobre os princípios deontológicos referidos no Capítulo I, as regras de conduta e as etapas do processo;

II - Autonomia da vontade - dever de respeitar os diferentes pontos de vista dos envolvidos, assegurando-lhes que cheguem a uma decisão voluntária e não coercitiva, com liberdade para tomar as próprias decisões durante ou ao final do processo e de interrompê-lo a qualquer momento;

III - Ausência de obrigação de resultado - dever de não forçar um acordo e de não tomar decisões pelos envolvidos, podendo, quando muito, no caso da conciliação, criar opções, que podem ou não ser acolhidas por eles;

IV - Desvinculação da profissão de origem - dever de esclarecer aos envolvidos que atuam desvinculados de sua profissão de origem, informando que, caso seja necessária orientação ou aconselhamento afetos a qualquer área do conhecimento poderá ser convocado para a sessão o profissional respectivo, desde que com o consentimento de todos;

V - Compreensão quanto à conciliação e à mediação - Dever de assegurar que os envolvidos, ao chegarem a um acordo, compreendam perfeitamente suas disposições, que devem ser exequíveis, gerando o comprometimento com seu cumprimento.

Das responsabilidades e sanções do conciliador/mediador

Art. 3º Apenas poderão exercer suas funções perante o Poder Judiciário conciliadores e mediadores devidamente capacitados e cadastrados pelos Tribunais, aos quais competirá regulamentar o processo de inclusão e exclusão no cadastro.

Art. 4º O conciliador/mediador deve exercer sua função com lisura, respeitar os princípios e regras deste Código, assinar, para tanto, no início do exercício, termo de compromisso e submeter-se às orientações do Juiz Coordenador da unidade a que esteja vinculado.

Art. 5º Aplicam-se aos conciliadores/mediadores os motivos de impedimento e suspeição dos juízes, devendo, quando constatados, serem informados aos envolvidos, com a interrupção da sessão e a substituição daqueles.

Art. 6º No caso de impossibilidade temporária do exercício da função, o conciliador ou mediador deverá informar com antecedência ao responsável para que seja providenciada sua substituição.

Art. 7º O conciliador ou mediador fica absolutamente impedido de prestar serviços profissionais, de qualquer natureza, aos envolvidos em processo de conciliação/mediação sob sua condução.

Art. 8º O descumprimento dos princípios e regras estabelecidos neste Código, bem como a condenação definitiva em processo criminal, resultará na exclusão do conciliador/mediador do respectivo cadastro e no impedimento para atuar nesta função em qualquer outro órgão do Poder Judiciário nacional.

Parágrafo único - Qualquer pessoa que venha a ter conhecimento de conduta inadequada por parte do conciliador/mediador poderá representar ao Juiz Coordenador a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis.

ANEXO IV

Dados Estatísticos

(Revogado pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

Palavras-chave: resolução 125, resoluções, acesso à justica, conciliação, mediação

Anexo N - Roteiro para preparação à negociação

Roteiro para preparação à negociação[1]

PARTE:

QUESTÕES A SEREM RESOLVIDAS:

INTERESSES

Nossos:

Da outra parte:

OPÇÕES:

CRITÉRIOS OBJETIVOS:

ALTERNATIVAS

Nossas (sublinhe a MASA):

Como melhorá-las:

Da outra parte (sublinhe a MASA):

Como afetá-las:

COMPROMISSO

Tópicos importantes que precisam ser fechados e assegurados:

RELACIONAMENTO

Atual:

Esperado ao final da negociação:

COMUNICAÇÃO

O que deve ser dito:

Como deve ser dito:

Problemas previsíveis na comunicação:

Como evitá-los:

Presunções a conferir:

Perguntas a serem feitas:

---

[1] SILVA, Alessandra Gomes do Nascimento. *Técnicas de negociação para advogados*. São Paulo: Saraiva, 2002. pp. 81/84.